Estudos e Projectos Urbanos, Regionais e Locais, Lda.

Revisão da Carta educativa do Município de

Grândola

abril 2025

(página propositadamente deixada em branco)

Ficha Técnica

Estudo: Revisão da Carta Educativa de Grândola

Documento: Relatório Final

Data: abril de 2025

Número de páginas: 237

Equipa Técnica:

Coordenação Geral:
Luís Carvalho

Especialistas:
Carla Figueiredo
Gonçalo Caetano
Pedro Henriques
Sónia Vieira

Promotor: CIMAL / CM Grândola

Executor: RUR, Estudos e Projectos Urbanos, Regionais e Locais Lda.

Índice

Executor: RUR, Estudos e Projectos Urbanos, Regionais e Locais Lda. 3
0. NOTA INTRODUTÓRIA 9
1. ENQUADRAMENTO E CONTEXTUALIZAÇÃO 11
1.1. INTRODUÇÃO 11
1.2. ENQUADRAMENTO LEGISLATIVO 11
1.3. POLÍTICAS E METAS A ALCANÇAR 17
1.4. POLÍTICA SETORIAL E REFORMAS EM CURSO 26
1.5. PARTICIPAÇÃO E PROTAGONISMO DOS MUNICÍPIOS 30
1.6. A REVISÃO DA CARTA EDUCATIVA AO SERVIÇO DA DEFINIÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA SETORIAL 32
1.7. ANTECEDENTES: A CARTA EDUCATIVA DE GRÂNDOLA 34
1.8. DETERMINANTES DA PROCURA DE EQUIPAMENTOS EDUCATIVOS 34
1.9. AÇÃO SOCIAL ESCOLAR 36
1.10. OBJETIVOS E DESAFIOS 36
1.10. METODOLOGIA DE TRABALHO 37
2. ENQUADRAMENTO TERRITORIAL 39
2.1. INTRODUÇÃO 39
2.2. INSERÇÃO TERRITORIAL 40
2.3. SISTEMA URBANO MUNICIPAL 46
2.4. SITUAÇÃO DEMOGRÁFICA 52
2.5. PERFIL SOCIOECONÓMICO 60
2.6. SITUAÇÃO EDUCATIVA 65
2.6. ÁREA DE INFLUÊNCIA DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE GRÂNDOLA 71
2.7. AVALIAÇÃO EXTERNA DAS ESCOLAS 71
2.7. TRANSPORTES PÚBLICOS 75
3. CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO DA OFERTA 77
3.1. INTRODUÇÃO 77
3.2. EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR 79
3.2.1. EQUIPAMENTOS 79
3.2.2. ESPAÇOS, SERVIÇOS E RECURSOS HUMANOS 84
3.3. 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO 85
3.3.1. EQUIPAMENTOS 85
3.3.2. ESPAÇOS, SERVIÇOS E RECURSOS HUMANOS 89
3.4. 2.º E 3.º CICLOS DO ENSINO BÁSICO E ENSINO SECUNDÁRIO 91

3.4.1. Equipamentos 91
3.4.2. Espaços, Serviços e Recursos Humanos 95
3.4. Ensino profissional 96
4. CARACTERIZAÇÃO DA PROCURA ATUAL 99
4.1. Procura Atual por Tipologia de equipamento / Nível de Ensino 99
4.1.1. Enquadramento 99
4.1.2. Pré-Escolar 99
4.1.3. 1.º Ciclo do Ensino Básico 102
4.1.4. 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico 106
4.1.5. Ensino Secundário 110
4.1.5. Ensino Profissional 112
4.2.1. Nota introdutória 114
4.2.2. Cenarização demográfica (2025 e 2030) 115
4.2.3. Cenarização da população a escolarizar (2025 e 2030) 116
5. Estratégia de intervenção 121
5.1. Princípios orientadores 121
5.1.1. Equipamentos escolares: instrumentos de qualificação e valorização dos espaços urbanos 121
5.1.2. Equipamentos escolares: instrumentos de integração social 121
5.1.3. A territorialidade da Rede Escolar 122
5.2. Matriz estratégica 122
5.2.1. Visão Estratégica 122
5.2.2. Princípios e Objetivos Estratégicos 123
6. Programa de Ação 127
6.1. Estruturação do Plano de Intervenção 127
6.2. Eixo I – Requalificar/ampliar o parque escolar instalado 127
6.3. Eixo II - Melhorar as condições e qualidade de ensino 135
6.4. Eixo III - Melhorar as condições de gestão dos recursos humanos 138
6.5. Eixo IV - Reforçar a ligação à Comunidade, fomentando soluções de abertura das escolas ao exterior 138
6.6. Quadro-Síntese de financiamento 139
7. Modelo de monitorização, avaliação e disseminação 141
7.1. Um contexto de partida 141
7.2. Âmbito 142
7.3. Modelo de Monitorização 143
7.4. Metodologia de recolha, tratamento e disseminação da informação 144
8. PRINCIPAIS REFERÊNCIAS BILBIOGRAFICAS E ELETRÓNICAS 149
Anexos 151
Pré-Escolar 151
1º Ciclo 189
2º/ 3º Ciclo e Secundário 223

Índice de Quadros

Tabela 1: Grandes Objetivos da Eu Para 2020 e Metas Nacionais 18
Tabela 2: Iniciativas Emblemáticas da Estratégia Europa 2020. 19
Tabela 3: Metas do Objetivo 4 "Educação da Qualidade" no Âmbito dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável Para 2030. 25
Tabela 4: Objetivos Estratégicos, Operacionais e Medidas Principais do Programa do XXII Governo Constitucional 2019-2023 em Matéria de Educação. 28
Tabela 5: Objetivos, Princípios e Competências Delegadas no Âmbito do PAE, 2015. 30
Tabela 6: Refeições escolares, por escalão de ação social escolar e nível de ensino, em 2023/24 36
Tabela 7: Percentagem de alunos que obtiveram o nível "Conseguiu" ou o nível "Conseguiu mas..." em pelo menos metade dos domínios da prova de aferição, 2º ano, 2023 (%) 72
Tabela 8 – Percentagem de alunos que obtiveram o nível "Conseguiu" ou o nível "Conseguiu mas..." em pelo menos metade dos domínios da prova de aferição, 5º ano, 2023 73
Tabela 9: Percentagem de alunos que obtiveram o nível "Conseguiu" ou o nível "Conseguiu mas..." em pelo menos metade dos domínios da prova de aferição, 8º ano, 2023 (%) 73
Tabela 10: Evolução do percentil nacional da escola, medido pela classificação média dos seus alunos 73
Tabela 11: Alunos inscritos nos cursos profissionais em 2021/22 74
Tabela 7: Alunos transportados em 2023/2024 75
Tabela 13: Características Gerais dos Estabelecimentos do Pré-Escolar em Grândola, no Ano Letivo 2020-2021 80
Tabela 14: Apreciação Sobre o Estado de Conservação dos Estabelecimentos do Pré-Escolar em Grândola, no Ano Letivo 2020-2021. 83
Tabela 10: Apreciação Sobre as Acessibilidades dos Estabelecimentos do Pré-Escolar em Grândola, no Ano Letivo 2020-2021. 84
Tabela 16: Salas dos Estabelecimentos do Pré-Escolar em Grândola, no Ano Letivo 2020-2021. 84
Tabela 12: Recursos Humanos nos Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar em Grândola, no Ano Letivo 2020-2021. 85
Tabela 18: Características Gerais dos Estabelecimentos do 1.º CEB em Grândola, no Ano Letivo 2020-2021 86
Tabela 19: Apreciação Sobre o Estado de Conservação das Várias Componentes dos Estabelecimentos do 1.º CEB em Grândola, no Ano Letivo 2020-2021 88
Tabela 20: Apreciação Sobre as Acessibilidades dos Estabelecimentos do 1.º CEB em Grândola, no Ano Letivo 2020-2021. 89
Tabela 21: Salas dos Estabelecimentos do 1.º CEB em Grândola, no Ano Letivo 2020-2021, no Ano Letivo 2020-2021 90
Tabela 22: Recursos Humanos nos Estabelecimentos do 1.º CEB em Grândola, no Ano Letivo 2020-2021 91
Tabela 23: Características Gerais dos Estabelecimentos do 2.º, 3.ºceb e Ensino Secundário em Grândola, no Ano Letivo 2020-2021 92
Tabela 24: Apreciação Sobre o Estado de Conservação das Várias Componentes dos Estabelecimentos do 2.º, 3.º CEB e Ensino Secundário em Grândola, no Ano Letivo 2020-2021 94
Tabela 25: Apreciação Sobre o Estado de Conservação das Várias Componentes dos Estabelecimentos do 2.º, 3.º CEB e Ensino Secundário em Grândola, no Ano Letivo 2020-2021 94
Tabela 26: Recursos Humanos dos Estabelecimentos do 2.º, 3.º CEB e Ensino Secundário em Grândola, no Ano Letivo 2020-2021 96
Tabela 27: Estado de conservação geral 97
Tabela 28: Recursos Humanos da EPDRG, no Ano Letivo 2020/2021 97
Tabela 29: Crianças e Alunos Matriculados em Estabelecimento de Ensino no Concelho de Grândola Por Ano Letivo e Nível De Ensino. 99
Tabela 30: Evolução do Número de Crianças Matriculadas em Estabelecimentos do Pré-Escolar da Rede Pública e Solidária, no Concelho de Grândola. 100
Tabela 31: Crianças Matriculadas em Estabelecimentos do Pré-Escolar da Rede Pública e Solidária, no Concelho de Grândola, em 2020/2021. 101
Tabela 32: Evolução do Número de Alunos Matriculados em Estabelecimentos do 1.º CEB, no Concelho de Grândola. 103
Tabela 33: Crianças Matriculadas em Estabelecimentos do 1ºCEB da Rede Pública, no Concelho de Grândola, em 2020/2021 105
Tabela 34: Número de Alunos que Frequentam AEC E CAF nos Estabelecimentos do 1.º CEB, no Concelho de Grândola, em 2020/2021 105
Tabela 35: Alunos Retidos nos Estabelecimentos do 1.º CEB, no Concelho de Grândola, em 2019/2020. 106
Tabela 31: Evolução do Número de Alunos Matriculados no 2.º e 3.º CEB, no Concelho De Grândola. 107
Tabela 37: Atividades Complementares Existentes no 2.º e 3.º CEB, no Ano Letivo 2020/2021 109
Tabela 38: Retenções nos 2.º e 3.º CEB, no Concelho de Grândola, no Ano Letivo de 2019/2020. 110
Tabela 39: Retenções no Ensino Secundário, Escola Secundária António Inácio Cruz, em Vários Anos Letivos. 112
Tabela 40: Alunos na Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Grândola, em Vários Anos Letivos. 112
Tabela 41: Retenções e abandonos no Ensino Profissional, no Concelho de Grândola, em Vários Anos Letivos. 113

Tabela 42 – Evolução demográfica do concelho, 2025 e 2031 (A - cenário tendencial e B – cenário alternativo voluntarista)....116
Tabela 43 – Evolução demográfica da população em idade escolar, 2025 e 2031 (A - cenário tendencial e B – cenário alternativo voluntarista)....117
Tabela 44 – Evolução demográfica da população escolar, 2025 e 2031 (A - cenário tendencial e B – cenário alternativo voluntarista)....118
Tabela 45 – Rede Pública (n.º de alunos; diferencial face ao ano letivo 2020/2021)....118
Tabela 46 – Ficha de Ação: Criação de Centro Escolar de Grândola....129
Tabela 47 – Ficha de Ação: Requalificação da Escola Básica D. Jorge Lencastre....130
Tabela 48 – Ficha de Ação: Requalificação da Escola Secundária António Inácio da Cruz....131
Tabela 49 – Ficha de Ação: Programa Municipal de modernização e manutenção do parque escolar....132
Tabela 50 – Ficha de Ação: Programa municipal de reforço de equipamentos de apoio desportivo e lúdico – recreio....133
Tabela 51 – Ficha de Ação: Programa de melhoria da eficiência energética do parque escolar....135
Tabela 52 – Síntese de Financiamento do Programa de Ação....139
Tabela 53 – Indicadores de contexto (Plano de Monitorização)....146
Tabela 54 – Indicadores de realização (Plano de Monitorização)....146
Tabela 55 – Ferramentas de Comunicação: formas e regularidade de apresentação da informação-chave....148

Índice de Figuras

Figura 1: Quadro Legislativo de Referência....15
Figura 2: Enquadramento do art.º 31 do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro....16
Figura 3: Abandono Escolar Precoce da Educação ou Formação (18-24 Anos), 2020....22
Figura 4: Proporção da População Com Menos De 15 Anos Com Reduzida Competência em Matemática, Leitura e Ciência (2018)....24
Figura 5: Localização do Município e Freguesias de Grândola....40
Figura 6: Sistema de Acessibilidades do Concelho de Grândola....41
Figura 7: Sistema de Acessibilidades e de Conectividade do Alentejo....42
Figura 8: Cartografia da distribuição da população residente em Grândola e Municípios vizinhos....43
Figura 9: Cartografia da variação da população residente em Grândola e Municípios vizinhos....44
Figura 10: Cartografia da distribuição da população residente por subsecção do concelho de Grândola....45
Figura 11: Cartografia da variação da população residente nas freguesias de Grândola....46
Figura 12: Modelo territorial do Alentejo....47
Figura 13: Cartografia da densidade populacional por subsecção do concelho de Grândola. Elaboração: RUR....49
Figura 14: Fogos licenciados em Grândola....50
Figura 15: Cartografia dos movimentos pendulares da população de Grândola....51
Figura 16: Meio de transporte mais utilizado nos movimentos pendulares em Grândola, 2021....52
Figura 17: Evolução do nº de residentes em Grândola....52
Figura 18: Variação da população residente em Grândola....53
Figura 19: Evolução da população residente nas freguesias de Grândola....53
Figura 20: Pirâmide etária do município de Grândola....54
Figura 21: Taxa de Crescimento Efetivo em Grândola....55
Figura 22: Taxa de Crescimento Natural de Grândola....55
Figura 23: Taxa bruta de natalidade em Grândola....56
Figura 24: Taxa bruta de mortalidade em Grândola....57
Figura 25: Saldo migratório em Grândola....57
Figura 26: Saldo natural em Grândola....58
Figura 27: Índice de dependência de idosos em Grândola....59
Figura 28: Índice de dependência de jovens em Grândola....59
Figura 29: Evolução dos níveis de ensino de Grândola....60
Figura 30: Evolução dos níveis de ensino nas freguesias de Grândola, 2021....61
Figura 31: Evolução da taxa de desemprego em Grândola, 2011-2021....62
Figura 32: Média anual de desempregados inscritos no Centro de Emprego F.P. em Grândola....62
Figura 33: Características do universo de desempregados em Grândola, 2021....63
Figura 34: Beneficiárias/os de RSI por 1000 habitantes em idade ativa (‰), em Grândola....64
Figura 35: Proporção de população estrangeira em Grândola....64
Figura 36: População estrangeira em Grândola....65
Figura 37: Alunas/os matriculadas/os no ensino não-superior em Grândola....66
Figura 38: Percentagem de alunas/os matriculadas/os nas redes pública e privada no ensino pré-escolar em Grândola....67
Figura 39: Evolução do número de alunos matriculados em Grândola....68
Figura 40: Evolução da taxa de pré-escolarização em Grândola....68
Figura 41: Evolução da taxa de escolarização no ensino básico em Grândola....69
Figura 42: Evolução da taxa de escolarização no ensino secundário em Grândola....69

Figura 43: Evolução da taxa de retenção e desistência no ensino básico em Grândola. 70
Figura 44: Evolução da taxa de transição/conclusão no ensino secundário em Grândola..... 71
Figura 45. Evolução do percentil nacional da escola, medido pela classificação média dos seus alunos, ensino Secundário, Provas De Português, Matemática A e Biologia e Geologia 74
Figura 46. Percentagem de alunos da escola que concluem o ensino profissional em três anos..... 75
Figura 47: Distribuição dos Equipamentos Escolares Existentes em Grândola, no Ano Letivo De 2020/2021. 78
Figura 48: Evolução do Número de Crianças Matriculadas no Pré-Escolar em Grândola..... 100
Figura 49: Crianças Inscritas nos Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar no Concelho de Grândola, em 2020/2021. 101
Figura 50: Evolução do Número de Crianças Matriculadas no 1.º CEB em Grândola. 103
Figura 51: Alunos Inscritos nos Estabelecimentos do 1.º CEB no Concelho de Grândola, em 2020/2021. 104
Figura 52: Evolução do Número de Crianças Matriculadas nos 2.º e 3.º CEB em Grândola. 107
Figura 53: Alunos Inscritos no Estabelecimento do 2.º e 3.º CEB no Concelho de Grândola, em 2020/2021. 108
Figura 54: Proporção de Crianças Residentes Fora do Concelho Inscritas no 2.º e 3.º CEB, no Concelho de Grândola, no Ano Letivo 2020-2021. 109
Figura 53: Evolução do Número de Alunos Matriculados no Ensino Secundário em Grândola. 111
Figura 54: Alunos Inscritos no Estabelecimento do Ensino Secundário no Concelho de Grândola, em 2020/2021. 111

0. NOTA INTRODUTÓRIA

A rede de equipamentos coletivos constitui uma componente fundamental na promoção do desenvolvimento sustentável e integrado nas suas diversas dimensões, sendo simultaneamente instrumento de qualificação e valorização de centros urbanos e instrumento de fomento da equidade e qualidade de vida das populações.

De entre os equipamentos coletivos, os equipamentos de ensino constituem um conjunto fundamental, dada a sua importância na prossecução de um objetivo essencial no processo de desenvolvimento - acesso da população ao ensino - e na qualificação dos recursos humanos, fator de sucesso importante na competitividade de cidades e regiões. Por outro lado, o conceito de Escola, anteriormente entendido como "escola-edifício", é atualmente assumido como centro ou elo de uma rede de locais de educação e formação, como um espaço de múltiplas atividades de cariz comunitário. Acresce que a Escola passou a ser considerada como centro das políticas educativas devendo construir a sua autonomia a partir da(s) comunidade(s) em que se insere, da resposta aos seus problemas e da valorização das suas potencialidades, de forma a apurar e potenciar o seu desempenho enquanto serviço público de Educação.

Neste contexto, o reordenamento da rede de equipamentos de ensino constitui um fator fundamental na estratégia de desenvolvimento de um concelho, pelo que a Revisão da Carta Educativa de Grândola surge como uma oportunidade para adequar a rede de infraestruturas de ensino à procura previsível nos próximos anos, mas simultaneamente para operacionalizar os princípios de integração, sequencialidade e de utilização global e racional dos recursos emanados pela Lei de Bases do Sistema Educativo, promovendo o papel e integração virtuosa da Escola numa rede mais ampla de equipamentos, concebidos como organizações (integradoras) no plano interno e nas relações da comunidade.

Com a regulamentação da Carta Educativa, através da publicação do Decreto-Lei nº 7/2003, de 15 de janeiro, foram criadas as condições para enquadrar numa mesma lógica o planeamento e a organização da rede educativa local. Neste contexto, os municípios passaram também a possuir competência para conduzir os processos de planeamento respetivos, ou seja, equacionando e tomando decisões sobre o desenvolvimento da rede educativa local, nomeadamente no que se refere às instalações, aos equipamentos e às formações a disponibilizar (competência relevante e politicamente significativa). Ampliando e detalhando essas competências, o Decreto-Lei 21/2019, de 30 de janeiro, veio reforçar a ideia de que há um conjunto de oportunidades e desafios que importa potenciar, numa lógica de concertação e partenariado de base territorial, inserindo a Escola num contexto mais abrangente de ordenamento do território municipal, que tem como meta atingir a melhoria da educação, do ensino, da formação e da cultura no território.

Neste novo quadro legal, resultante de um amplo processo de ponderação e aprofundamento do exercício de descentralização de responsabilidades, atribuições e competências do Estado para a Administração Local, o setor da Educação emergiu como um dos pilares fundamentais, despontando a necessidade de um aprofundamento do conhecimento do Sistema Educativo, nas suas múltiplas dimensões, de modo a melhor informar e objetivar a tomada de decisão e garantir as condições necessárias à exequibilidade das transferências num quadro de qualidade de resposta municipal a estes novos desafios.

Em abril de 2019, foi aprovada a Revisão da Carta Educativa, que se pretende atualizar, face às novas exigências do Sistema Educativo, face ao novo quadro legal e face às novas dinâmicas territoriais existentes e emergentes. Conforme consagrado no Decreto-Lei enquadrador (Decreto-Lei 21/2019, de 30 de janeiro), o processo de revisão deve obedecer aos princípios, objetivos e estrutura que nortearam a elaboração da Carta.

O documento que agora se apresenta integra as diversas componentes estruturadoras da Revisão da Carta Educativa: Parte I (Enquadramento e Contextualização Geral); Parte II (Quadro de Referência Territorial | Enquadramento Territorial), Parte III (Caracterização e Diagnóstico da Oferta); Parte IV (Caracterização da Procura Atual e Potencial); Parte V (Estratégia de Intervenção); Parte VI (Programa de Ação) e Parte VII (Modelo de Monitorização, Avaliação e Disseminação). Integra, igualmente, em anexo, as fichas técnicas, por nível de ensino e estabelecimento de ensino público, que resultaram da sistematização da informação recolhida e tratada no exercício de inquirição, bem como outra informação considerada relevante.

Para a elaboração deste documento, a equipa efetuou diversas reuniões como um amplo conjunto de *stakeholders.* Para além das opiniões e informações que foram apresentadas no decurso dessas reuniões, a elaboração da Revisão da Carta Educativa fundamentou-se simultaneamente em diversos documentos e fontes publicadas, destacando-se obviamente os provenientes do Município, bem como dos referenciais estatísticos produzidos pelo INE.

Este documento constitui uma ferramenta de cariz prospetivo, capaz de ajudar a tomar decisões no presente e de conduzir com eficácia as mudanças de fundo e circunstanciais (incluindo num novo quadro de competências municipais e de (re)negociação de apoios financeiros comunitários), de forma a consolidar-se uma rede eficaz de edifícios e equipamentos educativos, integrada numa rede mais ampla de equipamentos coletivos, que permita operacionalizar novos conceitos e diretrizes, que garanta uma efetiva adequação à realidade local e que contribua para o cumprimento, com qualidade, da escolaridade obrigatória e para uma maior integração e inclusão social e territorial.

Saliente-se que, não obstante, o documento faça parte da Câmara Municipal de Grândola e tenha sido elaborado tecnicamente por uma entidade externa (RUR), ele corresponde a um processo e produto que contou com a participação ativa dos atores e agentes educativos locais, traduzindo a realidade da política educativa municipal e as propostas de resposta que se perspetivam e consideram imprescindíveis para o futuro da Educação no Concelho.

Neste sentido, a Revisão da Carta Educativa do Município de Grândola é um exercício que tentou através da participação alargada, obter consensos quanto ao planeamento e ordenamento da rede de equipamentos educativos concelhios.

A elaboração deste instrumento coincidiu com a emergência de saúde pública gerada pela pandemia de COVID-19. Sendo inequívoco que as consequências sociais e económicas deste acontecimento serão profundas e duradouras, exigindo uma resposta adequada das políticas públicas nacionais e locais, a Revisão da Carta Educativa não pode refletir ainda o impacte que terá em diversas dimensões-chave sobretudo ao nível da evolução sociodemográfica, da procura escolar e da capacidade de investimentos do Município.

1. ENQUADRAMENTO E CONTEXTUALIZAÇÃO

1.1. INTRODUÇÃO

A Carta Educativa constitui-se como um documento de referência estratégica, não só no domínio das políticas educativas e formativas dos municípios, como também para o seu desenvolvimento social e económico, uma vez que enquadra a dimensão demográfica enquanto ativo e forma de valorizar socialmente o concelho.

Esta dimensão está plasmada no próprio enquadramento legislativo da Carta Educativa, proporcionado pelo Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, que entende e define este documento como sendo o instrumento de planeamento e ordenamento prospetivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no município, de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico e socioeconómico de cada município.

A atual Carta Educativa do Concelho de Grândola data de 2005, tendo sido desenvolvida a partir de processos e metodologias que permitiram enquadrar os contributos e a participação ativa dos principais atores da comunidade educativa do concelho. Esta abordagem assentou ainda em 5 objetivos principais que, no essencial, visavam apostar na universalidade da educação pré-escolar, de modo a atingir uma taxa de cobertura efetiva de 100%, atribuir uma atenção particular ao 1º CEB, estabelecendo uma rede de equipamentos equilibrada que assegure, sem desdobramento de horários, a plena cobertura da procura, assegurar a plena cobertura a nível dos apoios socioeconómicos, dar particular atenção à formação de quadros técnicos, quer ao nível do ensino superior, quer através do ensino de carácter tecnológico e profissional e apostar na erradicação do analfabetismo e no combate à iliteracia.

Os instrumentos de financiamento comunitário enquadrados no QREN (2007-2013) e no Portugal 2020 (2014-2020), permitiram desenvolver várias ações enquadradas nos objetivos assumidos, nomeadamente aqueles relacionados com a requalificação e melhoria infraestrutural do parque escolar, contribuindo para a aplicação efetiva de várias das ações identificadas.

No entanto, a amplitude temporal que decorreu desde a data da aprovação da Carta até ao momento presente, torna expectável que várias das dimensões que determinaram a sua elaboração estejam já significativamente modificadas, tendo também surgido novas dinâmicas com potencial transformador.

Desta forma, e dando resposta ao Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, que veio revogar o Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, e que estabeleceu a obrigatoriedade de Revisão da Carta Educativa quando a rede educativa ficar desconforme com o princípios, objetivos e parâmetros técnicos do ordenamento da rede educativa municipal, sendo esta reavaliação obrigatória de 10 em 10 anos, o presente documento procede à Revisão da Carta Educativa de Grândola.

1.2. ENQUADRAMENTO LEGISLATIVO

A rapidez com que se processam mudanças económicas e sociais à escala global traduz-se num aumento da complexidade destes processos, assim como num maior envolvimento dos atores numa nova economia baseada no conhecimento, representando, por si só, uma constante necessidade de reorganização económica, social e cultural, de modo a garantir uma capacidade de resposta eficiente aos desafios contemporâneos.

Uma das consequências da dinâmica que se tem verificado ao nível das relações do mercado de trabalho está relacionada com a necessidade de gerar e adaptar estruturas e mecanismos de valorização dos

recursos humanos onde, não só se preparam os mais jovens para responderem de forma eficaz aos desafios e exigências da modernidade, mas também se incentivam e orientam os indivíduos inseridos no mercado de trabalho a (re)ingressar nos sistemas de educação e formação, melhorando e atualizando as suas competências.

Esta dinâmica voltou a colocar a Educação e a Escola num papel de grande centralidade na Sociedade, conferindo-lhe uma dimensão fundamental no contexto das diversas políticas públicas. Por este motivo, têm vindo a ser produzidos vários elementos legislativos de suporte e enquadramento aos princípios e necessidades emergentes, nos quais a educação e formação são centrais.

Neste âmbito, destaque-se o seguinte quadro legislativo de referência, apresentado de forma esquemática e que serve de suporte ao exercício de revisão da Carta Educativa de Grândola.

Artigos 73º, 74º e 75º da Constituição da República Portuguesa

É dever do Estado promover:

- A democratização da educação e as demais condições para que a educação, realizada através da escola e de outros meios formativos, contribua para a igualdade de oportunidades, a superação das desigualdades económicas, sociais e culturais, o desenvolvimento da personalidade e do espírito de tolerância, de compreensão mútua, de solidariedade e de responsabilidade, para o progresso social e para a participação democrática na vida coletiva;
- A inserção das escolas nas comunidades e interligação entre o ensino e as atividades económicas, sociais e culturais, através de "uma rede de estabelecimentos públicos de ensino que cubra as necessidades de toda a população".

Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE)
Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro

Estabelece o quadro geral do sistema educativo, sendo o referencial normativo das políticas educativas focadas no desenvolvimento da educação e do sistema educativo

São princípios organizativos da LBSE (n.º 3):

- Descentralizar, desconcentrar e diversificar as estruturas e ações educativas, de modo a proporcionar uma correta adaptação às realidades, um elevado sentido de participação das populações, uma adequada inserção no meio comunitário e níveis de decisão eficientes;
- Contribuir para a correção das assimetrias de desenvolvimento regional e local;
- Contribuir para desenvolver o espírito e a prática democráticos, através da adoção de estruturas e processos participativos na definição da política educativa, na administração e gestão do sistema escolar e na experiência pedagógica quotidiana, em que se integram todos os intervenientes no processo educativo, em especial os alunos, os docentes e as famílias.

Alterada pelas Leis n.º 115/97, de 19 de setembro, Lei n.º 49/2005, de 30 de agosto, Lei n.º 85/2009, de 27 de Agosto e Lei n.º65/15, de 3 de julho (estabelecimento do regime da escolaridade obrigatória para as crianças e jovens que se encontram em idade escolar e a universalidade da educação pré-escolar para as crianças a partir dos 4 anos de idade).

A LBSE, estabeleceu a escolaridade obrigatória de nove anos para todas as crianças e jovens entre os seis e os quinze anos de idade. A Lei n.º 85/2009, de 27 de agosto, amplia até aos 18 anos essa obrigatoriedade.

Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar
Lei n.º 5/97, de 10 de fevereiro

- A Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar foi o elemento normativo que ampliou a participação municipal neste domínio.
- A principal inovação prendeu-se com a possibilidade de criação de uma rede pública municipal de jardins-de-infância

Lei n.º 159/99, de 14 de setembro

Estabelece o quadro de transferência de atribuições para as autarquias locais, em matéria de educação

Relevem se os pontos do artigo 19º:

- Planear e gerir os equipamentos educativos, mais precisamente nos investimentos para construção, apetrechamento e manutenção de estabelecimentos de educação pré-escolar e do ensino básico;
- Proceder à elaboração da então chamada "carta escolar", a ser integrada nos planos diretores municipais;
- Criar os conselhos locais de educação;
- Garantir a rede de transportes públicos escolares;
- Assegurar a gestão dos refeitórios dos estabelecimentos de educação pré-escolar e do ensino básico;
- Garantir o alojamento aos alunos do ensino básico, em alternativa ao transporte escolar;
- Comparticipar no apoio às crianças que frequentam o pré-escolar e aos alunos do ensino básico, no âmbito da ação social escolar;
- Apoiar o desenvolvimento de atividades complementares de ação educativa nos níveis pré-escolar e básico;
- Gerir o pessoal não docente nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico.

Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro

Estabelece quadro de transferências de atribuições e competências para os Municípios

- O artigo 19.º, da Lei n.º 159/99, de 14 de setembro, elencou as competências a transferir na área da educação e do ensino não superior, tendo, sequencialmente, o artigo 13.º da Lei n.º 30-C/2000, de 29 de dezembro, e o artigo 12.º da Lei n.º 109-B/2001, de 27 de dezembro, procurado concretizá-las.
- Não obstante, apenas com o Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, ocorre a transferência efetiva de competências no que concerne aos conselhos municipais de educação e à elaboração da Carta Educativa, enquanto instrumento central de ordenamento da rede de ofertas de educação e de ensino. Este diploma regulamenta igualmente as competências para a realização de investimentos pelos Municípios (construção, equipamento e manutenção dos estabelecimentos da educação pré-escolar e do ensino básico), bem como para a gestão do pessoal não docente.

Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto

Lei-Quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais

O artigo 11.º refere as novas competências dos órgãos municipais no que respeita à educação:

- É da competência dos órgãos municipais participar no planeamento, na gestão e na realização de investimentos relativos aos estabelecimentos públicos de educação e de ensino integrados na rede pública dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário, incluindo o profissional, nomeadamente na sua construção, equipamento e manutenção.
- Compete igualmente aos órgãos municipais, no que se refere à rede pública de educação pré-escolar e de ensino básico e secundário, incluindo o ensino profissional:
  - Assegurar as refeições escolares e a gestão dos refeitórios escolares;
  - Apoiar as crianças e os alunos no domínio da ação social escolar;
  - Participar na gestão dos recursos educativos;
  - Participar na aquisição de bens e serviços relacionados com o funcionamento dos estabelecimentos e com as atividades educativas, de ensino e desportivas de âmbito escolar;
  - Recrutar, selecionar e gerir o pessoal não docente inserido nas carreiras de assistente operacional e de assistente técnico.

1. Compete ainda aos órgãos municipais:
   - Garantir o alojamento aos alunos que frequentam o ensino básico e secundário, como alternativa ao transporte escolar;
   - Assegurar as atividades de enriquecimento curricular, em articulação com os agrupamentos de escolas;
   - Promover o cumprimento da escolaridade obrigatória;
   - Participar na organização da segurança escolar.
2. As competências previstas no presente artigo são exercidas no respeito das competências dos órgãos de gestão dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas.

Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro

Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da educação

O presente Decreto-Lei regula ainda o funcionamento dos conselhos municipais de educação.

Neste quadro, é da competência dos órgãos municipais participar, em matéria de educação, no planeamento, na gestão e na realização de investimentos, nos termos regulados no presente decreto-lei. É da competência dos órgãos das entidades intermunicipais o planeamento intermunicipal da rede de transporte escolar e da oferta educativa de nível supramunicipal.

Este quadro legal faz a correspondência entre o âmbito das competências descentralizadas e a organização da oferta pública de ensino básico e secundário que assegura o cumprimento da escolaridade obrigatória pelas crianças e jovens em idade escolar e visa a universalidade da educação pré-escolar. Esta solução, além de garantir coerência entre o exercício das competências das autarquias locais e entidades intermunicipais no domínio da educação e a organização geral do sistema educativo, corresponde aos diferentes níveis e ciclos de ensino existentes nos agrupamentos de escolas, pondo termo ao exercício concomitante de competências da mesma natureza, numa única unidade orgânica, por diferentes entidades públicas.

Com este diploma mantem-se a Carta Educativa municipal e o plano de transporte escolar como instrumentos de planeamento e a consagração da participação das entidades intermunicipais no planeamento plurianual da rede de oferta de educação e formação.

Relativamente à Carta Educativa, define os conteúdos (que genericamente, passam pela caracterização sumária da localização e organização espacial dos edifícios e equipamentos educativos, o diagnóstico estratégico, as projeções de desenvolvimento e a proposta de intervenção relativamente à rede pública) e as competências de elaboração (da Câmara Municipal, sendo aprovada pela Assembleia Municipal respetiva, após discussão e parecer do conselho municipal de educação, e pronúncia do departamento governamental com competência na matéria).

FIGURA 1: QUADRO LEGISLATIVO DE REFERÊNCIA.

Fonte: RUR

Para o atual processo de revisão, destaca-se o Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, no qual se aprofunda a definição, objeto e objetivos associados à Carta Educativa.

O artigo 5º deste Decreto indica que a Carta Educativa é *o instrumento de planeamento e ordenamento prospetivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no município, de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico e socioeconómico de cada município*.

O objeto da Carta Educativa consta no artigo 7º, consistindo na *identificação, a nível municipal, dos edifícios e equipamentos educativos, e respetiva localização geográfica, bem como das ofertas educativas da educação pré-escolar, dos ensinos básico e secundário da educação escolar, incluindo as suas modalidades especiais de educação, e da educação extraescola*. Prevê-se também a identificação dos recursos humanos necessários à prossecução das ofertas educativas, bem como uma análise da sua integração municipal, em função dos cenários prospetivados em matéria de desenvolvimento urbano e escolar.

O perímetro da análise da Carta Educativa inclui os estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino da rede pública, privada, cooperativa e solidária, sendo que os objetivos da sua análise estão identificados no artigo 6.º do Decreto em causa, nomeadamente:

- Assegurar a adequação da rede de estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino básico e secundário, para que, em cada momento, as ofertas educativas disponíveis a nível municipal respondam à procura efetiva existente;
- Refletir, ao nível municipal, o processo de ordenamento a nível nacional e intermunicipal da rede de ofertas de educação e formação;
- Promover a criação de condições mais favoráveis ao desenvolvimento de centros de excelência e de competências educativas, bem como as condições para a gestão eficiente dos recursos educativos disponíveis;
- Incluir uma análise prospetiva, fixando objetivos de ordenamento progressivo, a médio e longo prazos;
- Garantir a coerência da rede educativa com a política urbana do município, nomeadamente com a distribuição espacial da população e das atividades económicas daquele.

Este enquadramento permite concluir que a Carta Educativa é um instrumento relevante para: i) enquadrar de forma una o planeamento e a organização da rede educativa local; ii) promover a adequação da rede de infraestruturas de ensino à procura previsível; iii) melhorar e qualificar o parque escolar existente no concelho.

Competências de Investimento

Artigo 31.º - Construção, requalificação e modernização de edifícios escolares

1. A construção, requalificação e modernização de edifícios escolares compete às câmaras municipais, em execução do planeamento definido pela carta educativa.
2. O departamento governamental com competência na matéria pode promover a construção, requalificação e modernização de edifícios escolares cuja oferta de educação e formação abranja, pela sua especificidade, uma área territorial supramunicipal (...) solicitando às entidades intermunicipais abrangidas na área territorial supramunicipal, parecer prévio sobre a construção, requalificação ou modernização do edifício escolar em causa.

Investimento

Artigo 32.º - Equipamento, conservação e manutenção de edifícios escolares

1. A aquisição de equipamento básico, mobiliário, material didático e equipamentos desportivos, laboratoriais musicais e tecnológicos, utilizados para a realização das atividades educativas, compete às câmaras municipais.
2. A realização de intervenções de conservação manutenção e pequena reparação em estabelecimentos da educação pré-escolar e de ensino básico e secundário compete às câmaras municipais (...) e integra a conservação e manutenção dos espaços exteriores incluídos no perímetro dos estabelecimentos educativos destas tipologias.

FIGURA 2: ENQUADRAMENTO DO ART.º 31 DO DECRETO-LEI N.º 21/2019, DE 30 DE JANEIRO.

Fonte: Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro (adaptado)

A dimensão multifatorial da Carta Educativa obriga a que se estabeleça uma relação de proximidade entre os processos de ordenamento da rede educativa e o território onde esta se insere, pelo que não deve estar

dissociada dos demais instrumentos de planeamento territorial, nomeadamente do Plano Diretor Municipal (PDM), principal instrumento de gestão territorial ao nível municipal.

É neste contexto que o Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, obriga os Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT), entre os quais o PDM, à articulação com políticas setoriais de incidência local (alínea c) do artigo 70º).

Por outro lado, o Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, veio reforçar a perspetiva na qual o PDM *define o quadro estratégico de desenvolvimento territorial do município e o correspondente modelo de organização territorial, estabelecendo nomeadamente (…) a rede de equipamentos de educação*.

Em síntese, a associação da Carta Educativa ao PDM, enquanto documento complementar, constitui um instrumento fundamental do planeamento, determinante para a decisão estratégica, principalmente no que respeita ao enquadramento e dimensionamento do sistema educativo, garantindo a sua adequação à dinâmica social e ao desenvolvimento urbanístico.

1.3. POLÍTICAS E METAS A ALCANÇAR

As questões relacionadas com a formação e o conhecimento tem vindo a ganhar um espaço cada vez mais relevante nos fóruns de decisão política. Neste âmbito, destaque-se o Conselho Europeu de março de 2020, que definiu uma estratégia de reforço do mercado de emprego e da coesão social por via de uma "economia baseada no conhecimento mais dinâmica e competitiva, capaz de garantir um crescimento económico sustentável, com mais e melhores empregos, e com maior coesão social" (Conselho Europeu, 2001).

A prossecução deste objetivo obriga a que a Educação tenha uma posição central, pelo que a definição de estratégias envolveu os diversos subsistemas educativos e formativos, assim como todos os seus intervenientes, procurando que os cidadãos europeus pudessem desenvolver as suas aptidões e competências, criando de estruturas de combate ao desemprego e à exclusão social dos grupos mais desfavorecidos, proporcionando novas formas de aquisição de conhecimentos ao longo da vida.

O documento Estratégia Europa 2020[1], desenvolvido pela Comissão Europeia em junho de 2010, estabeleceu o objetivo de tornar a UE numa economia inteligente (promovendo o conhecimento, a inovação, a educação e a sociedade digital); sustentável (promovendo uma economia hipocarbónica, eficiente em termos de recursos e competitiva) e inclusiva (promovendo uma economia com altas taxas de emprego que assegure a coesão social e territorial), constituindo-se como um importante marco na promoção e valorização de competências.

No âmbito da estratégia, foram identificadas cinco áreas prioritárias de atuação, às quais estão associados objetivos a atingir até 2020, quer para o conjunto da União quer para cada Estado-Membro, sendo que a operacionalização estratégica foi desenvolvida por via de ações específicas ao nível nacional e europeu, sendo algumas centradas, direta ou indiretamente, na componente educativa).

[1] Europa 2020: Estratégia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo. COM (2010) 2020. Comissão Europeia (março de 2010).

5 grandes objetivos da UE para 2020	Metas para Portugal
Emprego	
– Aumentar para 75% a taxa de emprego na faixa etária dos 20-64 anos	– Taxa de emprego: 75%
I&D e Inovação	
– Aumentar para 3% do PIB da UE o investimento (público e privado) em I&D e inovação	– I&D (em % do PIB): 2,7 a 3,3%
Alterações Climáticas e Energia	
– Reduzir as emissões de gases com efeito de estufa em 20% (ou em 30%, se forem reunidas as condições necessárias) relativamente aos níveis registados em 1990 – Obter 20% da energia a partir de fontes renováveis – Aumentar em 20% a eficiência energética	– Redução das emissões de CO2: 20% – Energias renováveis: 31% – Eficiência energética: 20% (30% no caso da Administração Pública)
Educação	
– Reduzir as taxas de abandono escolar para níveis abaixo dos 10% – Aumentar para, pelo menos, 40% a percentagem da população na faixa etária dos 30-34 anos que possui um diploma do ensino superior	– Abandono escolar precoce: 10% – Ensino Superior: 40%
Pobreza e Exclusão Social	
– Reduzir, pelo menos, em 20 milhões o número de pessoas em risco ou em situação de pobreza ou de exclusão social.	– Redução da população em risco de pobreza ou de exclusão social: 200.000

TABELA 1: GRANDES OBJETIVOS DA EU PARA 2020 E METAS NACIONAIS.

FONTE: ESTRATÉGIA EUROPA 2020 (ADAPTADO).

A ambição associada a estes objetivos contribuiu para a consolidação de 7 iniciativas emblemáticas que visavam uma partilha de responsabilidade alargada às várias escalas, numa lógica colaborativa que abrangia desde as organizações europeias às autoridades locais e regionais.

	União da inovação	Recentrar a política de I&D e inovação nos principais desafios societais, colmatando o desfasamento existente entre a ciência e o mercado, transformando as invenções em produtos. A título de exemplo, a patente comunitária poderia traduzir-se numa economia anual de 289 milhões de euros para as empresas.
Reforçar a qualidade e a capacidade de atração internacional do sistema de ensino superior europeu, promovendo a mobilidade dos estudantes e dos jovens profissionais. As vagas existentes devem ser mais facilmente acessíveis em toda a Europa e as qualificações e experiência profissional reconhecidas de forma adequada.	**Juventude em movimento**	
	Agenda digital para a Europa	Retirar de forma sustentável benefícios económicos e sociais do mercado único digital com base na internet de alta velocidade. Até 2013, todos os europeus deverão ter acesso à internet de alta velocidade.
Apoiar a transição para uma economia hipocarbónica e eficiente na utilização de recursos. A Europa deve manter-se fiel aos objetivos que fixou para 2020 no domínio da produção, eficiência e consumo de energia. Deste modo, será possível uma poupança de 60 mil milhões de euros nas importações de petróleo e gás em 2020.	**Europa eficiente em termos de recursos**	
	Política industrial em prol do crescimento verde	Contribuir para a competitividade da indústria da UE no mundo que emergirá da crise, promover o empreendedorismo e desenvolver novas qualificações. Deste modo, será possível criar milhões de novos postos de trabalho.
Criar as condições para a modernização dos mercados de trabalho, com vista a aumentar as taxas de emprego e assegurar a sustentabilidade dos nossos modelos sociais no momento da passagem à reforma da geração dos «baby-boomers».	**Agenda para novas qualificações e novos empregos**	
	Plataforma europeia contra a pobreza	Assegurar a coesão económica, social e territorial, permitindo que as camadas mais pobres e socialmente excluídas da população desempenhem um papel ativo na sociedade.

TABELA 2: INICIATIVAS EMBLEMÁTICAS DA ESTRATÉGIA EUROPA 2020.

FONTE: ESTRATÉGIA EUROPA 2020 (ADAPTADO).

Ao nível nacional, são vários os documentos que incorporam a ambição de desenvolvimento, destacando-se os que deram sustentação ao Portugal 2020, já próximo do final, bem como os que se relacionam com o próximo quadro de financiamento comunitário, destacando-se também documentos internos de planeamento, como a revisão do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT).

O facto de se enfrentarem alguns constrangimentos de tipologia diversa desde 2008, período de reajustamento financeiro ao nível nacional, não impede que as mudanças estruturais que se avizinham e balizam o reencaixe do país em diferentes escalas e contextos políticos, socioeconómicos e territoriais, assim como os pressupostos e prioridades de desenvolvimento do País continuem a manter a sua atualidade e pertinência nos horizontes de médio e longo prazo.

Ainda no horizonte 2014-2020, o desenvolvimento territorial de Portugal estava balizado por quatro prioridades: i) criação de uma economia inovadora, competitiva, integrada e aberta; ii) criação de um território equitativo e de bem-estar; iii) criação de um espaço sustentável e bem ordenado; iv) criação de uma sociedade criativa, cooperante e com sentido de cidadania.

Mais recentemente, a Visão Estratégica para o Plano de Recuperação Económica de Portugal 2020-2030, a partir da qual foi desenvolvido o Plano de Recuperação e Resiliência a apresentar à Comissão Europeia e que contribuirá para definir a forma de atribuição dos fundos comunitários no próximo quadro de financiamento, apresenta alguns objetivos diretamente relacionados com as questões da educação e coesão territorial, destacando-se o reforço da *aposta nas qualificações da população portuguesa a todos os níveis, para superar este défice crónico, acelerar a Transição Digital e apostar nas infraestruturas digitais em todos os setores e na Administração Pública, incentivando novos modelos de trabalho e de produção que incorporem as tecnologias associadas à digitalização.*

Noutro domínio, as linhas de rumo que o PNPOT pretendeu imprimir ao País enquadram alguns objetivos estratégicos, que se complementam e reforçam reciprocamente, e que permitem suportar algumas opções de desenvolvimento, incluindo aquelas relacionadas com o quadro da rede do Sistema Educativo:

- Assegurar a equidade territorial no provimento de infraestruturas e de equipamentos coletivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral, promovendo a coesão social;
- Promover o desenvolvimento policêntrico dos territórios e reforçar as infraestruturas de suporte à integração e à coesão territoriais;
- Reforçar a qualidade e a eficiência da gestão territorial, promovendo a participação informada, ativa e responsável dos cidadãos e das instituições;
- Utilizar de modo sustentável os recursos energéticos.

A definição destes objetivos está também em linha com as principais tendências emergentes que constituem o pano de fundo das estratégias de desenvolvimento local para os próximos anos, no quadro dos instrumentos de cofinanciamento:

- Reforçar a prioridade da alocação de recursos nas questões da competitividade com especial enfoque na introdução e aprofundamento da I&D nos clusters em que País denota maiores vantagens comparativas;
- Aprofundar as experiências de desenvolvimento urbano integrado com uma redução do investimento nos vetores físicos e no espaço público e a emergência das questões da reabilitação urbana, da competitividade económica e da inovação social, em coerência com as alterações no mercado de habitação;

- Concentrar espacialmente os investimento e aumento da seletividade na alocação de recursos financeiros, procurando tirar partido das economias de escala, bem como apoiar o processo de revitalização económica e territorial do País;
- Redefinir os modelos de governança territorial, com vista à redução dos custos de administração territorial e de otimização do stock de bens públicos.

A materialização destes objetivos tem permitido um avanço positivo em matéria educativa, em que merecem destaque algumas melhorias concretas, de que é exemplo a redução do número de jovens que abandonam a escola precocemente (aqueles que não conseguem completar o ensino secundário). Este é um aspeto fundamental não só para o aumento das competências, como também para melhorar perspetivas e oportunidades de emprego dos jovens, já que aqueles com pelo menos a qualificação secundária (ou superior) têm maior propensão de encontrar um emprego e de ter um rendimento superior comparativamente aos que possuem um nível de educação mais baixo.

Conforme já abordado, o objetivo Europa 2020 ambiciona reduzir a percentagem de população (entre os 18 a 24 anos) com baixas qualificações escolares. Em 2021, este valor rondava os 9,7% na União Europeia, bastante inferior ao registado em 2008 (14,4%), apresentando uma evolução positiva[2]. Em Portugal, o mesmo indicador situa-se 3,8 pp abaixo da média europeia, nos 5,9% (34,9%, em 2008). A região do Alentejo, onde se insere o concelho de Grândola, não possui informação para os anos de 2020 e 2021, não obstante, em 2019, a taxa era de 12,7%, acima da média nacional desse ano (10,6%), mas muito abaixo dos valores regionais de 2008 (26,3%).

Ainda que esta redução possa, em parte, ser atribuída a um ambiente de maior dificuldade em encontrar trabalho, há também melhorias estruturais significativas (maior qualidade dos espaços, maior integração das políticas educativas e socioeconómicas, maior sensibilização dos jovens), sendo expectável que a tendência se mantenha, ainda que a um ritmo mais lento.

[2] https://ec.europa.eu/eurostat/databrowser/view/t2020_40/default/map?lang=en

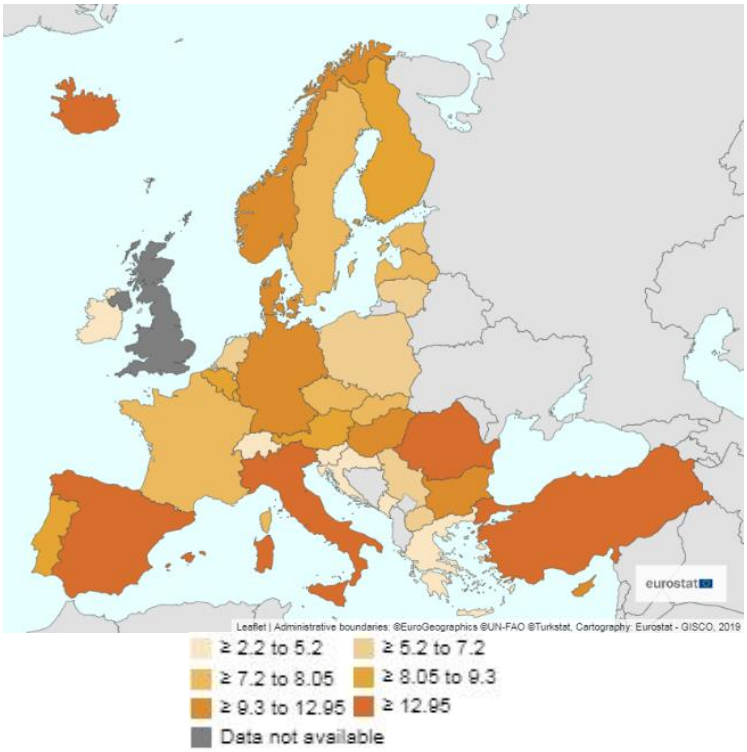


FIGURA 3: ABANDONO ESCOLAR PRECOCE DA EDUCAÇÃO OU FORMAÇÃO (18-24 ANOS), 2020.

FONTE: EUROSTAT.

Efetivamente, Portugal apresenta uma evolução favorável no que diz respeito ao abandono escolar, situação que também se verifica na proporção de jovens com idade entre os 25 e os 34 anos com um nível de ensino secundário que, em 2020, era superior à média europeia (41,9% a nível nacional e 41,5% a nível europeu), o que reflete uma redução da franja de jovens que não possuem qualquer tipo de oferta educativa, incluindo profissional, que contribua para a sua inserção no mercado de trabalho.

Segundo o Ministério da Educação, para a redução deste indicador terá contribuído a frequência de cursos profissionais (à entrada do secundário, em média, metade dos alunos escolhem esta via).

Apesar da melhoria verificada no que diz respeito à taxa de abandono escolar precoce, ainda se nota uma ligeira diferença de género, (3,6 p.p.), sendo de 7,7% no caso dos homens e de 4,1% no caso das mulheres (2021).

Como já referido, outro dos objetivos educativos definidos para 2020 passava por atingir os 40% de diplomados que tenham completado o ensino superior ou equivalente na população entre os 30 e os 34 anos (em 2013, era de 30,1%). Entre 2011 e 2021, ocorreu um aumento da população entre os 30 e 34 anos com pelo menos o ensino superior completo dos 28,6% para os 36,9% (27,5% no Alentejo). Destaque para a população feminina que apresenta valores na casa dos 44%, superando o objetivo de 2020. Por outro lado, de acordo com dados do Eurostat, o ensino e os cuidados na primeira infância (dos 4 aos 6 anos) passaram, em Portugal, dos 90,4%, em 2013, para os 96,6%, em 2019, valor já superior ao da média da UE (95,1%).

A qualidade de ensino deve proporcionar aos alunos as competências necessárias para o seu sucesso futuro, sendo este um aspeto determinante mensurar o sucesso das políticas educativas. Neste âmbito, os inquéritos realizados pela OCDE em 2018, revelaram que, em Portugal, 20,2% dos alunos com 15 anos de idade testados (PISA) têm uma compreensão insuficiente do que leem e uma proporção ainda maior possui

competência insuficiente em matemática (23,3%). Estes valores, demonstram que em muitos países da UE (incluindo Portugal), ainda existem grandes dificuldades na aprendizagem de competências básicas, bem como de iliteracia científica.

Recorde-se que, no quadro da OCDE, foram estabelecidos três indicadores de referência para 2020, no que respeita à Educação e Formação, nomeadamente quanto ao abandono escolar e à participação no ensino:

- Pelo menos 95% das crianças com mais de 4 anos e menos de 6 anos devem participar na educação infantil (pré-escolar);
- Menos de 15% dos jovens de 15 anos com problemas/dificuldades de leitura, matemática e ciência;
- Pelo menos 15% dos adultos (grupo etário 25-64) devem participar na aprendizagem ao longo da vida.

No quadro destas metas definidas pela OCDE para 2020 Portugal apresenta uma trajetória particularmente positiva em matéria de participação na educação infantil e pré-escolar, o que se deve principalmente à integração universal das crianças com pelo menos 4 anos de idade na educação pré-escolar no ano letivo de 2016/2017, que fez com que esse valor se tenha situado próximo dos 100%. Sublinhe-se que esta dimensão educativa continua a ser uma prioridade nacional, havendo uma intenção governamental de alargar a universalidade da educação pré-escolar às crianças com três anos, pelo que todas as crianças com essa idade deverão ter lugar num jardim de infância.

Finalmente, em matéria de investimento, dados de 2013 situavam a despesa pública consagrada à educação em percentagem do PIB nos 5,2%, tendo esse valor apresentado trajetória de descida até 2016 (4,69%). Apesar de um ligeiro aumento em 2017 (4,90%), em 2018 esse valor ficou-se pelos 4,59%. Para este ano mais recente não há ainda um valor disponível para a média da EU, sendo que em 2017 essa proporção se situou nos 4,73%.

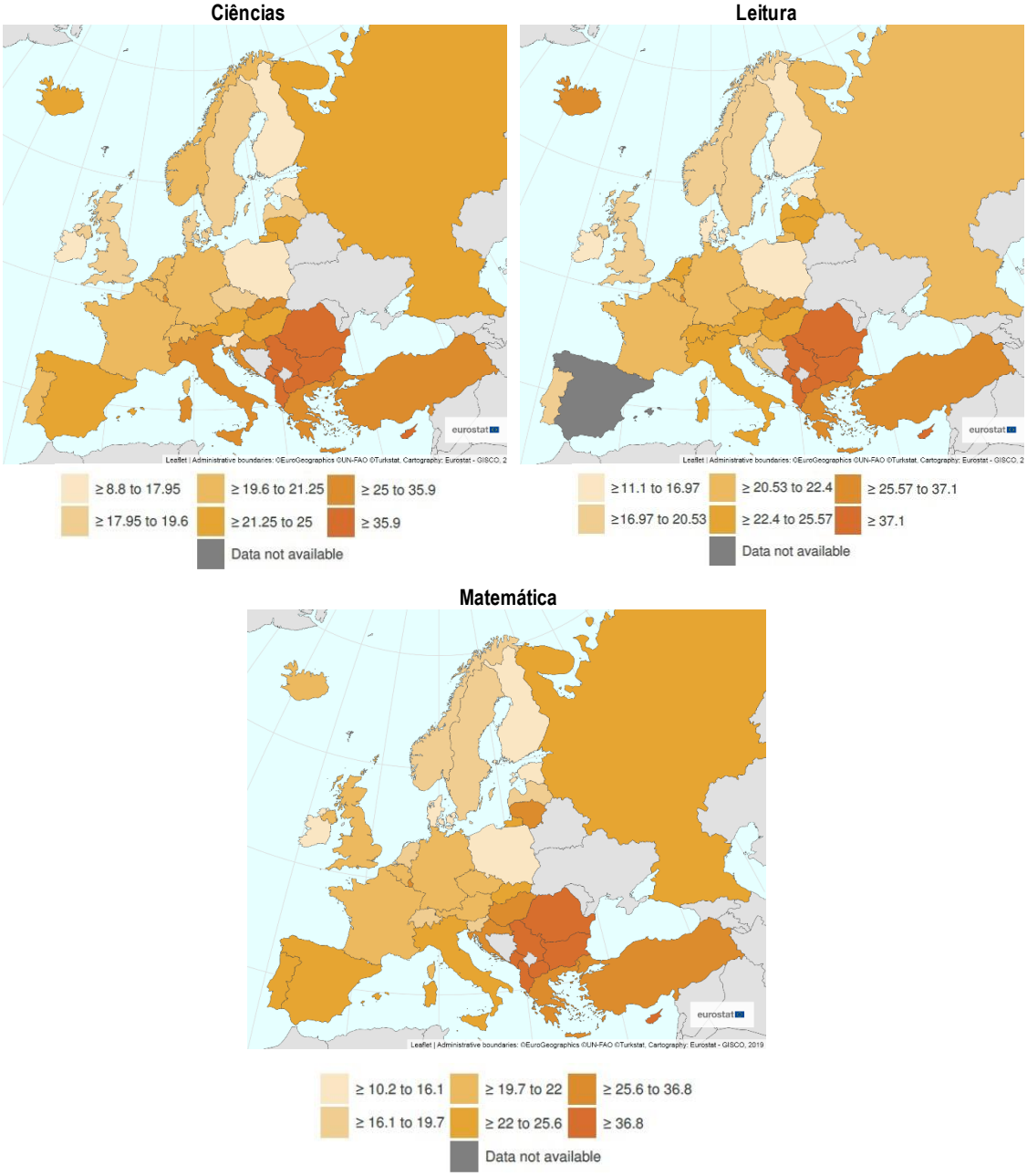


FIGURA 4: PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO COM MENOS DE 15 ANOS COM REDUZIDA COMPETÊNCIA EM MATEMÁTICA, LEITURA E CIÊNCIA (2018).

FONTE: EUROSTAT.

Durante a Cimeira das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, realizada em Setembro de 2015, foi apresentada e aprovada uma resolução denominada "Transformar o nosso mundo: Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável". Esta veio definir um plano de ação para as pessoas, o planeta e a prosperidade, tendo para isso sido definidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, nos quais estão integradas 169 metas a alcançar por todos os países até 2030.

Dada a natureza e amplitude temática desta resolução, a educação é assumida como um aspeto central no desenvolvimento das políticas gerais de cada país, pelo que o quarto dos 17 Objetivos de

Desenvolvimento Sustentável é precisamente relacionado com a Educação de Qualidade, visando "garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos". As metas a alcançar no âmbito deste objetivo encontram-se apresentadas no quadro abaixo, e retomam alguns dos objetivos identificados na Estratégia Europa 2020, instando os países a continuar uma evolução nas políticas educativas que garantam melhores resultados e, em última análise, contribuam para uma sociedade mais inclusiva, coesa e com maior grau de equidade.

Metas para uma Educação de Qualidade	
4.1	– Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completam o ensino primário e secundário, que deve ser de acesso livre, equitativo e de qualidade, conduzindo a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes
4.2	– Até 2030, garantir que todos as meninas e meninos tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, bem como cuidados e educação pré-escolar, de modo que estejam preparados para o ensino primário
4.3	– Até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e terciária, incluindo a universidade, com qualidade e a preços acessíveis
4.4	– Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilitações relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo
4.5	– Até 2030, eliminar as disparidades de género na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, população autóctone e crianças em situação de vulnerabilidade
4.6	– Até 2030, garantir literacia e aptidões numéricas a todos os jovens e a uma substancial proporção dos adultos, homens e mulheres
4.7	– Até 2030 garantir que todos os alunos adquiram os conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive por meio da educação para o desenvolvimento e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de género, promoção de uma cultura de paz, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável
4.a	– Construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e às questões de género, e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros e não violentos, inclusivos e eficazes para todos
4.b	– Até 2020, ampliar substancialmente, a nível global, o número de bolsas de estudo - para os países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países africanos - para o ensino superior, incluindo programas de formação profissional, de tecnologia da informação e da comunicação, programas técnicos, científicos e de engenharia, em países desenvolvidos e outros países em desenvolvimento
4.c	– Até 2030, aumentar substancialmente o contingente de professores qualificados, inclusive por meio da cooperação internacional para a formação de professores, nos países em desenvolvimento, especialmente os países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento

TABELA 3: METAS DO OBJETIVO 4 "EDUCAÇÃO DA QUALIDADE" NO ÂMBITO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PARA 2030.

FONTE: ESTRATÉGIA EUROPA 2020

1.4. POLÍTICA SETORIAL E REFORMAS EM CURSO

A política educativa nacional resulta da materialização das opções governamentais e de gestão assumidas pelos decisores políticos, no âmbito do quadro legislativo de referência que enquadra e suporta o Sistema Educativo nacional.

Neste âmbito, o XXII Governo Constitucional (2019-2023), identificou 4 desafios a prosseguir durante a presente legislatura, sendo que um deles tem particular relevância em matéria de educação, designadamente aquele que se refere às "Desigualdades - Mais e melhores oportunidades para todos, sem discriminações".

A amplitude deste desafio obriga a uma forte articulação entre os vários domínios económicos e sociais relevantes, nos quais se encontram objetivos especificamente relacionados com a educação, nomeadamente a aposta na escola pública como elemento de combate às desigualdades, o combate às desigualdades à entrada e à saída da escola e a promoção do acesso à formação e qualificação ao longo da vida.

Na sequência das prioridades definidas no plano de governo do quadriénio anterior, considera-se que a consolidação das contas públicas só poderá ocorrer por via de uma maior eficiência ao nível da utilização e gestão dos recursos por parte das administrações públicas (as decisões devem ser tomadas com base em critérios de custo e eficácia – "*na educação básica, a última estimativa do Conselho Nacional de Educação aponta para 150 mil reprovações anuais, o que significa que cerca de 600 milhões de euros de despesa, não tiveram qualquer contrapartida positiva").*

Por outro lado, releva-se a necessidade de valorizar o capital humano, sendo esta uma condição fundamental para um país mais próspero (*o principal investimento de futuro é o investimento nas pessoas de diferentes gerações, proveniências e capacidades*). Desta forma, "*o direito à Educação, e a uma Educação capaz de responder aos desígnios dos cidadãos e da sociedade, é um dos pilares fundamentais do desenvolvimento das comunidades e um aspeto fundacional da democracia portuguesa. A Educação é não apenas o meio privilegiado para o desenvolvimento dos indivíduos, mas também o determinante necessário para alcançar uma sociedade justa e esclarecida. A função social da escola pública só estará inteiramente cumprida quando a origem de cada um não for um aspeto relevante para o sucesso ou insucesso dos seus resultados. Entendemos que este é o fim fundamental para o qual concorre todo o sistema educativo." (Programa do* XXII Governo Constitucional 2019-2023).

É neste contexto que o combate as desigualdades à entrada e à saída da escola é assumido como um desígnio nacional destacando-se o "*acesso à escolaridade universal desde os 3 anos de idade e o ensino obrigatório durante 12 anos convocam-nos a trabalhar para que todos possam aceder a um sistema capaz de responder na medida das necessidades de cada um e de garantir o respetivo sucesso*" (Programa do XXII Governo Constitucional 2019-2023),

Deste enquadramento, conclui-se que o combate ao insucesso escolar é um dos principais referenciais de ação do atual governo, que procura assim diminuir os constrangimentos verificados na qualidade e equidade do ensino, assim como no cumprimento da escolaridade obrigatória.

Objetivo Estratégico	Objetivo Operacional	Medidas Principais
Apostar na educação pré-escolar como chave para o combate ao insucesso escolar	**Investimento no alargamento da rede e na qualificação da educação de infância**	1. Garantir a universalidade da oferta da educação pré-escolar a todas as crianças dos três aos cinco anos; 2. Assegurar a tutela pedagógica sobre os estabelecimentos que integram a rede nacional de educação pré-escolar, independentemente de pertencerem à rede pública ou à rede solidária; 3. Desenvolver instrumentos de diagnóstico precoce de situações de risco como estratégia de prevenção do insucesso escolar
Combater o insucesso na sua raiz: desenvolver um ensino básico integrado, global e comum	**Investimento em medidas de combate ao insucesso escolar**	1. Promover uma maior articulação entre os três ciclos do ensino básico, redefinindo progressivamente a sua estrutura de modo a atenuar os efeitos negativos das transições entre ciclos, assumindo uma gestão mais integrada do currículo e reduzindo a excessiva carga disciplinar dos alunos 2. Incentivar a flexibilidade curricular, desde o 1.º ciclo, recorrendo a diferentes possibilidades de gestão pedagógica, gerindo com autonomia os recursos, os tempos e os espaços escolares, adequadas aos múltiplos contextos existentes; 3. Consolidar as atividades de enriquecimento curricular, integrando-as plenamente na vida pedagógica das escolas, contribuindo, desse modo, para o aprofundamento do princípio da «Escola a Tempo Inteiro», alargando-a a todo o ensino básico.
Assegurar o cumprimento dos 12 anos de escolaridade obrigatória: valorizar o ensino secundário e diversificar a oferta formativa	**Investimentos em medidas destinadas à valorização do ensino secundário e à diversificação da oferta formativa e valorização do ensino profissional e artístico**	1. Criar programas de desenvolvimento do ensino experimental 2. Alargar o leque de cursos e de qualificações contempladas, em particular de nível secundário e pós-secundário 3. Reforçar as estratégias de diversificação pedagógica no contexto do ensino profissional e promover uma maior ligação da escola à comunidade e à família, tendo em atenção os jovens que abandonaram a escola sem concluir o ensino secundário e que ainda não se encontram a trabalhar 4. Criar condições de maior estabilidade ao financiamento da rede de escolas profissionais, através do recurso a programas plurianuais de financiamento condicionado ao mérito dos seus projetos educativos 5. Promover um maior reconhecimento do ensino profissional e das qualificações profissionais no âmbito do mercado de trabalho, estabelecendo dinâmicas de cooperação com os parceiros sociais e os conselhos empresariais regionais
Modernizar os modelos e os instrumentos de aprendizagem	**Investimentos em ações que promovam um maior alinhamento das políticas educativas com as dinâmicas sociais e económicas**	1. Conceber e implementar uma estratégia de recursos digitais educativos, que promovam a criação, disseminação e utilização de conteúdos digitais no processo de aprendizagem 2. Promover a utilização das TIC no âmbito do currículo, visando a apreensão, desde cedo, de práticas de aprendizagem baseadas nas novas tecnologias, capitalizando motivações, fomentando o gosto por aprender 3. Lançar um processo de simplificação na administração central da educação para uma maior autonomia e concentração das escolas na sua atividade fundamental, incluindo a reestruturação da administração central e das suas missões, reduzindo o seu peso no sistema, centrando a sua atuação no planeamento, avaliação e regulação do sistema

Objetivo Estratégico	Objetivo Operacional	Medidas Principais
Centrar as escolas no ensino e na aprendizagem dos alunos	**Medidas que permitam consolidar e alargar significativamente o regime de autonomia, administração e gestão das escolas e agrupamentos, como elemento central do esforço de descentralização das competências**	1. Criar condições para que as escolas e agrupamentos possam gerir o currículo nacional de forma flexível e contextualizada, utilizando os métodos, as abordagens e os procedimentos que se revelarem mais adequados 2. Promover a descentralização e a desburocratização do sistema educativo 3. Avaliar o processo de transferência de competências para as autarquias ao nível do ensino básico e secundário, garantindo que não diminui a autonomia pedagógica das escolas 4. Criar condições para que as escolas e os agrupamentos, em articulação com os centros de formação, as instituições do ensino superior e outros intervenientes, se assumam como espaços privilegiados para a formação contextualizada dos seus docentes 5. Apoiar as escolas e os agrupamentos no desenvolvimento de projetos promotores de uma cidadania responsável, incentivando o estabelecimento de parcerias educativas com encarregados de educação e as comunidades educativas, no sentido de prevenir situações de indisciplina e violência 6. Consolidar os processos de otimização e de qualificação dos recursos humanos, dando relevo às funções docentes e à prática letiva e promovendo a qualificação para funções especializadas

Tabela 4: Objetivos Estratégicos, Operacionais e Medidas Principais do Programa do XXII Governo Constitucional 2019-2023 em Matéria de Educação.

Fonte: Programa do XXII Governo Constitucional 2019-2023

Iniciado em 2015, o Programa Aproximar Educação (PAE), veio reconfigurar o quadro relativo à distribuição de competências na área da Educação (contrato de educação e formação municipal). Este programa visou assegurar a descentralização através da delegação contratual de competências na área da educação e formação dos serviços centrais do Estado para os municípios.

Isto conduziu à valorização do papel dos municípios, das escolas e da comunidade em geral na tomada de decisões por via de um contrato (fundamentado no quadro da ação local), e que permitiu uma maior autonomia pedagógica, curricular, administrativa e organizativa. Na base deste processo estavam premissas fundamentais como a subsidiariedade, a proximidade, a corresponsabilização, a racionalização dos recursos e a democratização.

O arranque do PAE ocorreu em 2014/2015, tendo para isso sido selecionado um conjunto de 13 municípios, nomeadamente, Águeda, Amadora, Batalha, Cascais, Crato, Matosinhos, Óbidos, Oeiras, Oliveira de Azeméis, Oliveira do Bairro, Vila de Rei e Vila Nova de Famalicão que iniciaram o projeto de descentralização na área da Educação e cuja fase piloto se estimou com uma duração inicial de quatro anos.

No seu total, estes concelhos representavam cerca de 10% da população portuguesa (um milhão de habitantes), 10% da população estudantil do ensino básico e secundário (cerca de 110 mil alunos), 10% das turmas existentes (cinco mil) e 8,5% dos Agrupamentos existentes.

O Contrato de Educação e Formação Municipal assumido por estes municípios, enquadrava-se no âmbito de um projeto-piloto de cariz pedagógico e administrativo, promotor da eficiência dos recursos educativos,

constituindo-se como ponto de referência para um futuro modelo de gestão articulado e integrado do Sistema de Educação nos Concelhos.

Este contrato estipulava que mais de 60% das competências na área da Educação ficassem nos agrupamentos de escolas, 30% nos municípios e menos de 10% no Ministério da Educação e Ciência (MEC).

As competências que permaneciam no MEC eram as relacionadas com a gestão do corpo docente e seu recrutamento, por via dos concursos nacionais e a avaliação dos alunos, professores e escolas. Os agrupamentos continuariam a ser unidades orgânicas do MEC, sendo que a propriedade das escolas abrangidas passaria para os municípios depois de estar concluído o seu processo de reabilitação. As escolas propriedade da *Parque Escolar* seriam mantidas nesta empresa pública.

Ainda que não existisse qualquer exercício de avaliação relativo ao desempenho e sucesso relativo dos contratos assinados, foi decidido avançar com um amplo e abrangente processo de descentralização e transferência de competências para os Municípios, no domínio da Educação.

Objetivos	a) Melhorar a qualidade das aprendizagens e o sucesso escolar dos alunos; b) Promover a eficácia e eficiência da gestão dos recursos educativos; c) Combater a saída precoce dos alunos do sistema educativo; d) Combater o abandono escolar; e) Monitorizar as práticas, os processos e os resultados do Projeto Educativo Municipal; f) Corresponder às necessidades e expectativas da comunidade educativa.
Princípios e limites orientadores da descentralização	a) O não aumento da despesa pública global; b) O aumento da eficiência da gestão dos recursos afetos à Educação pelas autarquias; c) Os ganhos de eficácia do exercício das competências pelos órgãos das autarquias; d) O cumprimento dos objetivos de aproximação das decisões aos cidadãos, a promoção da coesão territorial, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis; e) A articulação entre os diversos níveis da administração pública; f) Garantia que a liberdade de escolha das famílias é salvaguardada, ou mesmo ampliada.
Domínios com competências delegadas	a) Gestão curricular; b) Gestão pedagógica; c) Gestão de recursos humanos; d) Gestão financeira; e) Gestão de equipamentos e infraestruturas. Neste último caso, apontem-se alguns exemplos adaptados de contratos de autonomia em vigor: 1) Implementar ações de reabilitação, ampliação e construção de estabelecimentos escolares; 2) Equipar o Centro de Inclusão pelas Artes e Ofícios com as seguintes valências: unidades de ensino estruturado e apoio a alunos multideficientes; espaço oficinal / laboratorial e de novas tecnologias; centro de aprendizagem /apoio ao estudo / ensino vocacional - (destinatários preferenciais: alunos com NEP, ensino vocacional e desenvolvimento de competências).

TABELA 5: OBJETIVOS, PRINCÍPIOS E COMPETÊNCIAS DELEGADAS NO ÂMBITO DO PAE, 2015.

FONTE: PAE (ADAPTADO)

Com a publicação da Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais (Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto), bem como do Decreto-lei que concretiza essa transferência de competências no domínio da educação (Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro), ficam reforçadas as áreas que anteriormente foram descentralizadas para os municípios conferindo-lhes, também, novas competências nas vertentes de planeamento, investimento e gestão no domínio da educação e regulando o funcionamento dos conselhos municipais de educação. A Carta Educativa e o plano de transporte escolar mantêm-se como instrumentos de planeamento, sendo também consagrada a participação das entidades intermunicipais no planeamento plurianual da rede de oferta de educação e formação.

1.5. PARTICIPAÇÃO E PROTAGONISMO DOS MUNICÍPIOS

As alterações legislativas nos diplomas que enquadram o tema educativo, fazem com que o poder local tenha um papel mais ativo e relevante na administração e planeamento da Educação. Por este motivo, a Carta Educativa é um instrumento de referência para o planeamento das políticas educativas, sociais e económicas de Grândola.

A Revisão da Carta Educativa deve ocorrer sempre que existam alterações no ordenamento da rede educativa, tais como o surgimento ou encerramento de novos estabelecimentos, ou ainda sempre que esta fique em desconformidade com os princípios, objetivos e parâmetros técnicos subjacentes à sua conceção, tal como o referem o Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, o Decreto-Lei n.º 21/2019 de 30 de janeiro. Não obstante, caso estas premissas não se verifiquem, a periodicidade de revisão ocorre obrigatoriamente de 5 em 5 anos, segundo o Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, ou de 10 em 10 anos, segundo o Decreto-Lei n.º 21/2019 de 30 de janeiro.

Para além das questões legais relacionadas com a necessidade de revisão do documento, a futura revisão do PDM de Grândola, que se encontra sensivelmente a meio do seu período de vigência (aprovada em 2017), poderá também ter impacte significativo na preparação e desenvolvimento de um documento com as características da Carta Educativa.

É objetivo primordial da Carta Educativa formular uma proposta de reordenamento da rede educativa concelhia mais adequada à procura previsível no médio/longo prazo. Esta proposta deverá ser desenvolvida a partir da evolução da política e legislação respetiva, das oscilações da procura de educação e ensino bem como da necessidade de rentabilização do parque escolar existente.

Em termos estratégicos a revisão da Carta Educativa visará o redimensionamento da rede educativa de Grândola, permitindo desenvolver uma atuação que promova a melhoria generalizada da educação, do ensino, da formação e da cultura da população do concelho, contribuindo para o seu desenvolvimento. Assim, são seus objetivos gerais:

- Identificar e caracterizar a rede de equipamentos de educação, ensino e formação profissional de âmbito público e privado;
- Aproximar as ofertas de ensino, educação e formação à procura efetiva, quer em termos quantitativos quer em termos qualitativos;

- Corrigir as assimetrias relacionadas com a localização dos estabelecimentos de ensino públicos, garantindo dessa forma uma distribuição equilibrada no território, bem como as necessidades de construção de novos equipamentos e a reconversão e adaptação dos equipamentos existentes;
- Definir critérios de programação e redimensionamento mais adequados à realidade atual e às necessidades específicas do município, assegurando que a rede pública de ensino pré-escolar, básico, secundário e de formação profissional esteja efetivamente adequada à legislação em vigor e aos objetivos da política educativa municipal;
- Assegurar a igualdade de oportunidades a todas as crianças e jovens de forma a atenuar desigualdades e assimetrias;
- Promover a articulação e a complementaridade entre a educação a formação e o mercado de trabalho;
- Robustecer os processos de articulação e interação da autarquia com a comunidade educativa, nomeadamente, pais e encarregados de educação, associações de pais, professores, direções de agrupamentos e funcionários;
- Prevenir o absentismo e abandono escolar.

Este enquadramento faz com que seja competência da autarquia manter e estimular a ligação entre a Educação, a Cultura, a Comunidade e o Desenvolvimento Local Sustentado, fazendo dessa inter-relação uma prioridade e uma estratégia para os próximos anos.

De igual modo, a Revisão da Carta Educativa deverá constituir-se, no seu enquadramento e propostas, como um instrumento dinâmico e orientador das políticas educativas, complementando ainda a prossecução das políticas sociais e económicas no concelho.

Devido ao conjunto de alterações legislativas ocorridas recentemente, a Revisão da Carta Educativa ocorre num quadro em que as relações entre a Escola, a Comunidade e o Poder Local se assumem como um dos novos desafios com que se depara a educação.

Esta articulação não se esgota na dimensão jurídica, sendo que a própria conceção de "Educação", não se limita a ser entendida como um processo de formação inicial onde os conhecimentos adquiridos se assumem como património cognitivo suficiente para o cabal desempenho dos vários papéis a cumprir durante a vida.

Disto resultam novos desafios para a Escola e a Sociedade, destacando-se a partilha de responsabilidades e solicitações decorrente do aumento crescente das competências e da sua complexidade, pelo que a consolidação de parcerias entre as várias entidades que intervêm nos mesmos espaços educativos e na sua envolvente próxima desempenham um papel fundamental nesta matéria.

Assim, o tempo educativo distingue-se cada vez mais do tempo escolar, sendo este último progressivamente entendido como uma parcela do tempo de formação, pelo que o espaço escolar tem vindo a alargar a sua influência educativa a outros espaços reais (casa, local de trabalho ou lazer) ou virtuais, num contexto de crescente importância das tecnologias de informação e comunicação.

Também esta a nova sociedade educativa, progressivamente centrada na multiplicação de redes de informação e de intervenção, permite pensar e agir simultaneamente ao nível global e local, recuperando antigas cumplicidades e afinidades de vizinhança.

A Educação passou a ser entendida como um apelo constante à diversificação de espaços, modalidades e meios de ensinar e aprender, reconhecendo-se a importância quer da educação inicial quer da educação de adultos, bem como a complementaridade entre a educação formal, não-formal e informal e a

necessidade de romper o "isolamento" da educação, através da sua vinculação a outros domínios fundamentais do desenvolvimento, como o social, cultural, ambiental e económico.

Fica clara a necessidade de melhorar a qualidade da educação básica através de uma cultura de iniciativa, responsabilidade e cidadania ativa, e de uma expansão e diversificação da formação dos jovens, apostando na qualificação das novas gerações. É por isso que a Escola deve ser entendida como o espaço de congregação de esforços do Estado e da Sociedade Civil, além de espaço para a aquisição de conhecimentos, de compreensão e respeito mútuos.

Reconhecendo a importância do seu papel, o município de Grândola assume, no exercício de Revisão, um papel de liderança e de dinamização de processos. Esta posição permite também que se constitua como um privilegiado agente de mudança através da identificação de desafios, respostas e soluções para as situações que se venham a diagnosticar.

1.6. A REVISÃO DA CARTA EDUCATIVA AO SERVIÇO DA DEFINIÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA SETORIAL

O processo de Revisão da Carta Educativa reflete o desenvolvimento e transformações verificadas no Sistema Educativo nacional, aproximando-o das tendências organizacionais ocorrem ao nível europeu, principalmente nos países com que se verifica maior afinidade cultural.

As mudanças atuais são o resultado de reformas, desencadeadas principalmente após a década de 70, e cuja evolução nem sempre corresponde ao desejado. A esta situação não é alheio o facto de a legislação relacionada com a Educação resultar de um cruzamento de competências executivas e legislativas de origens diversas, o que dificulta consensos e atrasou a aplicação das medidas.

Um dos aspetos mais importantes destas mudanças é o crescente envolvimento do poder local no sistema educativo. Isto ocorre principalmente através do aumento das competências de órgãos municipais em temas como as políticas educativas, a organização e gestão da educação pré-escolar e primeiro ciclo do ensino básico, a gestão de pessoal não docente, os transportes e apoio social escolar e, também, nas próprias tarefas de organização e ordenamento dos territórios educativos.

O Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, e, posteriormente, o Decreto-Lei n.º 21/2019 de 30 de janeiro, vieram regulamentar as competências na área da realização de investimentos por parte dos municípios, nos domínios da construção, equipamentos e manutenção dos estabelecimentos de educação (fundamentais para enquadrar o quadro de elegibilidades aos principais instrumentos financiadores) referindo-se, ainda, à gestão do pessoal não docente dos estabelecimentos de educação e ensino.

É assim que a Carta Educativa, enquanto "instrumento, ao nível municipal, de planeamento e ordenamento prospetivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no concelho, de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico e socioeconómico de cada município" ganha uma importância central neste tema.

De um modo geral, a realização das Revisões das Cartas Educativas, tem como elemento fundamental e enquadrador a atual Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei n.º 46/86, de 14 de outubro, com alterações posteriores), destacando-se os princípios gerais que possam ter implicações no seu conteúdo.

Assim, a Revisão da Carta Educativa deve prosseguir a racionalização e redimensionamento do parque de recursos físicos existentes e cumprir os grandes objetivos da Lei de Bases do Sistema Educativo:

- Prever uma resposta adequada às necessidades de redimensionamento da rede educativa, colocadas pela evolução da política educativa e pelas oscilações da procura da educação, rentabilizando o parque escolar existente;
- Caminhar no sentido de um esbatimento das disparidades locais, promovendo a igualdade do acesso ao ensino numa perspetiva de adequação da rede educativa às caraterísticas locais, assegurando a coerência e racionalização dos recursos.

De igual modo, a Revisão da Carta Educativa de Grândola, enquanto instrumento fundamental de planeamento, possibilita:

- Orientar a redefinição do Sistema Educativo em função do desenvolvimento económico e sociocultural do Município de Grândola;
- Evitar ruturas e inadequações da rede educativa à dinâmica social e ao desenvolvimento urbanístico;
- Tomar decisões relativamente à construção de novos equipamentos, ao encerramento de escolas e à reconversão e adaptação do parque escolar, otimizando a funcionalidade da rede existente e a respetiva expansão;
- Definir prioridades, otimizando a utilização dos recursos consagrados à educação e a sua complementaridade com recursos de outras áreas do desenvolvimento sustentado concelhio.

Considerando o conceito de território educativo, entendido como o espaço geográfico onde deve ser assegurado o cumprimento da escolaridade obrigatória (DAPP, 2000), devem desenvolver-se as ações que permitam atingir objetivos concretos, como: i) desenvolver uma aprendizagem sequencial programada e acompanhada, que promova o sucesso escolar dos alunos; ii) racionalizar, rentabilizar e melhorar a qualidade dos recursos físicos, através de um sistema de administração e de gestão integrado.

A operacionalização deste conceito articula duas dimensões – uma pedagógica e outra de ordenamento do território. No caso da componente pedagógica, procura-se favorecer a existência de recursos físicos e pedagógicos diversificados, através do funcionamento em rede de estabelecimentos (onde será essencial o conceito de escola nuclear, que inclua recursos físicos e humanos especializados) ou da sua concentração num número reduzido de estabelecimentos. Relativamente à vertente de ordenamento do território, deve-se procurar responder às novas tendências de organização territorial.

Esta categorização remete para o conceito de escola nuclear, que congrega recursos materiais e imateriais mais qualificados e especializados, procurando ser o centro de dinamização e de apoio em matéria pedagógica e de infraestruturas.

Devido à organização atual do sistema educativo e da tipologia de estabelecimentos existentes, as escolas nucleares são geralmente Escolas Secundárias; Escolas Básicas 2,3; Escolas Básicas Integradas ou EBI/JI (Escolas Básicas Integradas com Jardim de Infância).

Destaque-se também que, de acordo com o enquadramento legal atual, a Carta Educativa deve criar condições mais favoráveis para o desenvolvimento de centros de excelência e de competências educativas, bem como possibilitar uma gestão eficiente e eficaz dos recursos educativos disponíveis.

Assim, a definição da rede educativa consiste na "configuração da organização territorial dos edifícios escolares, ou dos edifícios utilizados em atividades escolares, afetos aos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário" (Decreto-Lei 21/2019, de 30 de janeiro), nomeadamente os que dizem respeito a uma utilização mais eficiente dos recursos e à complementaridade das ofertas educativas, no quadro da correção de desigualdades e assimetrias locais e regionais, por forma a assegurar a igualdade de oportunidades de educação pré-escolar e de ensino.

Esta visão incorpora a programação e planificação da rede de equipamentos educativos, bem como novas metodologias e princípios do planeamento estratégico aplicadas ao domínio da educação. Esta planificação permite uma melhor articulação da política educativa dos diferentes níveis da administração num dado território (o município).

Por outro lado, sendo a Carta Educativa um instrumento em permanente avaliação e atualização, permite agilizar as respostas necessárias para fazer face às transformações territoriais e socioeconómicas no Município, assim como das próprias transformações da política educativa local e nacional.

O presente quadro legislativo define como objetivo a escolaridade obrigatória de 12 anos e organiza a escolaridade básica em três ciclos (1.º ciclo de quatro anos, 2.º ciclo de dois anos e 3.º ciclo de três anos). Acresce ainda a educação pré-escolar (dos 3 anos aos 5 anos de idade) e o nível secundário (do 10º ano de escolaridade ao 12º ano de escolaridade). Esta organização, bem como a generalização da frequência da educação pré-escolar a todas as crianças, teve implicações no planeamento da rede escolar, nas últimas duas décadas.

Isto resultou na necessidade de aperfeiçoamento progressivo de um conjunto de tipologias de escolas relacionadas com essa organização do sistema educativo. Esta melhoria deve observar vários critérios subjacentes a esta organização, que indicam que ao ensino básico e ao ensino secundário devem corresponder edifícios diferentes, ou que os estabelecimentos do ensino básico podem agregar mais de um ciclo e incluir salas de jardins-de-infância, favorecendo a flexibilidade dos estabelecimentos de educação e ensino, em conformidade com a evolução da procura escolar. Por outro lado, deve ainda responder à generalização progressiva da educação pré-escolar, ao alargamento da frequência do ensino secundário e ao acesso ao ensino superior.

Esta organização subentende também uma crescente territorialização das políticas educativas, o que se conclui pela organização dos territórios educativos em agrupamentos verticais de escola que permitem o início e conclusão da escolaridade obrigatória no mesmo agrupamento de escolas e, simultaneamente, cria condições de gestão mais racional e eficaz dos estabelecimentos e dos recursos de ensino.

1.7. ANTECEDENTES: A CARTA EDUCATIVA DE GRÂNDOLA

A Carta Educativa de Grândola data de junho de 2005, encontrando-se o documento estruturado em 3 partes. A primeira parte, expõe a caraterização socioeconómica do concelho. A segunda apresenta um diagnóstico da rede educativa concelhia, assim como projeções demográficas do concelho de Grândola. E a terceira revela a proposta de reordenamento da rede educativa para o concelho.

O documento, desenvolvido pela Câmara Municipal de Grândola, beneficiou da participação e contributos de vários elementos, departamentos e divisões da CM de Grândola, além de responsáveis das escolas e agrupamentos do concelho, procurando traduzindo a realidade da política educativa local à data em que foi realizado, bem como as suas principais tendências de evolução.

1.8. DETERMINANTES DA PROCURA DE EQUIPAMENTOS EDUCATIVOS

É unanimemente reconhecida a necessidade de dotar o país e os Municípios de melhores condições de atratividade para o investimento produtivo, assim como de melhores condições de vida para as populações, o que abrange intervenções ao nível dos equipamentos coletivos, por serem considerados essenciais à qualificação dos territórios e ao reforço da coesão económica, social e territorial.

É neste contexto que se observa elevada ambição na captação e manutenção de níveis de investimento elevados ao nível da dotação de novos equipamentos e da requalificação daqueles já existentes. No entanto, existe também a necessidade de acautelar a sustentabilidade económica e financeira destes investimentos, assim como a dimensão relativa à equidade de acesso e utilização de equipamentos coletivos.

Assim, é necessário promover, a um tempo, uma oferta espacialmente diferenciada em função de necessidades distintas e, a outro, uma oferta semelhante em territórios com carências idênticas. Deste modo, deve-se conferir aos equipamentos educativos uma componente que se estende para lá da sua funcionalidade, fomentando a integração e priorizando o seu papel no reforço da coesão social e territorial.

De modo a garantir a adequação dos investimentos a realizar, devem ser observados alguns parâmetros relevantes que permitem identificar carências e diferenciar territórios, nomeadamente:

- A **dinâmica demográfica** concelhia, em que importa conhecer o perfil populacional (bem como o da sua envolvente próxima, pela sua capacidade de atração pendular), as estimativas populacionais para os diferentes horizontes temporais de referência e a evolução dos quantitativos de grupos específicos, nomeadamente dos grupos etários alvo (as crianças e os jovens, que integram cada um dos níveis de ensino);
- A **dinâmica socioeconómica** concelhia, designadamente o desempenho macroeconómico, atual e prospetivo (capacidade polarizadora de emprego sub-regional), a dinâmica do mercado de trabalho e dos fenómenos da exclusão social, com base em eventuais deficiências de qualificação e formação.

A partir da análise destas duas dimensões, é possível identificar as variáveis que determinam a evolução da procura educativa e, consequentemente, a procura dos equipamentos e serviços educativos. Cada uma destas determinantes incorpora dimensões específicas, assumindo-se como fatores estruturantes a contemplar no exercício de programação.

No que diz respeito às dinâmicas demográficas, assume particular importância o processo de redução populacional (perda de população residente), que afeta alguns territórios com particular incidência ao longo das últimas décadas. Por outro lado, o decréscimo das faixas etárias mais jovens e a diminuição dos jovens casais em idade fértil (com consequente quebra das taxas de natalidade e fertilidade), tem gerado fortes modificações na estrutura da população, o que se reflete diretamente nos padrões de procura educativa orientados para os públicos-alvo que apresentam correspondência direta com os grupos etários mais jovens.

Note-se que a programação de equipamentos educativos norteados para esta população se encontra "facilitada", na medida em que a sua concordância com grupos etários permite a realização de exercícios de projeções demográficas, possibilitando assim estimar, com menores margens de erro, a evolução e os quantitativos populacionais para os diversos níveis de ensino.

Já a análise das dinâmicas socioeconómicas encontra-se fortemente associada ao comportamento macroeconómico e aos impulsos e predisposição da iniciativa privada, com naturais impactes na criação de emprego e uma maior inserção no mercado de trabalho por parte de jovens ativos.

Nos últimos anos, tem-se verificado uma inversão das tendências negativas, associadas a constrangimentos de caráter estrutural, tais como os baixos níveis de escolaridade na estrutura de qualificações da população ativa. A intensificação do esforço de escolarização tem permitido a geração de emprego mais qualificado, embora se continue a registar um agudizar da desigual distribuição da riqueza, contribuindo para o aumento do fosso entre os detentores de melhores salários (mais qualificados) e

aqueles que estão à margem ou com dificuldade em penetrar no sistema económico, em situação de desemprego ou com emprego precário (com menores níveis de formação e qualificação).

1.9. Ação social escolar

O Município de Grândola garante a gratuitidade das refeições escolares desde o jardim de infância até ao 12º ano para os alunos com os escalões A e B.

Além de outros apoios, o município atribui também dois lanches diários a todos os alunos com graves carências alimentares, em todas as escolas e jardim-de-infância do concelho, sinalizados por docentes e Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Grândola.

Em 2023/2024, estavam abrangidos pelos escalões A e B 308 alunos do ensino pré-escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico. Ou seja, 39% dos alunos do pré-escolar e 37% dos alunos do 1º CEB eram alvo de Apoio Social Escolar.

	Pré-escolar	1º CEB
Escalão A	9.053	6.486
Escalão B	7.802	2.833
Escalão C	-	6
Total ação social	16.855	9.325
Não beneficiados	23.785	17.090

Tabela 6: Refeições escolares, por escalão de ação social escolar e nível de ensino, em 2023/24

1.10. Objetivos e Desafios

A revisão da Carta Educativa de Grândola é um desafio e uma oportunidade de planeamento territorial, especialmente se considerada a velocidade com que atualmente transformações económicas e sociais que afetam os territórios se processam.

O trabalho de revisão obedece a um conjunto de princípios e objetivos definidos a partir do quadro legislativo de referência, procurando responder a quatro grandes desafios que resultam também da atual Carta Educativa, nomeadamente:

- **Reforçar a eficácia da monitorização/avaliação:** Enquanto instrumento flexível e de apoio à tomada de decisão informada, a Carta Educativa, deve possuir uma plataforma de monitorização, com fácil acesso e com informação base (crítica) regularmente atualizada;
- **Mobilizar atores-chave:** Ao desencadear um debate alargado sobre o Sistema Educativo no Concelho e gerar um compromisso para a ação a revisão da Carta Educativa constitui-se como um momento oportuno para gerar consensos e ponderar mudanças (novas respostas a desafios e problemas existentes/emergentes).

- **Manter/aumentar a qualidade:** O processo de tomada de decisão suportado na atual Carta Educativa, enquanto exercício com reconhecida qualidade técnica e científica, foi mais robusto e informado;
- **Compatibilizar o cumprimento da lei com uma dimensão inovadora, que projete uma maior integração intersectorial:** Ainda que neste exercício de revisão se mantenha a arquitetura programática (estrutura, conteúdos, …), assumiu-se como uma oportunidade para introduzir conceitos/abordagens inovadoras e geradoras de uma maior integração de diferentes políticas públicas.

Neste quadro de desafios, é necessário salvaguardar aspetos metodológicos que permitam ultrapassar com o maior grau de sucesso possível as dificuldades que se colocam à Revisão da Carta Educativa, designadamente:

- **Recurso a informação de síntese:** Circunscrever o diagnóstico a informação que releve o contexto de partida (existente e emergente), focando o instrumento nas dimensões estratégicas e de intervenção;
- **Participação de atores relevantes:** Realização de reuniões de trabalho com as entidades relevantes em matéria de educação;
- **Abordagem holística e multidimensional:** Potenciar o papel da Educação nas políticas públicas e fomentar uma maior integração intersectorial;

1.10. METODOLOGIA DE TRABALHO

A complexidade do processo de Revisão da Carta Educativa de Grândola reflete-se nas várias abordagens e ferramentas metodológicas integradas de forma coerente, uma vez que a prossecução e alcance dos objetivos propostos está dependente da robustez metodológica adotada.

Assim, o Roteiro Metodológico para a Revisão estruturou-se em fases sequenciais, subdivididas em etapas, que procuraram responder a objetivos concretos através de metodologias específicas. O progresso destas tarefas foi também preparado de forma a incrementar sinergias, elevar os níveis de eficácia e produzir ganhos de racionalidade.

Desta forma, ficam reunidas as condições para que a Carta Educativa seja efetivamente um instrumento gerador de compromissos entre entidades com responsabilidades, diretas e indiretas, no domínio da Educação, permitindo ainda identificar responsabilidades pelas intervenções preconizadas, além de identificar as elegibilidades possíveis nos instrumentos financeiros de apoio disponíveis.

O Roteiro Metodológico adotado contempla duas fases: uma primeira de análise e avaliação da Carta Educativa atual, e uma segunda de revisão e atualização da mesma, incluindo a componente estratégica, programática e de monitorização e avaliação, à luz das mais recentes disposições legislativas sobre o tema.

A primeira fase tem uma particular preocupação com a avaliação da prossecução dos objetivos e do consequente grau de execução das propostas, bem como da pertinência e atualidade das propostas não executadas. Estas considerações iniciais procuram, assim, refletir sobre as grandes linhas orientadoras que presidiram à estruturação das propostas.

Esta primeira abordagem permite também detetar eventuais fragilidades ou constrangimentos, possibilitando antecipar situações que limitem a execução proposta no âmbito da Revisão, procurando maximizar a eficiência do "novo" programa de intervenção.

No que diz respeito à segunda fase o foco está principalmente colocado na revisão de conteúdos, principalmente considerando o facto de terem já decorridos 17 anos desde a elaboração da atual Carta Educativa de Grândola, pelo que se reflete sobre:

- As tendências dinâmicas demográficas e urbanas emergentes, identificando os novos eixos de expansão e consolidação urbana;
- A evolução recente da oferta e procura educativa global no concelho;
- A oferta e procura existente ao nível da rede de equipamentos de apoio a crianças em jardins-de-infância;
- A oferta educativa no âmbito da aprendizagem ao longo da vida;
- A oferta de equipamentos desportivos, culturais e de ATL, complementares e associados à rede educativa;
- A necessidade de avançar com propostas (presentes ou não na Carta), num quadro de oportunidades proporcionadas pelo atual e futuro período de programação dos apoios comunitários.

É a partir destas etapas que se define a estratégia educativa para o concelho, concretamente a Estratégia de Intervenção, o Plano de Ação e o Plano de Financiamento. Estes planos resultam da sistematização das principais propostas apresentadas e após ponderadas as opções alternativas e/ou complementares. No caso do Programa de Intervenção, é contemplado um conjunto de projetos estruturantes, de maior dimensão financeira e impacte, assim como uma série de projetos complementares resultantes de intervenções ao nível do parque escolar já instalado (climatização, apetrechamento com material didático, racionalização energética, etc.).

Esta componente estratégica e de planeamento permite estabelecer prioridades de ação para o horizonte temporal em que vigora a Carta Educativa, de acordo não apenas com os objetivos que a Carta pretende alcançar, mas também com a afetação de recursos materiais inerentes à implementação das propostas da mesma.

Finalmente, considerando que a Carta Educativa do Município é um documento de orientação estratégica com um horizonte temporal determinado, correspondente a cerca de 10 anos letivos (2032/2033), sendo simultaneamente um instrumento flexível, criou-se um processo de monitorização e avaliação através de um conjunto de indicadores que visa validar as opções tomadas.

Esses indicadores podem ser agrupados em dois tipos, concretamente, os indicadores de vertente macro (indicadores de contextualização) e os indicadores de vertente micro (indicadores de acompanhamento e de impacte, nomeadamente da relação entre a oferta e a procura).

2. ENQUADRAMENTO TERRITORIAL

2.1. INTRODUÇÃO

O presente capítulo procura identificar e descrever a situação territorial de referência para a Revisão da Carta Educativa de Grândola. Para este efeito, são analisados indicadores e domínios relevantes para a organização do sistema municipal de ensino. Não se pretende uma caracterização exaustiva das dinâmicas ou tendências municipais, mas sim proceder a uma análise de síntese da evolução territorial do concelho nas temáticas relevantes para a Carta Educativa (a oferta e procura educativa, dimensões-chave para o instrumento, serão aprofundadas em capítulos específicos).

A informação analisada está dependente de vários fatores, nomeadamente a data da sua recolha ou o nível de desagregação. Neste âmbito, destaque-se o facto de alguns indicadores reportarem ao período de 2020, uma vez que ainda não foram atualizados com base na informação censitária recentemente publicada. O facto de constituírem os únicos dados disponíveis com desagregação territorial de maior pormenor, para alguns dos indicadores considerados, tornam o seu uso necessário para a realização de algumas análises de maior detalhe.

Não obstante, o presente relatório foi elaborado com base na informação estatística proveniente da operação dos Censos 2021, recentemente publicada. O facto de esta informação ser a mais atualizada permitiu a realização de uma análise de contexto mais próxima da realidade atual de Grândola.

Por outro lado, o regulamento do PDM de Grândola, revisto em 2017, dispões de vários elementos caracterizadores das dinâmicas territoriais que são igualmente relevantes, pela sua pertinência, qualidade e atualidade, sendo utilizados sempre que possível nos exercícios de contextualização. Além destes, são também analisados dados provenientes de fontes oficiais cujo grau de atualização os torne pertinentes para o tema em análise, sendo disso exemplo os Anuários Estatísticos Regionais, da autoria do INE, que, em alguns casos, permitem dar sequência às tendências identificadas a partir dos dados censitários, cujos impactes sejam apenas notórios após 2011.

Paralelamente, as análises territoriais têm por base a Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP), nomeadamente a NUTS III do Alentejo Litoral, sendo estabelecidas as necessárias análises de enquadramento com a Região do Alentejo (NUTS II em que se insere o concelho).

Assim, os domínios a analisar neste ponto são:

- Inserção territorial;
- Sistema urbano municipal;
- Situação demográfica;
- Perfil socioeconómico municipal
- Situação educativa.

2.2. INSERÇÃO TERRITORIAL

De acordo com o Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo (PROT Alentejo), o território onde se insere o concelho de Grândola possui um enorme potencial turístico, nomeadamente apoiado no produto sol e mar, de natureza cultural e paisagístico, conjuntos turísticos integrados e golfe. Existem ainda outros recursos subutilizados que podem e devem ser utilizados de modo a promover uma maior qualidade e diversidade desta oferta turística. O território concelhio de Grândola assume particular relevância no contexto dos sistemas agro-silvo-pastoris constituindo um elemento estratégico não só pelo fator de equilíbrio ambiental, como também pela promoção de multifuncionalidade e conjunto de atividades económicas associadas. Estes elementos encontram-se em sintonia com os objetivos estratégicos definidos para o concelho de Grândola (OE 1, 2, 3 e 5), nomeadamente dinamizar e afirmar o setor agrícola, potenciar a fileira agroflorestal, afirmar o território de Grândola como um destino turístico, e simultaneamente promover a salvaguarda e projeção dos recursos e valores ecológicos, ambientais, paisagísticos, culturais e identitários.

Do ponto de vista administrativo-estatístico, Grândola está enquadrada na sub-região do Alentejo Litoral que por sua vez integra a Região do Alentejo. Não obstante, a sua localização de interligação entre a AML e o Algarve estabelece um elemento vital para a afirmação do Alentejo Litoral como polo nacional de desenvolvimento turístico.

O concelho é atravessado por eixos ferroviários (Linha do Sul) e rodoviários importantes no contexto das acessibilidades metropolitanas (A2/IP1, IP8 e IC33), tendo-se estabelecido uma certa interdependência com este território, traduzida, por exemplo, por movimentos pendulares com alguma intensidade. Por este motivo, Grândola enquadra-se no "Eixo de conectividade com a AML".

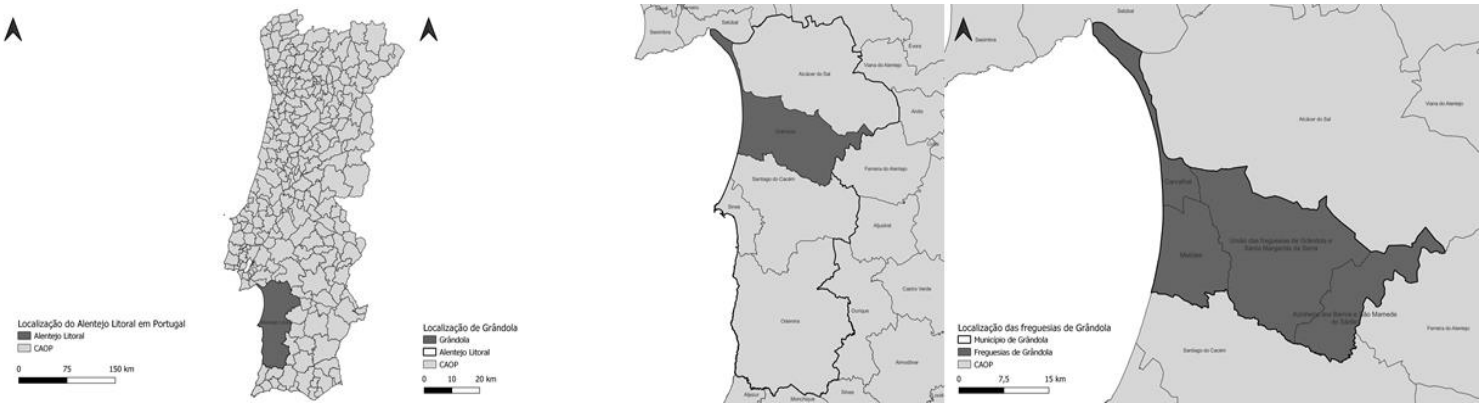


FIGURA 5: LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO E FREGUESIAS DE GRÂNDOLA.

ELABORAÇÃO: RUR.

Em matéria de acessibilidades, a presença e a proximidade a eixos rodoviários estruturantes, nomeadamente, a A2/IP1 que atravessa o centro do concelho com uma orientação Norte-Sul, e o IC1, com características semelhantes e que oferece uma ligação alternativa entre a AML e a sub-região do Alentejo Litoral. É também importante o IP8 cuja função passa por criar uma ligação alternativa à A2 ao concelho de Santiago do Cacém. Ao nível sub-regional, destaca-se a ER261, a ER261-2, a ER253-1, a EN120, a EN261-1 e a EN259, responsáveis pela distribuição do tráfego pelas 4 freguesias que integram o concelho, estabelecendo as ligações com a rede viária local.

Finalmente, identifica-se ainda a presença da linha ferroviária do Sul, que conta com a localização de 5 estações/apeadeiros no concelho, das quais apenas 2 em atividade (Grândola e Azinheira dos Barros-A).

É importante destacar o facto de, quer a linha do Sul, quer a A2, atravessarem o centro do concelho, pelo que essa área beneficia de uma maior facilidade de acesso a estas infraestruturas de comunicação.

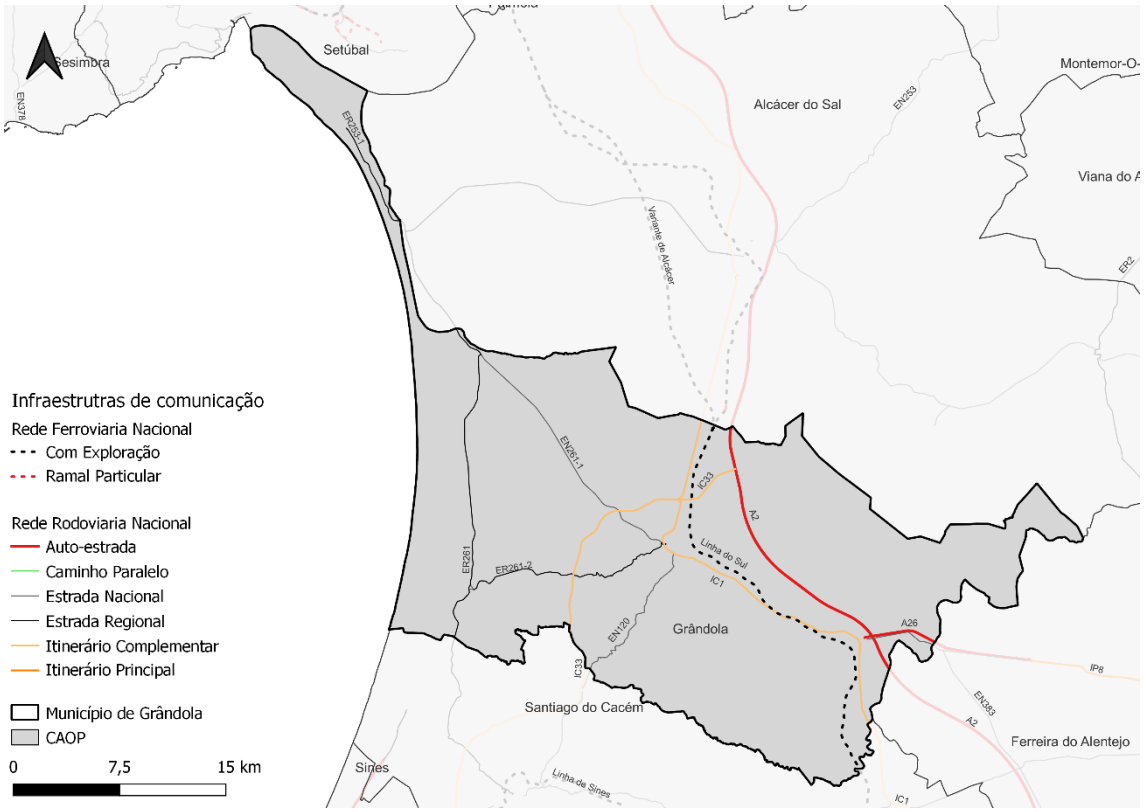


FIGURA 6: SISTEMA DE ACESSIBILIDADES DO CONCELHO DE GRÂNDOLA.

FONTE: DADOS.GOV. ELABORAÇÃO: RUR.

Segundo o sistema de acessibilidades e conectividade presente no PROT Alentejo, Grândola encontra-se integrada em dois corredores rodoviários nacional longitudinais, o corredor litoral Lisboa-Grândola-Algarve e o corredor Lisboa-Setúbal-Grândola-Sines encontrando-se também presente um sistema ferroviário, que contribui com mais uma alternativa às deslocações entre o Alentejo Litoral e a AML.

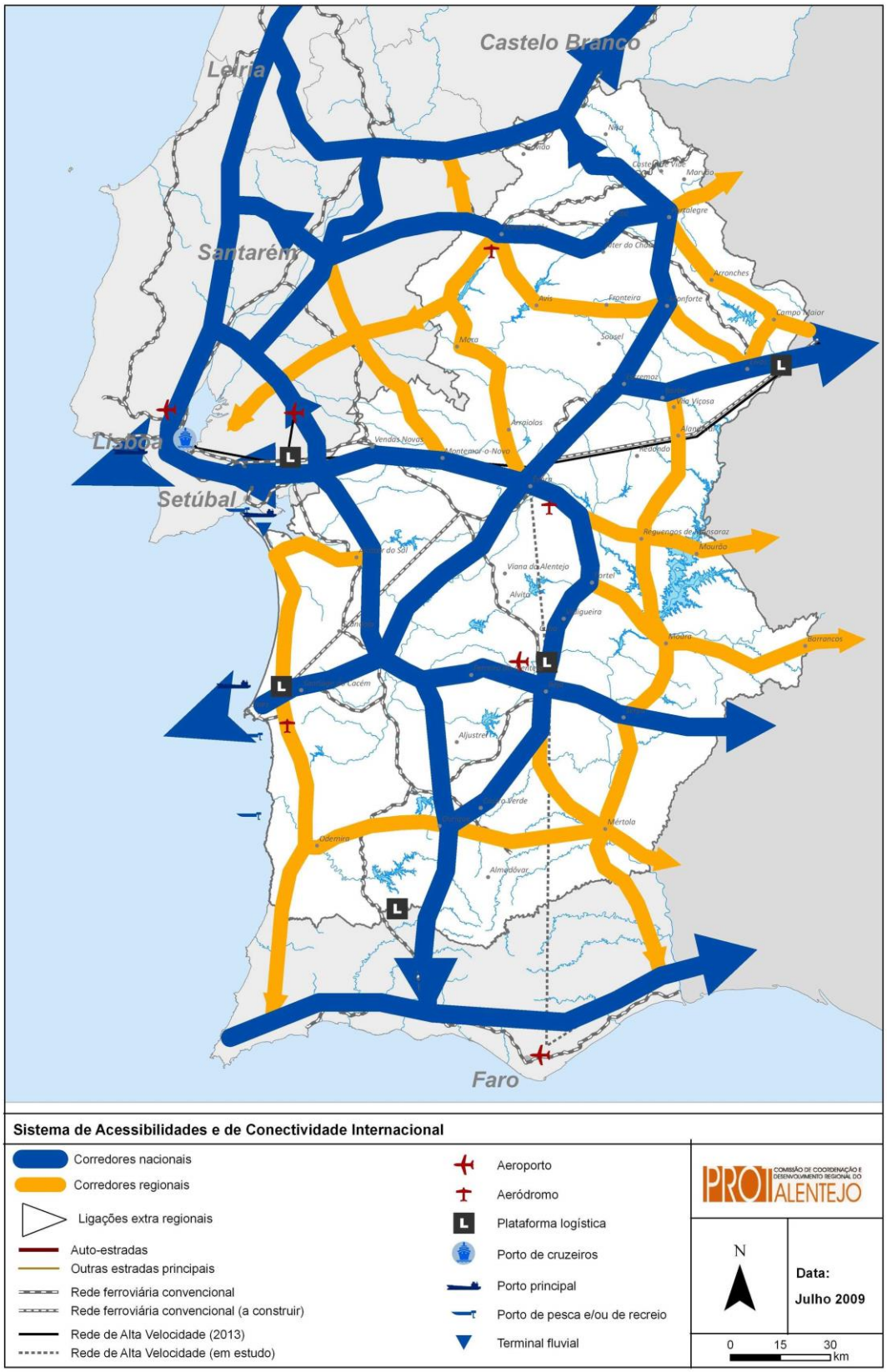


FIGURA 7: SISTEMA DE ACESSIBILIDADES E DE CONECTIVIDADE DO ALENTEJO.

FONTE: PROT ALENTEJO.

A proximidade à AML resulta num conjunto de articulações que podem constituir oportunidades ou constrangimentos para o desenvolvimento e dinamismo interno do concelho. Este contexto está presente no regulamento PDM de Grândola, sendo que um dos objetivos estratégicos consiste na potenciação da proximidade da Área Metropolitana de Lisboa para fixação de nova população residente e atração de novos visitantes. Se, por um lado, a proximidade a um território que se constitui como o principal polo económico e social nacional, constitui uma oportunidade de articulação económica e social e de rejuvenescimento populacional, por outro lado, pode resultar na intensificação das deslocações pendulares, resultando numa maior exigência dos equipamentos e respostas sociais, especialmente aqueles com um papel relevante em matéria de compatibilização entre a vida familiar e profissional.

Do ponto de vista territorial, Grândola tem a segunda menor dimensão dos concelhos do Alentejo Litoral (825,94 km^2), não deixando de ser um município com dimensões acima da média, face ao contexto nacional.

Do ponto de vista demográfico, Grândola tem também a segunda menor dimensão populacional da sub-região do Alentejo Litoral. Os dados dos Censos 2021 apontam para uma tendência de perda populacional entre 2011 e 2021, caindo dos 14.826 para os 13.822 habitantes, o que corresponde a um decréscimo de 6,8%.

Nos concelhos vizinhos como Alcácer do Sal e Santiago do Cacem (Alentejo Litoral), bem como Ferreira do Alentejo (Baixo Alentejo) verifica-se também uma tendência de perda populacional. No caso de Setúbal (AML) o padrão é diferente, apontando para um crescimento populacional na ordem dos 1,9% para os 123.496 habitantes.

Note-se que Grândola apresenta uma tendência de perda mais acentuada à observada na sub-região do Alentejo Litoral (perda populacional de 1,5%, para 96.442 habitantes, em 2021).

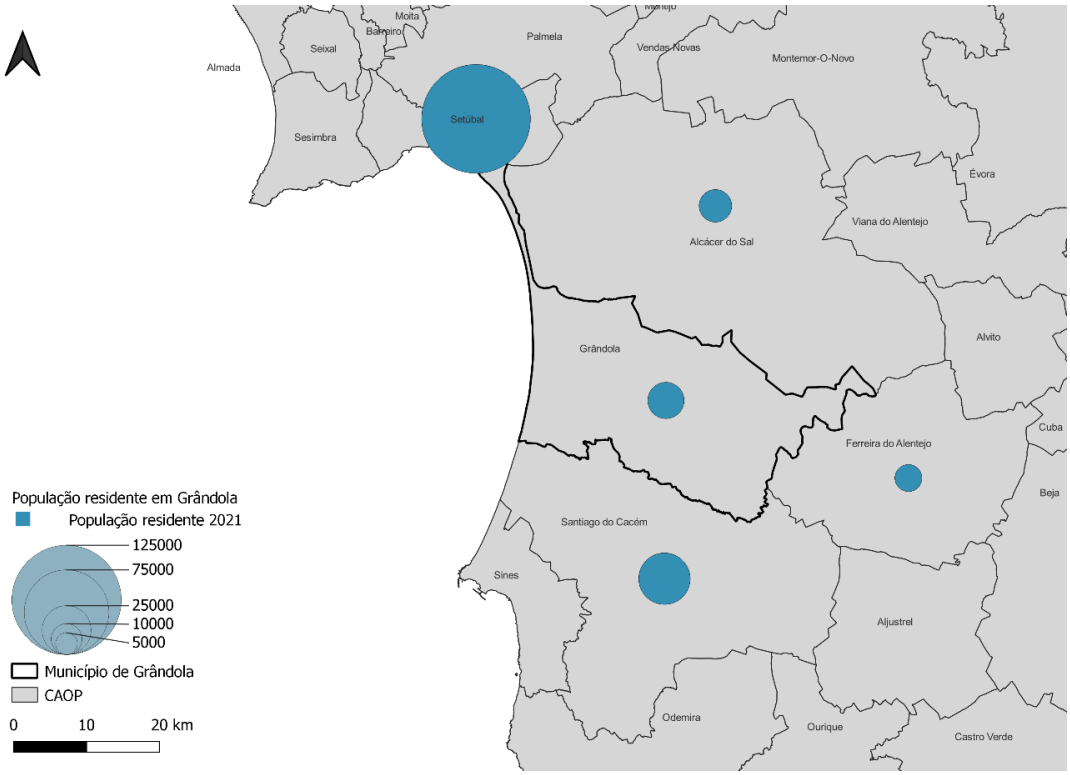


FIGURA 8: CARTOGRAFIA DA DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE EM GRÂNDOLA E MUNICÍPIOS VIZINHOS.

ELABORAÇÃO: RUR.

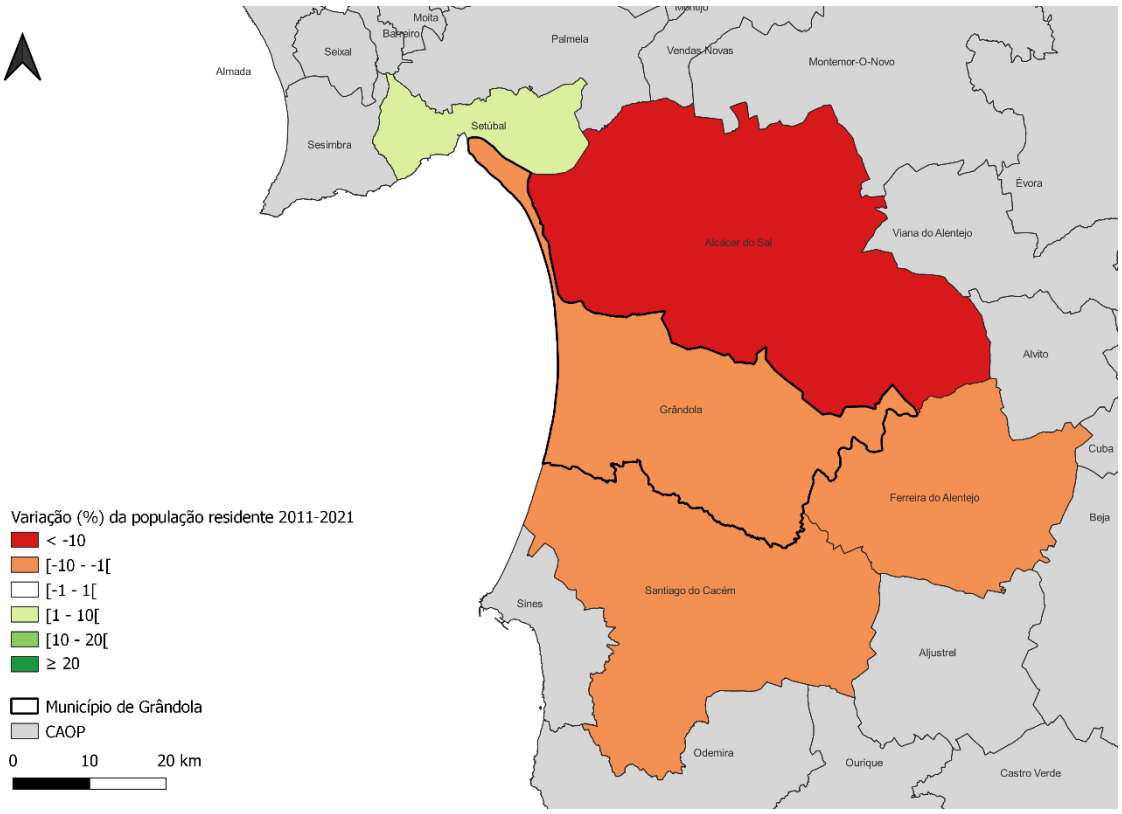


FIGURA 9: CARTOGRAFIA DA VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE EM GRÂNDOLA E MUNICÍPIOS VIZINHOS.

ELABORAÇÃO: RUR.

Ao nível interno, o concelho de Grândola está distribuído por 4 freguesias, designadamente, a Azinheira dos Barros e São Mamede do Sádão, Carvalhal, Melides e União das Freguesias (UF) de Grândola e Santa Margarida da Serra.

Em 2021, a distribuição da população do concelho apresentava grandes assimetrias entre as 4 freguesias. A União das freguesias de Grândola e Santa Margarida da Serra era a que registava maior efetivo populacional, com 10.302 habitantes (74,5% do total), sendo também a que possuía maior dimensão territorial. A freguesia do Carvalhal, segunda maior, concentrava 1.518 habitantes (11% do total). Melides era a terceira mais populosa do concelho, com 1.459 residentes (10,6% do total). Por fim, Azinheira dos Barros e São Mamede do Sádão era a que assumia menor efetivo populacional, com 543, a que correspondia somente a 3,9% do total de residentes no concelho nesse ano.

Não obstante uma análise mais detalhada à dinâmica populacional de cada freguesia no ponto específico da demografia, os dados relativos ao período compreendido entre 2011 e 2021, evidenciam que a freguesia de Azinheira dos Barros e São Mamede do Sádão foi a que apresentou taxa de variação populacional mais significativa, com um decréscimo de 22,9% (menos 161 residentes).

Embora a UF de Grândola e Santa Margarida da Serra tenha apresentado uma variação menos significativa (-4,9%), em números absolutos esta percentagem traduziu-se numa perda de 532 habitantes.

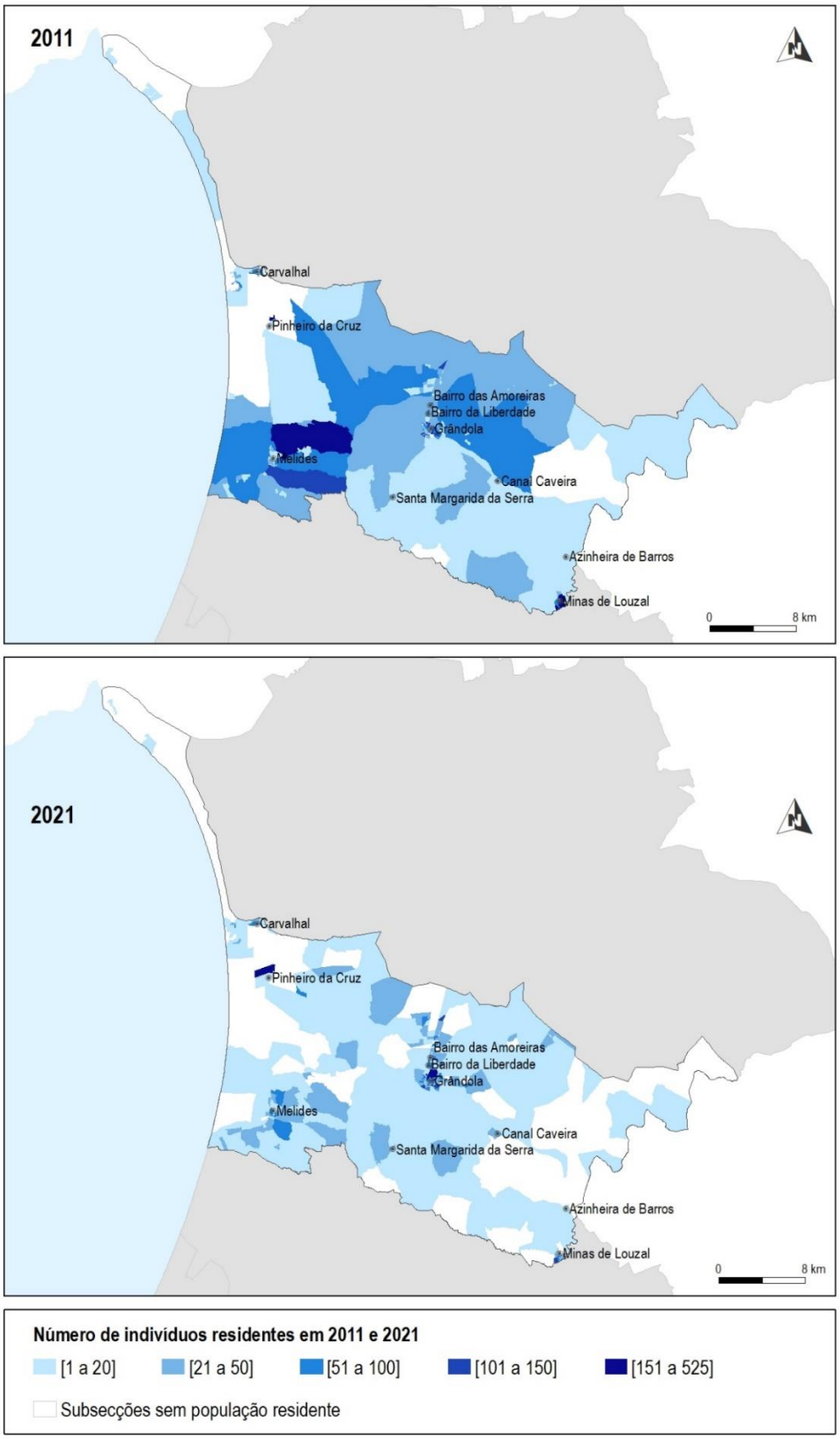


FIGURA 10: CARTOGRAFIA DA DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE POR SUBSECÇÃO DO CONCELHO DE GRÂNDOLA.

ELABORAÇÃO: RUR.

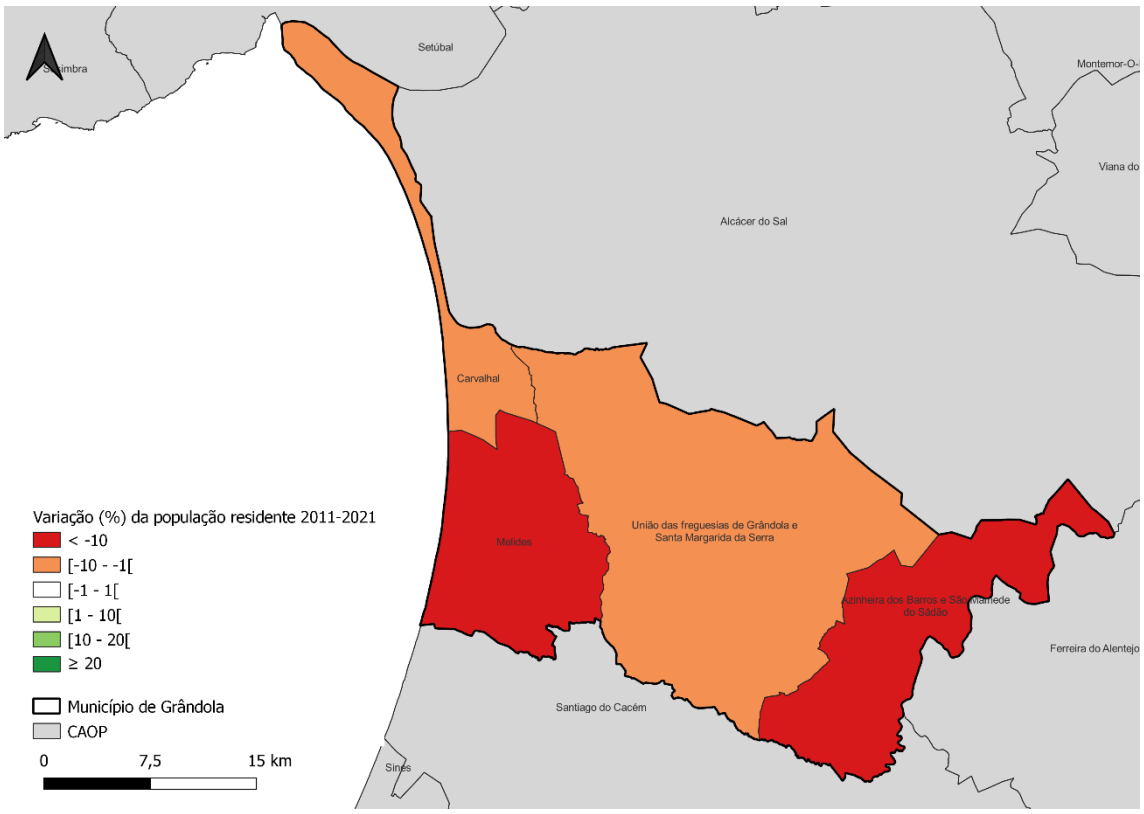


FIGURA 11: CARTOGRAFIA DA VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE NAS FREGUESIAS DE GRÂNDOLA.

ELABORAÇÃO: RUR.

2.3. SISTEMA URBANO MUNICIPAL

As características territoriais de Grândola refletem as dinâmicas que determinaram os sistemas sociais e económicos de referência da região em que se insere.

O PROT Alentejo identifica Grândola como um dos Centros Urbanos Estruturantes (CUE) do Alentejo, devido à importância da sua base económica e pelo diversificado conjunto de funções especializadas. Estas características devem auxiliar os CUE a assumir uma função regional, reforçando o policentrismo da base económica regional. Para isto, Grândola deve:

- Afirmar-se enquanto nós estruturantes do sistema urbano regional;
- Desenvolver redes de forte articulação com os centros urbanos regionais (CUR) e os centros urbanos complementares, consolidando subsistemas urbanos;
- Desempenhar funções de articulação supramunicipal e construir e dinamizar redes urbanas potenciadoras de coesão e competitividade territorial;
- Cooperar na promoção conjunta de um espaço socioeconómico territorialmente articulado e que ofereça uma coesão produtiva e ou sociocultural;
- Afirmar redes multifuncionais e redes temáticas, eventualmente em complementaridade com os centros urbanos regionais, em que a proximidade ou a contiguidade urbana não são requisitos necessários;
- Fomentar o inter-relacionamento institucional, com a participação dos diferentes agentes sociais e económicos, públicos e privados.

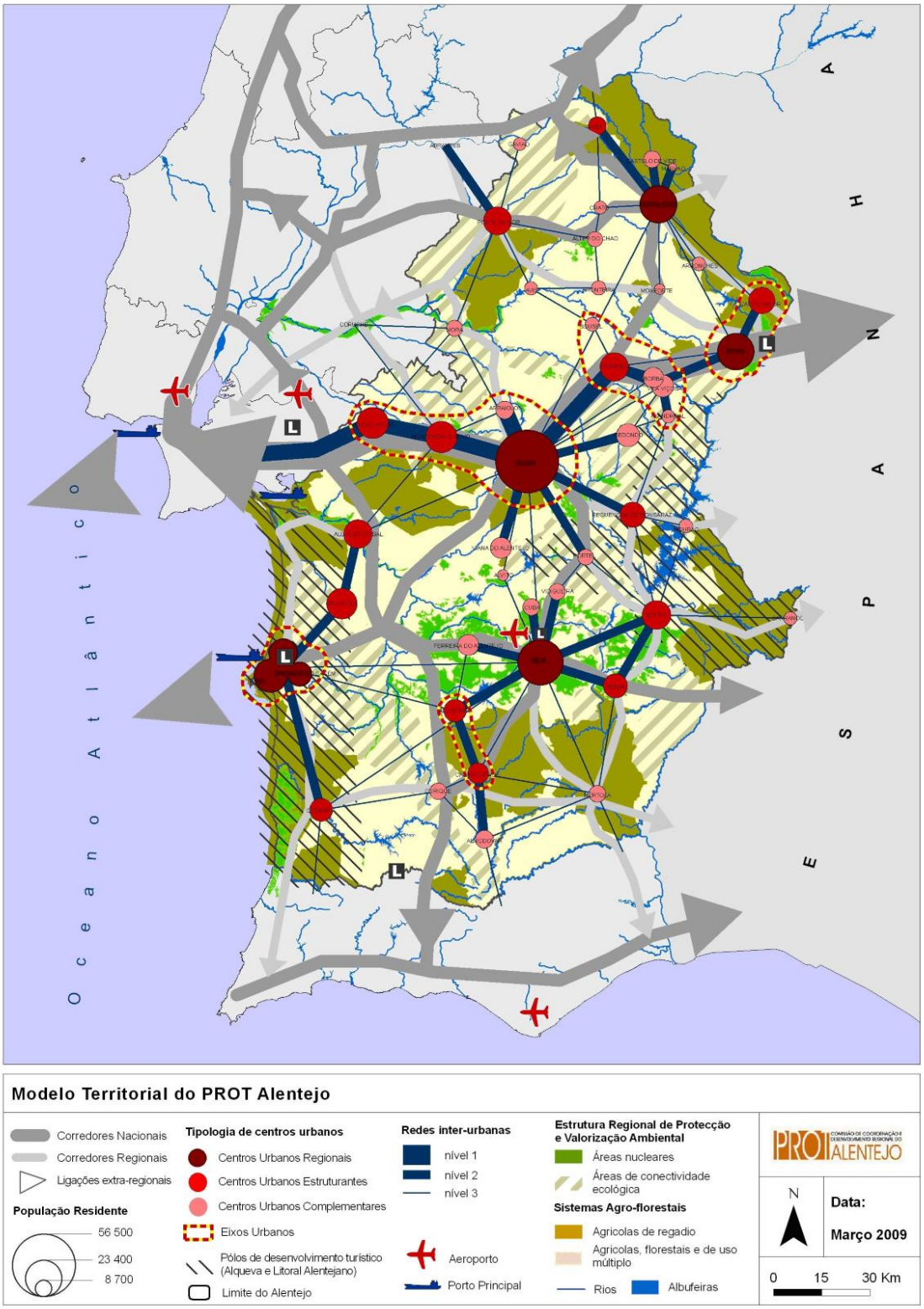


FIGURA 12: MODELO TERRITORIAL DO ALENTEJO.

FONTE: PROT ALENTEJO

Quando considerada uma análise suportada nos padrões de uso do solo, o mesmo Plano localiza o concelho no subsistema urbano do Litoral Alentejano, que abrange ainda os concelhos de Alcácer do Sal, Odemira, Santiago do Cacém e Sines.

O PROT Alentejo identifica o concelho de Grândola como nível 3 quanto à sua relevância patrimonial arquitetónica e nível 2 quanto à relevância arqueológica. A qualificação de novas infraestruturas portuárias permitirá o inverter da tendência de subaproveitamento do recurso "mar", proporcionando uma melhoria da diversidade e qualidade da oferta turística gerando, nomeadamente, práticas náuticas desportivas.

Nesta unidade predominam características agrícolas e florestais de usos múltiplos, assim como elementos integrantes do corredor ecológico Oeste. Nesse sentido deverá reforçar-se o incentivo quer a usos e funções complementares decorrentes da multifuncionalidade desses sistemas, assim como as que visem a proteção e consolidação destes recursos.

Relativamente à densidade de ocupação populacional, o valor concelhio de Grândola, em 2011, era de 18 habitantes por km^2, valor inferior à média do Alentejo (24 hab/km^2), assim como da sub-região do Alentejo Litoral (18,4 hab/km^2). No contexto nacional (114,5 hab/km^2), os valores de Grândola eram marcadamente inferiores. Face a um cenário de perda populacional ao longo do último decénio, em 2021, os valores caíram em todas as escalas territoriais. A densidade populacional de Grândola desceu para os 16,7 habitantes por km^2, abaixo da média do Alentejo (22,3 hab/km^2), assim como da sub-região do Alentejo Litoral (18,2 hab/km^2). Comparativamente ao contexto nacional, a distância manteve-se relativamente inalterada (112,2 hab/km^2).

A densidade populacional evidenciada por Grândola traduz-se, naturalmente, num modelo de ocupação disperso. As suas freguesias apresentam valores algo assimétricos entre si. A UF de Grândola e Santa Margarida da Serra, assim como o Carvalhal apresentam densidades populacionais acima da média concelhia, de 24,8 hab/km^2 e 18,5 hab/km^2, respetivamente. No sentido oposto, Azinheira dos Barros e São Mamede do Sádão e Melides apresentam valores na nitidamente mais reduzidos, 3,1 hab/km^2 e 9,4 hab/km^2, respetivamente.

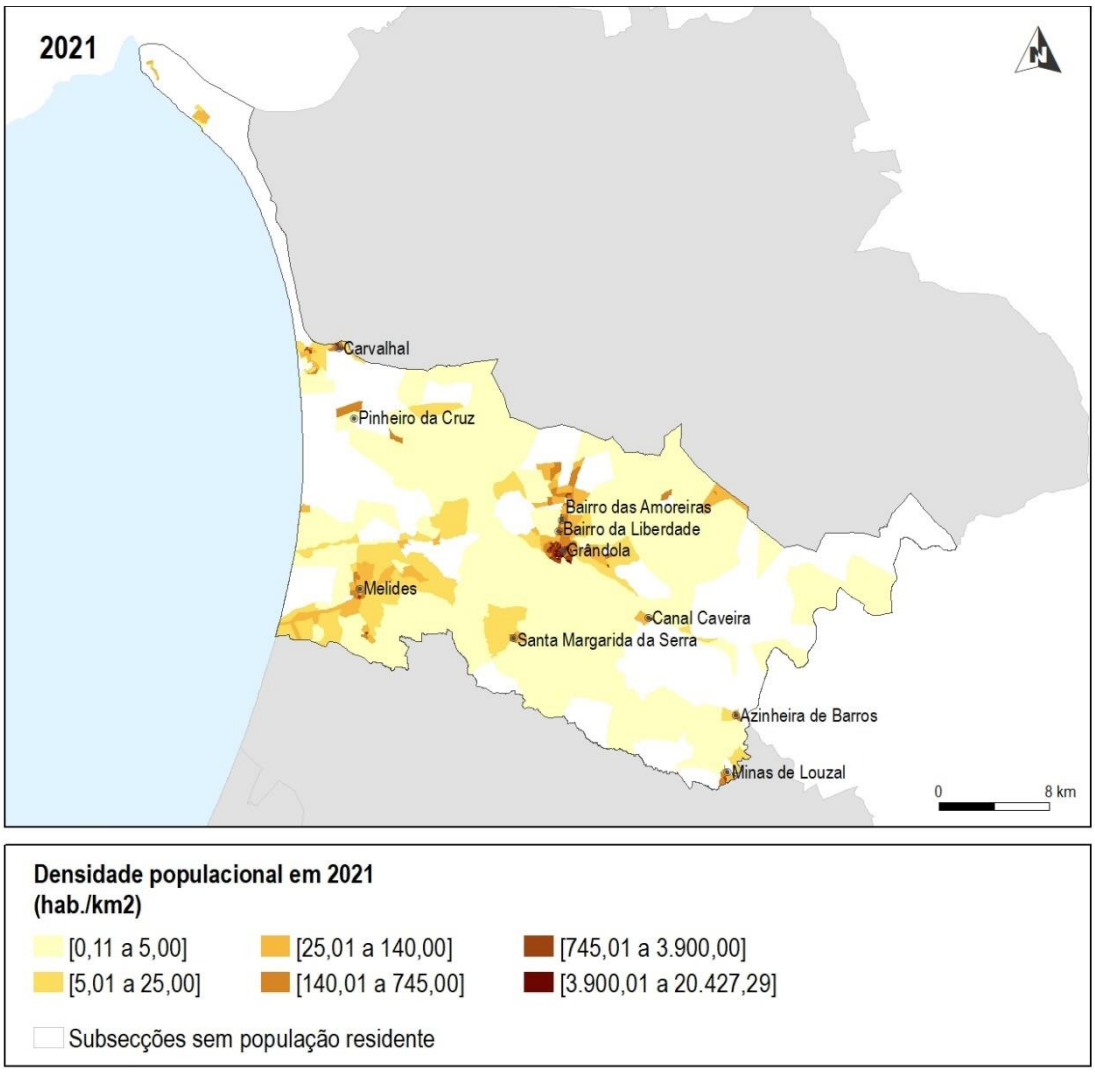


FIGURA 13: CARTOGRAFIA DA DENSIDADE POPULACIONAL POR SUBSECÇÃO DO CONCELHO DE GRÂNDOLA. ELABORAÇÃO: RUR.

Relativamente à dinâmica urbanística no concelho, dados relativos aos fogos licenciados em 2021, indicam um total de 128 licenciamentos. Os valores de 2021 evidenciam uma recuperação face aos valores do período de crise e pós-crise económica, mas ainda aquém da dinâmica apresentada no início do milénio.

Desde 2014 (ano em que existe disponibilidade ao nível das freguesias), dos 585 licenciamentos, 83,9% tiveram lugar na UF de Grândola, Santa Margarida da Serra (42,2%) e freguesia do Carvalhal (41,7%). Os restantes edifícios foram licenciados nas freguesias de Melides (15,4%) e Azinheira dos Barros e São Mamede do Sádão (0,7%). Estas dinâmicas de edificabilidade apresentam uma clara concentração nas freguesias mais próximas do mar, indiciando uma forte correlação ao turismo.

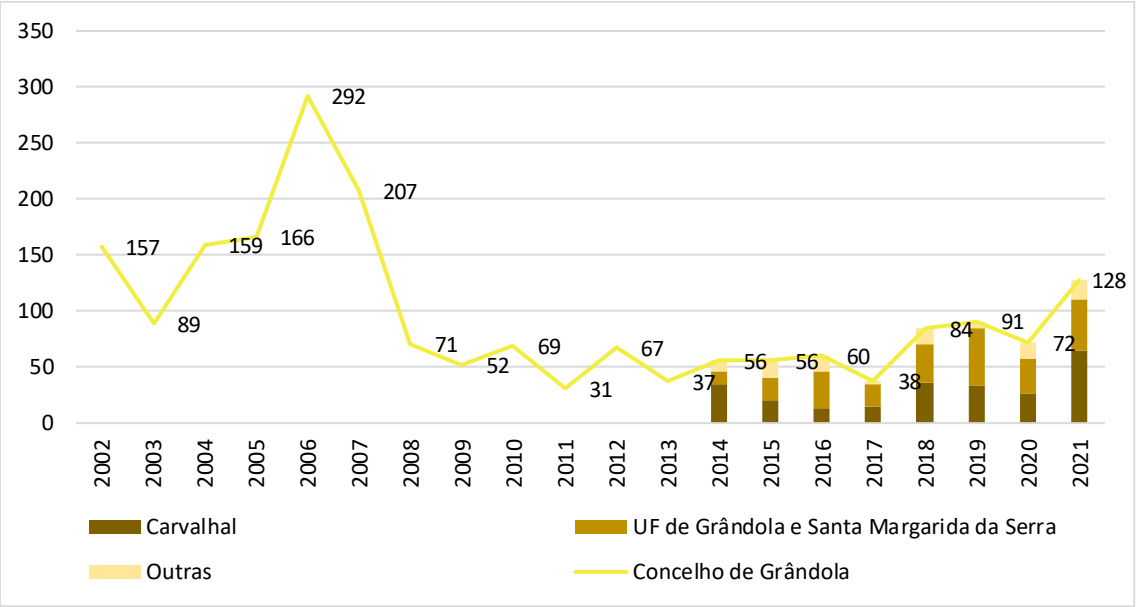


FIGURA 14: FOGOS LICENCIADOS EM GRÂNDOLA.

FONTE: INE.

O sistema urbano é constituído por três níveis de aglomerados urbanos. Esta hierarquia foi concebida em função de critérios estatísticos, administrativos, económicos e funcionais, de concentração das edificações, dotação de equipamentos, bem como de acessibilidade e de mobilidade. O sistema urbano do concelho de Grândola assume a seguinte hierarquia:

a) Nível I: Grândola, incluindo o Bairro da Liberdade e o Bairro das Amoreiras;
b) Nível II: Carvalhal, Melides, Azinheira dos Barros e Lousal;
c) Nível III: Santa Margarida da Serra, Aldeia do Futuro, Canal Caveira, Aldeia da Justa e Muda.

Em matéria de infraestruturação social, o papel dos equipamentos sociais é fundamental, especialmente considerando o apoio que prestam ao quotidiano das famílias, com respostas para os vários ciclos de vida, com níveis de diferenciação variados. Relativamente à primeira infância, existem 10 estabelecimentos de ensino pré-escolar, 5 concentrados na UF de Grândola e Santa Margarida da Serra, 3 na freguesia de Azinheira dos Barros e São Mamede do Sádão, 1 na freguesia de Carvalhal e 1 em Melides. Estes 10 equipamentos registam uma capacidade de 438 utentes e uma taxa de ocupação de 74,9%.

Relativamente aos equipamentos sociais para idosos, destaque-se a existência de somente 2 Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas (ERPI), localizadas na UF de Grândola, Santa Margarida da Serra e na freguesia de Melides. Estes ERPI possuem capacidade para 186 utentes e apresentam uma taxa de ocupação de 89,8%.

Como já referido, a presença de importantes infraestruturas de comunicação, permite que se estabeleçam relações de articulação e proximidade com territórios vizinhos. Esta situação tem efetivamente alguns reflexos no padrão de movimentos pendulares da população empregada e estudante.

Dados dos Censos de 2021, representados na figura seguinte, indicam que, dos 6.978 habitantes do concelho de Grândola empregados ou estudantes, 1.237 (a que corresponde uma proporção de 17,7%), tinham o seu local de trabalho ou estudo situado noutro concelho, o que revela um aumento face aos 16% de 2011. Os concelhos para onde mais residentes de Grândola se deslocavam para estudar ou trabalhar

eram Santiago do Cacém (337), Sines (281) e Alcácer do Sal (207), manifestando-se uma forte complementaridade entre os vários concelhos no Alentejo Litoral.

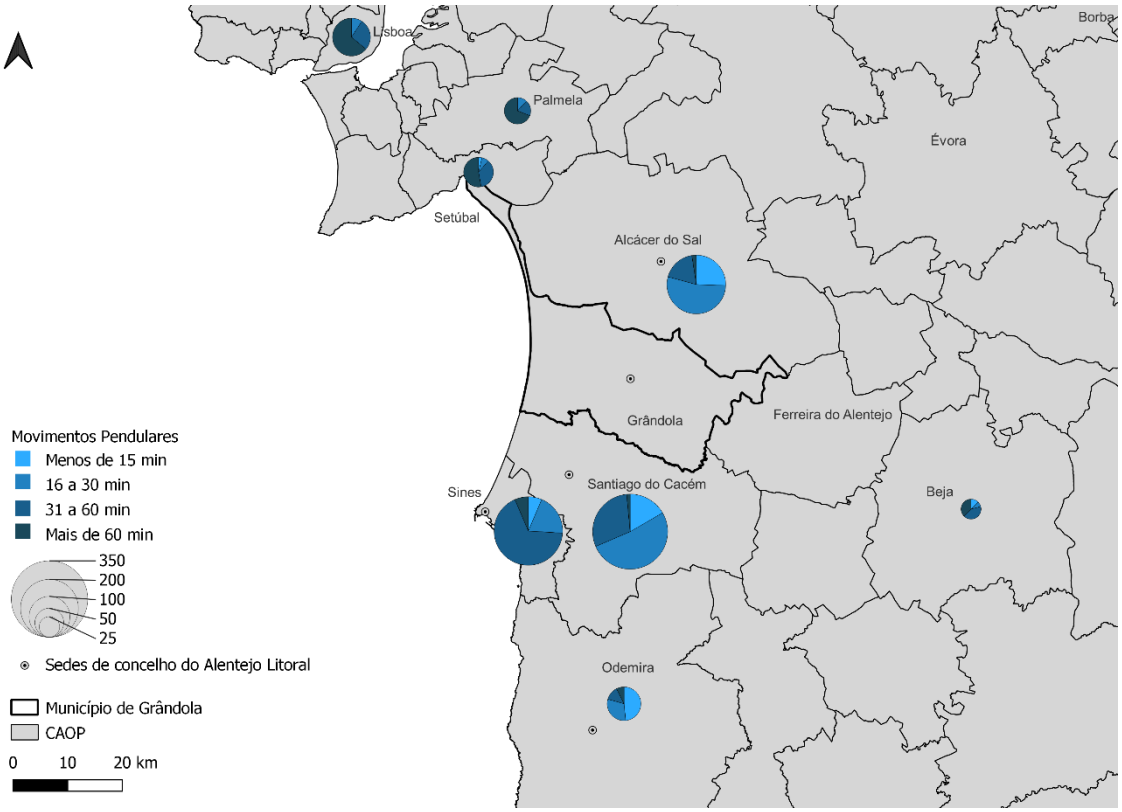


FIGURA 15: CARTOGRAFIA DOS MOVIMENTOS PENDULARES DA POPULAÇÃO DE GRÂNDOLA.

ELABORAÇÃO: RUR.

Naturalmente, o local de trabalho tem implicações no tempo despendido nos movimentos pendulares. Atendendo ao tempo de deslocações dos movimentos pendulares dos munícipes de Grândola, no ano de 2021, cerca de 86,7% realizava movimentos pendulares curtos (63,8% até 15 minutos e 22,8% entre 16 e 30 minutos). No caso dos munícipes que trabalhavam ou estudavam fora do concelho, a duração de deslocação era ligeiramente superior, em parte pela dimensão do concelho, que se situa acima da média. Ainda assim este indicador encontra-se a par dos valores médios nacionais.

Igualmente indissociável deste padrão pendular é o meio de transporte usado para realizar as deslocações, sendo que o automóvel particular (usado enquanto condutor ou passageiro) é o principal meio de transporte de 4.408 residentes, o que corresponde a 63,2% do total, seguido das deslocações a pé (1.787), e de autocarro (356).

Atendendo ao universo de residentes que efetuam as suas tarefas de trabalho ou estudo fora do concelho de Grândola, o automóvel assume um papel de destaque, com 77,6% das deslocações, seguido do autocarro, com 8,1%.

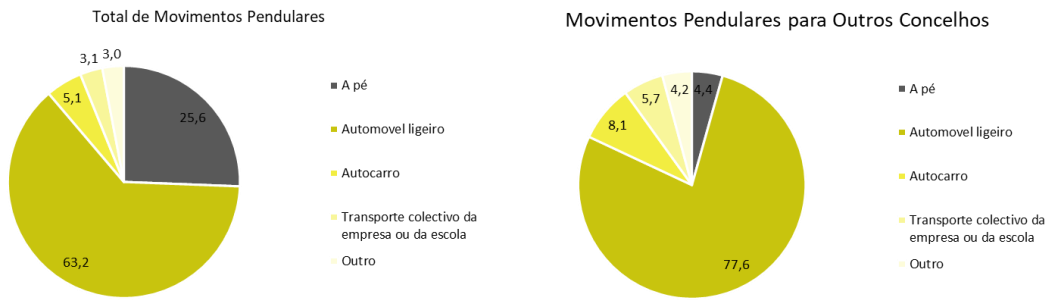


FIGURA 16: MEIO DE TRANSPORTE MAIS UTILIZADO NOS MOVIMENTOS PENDULARES EM GRÂNDOLA, 2021.

FONTE: INE.

2.4. SITUAÇÃO DEMOGRÁFICA

A evolução do dinamismo demográfico de Grândola apresentou um comportamento irregular ao longo dos últimos 60 anos (figura 17). Os dados do Pordata e do INE relativos ao período compreendido entre 1960 e 1991 ilustram uma descida acentuada no efetivo populacional nos períodos de 1960-70 e 1981-91, passando dos 21.060 para os 13.767 habitantes.

Este padrão foi atenuado entre 1991 e 2011, ano a partir do qual se voltou a intensificar a tendência de regressão. Entre 2011 e 2021 os valores refletem um decréscimo populacional com maior intensidade face ao ocorrido no decénio anterior. Os resultados do recenseamento geral da população de 2021, vieram confirmar esta tendência. Em 2021, residiam no concelho de Grândola 13.822 pessoas, -6,8% que em 2011 e -34,4% que na década de 60.

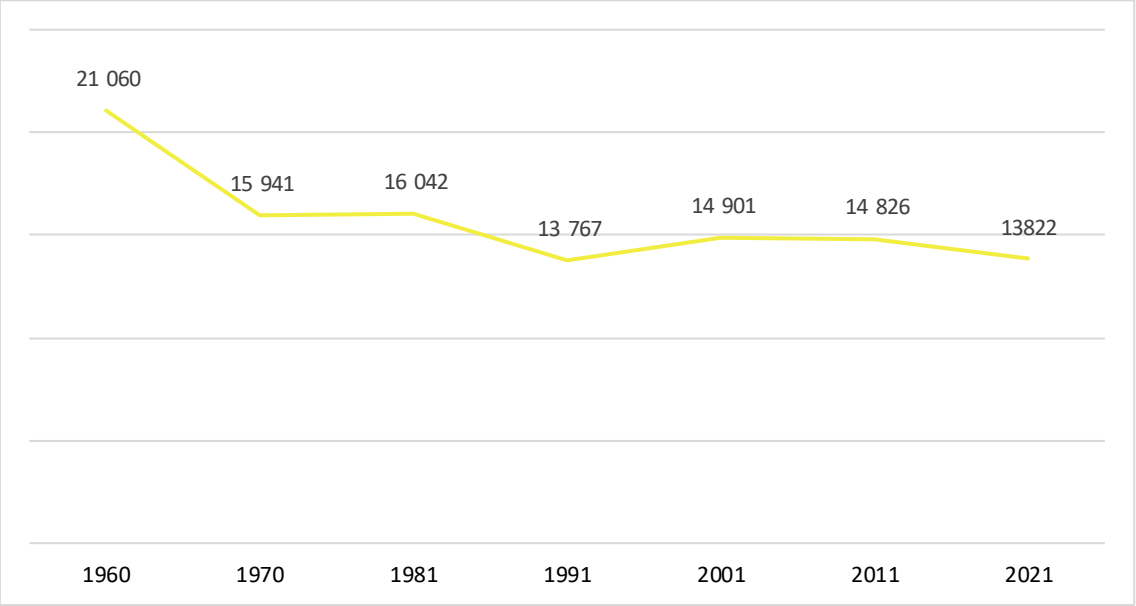


FIGURA 17: EVOLUÇÃO DO Nº DE RESIDENTES EM GRÂNDOLA.

FONTE: PORDATA; INE.

Em termos comparativos (figura 18), a dinâmica demográfica observada no mais recente período é algo contrastante com a verificada na sub-região do Alentejo Litoral, cuja população decresceu apenas 1,5%.

Efetivamente, Grândola, nos primeiros dois períodos em causa, apresenta uma tendência de crescimento superior, face à observada nos contextos territoriais em que se insere. Não obstante, como identificado anteriormente, este cenário agravou-se ao longo da última década, período em que a população residente no concelho diminuiu a um ritmo superior face à região do Alentejo Litoral.

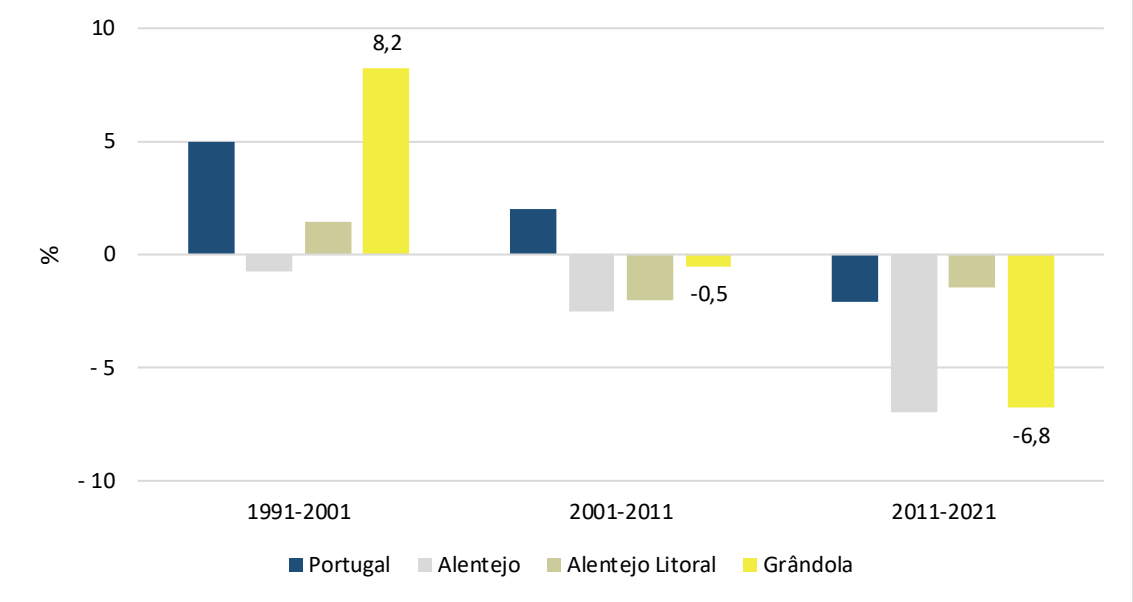


FIGURA 18: VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE EM GRÂNDOLA.

FONTE: INE.

A tendência de diminuição populacional está também presente em todas as freguesias do concelho, embora no período entre 1991 e 2001 as freguesias do Carvalhal e de Grândola (antes da união com a freguesia de Santa Maria da Serra), tenham apresentado taxas de crescimento na ordem dos 55% e 9,7%, respetivamente. Na década seguinte as populações destas freguesias estagnaram e, em 2011-2021, acabaram mesmo por seguir a dinâmica de decréscimo apresentada ao nível regional.

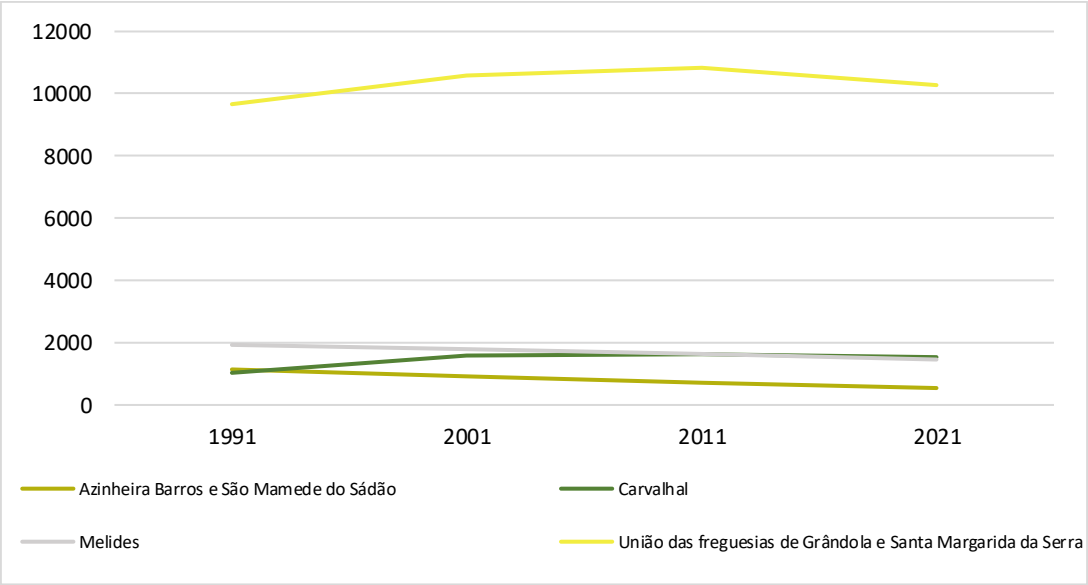


FIGURA 19: EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE NAS FREGUESIAS DE GRÂNDOLA.

FONTE: INE.

A pirâmide etária do concelho com base na comparação entre 2011 e 2021, permite ilustrar a estrutura demográfica, retratando a dinâmica populacional interna desagregada por vários grupos etários homogéneos e, simultaneamente, identificar as disparidades que se foram desenvolvendo ao longo do último decénio.

Em 2021, o concelho de Grândola, apresentava uma pirâmide etária em duplo envelhecimento, marcada por uma diminuição da população jovem e um aumento da população idosa. Note-se que, ao longo da última década, os grupos etários que registaram o maior decréscimo populacional foram os entre os 20 e os 39 anos, grupos estes que possuem um papel fundamental na natalidade do concelho. Assim, é expectável que ocorra um agravamento da já reduzida dinâmica de natalidade em Grândola.

A existência de algumas classes ocas revela ainda também a ocorrência de alguns momentos de êxodo da população em idade ativa, em busca de melhores oportunidades.

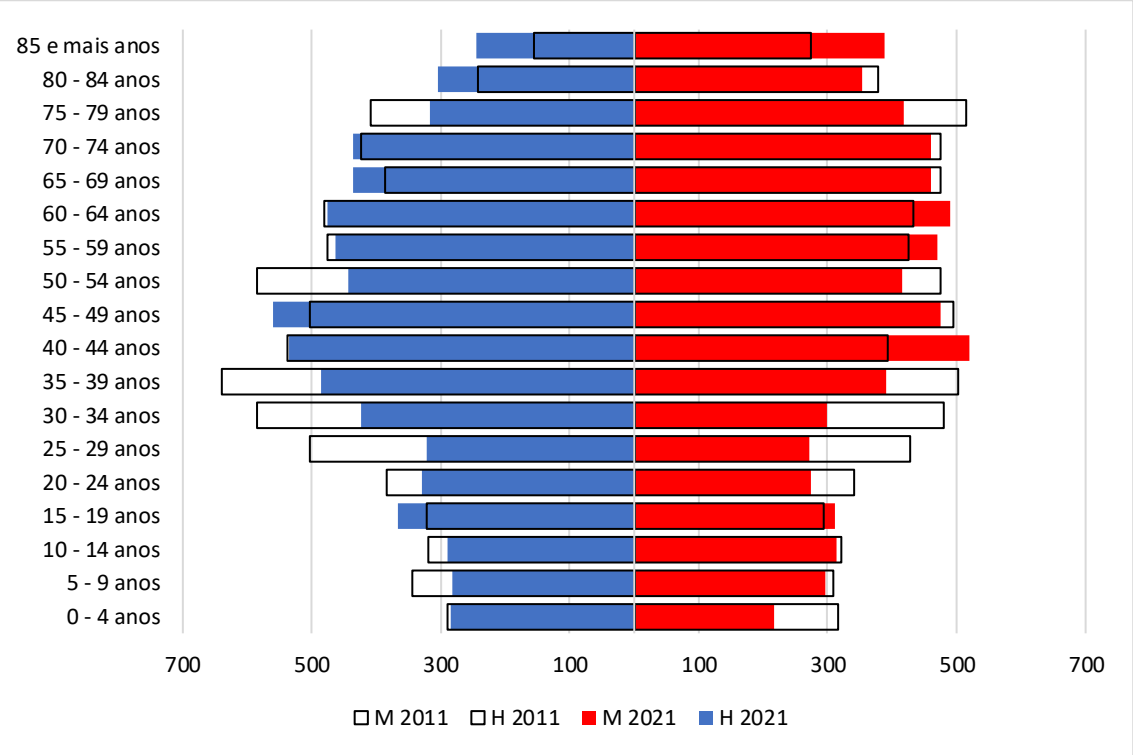


FIGURA 20: PIRÂMIDE ETÁRIA DO MUNICÍPIO DE GRÂNDOLA.

FONTE: INE.

Dados de 2020 relativos à taxa de crescimento efetivo (figura 21) apontam para um decréscimo populacional de -0,23%, inferior ao observado nos contextos nacional (0,02%), mas não tão agudo como no âmbito regional (-0,73%) e sub-regional (-0,43%). Face à situação verificada em 2011, bem como no início do decénio, a taxa de crescimento efetivo de Grândola encontrava-se acima dos 0,20%. 2019 acabou por ser o último ano em que se verificou um crescimento efetivo que, acabou por ser anulado em 2020.

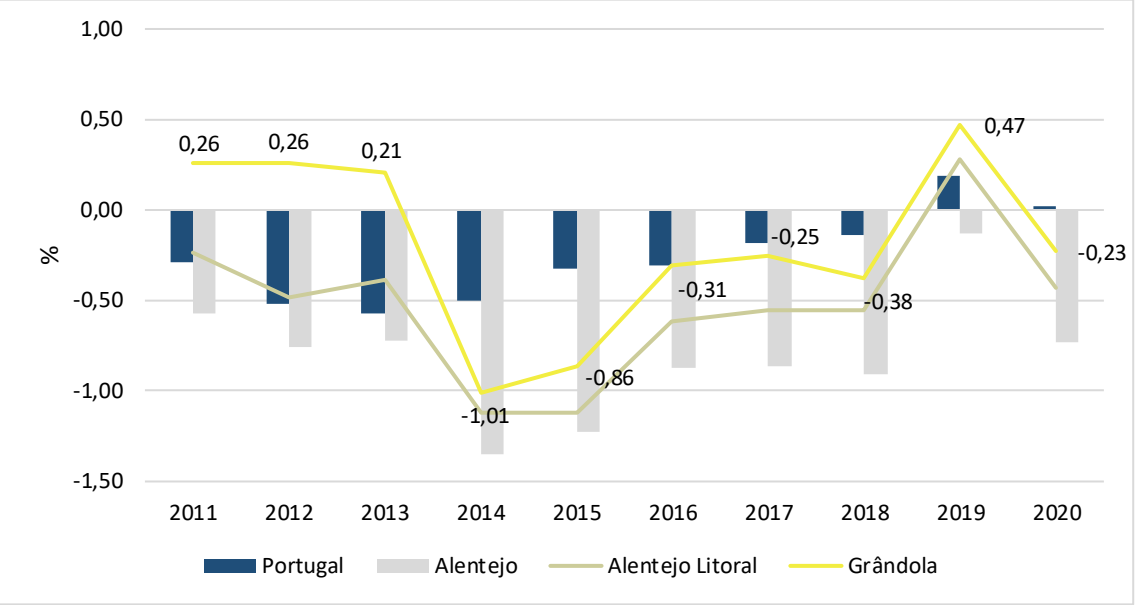


FIGURA 21: TAXA DE CRESCIMENTO EFETIVO EM GRÂNDOLA.

FONTE: INE.

Considerando a taxa de crescimento natural, que resulta do saldo natural (natalidade e mortalidade), os valores ao longo da última década foram negativos na generalidade do país, no entanto, Grândola tem vindo a apresentar valores inferiores à média do Alentejo Litoral. Ao longo dos últimos 10 anos, a taxa de crescimento natural apresentou sistematicamente valores de mortalidade acima dos valores de natalidade, o que contribuiu para o decréscimo populacional do concelho. Em 2020, este indicador acabou por se agravar atingindo o valor mais baixo do período em consideração.

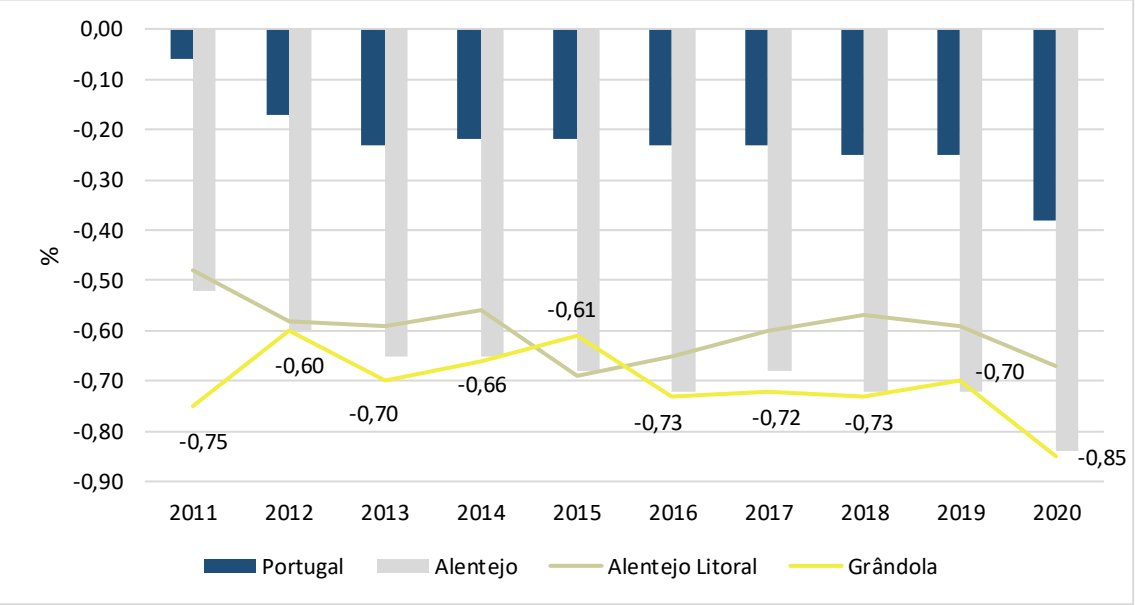


FIGURA 22: TAXA DE CRESCIMENTO NATURAL DE GRÂNDOLA.

FONTE: INE.

Uma vez que a dinâmica de crescimento natural apresenta valores que correspondem a uma maior prevalência da mortalidade sobre a natalidade, não permitindo, por essa via, o aumento verificado em

termos populacionais, a evolução observada tem contribuído para o fenómeno de esvaziamento demografico observado ao longo da última década.

Efetivamente, os dados da taxa bruta de mortalidade e natalidade (figuras seguintes), para além de determinarem parte da dinâmica populacional, refletem também mudanças na estrutura populacional interna.

Em matéria de natalidade, nos últimos cinco anos, Grândola tem apresentado números abaixo das demais unidades territoriais em que se insere. Em 2020 os valores foram semelhantes aos de 2011, no entanto a segunda metade da última década registou valores abaixo da primeira. Este fenómeno pode estar relacionado com a saída de população jovem adulta e em idade fértil, contribuindo para que em Grândola o número de nascimentos se situe abaixo da média nacional.

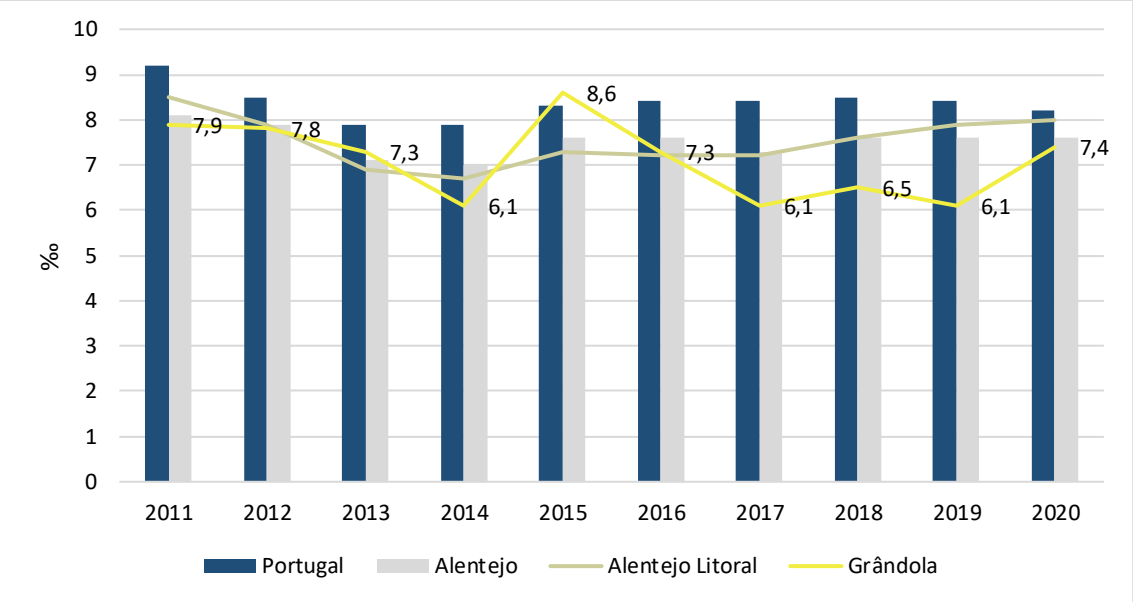


FIGURA 23: TAXA BRUTA DE NATALIDADE EM GRÂNDOLA.

FONTE: INE.

Também na taxa bruta de mortalidade ocorreram algumas oscilações. Em 2011, a taxa bruta de mortalidade em Grândola era de 15,3‰, situando-se acima da média do Alentejo (13,4‰). Após uma década de evolução entre os 12,7‰ e os 14,7‰, em 2020, este indicador voltou a registar um aumento, situando-se nos 15,9‰, ainda que 0,2‰ abaixo da média alentejana. Resumidamente o concelho de Grândola tem vindo a apresentar taxas de mortalidade algo vincadas, a par da média do Alentejo.

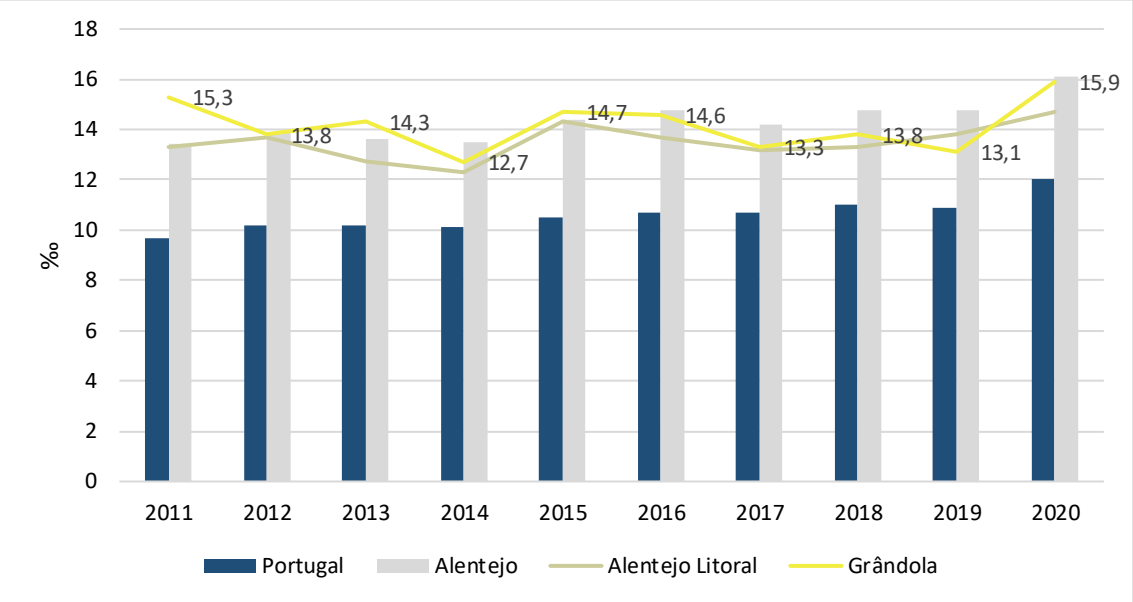


FIGURA 24: TAXA BRUTA DE MORTALIDADE EM GRÂNDOLA.

FONTE: INE.

Os dados absolutos do saldo natural e saldo migratório, reforçam a dinâmica populacional já identificada ao longo do presente capítulo. Entre 2011 e 2020, o saldo natural e o saldo migratório apresentaram dinâmicas algo dissemelhantes em Grândola. Ao longo da última década, o saldo migratório apresentou uma dinâmica positiva, à exceção dos anos de 2014 e 2015. No sentido oposto, o saldo natural apresentou valores constantemente negativos, culminando numa média de -94,5 pessoas por ano, ao longo do último decénio.

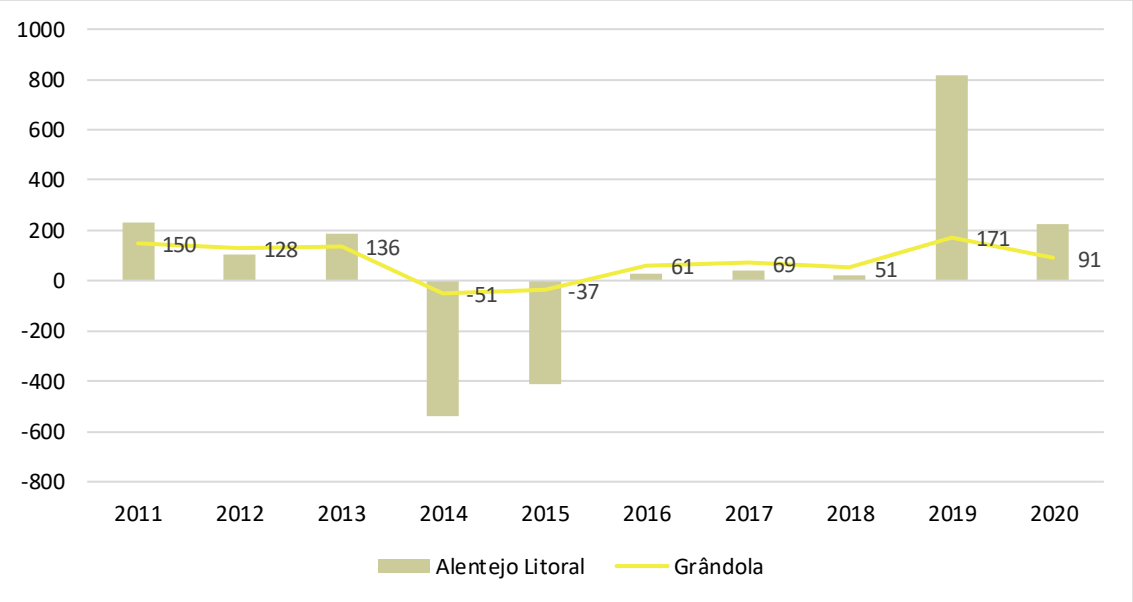


FIGURA 25: SALDO MIGRATÓRIO EM GRÂNDOLA.

FONTE: INE.

Ao nível sub-regional, no Alentejo Litoral, ambos os indicadores apresentaram impactes negativos na dinâmica populacional. Embora o saldo migratório tenha apresentado algumas oscilações ao longo da

última década, registando números positivos entre 2011 e 2013 e desde 2016 ao último período de referência (2020). O saldo natural não acompanhou este fenómeno, apresentando um saldo negativo durante toda a última década.

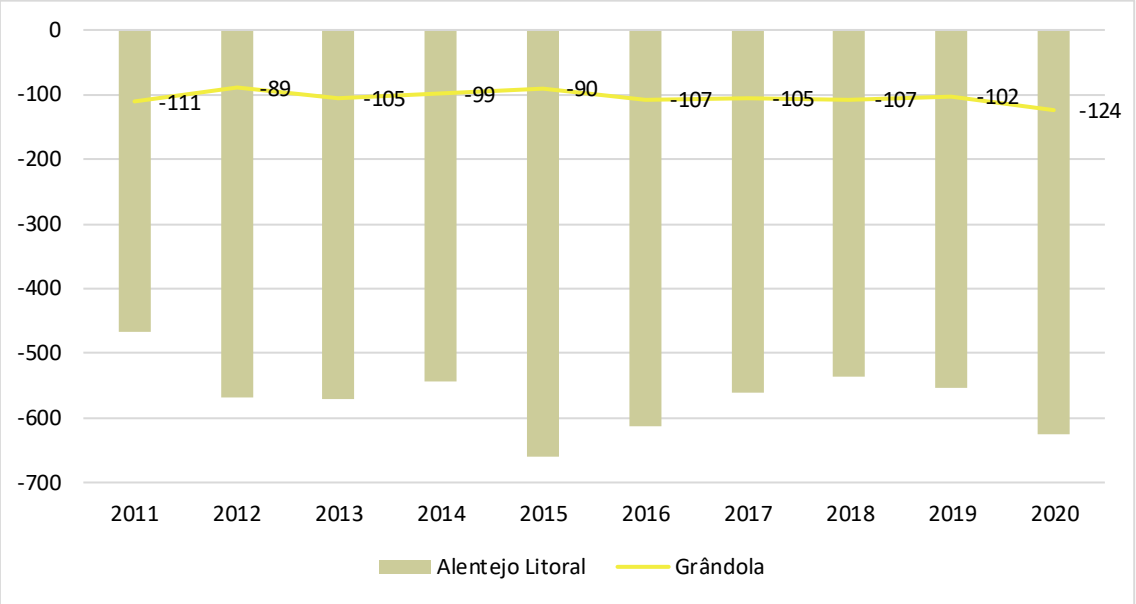


FIGURA 26: SALDO NATURAL EM GRÂNDOLA.

FONTE: INE.

Finalmente, destaque-se ainda o índice de dependência de idosos e de jovens, que relaciona o número de residentes em idade ativa (15 a 64 anos) com os residentes com idade igual ou superior a 65 anos, no caso dos idosos, e com aqueles com idade igual ou inferior a 14 anos, no caso dos jovens.

No índice de dependência de idosos, de 2011 para 2021, ocorreu um aumento transversal a todas as unidades territoriais em análise. Em Grândola, este indicador manteve-se relativamente estável ao longo da última década, até 2021, ano em que este indicador atingiu os 45,9, situando-se acima da média dos contextos territoriais em que se insere.

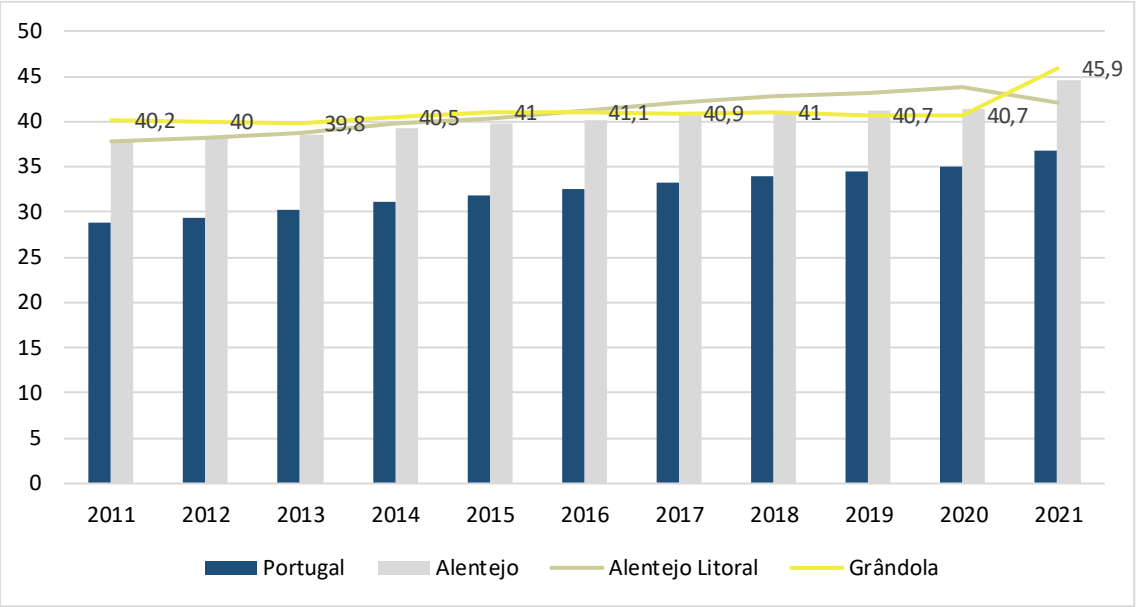


FIGURA 27: ÍNDICE DE DEPENDÊNCIA DE IDOSOS EM GRÂNDOLA.

FONTE: INE.

Relativamente ao índice de dependência de jovens, o concelho de Grândola acompanhou as dinâmicas apresentadas ao nível nacional e regional, passando de 20,5 jovens com até 14 anos de idade por cada 100 residentes em idade ativa para 18,8 em 2020, valor ligeiramente inferior ao da média nacional (20,9) e ao da sub-região Alentejo Litoral (19,8). Ainda assim, no ano de 2021, os resultados dos censos apontavam para um incremento do número de jovens face à população ativa, deixando o índice e dependência de jovens nos 20,2, a par da média do país e dos Alentejo.

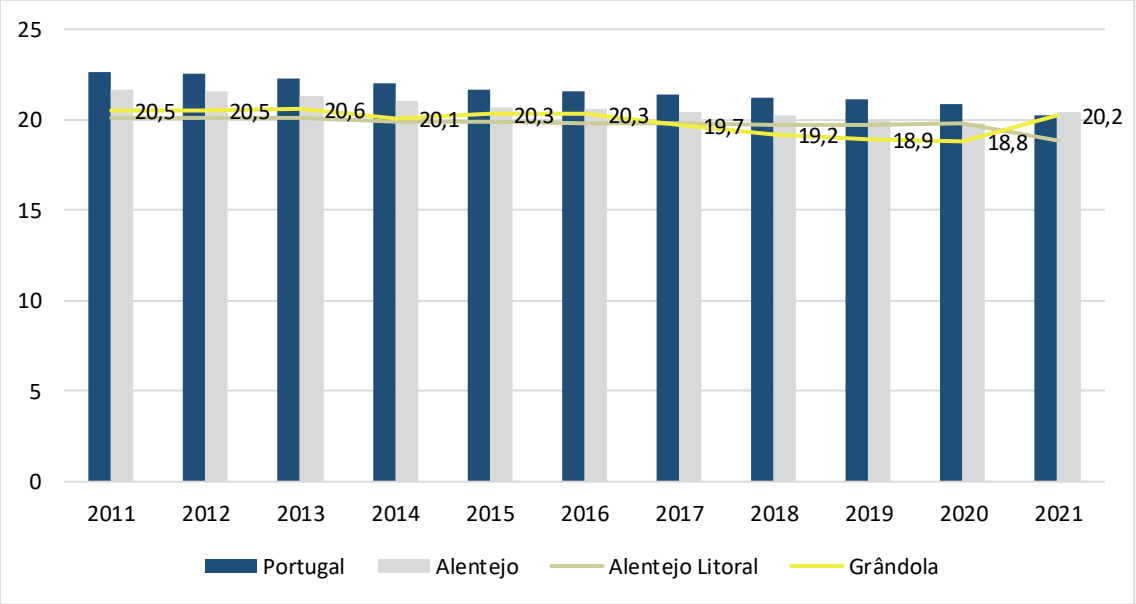


FIGURA 28: ÍNDICE DE DEPENDÊNCIA DE JOVENS EM GRÂNDOLA.

FONTE: INE.

A evolução destes indicadores reflete-se também no índice de dependência total, sendo que neste caso o índice de dependência total do concelho de Grândola passou de 60,6 em 2011 para 66,1 em 2021. Isto

significa que, para cada 100 pessoas em idade ativa, existem cerca de 66 indivíduos dependentes. Estes valores revelam uma dinâmica a par da apresentada a nível regional (65), mas acima da apresentada a nível nacional (57).

2.5. Perfil Socioeconómico

O perfil de qualificações da população residente em Grândola registou uma trajetória positiva ao longo do último decénio. A taxa de analfabetismo do concelho, em 2011, era de 24,8%, valor bastante acima da média nacional nesse ano (18,9%). No ano de 2021, a percentagem de analfabetismo caiu para os 16%. Embora ainda se situe acima da média nacional (13,7%) o último decénio acabou mesmo por refletir uma convergência deste indicador. Esta elevada taxa de analfabetismo está diretamente relacionada com os indicadores demográficos do concelho, uma vez que existe um elevado número de população idosa.

Ainda assim, com base no contexto territorial em que Grândola se encontra inserido, os valores apresentados em 2021 eram relativamente consonantes com as médias regional e sub-regional.

Em 2021, o nível de ensino predominante era o 1.º ciclo do ensino básico, grau obtido por 23,7% da população com 15 ou mais anos de idade, seguindo-se o ensino secundário (21,7%), o 3.º ciclo do ensino básico (16%). Aqueles com o ensino superior concluído eram 9,8% do total de indivíduos com idade igual ou superior a 15 anos.

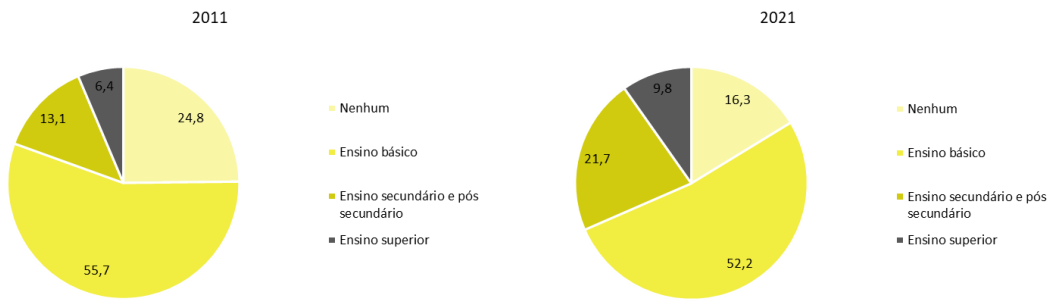


Figura 29: Evolução dos níveis de ensino de Grândola.

Fonte: INE.

Ao nível das freguesias existem algumas assimetrias. A freguesia de Azinheira dos Barros e São Mamede do Sádão é a freguesia com os menores níveis de ensino do concelho. 16,8% da sua população não possui qualquer nível de escolaridade e 32,2% apenas possuem o primeiro ciclo completo. Num espetro oposto, a UF de Grândola e Santa Margarida da Serra apresenta os melhores valores. É a freguesia com maior percentagem de população instruída (considerando a população com ensino secundário e/ou superior) e apresenta valores muito semelhantes à média regional.

Note-se que a proporção da população residente com o ensino superior concluído transitou dos 6,4% para os 9,8% nos últimos 10 anos. Ainda que este valor represente um aumento significativo, em termos comparativos, Grândola apresenta níveis relativamente baixos, especialmente se comparado com a média nacional, cuja população com o ensino superior representava cerca de 17,4%.

Não obstante, ao longo do tempo a tendência será para a mitigação das assimetrias. A adoção de uma dinâmica de atração populacional acabará por acelerar este processo, considerando que a população em idade ativa tem vindo a desenvolver cada vez mais as suas habilitações literárias.

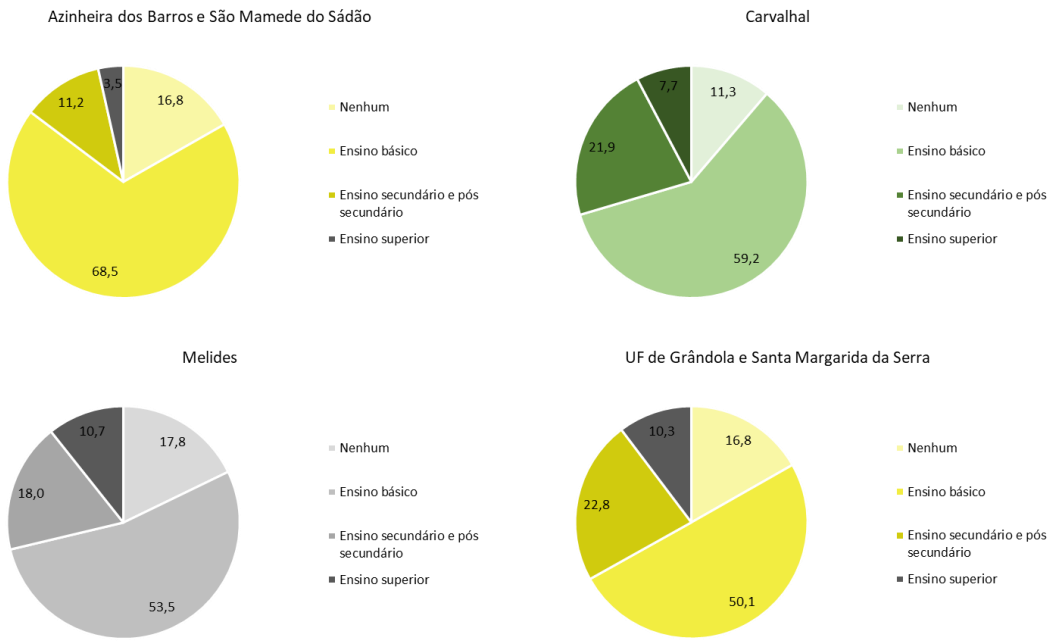


FIGURA 30: EVOLUÇÃO DOS NÍVEIS DE ENSINO NAS FREGUESIAS DE GRÂNDOLA, 2021.

FONTE: INE.

Em matéria de emprego, saliente-se o facto de, em 2011, Grândola apresentar, uma taxa de desemprego inferior às observadas a nível nacional e regional (13,2% e 12,8%, respetivamente).

Ao nível das freguesias, Azinheira Barros e São Mamede do Sádão e Carvalhal encontravam-se na pior situação, registando taxas de desemprego de 13,2% e 11,6%, respetivamente. Numa situação menos gravosa, Melides apresentava uma taxa de desemprego de 10,3%.

Os valores considerados encontravam-se extremamente inflacionados pelas consequências da crise económica de 2008-2011. À data dos Censos de 2021, a taxa de desemprego do concelho de Grândola situava-se nos 6,4%, abaixo da média nacional (8,1%), consagrando-se uma evolução extremamente positiva, face aos valores da década passada. Ainda assim, é relevante salientar que existem algumas assimetrias no contexto intramunicipal. Em 2021, a freguesia de Azinheira dos Barros e São Mamede do Sádão continuava a apresentar uma taxa de desemprego de 12,1%.

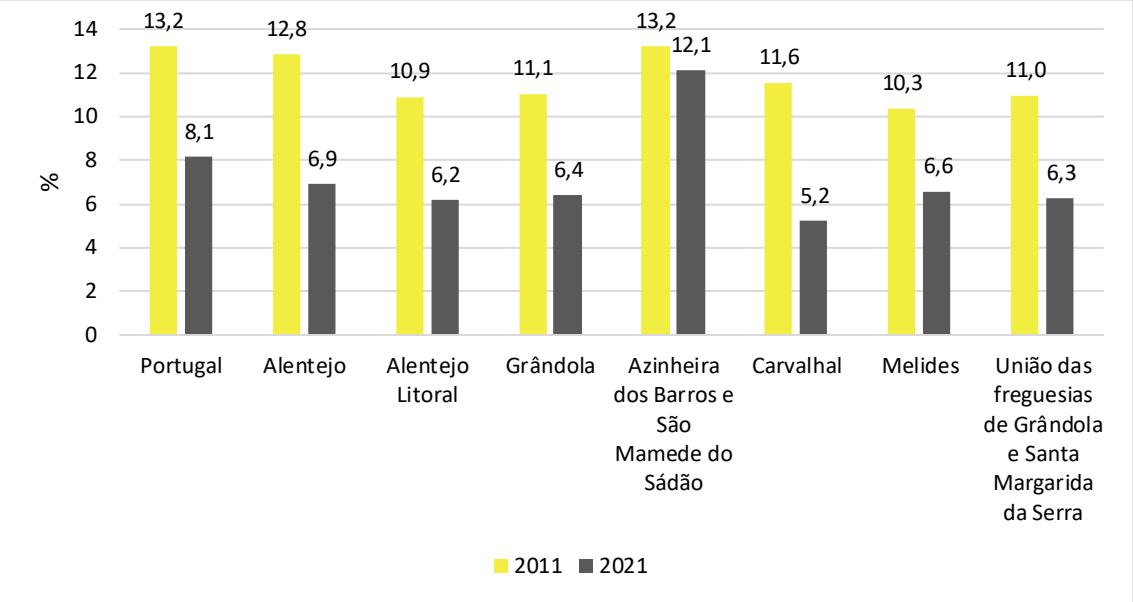


FIGURA 31: EVOLUÇÃO DA TAXA DE DESEMPREGO EM GRÂNDOLA, 2011-2021.

FONTE: INE.

No último decénio verificou-se um decréscimo no número de desempregados inscritos no centro de emprego e formação profissional (figura 32). Em 2012 e 2013 foram atingidos os mais elevados valores de desempregados inscritos no concelho, com médias mensais de 579 e 644, respetivamente, refletindo os impactes da crise económica e financeira sobre o emprego. A partir desse ano verificou-se uma tendência de diminuição no número de inscritos, sendo que em 2021 se atingiu o valor mais baixo do último decénio, com uma média anual de 281 inscritos. Em 2020 ocorreu um ligeiro aumento deste indicador, o que poderá estar relacionado com os primeiros impactes decorrentes da crise pandémica provocada pela COVID-19. Não obstante, acabaram por ser mitigados no último ano em análise.

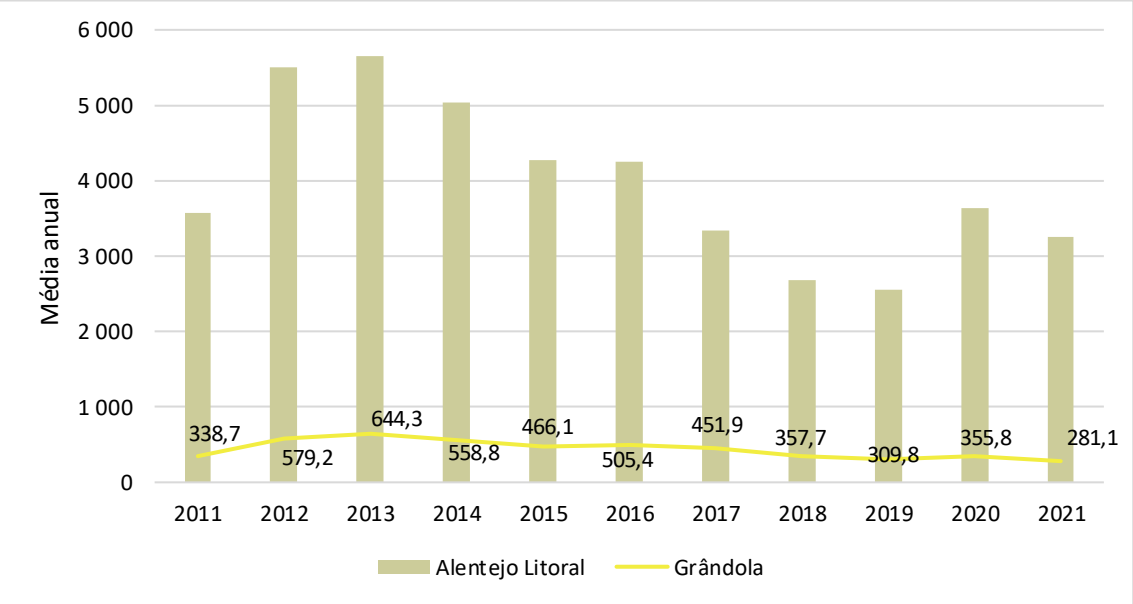


FIGURA 32: MÉDIA ANUAL DE DESEMPREGADOS INSCRITOS NO CENTRO DE EMPREGO F.P. EM GRÂNDOLA.

FONTE: PORDATA.

Relativamente à caracterização do universo de desempregados (figura 33) em 2021, existia um desequilíbrio entre a população feminina e masculina, sendo que a primeira representava 55,5%, do total de desempregados. Verifica-se ainda que a quase totalidade dos desempregados (95,4%) se encontrava à procura de novo emprego, sendo que em média, apenas 13 indivíduos procuravam o primeiro emprego a cada mês. Por outro lado, registava-se uma ligeira prevalência das inscrições inferiores a 1 ano, já que apenas cerca de 45,7% dos desempregados se encontrava à procura de emprego há mais de 1 ano.

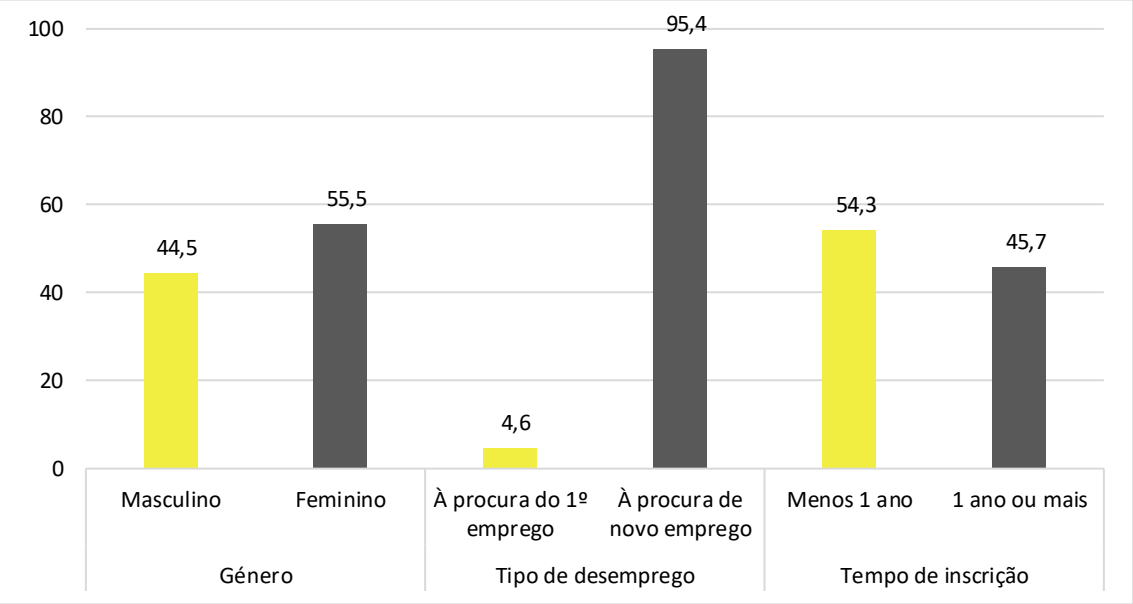


FIGURA 33: CARACTERÍSTICAS DO UNIVERSO DE DESEMPREGADOS EM GRÂNDOLA, 2021.

FONTE: PORDATA.

Em matéria de prestações sociais, o número de beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI) em Grândola tem sido sempre inferior ao verificado ao nível nacional e no Alentejo. À exceção do período 2015-2016, em que a percentagem de beneficiários de RSI aumentou ligeiramente, a tendência do último decénio foi para a diminuição deste indicador, até aos 21,1‰, em 2020, consequência da recuperação económica que se fez sentir desde 2014/2015, que se refletiu na diminuição do desemprego.

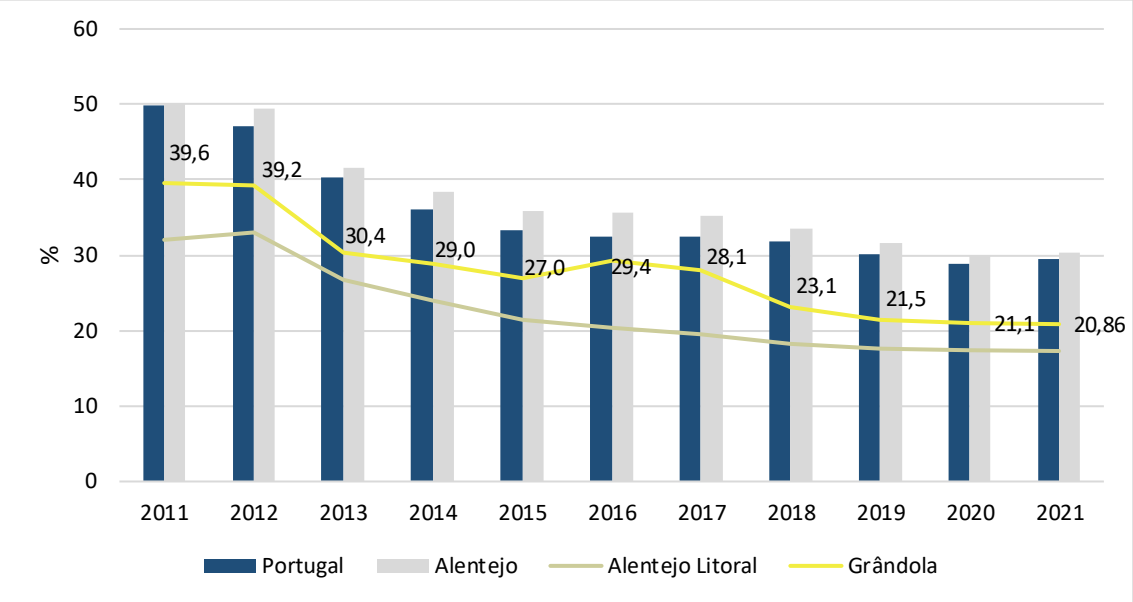


FIGURA 34: BENEFICIÁRIAS/OS DE RSI POR 1000 HABITANTES EM IDADE ATIVA (‰), EM GRÂNDOLA.

FONTE: INE.

Em todo o caso, a evolução registada pode também estar relacionada com a alteração nos critérios de elegibilidade, que tornaram mais restrito o conjunto de indivíduos que pode beneficiar desta prestação.

Outro aspeto relevante no perfil socioeconómico da população de Grândola tem que ver com a população residente de nacionalidade estrangeira (figura 35), que registou uma ligeira subida entre 2011 e 2021, passando de 4,9% para 5,7%, situando-se acima da média nacional.

Destaque para a freguesia do Carvalhal, cuja população residente estrangeira atingia os 13,4% em ambos os períodos.

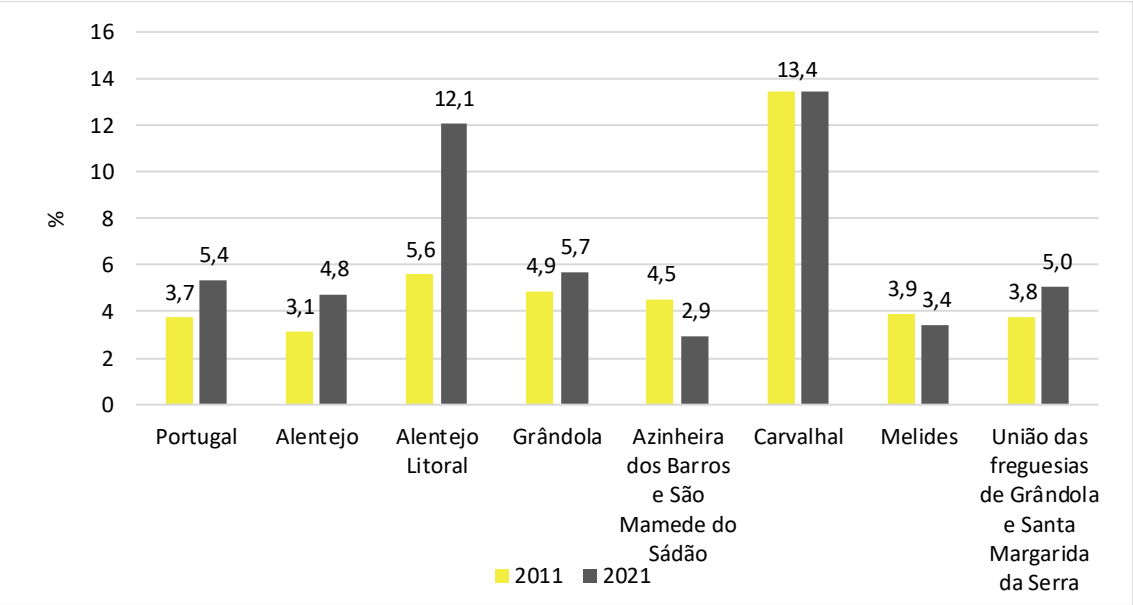


FIGURA 35: PROPORÇÃO DE POPULAÇÃO ESTRANGEIRA EM GRÂNDOLA.

FONTE: INE.

Com a crise económica e financeira que contribuiu com efeitos adversos para a economia e emprego do país, verificou-se uma estagnação do número de estrangeiros no concelho, consequência da perda de atratividade de Portugal e, consequentemente, de Grândola para a população estrangeira. A partir de 2013, o número de cidadãos estrangeiros manteve-se relativamente estável até 2019, ano em que se registou um aumento de 17,2%, face a 2018. O número de solicitações de cidadãos estrangeiros para obtenção de estatuto de residente acompanha esta tendência, refletindo bons resultados ao longo da segunda metade do último decénio. Em 2021, atingiu-se não só o maior número de população estrangeira com estatuto de residente (765), como também o maior número de população que solicitou esse mesmo estatuto (153), ao longo dos últimos 10 anos.

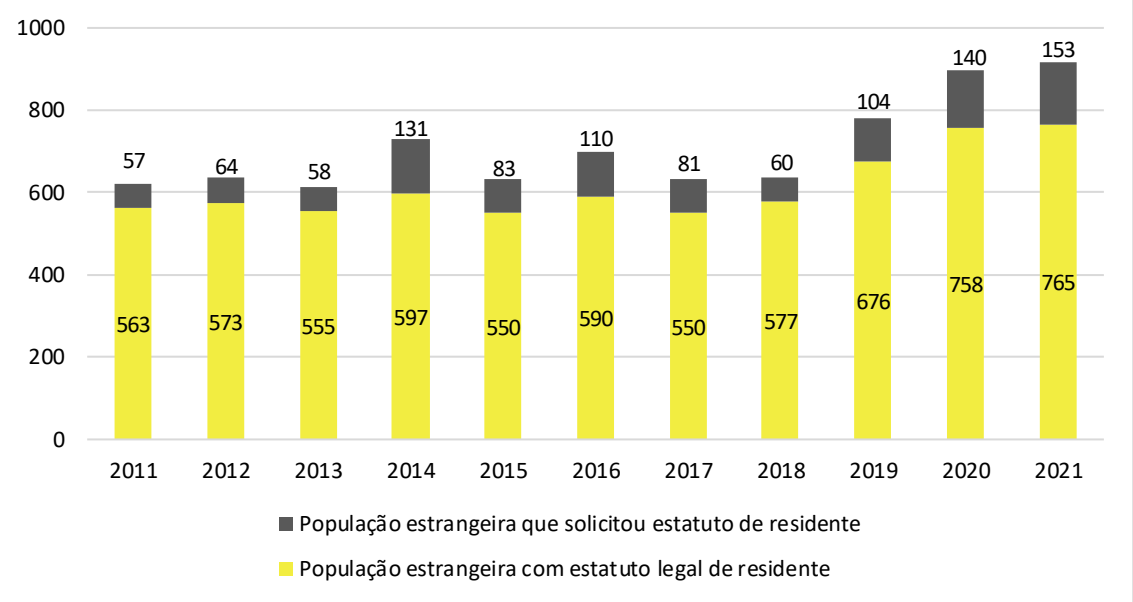


FIGURA 36: POPULAÇÃO ESTRANGEIRA EM GRÂNDOLA.

FONTE: INE.

2.6. SITUAÇÃO EDUCATIVA

De um modo geral, o número de alunos matriculados nas escolas do concelho tem apresentado uma evolução irregular, com uma trajetória ligeiramente descendente. O ano letivo de 2009/2010 foi o ano em que se verificou maior número de matrículas nos vários níveis de ensino não-superior (2.815). Desde esse momento, iniciou-se uma tendência de diminuição, interrompida somente nos anos letivos de 2011/2012, 2013/2014 e 2016/2017. No ano letivo de 2020/2021, 2.053 alunos matricularam-se no concelho de Grândola, -7,6% que em 2010/2011 e -15,5% que no início no milénio.

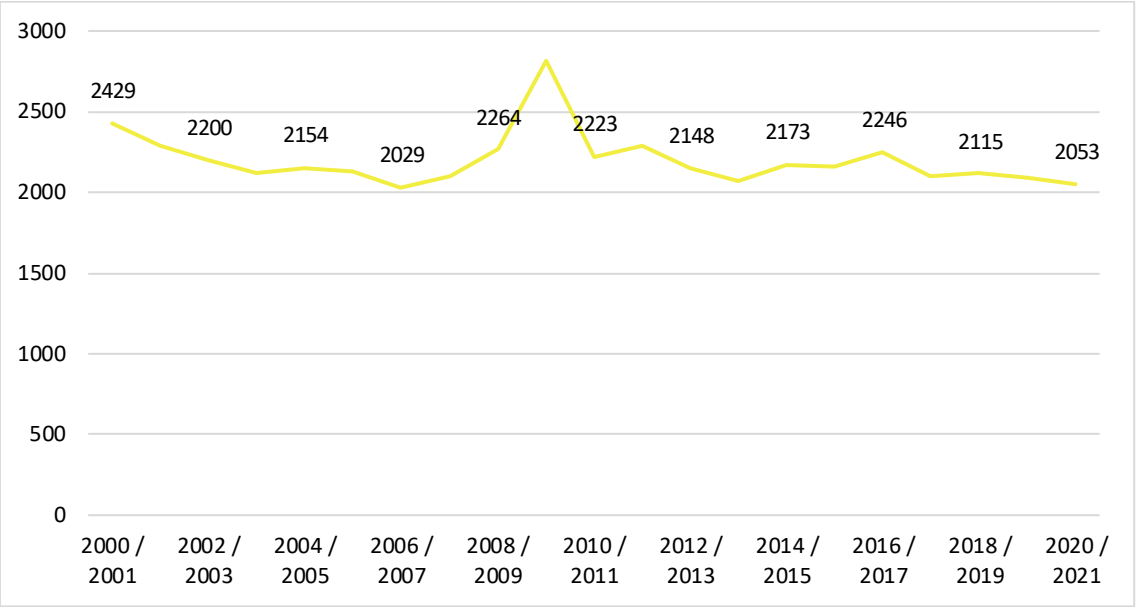


FIGURA 37: ALUNAS/OS MATRICULADAS/OS NO ENSINO NÃO-SUPERIOR EM GRÂNDOLA.

FONTE: INE.

No concelho de Grândola, existem 10 equipamentos de ensino pré-escolar. O facto de 8 destes equipamentos pertencerem ao domínio público traduz-se, naturalmente, num universo de matrículas que se reporta maioritariamente ao ensino público. Não obstante, no ensino pré-escolar, o número de crianças matriculadas na rede privada representava, no ano letivo de 2020/2021, 19,2% do total. Este indicador tem sofrido algumas alterações ao longo dos anos, mas comparativamente ao início do milénio, a tendência ilustra um ligeiro decréscimo das matrículas na rede privada.

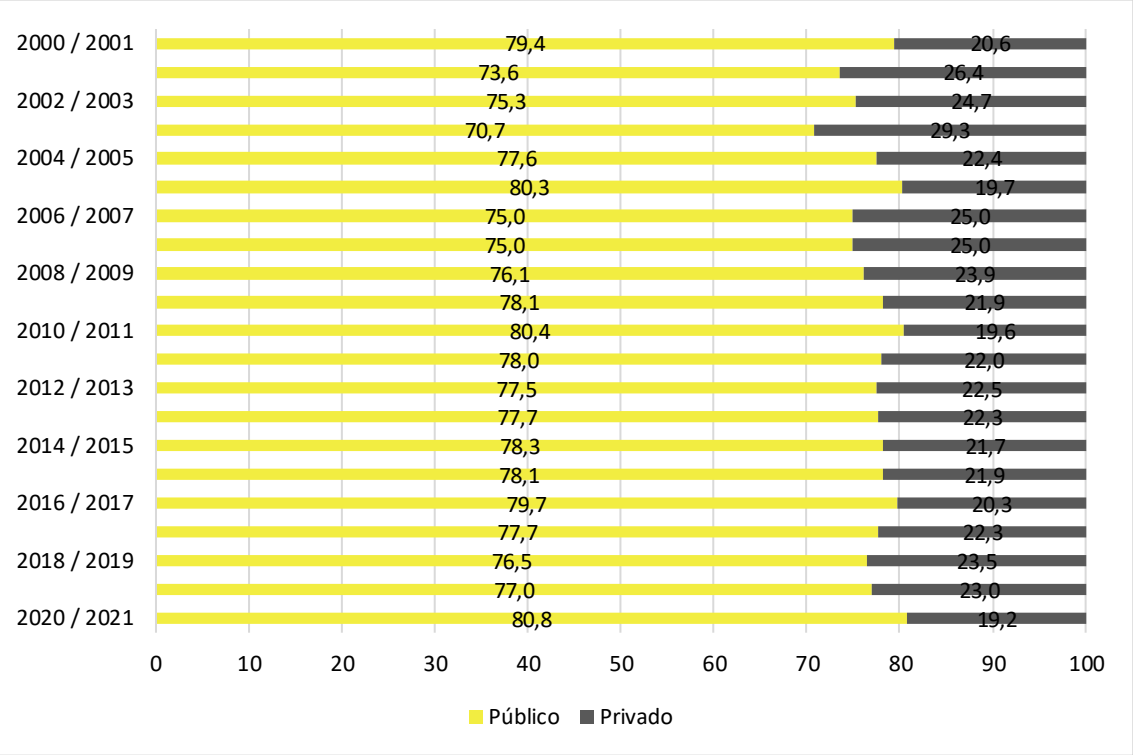


FIGURA 38: PERCENTAGEM DE ALUNAS/OS MATRICULADAS/OS NAS REDES PÚBLICA E PRIVADA NO ENSINO PRÉ-ESCOLAR EM GRÂNDOLA.

FONTE: INE.

Considerando uma análise da distribuição do número de alunos por nível de ensino, verifica-se que o 1.º CEB é o que reúne maior número de alunos, o que se justifica pelo facto de abranger um maior número de escalões etários comparativamente aos demais. No concelho, em 2020/2021 o número de alunos neste nível de ensino era de 511. Em segundo lugar, encontravam-se os alunos matriculados no ensino secundário, que nesse ano totalizavam 476. Por sua vez, o 3.º CEB correspondia ao terceiro nível de escolaridade mais numeroso, com 454 alunos matriculados. Por último, as crianças inscritas no pré-escolar e no 2.º CEB apresentam números mais modestos.

Ao longo dos anos, ocorreram algumas oscilações, resultantes da deslocação dos alunos ao logo da estrutura etária, no entanto, comparativamente aos valores apresentados no início do decénio, tem-se assistido a um gradual decréscimo do número de inscrições no ensino não-superior no concelho de Grândola.

Em termos proporcionais, no ano letivo de 2020/2021 a distribuição de alunos pelos vários níveis de ensino era de 17% no pré-escolar, 24,9% no 1.º CEB, 12,8% no 2.º CEB, 22,1% no 3.º CEB e 23,2% no secundário.

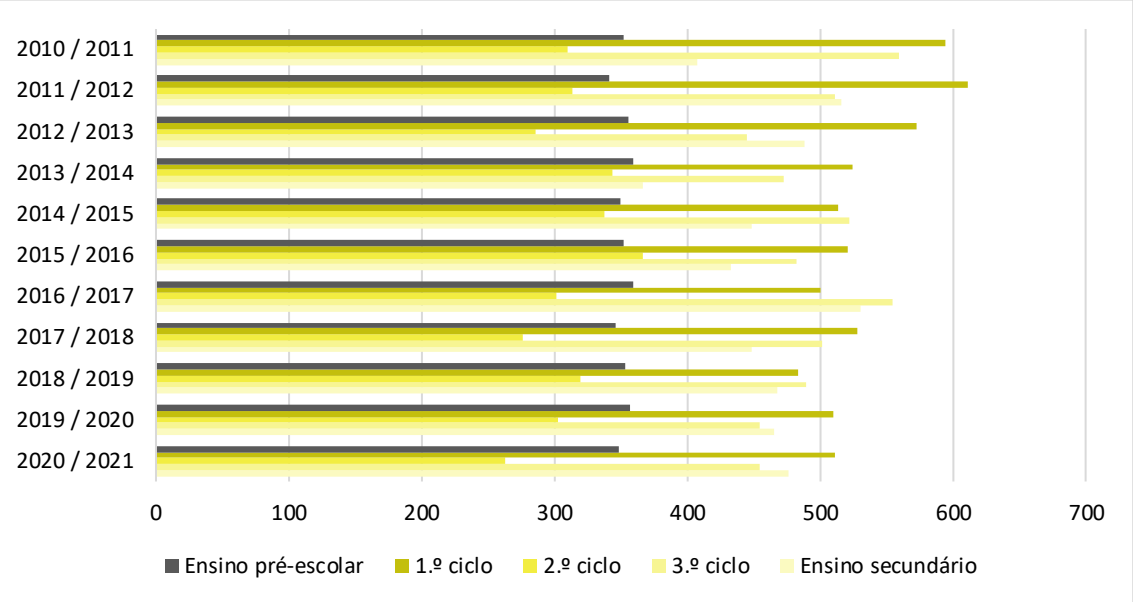


FIGURA 39: EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS EM GRÂNDOLA.

FONTE: INE.

Relativamente aos indicadores de escolarização, Grândola tem experienciado oscilações da taxa bruta de pré-escolarização, apresentando valores acima da média nacional, embora abaixo da média do Alentejo Litoral, ao longo do passado decénio. Desde o ano letivo de 2017/2018, a taxa de pré-escolarização tem vindo a ultrapassar os 100%, encontrando-se nos 103,3%, em 2020/2021 e atingindo, deste modo, um dos objetivos da carta educativa vigente.

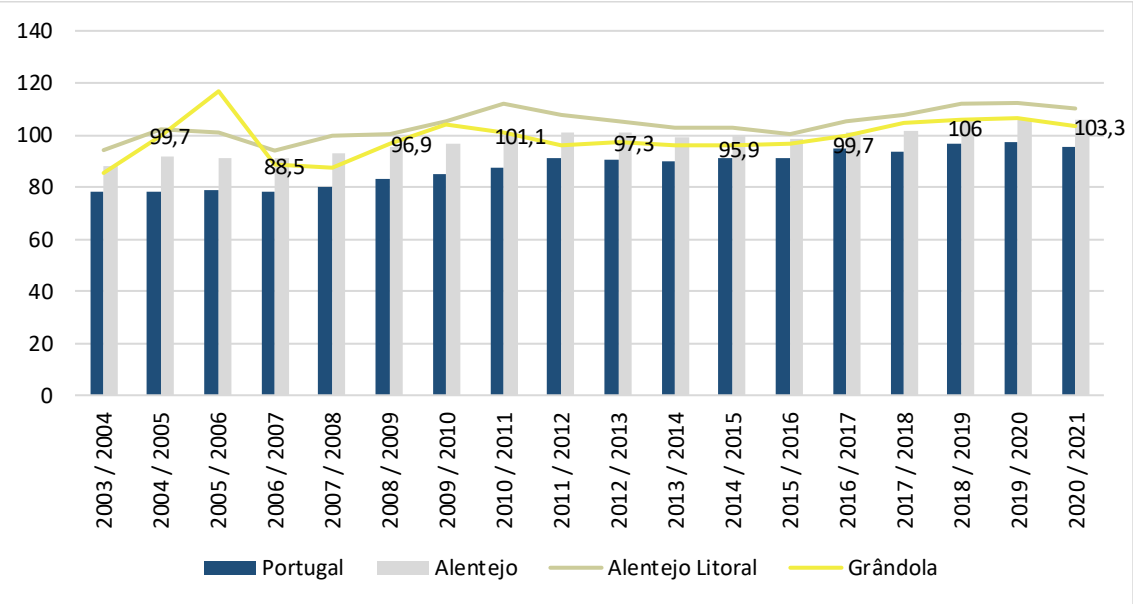


FIGURA 40: EVOLUÇÃO DA TAXA DE PRÉ-ESCOLARIZAÇÃO EM GRÂNDOLA.

FONTE: INE.

Já a taxa bruta de escolarização no ensino básico (que inclui os vários ciclos de ensino básico) apresenta valores semelhantes aos observados ao nível nacional e regional. Destaque-se o facto de no ensino básico a taxa bruta de escolarização ter apresentado evolução negativa entre 2010/2011 e 2012/2013, tendência

em linha com a observada nas outras unidades territoriais em comparação, ainda que no caso de Grândola essa redução tenha sido mais pronunciada. No ano letivo de 2020/2021 a taxa bruta de escolarização no ensino básico apontava para os 113%, valor consideravelmente inferior ao início do milénio. Estes valores de escolarização acima de 100% podem decorrer de dois fenómenos, ou de uma importante taxa de retenção nestes níveis de ensino, ou devido à presença de alunos residentes em outros concelhos.

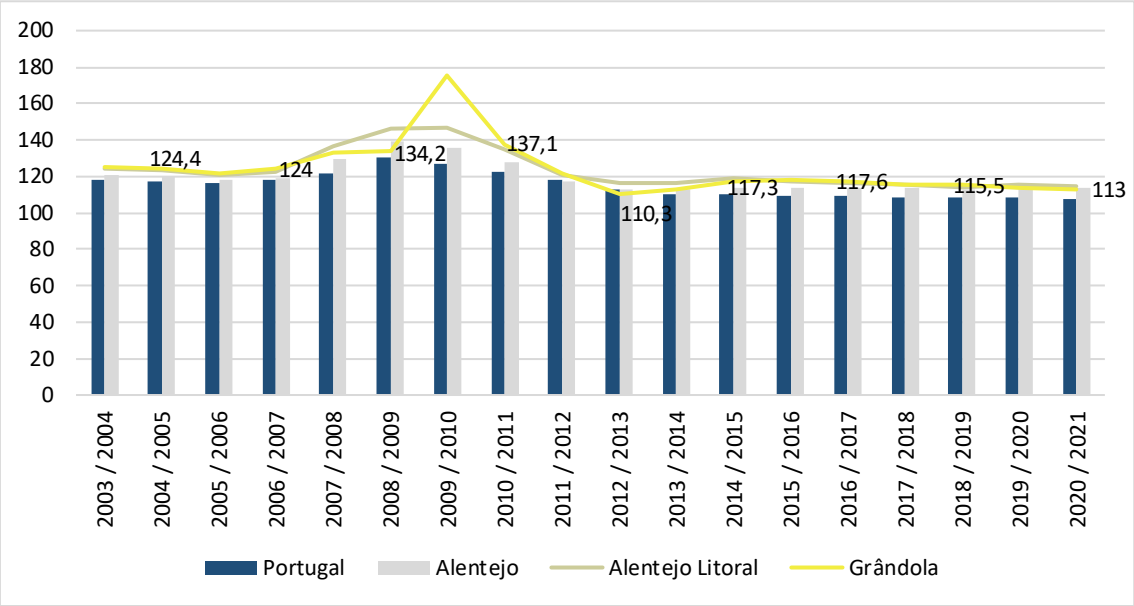


FIGURA 41: EVOLUÇÃO DA TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO NO ENSINO BÁSICO EM GRÂNDOLA.

FONTE: INE.

Finalmente, no caso do ensino secundário (figura 42), desde 2016/2017 a taxa bruta de escolarização de Grândola tem apresentado valores inferiores à média nacional e do Alentejo Litoral. No ano letivo de 2020/2021, este indicador situava-se nos 113,6%, manifestando um ligeiro crescimento face ao ano letivo anterior.

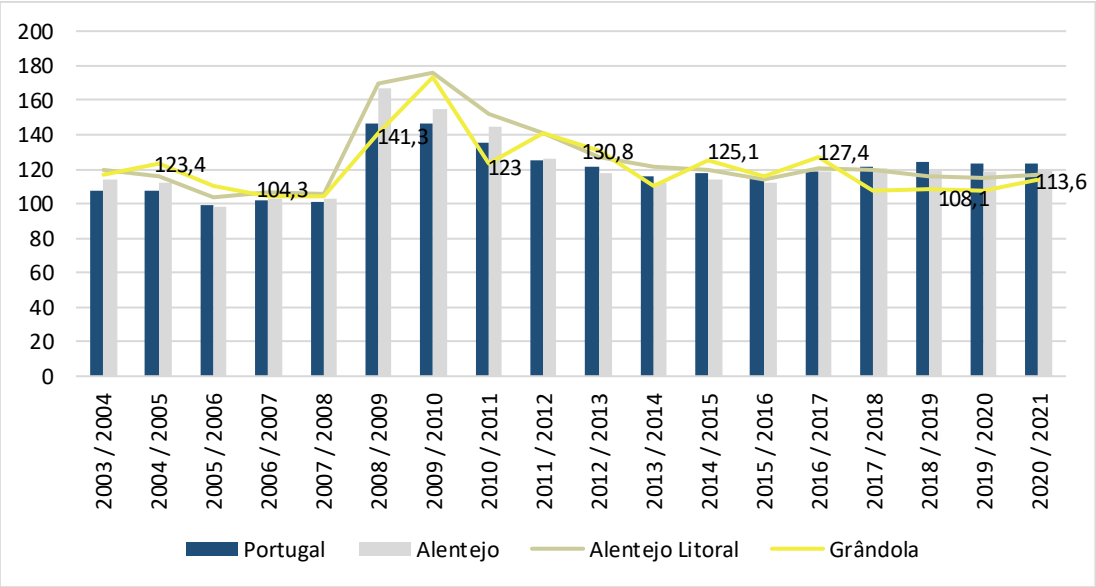


FIGURA 42: EVOLUÇÃO DA TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO NO ENSINO SECUNDÁRIO EM GRÂNDOLA.

FONTE: INE.

No caso da taxa de retenção e desistência no ensino básico (que inclui os 1.º, 2.º e 3.º ciclos do ensino básico), Grândola apresentou algumas oscilações, no entanto é possível identificar uma clara melhoria deste indicador, face ao ano letivo de 2012/2013, em que a taxa de retenção no ensino básico atingiu os 14,8%. No ano letivo de 2020/2021, a taxa de retenção e desistência no ensino básico situava-se nos 4,2%, embora ainda superior aos valores nacionais, houve uma convergência para com os contextos territoriais em que Grândola se insere.

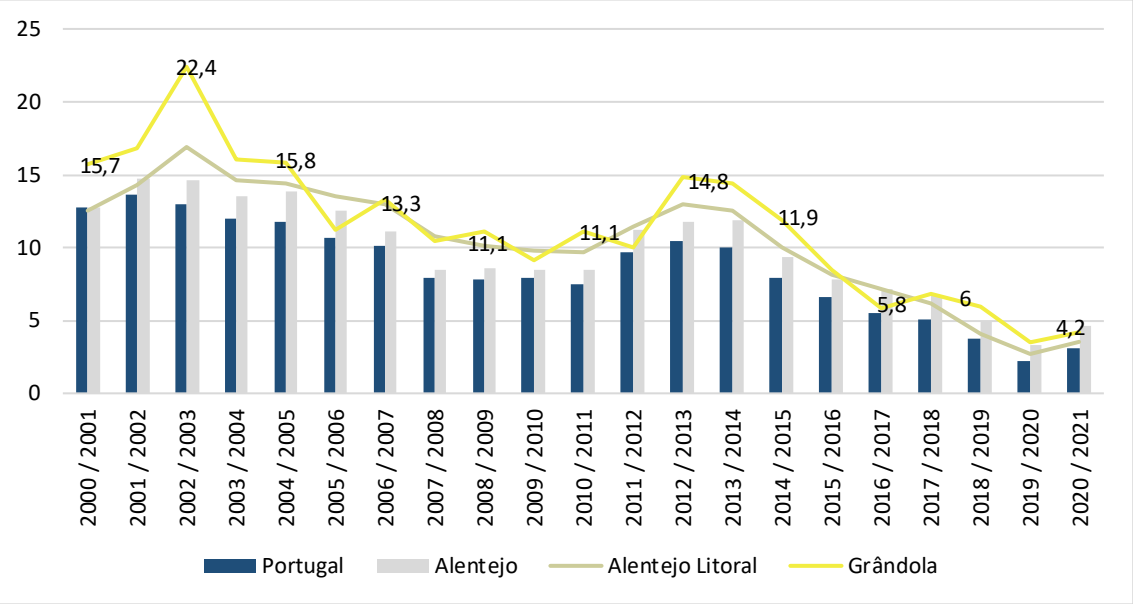


FIGURA 43: EVOLUÇÃO DA TAXA DE RETENÇÃO E DESISTÊNCIA NO ENSINO BÁSICO EM GRÂNDOLA.

FONTE: INE.

Relativamente à taxa de transição e conclusão do ensino secundário, Grândola apresentou valores em linha com os observados nas restantes unidades territoriais, exprimindo uma evolução positiva deste indicador. No ano letivo de 2020/2021, a taxa de transição/conclusão do ensino secundário foi de 89,9%. Valor acima dos 84,4% observados no início do decénio (2010/2011) e muito acima dos observados no início do milénio (52,4%).

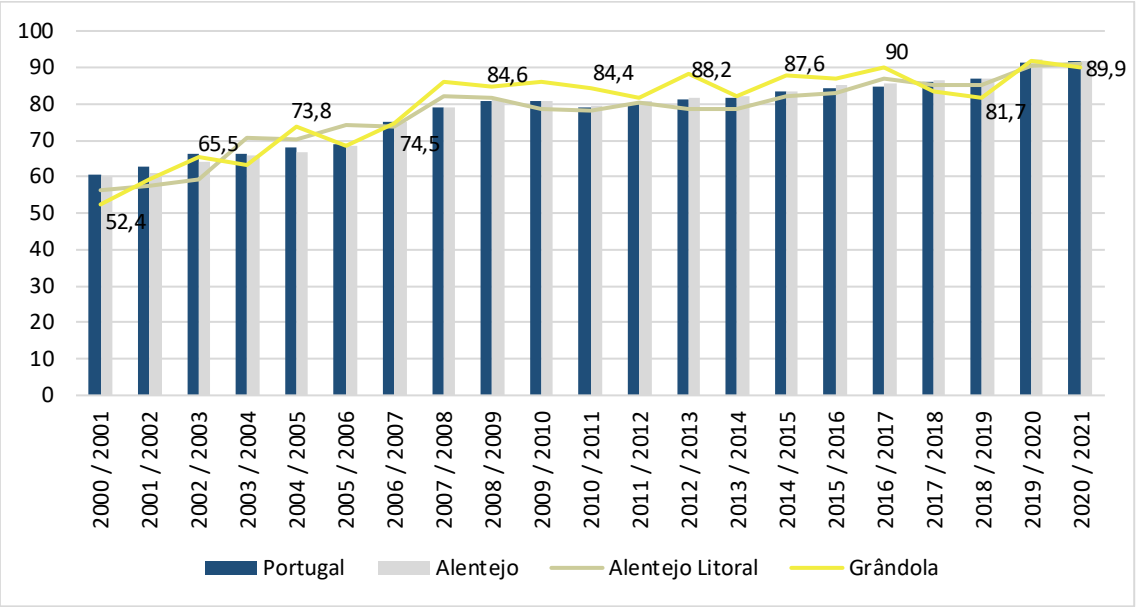


FIGURA 44: EVOLUÇÃO DA TAXA DE TRANSIÇÃO/CONCLUSÃO NO ENSINO SECUNDÁRIO EM GRÂNDOLA.

FONTE: INE.

2.6. ÁREA DE INFLUÊNCIA DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE GRÂNDOLA

O concelho de Grândola tem um único agrupamento de escolas, o Agrupamento de Escolas de Grândola, cuja área de influência corresponde à área do concelho.

2.7. AVALIAÇÃO EXTERNA DAS ESCOLAS[3]

1º Ciclo

As provas de aferição são um instrumento de avaliação que permite recolher dados importantes sobre os níveis de desempenho dos alunos no que respeita às aprendizagens adquiridas e competências desenvolvidas. Em 2021/22, 4 escolas de Grândola tinham menos de 20 alunos matriculados no 1.º ciclo do ensino básico geral: Escola Básica de Água Derramada, Escola Básica de Aldeia do Futuro, Escola Básica de Aldeia Nova de São Lourenço e Escola Básica de Lousal. Estas não foram consideradas, à partida, no apuramento estatístico.

Em 2023, em 3 escolas com 1º ciclo o número de provas realizadas foi demasiado reduzido para apresentar estatísticas: Escola Básica de Ameiras de Cima, Escola Básica de Carvalhal, Escola Básica de Melides. Neste ano, na Escola Básica de Grândola as provas de Educação Física e de Educação Artística foram as

3 Este capítulo é suportado em informação do Portal InfoEscolas, do Ministério da Educação (ME), que, por sua vez, tem por base dados reportados pelas escolas ao sistema de informação do ME, bem como Bases de dados do Júri Nacional de Exames.

que obtiveram melhores resultados entre os alunos de 2º ano, por sua vez, as disciplinas de português e matemática foram aquelas que obtiveram piores resultados. A diferença face à situação do país é mais significativa nas disciplinas de Ed. Artística (-25 pp) e português (-21pp).

Escola	Disciplina	2021/2022		2022/23	
		Escola	País	Escola	País
EB de Grândola	Educação Artística	82	96	72	97
	Educação Física	99	99	98	98
	Português	33	50	35	56
	Matemática	77	83	47	58
	Estudo do Meio	95	85	51	66
EB de Ameiras de Cima	Educação Artística	<15 provas em 2023	<15 provas em 2023	<15 provas em 2023	<15 provas em 2023
	Educação Física	<15 provas em 2023	<15 provas em 2023	<15 provas em 2023	<15 provas em 2023
	Português	<15 provas em 2023	<15 provas em 2023	<15 provas em 2023	<15 provas em 2023
	Matemática	<15 provas em 2023	<15 provas em 2023	<15 provas em 2023	<15 provas em 2023
	Estudo do Meio	<15 provas em 2023	<15 provas em 2023	<15 provas em 2023	<15 provas em 2023
EB de Carvalhal	Educação Artística	<15 provas em 2023	<15 provas em 2023	<15 provas em 2023	<15 provas em 2023
	Educação Física	<15 provas em 2023	<15 provas em 2023	<15 provas em 2023	<15 provas em 2023
	Português	<15 provas em 2023	<15 provas em 2023	<15 provas em 2023	<15 provas em 2023
	Matemática	<15 provas em 2023	<15 provas em 2023	<15 provas em 2023	<15 provas em 2023
	Estudo do Meio	<15 provas em 2023	<15 provas em 2023	<15 provas em 2023	<15 provas em 2023
EB de Melides	Educação Artística	<15 provas em 2023	<15 provas em 2023	<15 provas em 2023	<15 provas em 2023
	Educação Física	<15 provas em 2023	<15 provas em 2023	<15 provas em 2023	<15 provas em 2023
	Português	<15 provas em 2023	<15 provas em 2023	<15 provas em 2023	<15 provas em 2023
	Matemática	<15 provas em 2023	<15 provas em 2023	<15 provas em 2023	<15 provas em 2023
	Estudo do Meio	<15 provas em 2023	<15 provas em 2023	<15 provas em 2023	<15 provas em 2023

TABELA 7: PERCENTAGEM DE ALUNOS QUE OBTIVERAM O NÍVEL "CONSEGUIU" OU O NÍVEL "CONSEGUIU MAS..." EM PELO MENOS METADE DOS DOMÍNIOS DA PROVA DE AFERIÇÃO, 2º ANO, 2023 (%)

FONTE: INFOESCOLAS.MEDU.PT

2º Ciclo

No que se refere ao 2º ciclo (5º ano), entre as 4 provas de aferição realizadas em 2023, foi na prova de ciências naturais que houve maior distanciamento entre os resultados da Escola Básica D. Jorge de Lencastre, Grândola e os nacionais, sendo que esta Escola obteve um resultado mais favorável (+4pp) que a média nacional, na disciplina de português, mas ainda assim negativo (48% com bom desempenho).

Disciplina	2018		2019		2022		2023	
	Escola	País	Escola	País	Escola	País	Escola	País
Português	53	57					48	44
Educação Física			64	78			68	77
História e Geografia de Portugal			45	57			9	16
Educação Visual e Educação Tecnológica	95	93			96	98		
Ciências Naturais			40	42			57	72

Disciplina	2018		2019		2022		2023	
	Escola	País	Escola	País	Escola	País	Escola	País
Matemática			5	10	12	22		
Educação Musical	80	77						

TABELA 8 – PERCENTAGEM DE ALUNOS QUE OBTIVERAM O NÍVEL "CONSEGUIU" OU O NÍVEL "CONSEGUIU MAS..." EM PELO MENOS METADE DOS DOMÍNIOS DA PROVA DE AFERIÇÃO, 5º ANO, 2023

FONTE: INFOESCOLAS.MEDU.PT

3º Ciclo

No 3º CEB, a EB Escola Básica D. Jorge de Lencastre não tem provas finais (português e matemática) realizadas em 2023. No que se refere às provas de aferição do 8º ano, os resultados constam da tabela seguinte. Em todas as disciplinas, os resultados da escola situam-se abaixo da média nacional.

Disciplina	2017		2018		2019		2022		2023	
	Escola	País	Escola	País	Escola	País	Escola	País	Escola	País
TIC									20	47
Matemática			8	32					3	21
Ciências Naturais e Físico-Química	21	22							4	6
Português					45	60	71	73		
Educação Física			46	57			56	79		
Geografia					22	29	32	38		
História					17	20	28	28		
Educação Visual			55	73						

Tabela 9: PERCENTAGEM DE ALUNOS QUE OBTIVERAM O NÍVEL "CONSEGUIU" OU O NÍVEL "CONSEGUIU MAS..." EM PELO MENOS METADE DOS DOMÍNIOS DA PROVA DE AFERIÇÃO, 8º ANO, 2023 (%)

FONTE: INFOESCOLAS.MEDU.PT

Por sua vez a Escola secundária não aplicou provas de aferição aos alunos do 8º ano. No que se refere aos resultados das provas nacionais de português e matemática de 9º ano, observa-se uma melhoria significativa no ano de 2023, em ambas as provas.

	2017	2018	2019	2022	2023
Matemática	19	21	36	25	60
Português	19	23	25	32	62

TABELA 10: EVOLUÇÃO DO PERCENTIL NACIONAL DA ESCOLA, MEDIDO PELA CLASSIFICAÇÃO MÉDIA DOS SEUS ALUNOS

FONTE: INFOESCOLAS.MEDU.PT

Ensino secundário

No ensino secundário, cursos científico-humanístico, os percentis obtidos nas diferentes disciplinas são assinalados abaixo.

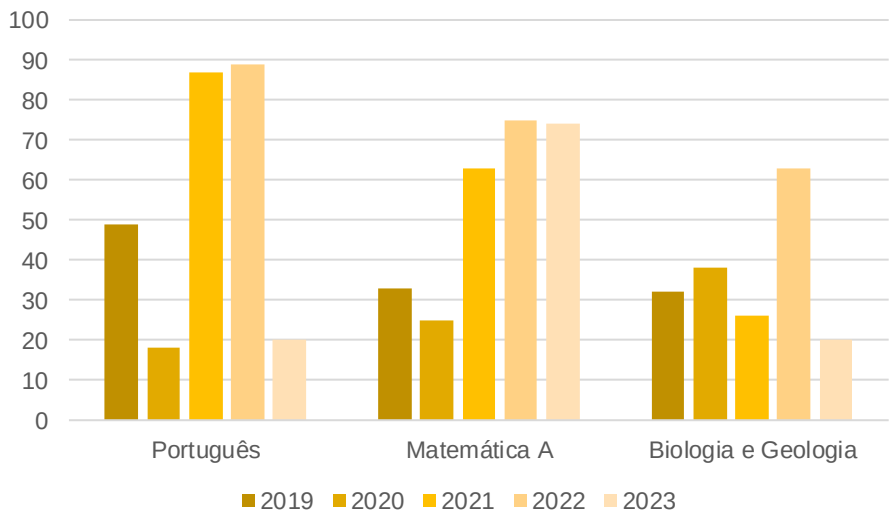


FIGURA 45. EVOLUÇÃO DO PERCENTIL NACIONAL DA ESCOLA, MEDIDO PELA CLASSIFICAÇÃO MÉDIA DOS SEUS ALUNOS, ENSINO SECUNDÁRIO, PROVAS DE PORTUGUÊS, MATEMÁTICA A E BIOLOGIA E GEOLOGIA

FONTE: INFOESCOLAS.MEDU.PT

Nota: Para as disciplinas de Física e Química A, Filosofia, Matemática Aplicada às Ciências Sociais, Inglês, Desenho A, Matemática B, Economia A, História A, Geografia A, Literatura Portuguesa e Geometria Descritiva, a amostra é demasiado reduzida para serem apresentadas estatísticas.

No que se refere ao ensino profissional, em 2021/22 estavam inscritos 140 alunos na Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Grândola, em 4 cursos.

Curso	Número de alunos	Percentagem na escola	Conclusão em Tempo Esperado
Técnico/a de Produção Agropecuária	47	34%	76%
Técnico/a de Turismo Ambiental e Rural	42	30%	87%
Técnico/a de Turismo	37	26%	---
Técnico/a de Informação e Animação Turística	14	10%	92%

TABELA 11: ALUNOS INSCRITOS NOS CURSOS PROFISSIONAIS EM 2021/22

FONTE: INFOESCOLAS.MEDU.PT

A percentagem de alunos da escola que concluem o ensino profissional em três anos é vantajosa, quando comparada com alunos a nível nacional, em posição semelhante, tal como consta da figura seguinte.

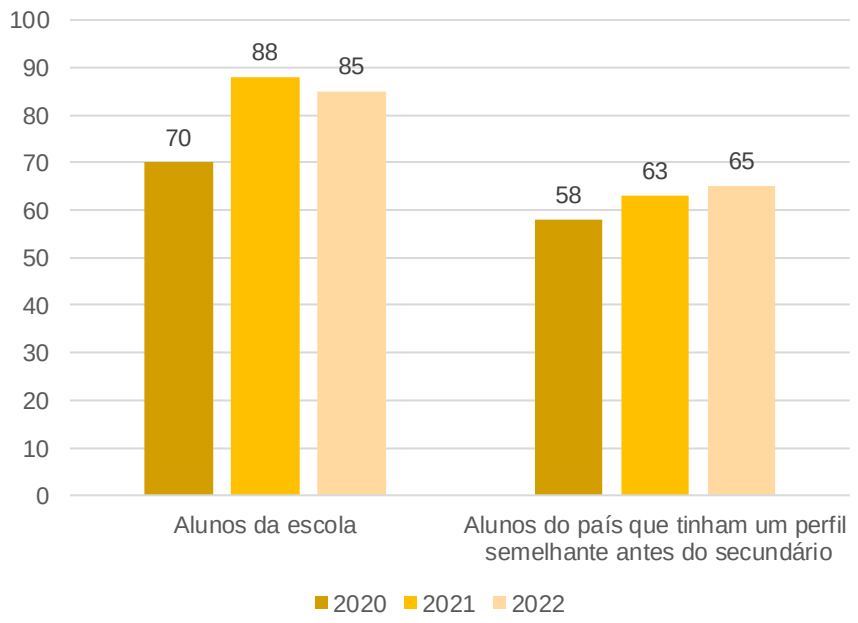


FIGURA 46. PERCENTAGEM DE ALUNOS DA ESCOLA QUE CONCLUEM O ENSINO PROFISSIONAL EM TRÊS ANOS

FONTE: INFOESCOLAS.MEDU.PT

2.7. TRANSPORTES PÚBLICOS

Os transportes escolares também são uma das competências diretas da autarquia em matéria de educação. A rede de transportes escolares do concelho abrange 134 alunos das EB1/JI. Na EB1/JI de Água Derramada, utilizam este transporte 94% dos alunos e em Ameiras de Cima, 79% do total de alunos matriculados. Em geral 22% dos alunos destas escolas utilizam transporte escolar.

Escola Básica - 1º ciclo	Níveis de ensino	Alunos (n.º)	Alunos transportados (n.º)	%
Grândola	1º CEB	335	2	1
Ameiras de Cima	1º CEB / EPE	57	45	79
Aldeia Nova de São Lourenço (Canal)	2º CEB / EPE	31	12	39
C. E. Melides	3º CEB / EPE	73	23	32
C. E. Carvalhal	4º CEB / EPE	68	21	31
Água Derramada	5º CEB / EPE	33	31	94
-		597	134	22

TABELA 12: ALUNOS TRANSPORTADOS EM 2023/2024

FONTE: CM GRÂNDOLA.

(página propositadamente deixada em branco)

3. CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO DA OFERTA

3.1. INTRODUÇÃO

A oferta de equipamentos educativos no concelho é assegurada por 17 equipamentos (dos quais 12 integrados na rede pública, todos pertencentes ao Agrupamento de Escolas de Grândola), que cobrem todos os níveis de ensino, nomeadamente:

Pré-escolar / Jardim de Infância:

- Creche e Jardim de Infância de Grândola (Rede Solidária);
- Centro Infantil do Lousal (Rede Solidária);
- Cercigrândola-Coop. Educação e Reabilitação de Crianças Inadaptadas (Rede Solidária);
- JI n.º 1 de Grândola;
- JI n.º 2 de Grândola;
- Escola Básica de Melides, Grândola;
- Escola Básica de Carvalhal, Grândola;
- Escola Básica de Ameiras de Cima, Grândola;
- Escola Básica de Aldeia Nova de São Lourenço, Grândola;
- Escola Básica de Aldeia do Futuro, Grândola;
- Escola Básica de Água Derramada, Grândola.

1.º Ciclo do Ensino Básico:

- Escola Básica de Melides, Grândola;
- Escola Básica de Carvalhal, Grândola;
- Escola Básica de Ameiras de Cima, Grândola;
- Escola Básica de Aldeia Nova de São Lourenço, Grândola;
- Escola Básica de Aldeia do Futuro, Grândola;
- Escola Básica de Água Derramada, Grândola.
- Escola Básica de Lousal, Grândola;
- Escola Básica de Grândola.

2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico e Ensino Secundário:

- Escola Básica D. Jorge de Lencastre, Grândola;
- Escola Secundária António Inácio da Cruz, Grândola;
- Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Grândola.

A distribuição territorial destes equipamentos é relativamente homogénea ao nível do 1º CEB, cobrindo todas as freguesias, com pelo menos 1 equipamento da rede pública, o que não se verifica nos restantes níveis de ensino.

No caso do ensino pré-escolar, existem equipamentos da rede pública nas freguesias de Melides, Carvalhal e União das freguesias de Grândola e Santa Margarida da Serra. No caso do 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico existem 2 equipamentos na União das freguesias de Grândola e Santa Margarida da Serra. No Ensino Secundário os 2 equipamentos existentes (Escola Secundária António Inácio da Cruz e Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Grândola) situam-se na União das freguesias de Grândola e Santa Margarida da Serra.

FIGURA 47: DISTRIBUIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS ESCOLARES EXISTENTES EM GRÂNDOLA, NO ANO LETIVO DE 2020/2021.

ELABORAÇÃO: RUR.

As análises a apresentar seguidamente, com um elevado grau de especificidade, são resultado do processo de inquirição realizado a todos os equipamentos educativos da rede pública existentes no concelho de Grândola, incluindo um dos equipamentos da rede solidária (Creche e Jardim de Infância de Grândola), único a responder ao inquérito realizado.

As informações recolhidas permitem aprofundar o diagnóstico da situação existente, assim como identificar as características de cada equipamento, em termos de oferta disponibilizada e da procura registada, bem como das condições de funcionamento e dos recursos humanos existentes, permitindo encontrar potenciais sinergias e constrangimentos associados a diversas dimensões.

Este exercício é resultado da disponibilidade e colaboração de todas as partes envolvidas neste processo, nomeadamente da direção do Agrupamento de Escolas e dos coordenadores das várias escolas que o integram, bem como da direção técnica do estabelecimento da rede solidária. Neste quadro, conclui-se que os dados apresentados refletem a situação efetivamente verificada na rede do concelho de Grândola, permitindo analisar e identificar oportunidades e debilidades, visando otimizar o seu funcionamento e responder aos desafios futuros.

Ao longo do documento as referências aos estabelecimentos de ensino são efetuadas de forma simplificada para facilitar a leitura (não integrando, no final, a referência ao concelho). Assim, no quadro seguinte, associa-se a referência da designação utilizada no documento à que consta na portaria n.º 18/2024, de 25 de janeiro.

Designação do estabelecimento de ensino	
Carta Educativa	Portaria n.º 18/2024, de 25 de janeiro
Escola Secundária António Inácio da Cruz	Escola Secundária António Inácio da Cruz, Grândola
Escola Básica de Grândola	Escola Básica de Grândola
Escola Básica de Lousal	Escola Básica de Lousal, Grândola
Escola Básica de Água Derramada	Escola Básica de Água Derramada, Grândola
Escola Básica de Carvalhal	Escola Básica de Carvalhal, Grândola
Escola Básica de Aldeia do Futuro	Escola Básica de Aldeia do Futuro, Grândola
Escola Básica de Aldeia Nova de São Lourenço	Escola Básica de Aldeia Nova de São Lourenço, Grândola
Escola Básica de Ameiras de Cima	Escola Básica de Ameiras de Cima, Grândola
Escola Básica de Melides	Escola Básica de Melides, Grândola
Escola Básica D. Jorge de Lencastre	Escola Básica D. Jorge de Lencastre, Grândola
Jardim de Infância n.º 1 de Grândola	Jardim de Infância n.º 1 de Grândola
Jardim de Infância n.º 2 de Grândola	Jardim de Infância n.º 2 de Grândola

3.2. EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

3.2.1. EQUIPAMENTOS

Na educação pré-escolar foram inquiridos 9 equipamentos, dos quais 8 da rede pública e 1 da rede solidária. Os 8 equipamentos que integram a rede pública estão presentes em 3 das 4 freguesias, sendo que nenhum equipamento desta tipologia se encontra localizado na freguesia de Azinheira dos Barros e São Mamede do Sádão. O equipamento da rede solidária (Creche e Jardim de Infância de Grândola) encontra-se na UF de Grândola e Santa Margarida da Serra.

Existem ainda 2 equipamentos da rede solidária, o Centro Infantil do Lousal e o equipamento Cercigrândola - Cooperativa de Educação e Reabilitação de Crianças Inadaptadas, com uma oferta de ensino especial. O primeiro localiza-se na freguesia de Azinheira dos Barros e São Mamede do Sádão e o segundo na União das freguesias de Grândola e Santa Margarida da Serra. Neste quadro, na UF de Grândola e Santa Margarida da Serra existem 7 equipamentos do pré-escolar e na freguesia de Melides existe 1, assim como nas freguesias de Carvalhal e Azinheira dos Barros e São Mamede do Sádão, sendo que nesta última o equipamento integra a rede solidária.

Estabelecimento	JI nº 1 de Grândola	JI da Escola Básica de Melides	JI da Escola Básica de Carvalhal	JI da Escola Básica de Ameiras de Cima	JI da Escola Básica de Aldeia Nova São Lourenço	JI da Escola Básica de Aldeia do Futuro	JI da Escola Básica de Água Derramada	JI nº 2 de Grândola	Creche e Jardim de Infância de Grândola
Freguesia	União das freguesias de Grândola e Santa Margarida da Serra	Melides	Carvalhal	União das freguesias de Grândola e Santa Margarida da Serra					
Data de construção	1991	2011	2011	1963	1963	1964	1964	2010	1978

Estabelecimento		JI nº 1 de Grândola	JI da Escola Básica de Melides	JI da Escola Básica de Carvalhal	JI da Escola Básica de Ameiras de Cima	JI da Escola Básica de Aldeia Nova São Lourenço	JI da Escola Básica de Aldeia do Futuro	JI da Escola Básica de Água Derramada	JI nº 2 de Grândola	Creche e Jardim de Infância de Grândola
original do edifício										
Edifício construído de raiz para o fim atual		Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
Edifício de uso exclusivamente educativo		Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Ano da última intervenção		2019			2019		2019			2003
Valências partilhadas		Não	Sim 1º ciclo	Sim 1º ciclo	Sim 1º ciclo	Sim 1º ciclo	Sim 1º ciclo	Sim 1º ciclo	Não	Não
Estado de Conservação Geral	Edifícios	Bom	Bom	Excelente	Bom	Razoável	Excelente	Razoável	Bom	Razoável
	Espaço exterior	Bom	Bom	Excelente	Bom	Razoável	Bom	Razoável	Razoável	Razoável

TABELA 13: CARACTERÍSTICAS GERAIS DOS ESTABELECIMENTOS DO PRÉ-ESCOLAR EM GRÂNDOLA, NO ANO LETIVO 2020-2021.

FONTE: ESTABELECIMENTOS DO PRÉ-ESCOLAR DO CONCELHO DE GRÂNDOLA (INQUÉRITO PRÓPRIO).

Note-se que, no caso da rede pública, os únicos equipamentos que não partilham as suas instalações com outros níveis de ensino são o Jardim de Infância nº1 e o Jardim de Infância nº2 de Grândola. Os restantes estabelecimentos de ensino partilham instalações com o 1º CEB, o que poderá constituir uma mais-valia não só em termos de gestão e manutenção dos equipamentos, como poderá também trazer benefícios para as crianças, facilitando a sua transição do pré-escolar para o 1ºCEB.

De acordo com a informação recolhida, existem edifícios cuja construção original é relativamente antiga, caso dos Jardins de Infância das Escolas Básicas de Ameiras de Cima, Aldeia Nova São Lourenço, Aldeia do Futuro e de Água Derramada, cuja construção data de 1963/1964. Não obstante, os equipamentos de Ameiras de Cima e da Aldeia do Futuro foram alvo de intervenções em 2019, que contribuíram para a melhoria do seu estado de conservação. Quanto ao JI nº1 da Grândola, cuja construção data de 1991, foi também alvo de uma intervenção no ano de 2019, com a mesma finalidade das intervenções realizadas nos restantes equipamentos.

Os estabelecimentos mais recentes, nomeadamente as Escolas Básicas de Melides e de Carvalhal e o Jardim de Infância nº 2 de Grândola foram erguidos no início da década passada (2010/2011) apresentando por isso ainda um "bom" estado de conservação.

Importa também considerar, que todos os equipamentos da rede pública foram especificamente construídos para o fim que atualmente desempenham, sendo de uso exclusivo para o ensino, não existindo por isso cedências do espaço às comunidades exteriores.

No caso do equipamento da rede solidária, que participou no inquérito, é também composto por um edifício, construído em 1978, especificamente para o seu fim atual, sendo essa a sua função exclusiva. No ano de 2003, foi realizada uma intervenção neste equipamento.

Os resultados do inquérito apontam para o facto de existirem boas condições, relativamente ao estado de conservação da generalidade dos equipamentos. Nos casos específicos dos equipamentos mais antigos, que não foram alvo de qualquer intervenção, a apreciação dos seus estados de conservação qualifica-os como "razoáveis".

O aprofundamento da análise relativa ao estado de conservação de alguns elementos e sistemas dos edifícios permite identificar aspetos que contribuem para a avaliação global do estado geral dos equipamentos. Verifica-se que existem apreciações algo dissemelhantes. No entanto, os responsáveis têm uma apreciação globalmente positiva.

A estrutura dos edifícios está genericamente bem conservada em todos os estabelecimentos, sendo que em quatro dos estabelecimentos, a avaliação realizada aponta para um estado "razoável". Situação semelhante verifica-se no caso da cobertura, salas e paredes exteriores, classificadas como "excelente", "boa" ou "razoável", em 3 dos equipamentos.

As paredes interiores são classificadas como "excelentes" pelo Jardim de Infância da Escola Básica do Carvalhal, como "bom" pelos Jardins de Infância da Escola Básica de Ameiras de Cima, da Escola Básica de Aldeia do Futuro e pelo Jardim de Infância nº 2 de Grândola e como "razoáveis" pelos restantes equipamentos (ver tabela seguinte).

As avaliações dos revestimentos de pavimentos exteriores e interiores e os tetos oscilam entre as classificações "boas" (5) e "razoáveis" (4).

Todos os equipamentos são apenas dotados de 1 piso (piso térreo). Por sua vez, as caixilharias de portas exteriores e interiores possuem avaliações relativamente positivas, com a exceção das caixilharias de alguns dos edifícios mais antigos, incluindo o da rede solidária, que se encontram avaliadas como "razoáveis".

Relativamente aos dispositivos de proteção contra queda e de vãos exteriores, são inexistentes nos Jardins de Infância nº 1 e nº 2 de Grândola, sendo que nos restantes equipamentos registam uma avaliação positiva.

Estabelecimento	JI nº 1 de Grândola	JI da Escola Básica de Melides	JI da Escola Básica de Carvalhal	JI da Escola Básica de Ameiras de Cima	JI da Escola Básica de Aldeia Nova São Lourenço	JI da Escola Básica de Aldeia do Futuro	JI da Escola Básica de Água Derramada	JI nº 2 de Grândola	Creche e Jardim de Infância de Grândola
	Estado de conservação do(s) edifício(s)								
Estrutura	Razoável	Razoável	Excelente	Bom	Razoável	Excelente	Bom	Bom	Razoável
Cobertura	Razoável	Bom	Excelente	Bom	Razoável	Excelente	Bom	Bom	Razoável
Salas	Razoável	Bom	Excelente	Bom	Razoável	Bom	Bom	Bom	Bom
Paredes exteriores	Bom	Bom	Excelente	Bom	Razoável	Excelente	Bom	Bom	Razoável
Paredes interiores	Razoável	Razoável	Excelente	Bom	Razoável	Bom	Razoável	Bom	Razoável

Estabelecimento	JI nº 1 de Grândola	JI da Escola Básica de Melides	JI da Escola Básica de Carvalhal	JI da Escola Básica de Ameiras de Cima	JI da Escola Básica de Aldeia Nova São Lourenço	JI da Escola Básica de Aldeia do Futuro	JI da Escola Básica de Água Derramada	JI nº 2 de Grândola	Creche e Jardim de Infância de Grândola
Revestimentos de pavimentos exteriores	Razoável	Bom	Bom	Bom	Razoável	Bom	Razoável	Razoável	Bom
Revestimentos de pavimentos interiores	Razoável	Razoável	Bom	Bom	Razoável	Bom	Razoável	Razoável	Bom
Tetos	Deficiente	Bom	Excelente	Bom	Razoável	Excelente	Bom	Bom	Razoável
Escadas	Inexistente	Bom	Inexistente	Inexistente	Razoável	Inexistente	Inexistente	Inexistente	Inexistente
Ascensores	Inexistente	Inexistente	Inexistente	Inexistente	Inexistente	Inexistente	Inexistente	Inexistente	Inexistente
Caixilharia e portas exteriores	Razoável	Bom	Bom	Bom	Razoável	Excelente	Razoável	Bom	Razoável
Caixilharia e portas interiores	Bom	Bom	Bom	Bom	Razoável	Excelente	Bom	Bom	Razoável
Dispositivos de proteção contra queda	Inexistente	Bom	Bom	Bom	Razoável	Bom	Bom	Inexistente	Razoável
Dispositivos de proteção de vãos exteriores	Inexistente	Bom	Bom	Bom	Razoável	Bom	Bom	Inexistente	Inexistente
Estado de conservação dos espaços de apoio									
Refeitório	Razoável	Bom	Excelente	Bom	Inexistente	Inexistente	Inexistente	Bom	Bom
Sala polivalente	Bom	Bom	Excelente	Bom	Inexistente	Bom	Bom	Bom	Bom
Sanitários	Deficiente	Bom	Bom	Excelente	Razoável	Bom	Bom	Razoável	Razoável
Recreio coberto	Inexistente	Inexistente	Bom	Inexistente	Inexistente	Inexistente	Inexistente	Inexistente	Bom
Recreio descoberto	Bom	Bom	Excelente	Bom	Deficiente	Bom	Bom	Razoável	Bom

Estabelecimento	JI nº 1 de Grândola	JI da Escola Básica de Melides	JI da Escola Básica de Carvalhal	JI da Escola Básica de Ameiras de Cima	JI da Escola Básica de Aldeia Nova São Lourenço	JI da Escola Básica de Aldeia do Futuro	JI da Escola Básica de Água Derramada	JI nº 2 de Grândola	Creche e Jardim de Infância de Grândola
Parque infantil	Razoável	Bom	Bom	Bom	Deficiente	Bom	Razoável	Deficiente	Razoável
Campo de jogos exterior	Inexistente	Excelente	Bom	Bom	Razoável	Inexistente	Inexistente	Inexistente	Inexistente

TABELA 14: APRECIAÇÃO SOBRE O ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS DO PRÉ-ESCOLAR EM GRÂNDOLA, NO ANO LETIVO 2020-2021.

FONTE: ESTABELECIMENTOS DO PRÉ-ESCOLAR DO CONCELHO DE GRÂNDOLA (INQUÉRITO PRÓPRIO)

Por sua vez, os espaços de apoio têm apreciações menos positivas. Embora alguns equipamentos tenham avaliado o estado de conservação destes espaços como "bom" ou até mesmo "excelente", outros avaliaram-nos como "deficiente" sendo que em vários equipamentos alguns destes espaços (recreio coberto e campo de jogos exterior) não existem.

Em matéria de consumo energético, os equipamentos da rede pública indicam uma evolução estável do consumo de energia, sendo que apenas o equipamento da rede solidária denota um decréscimo do consumo de energia nos últimos 3 anos, constituindo o único equipamento a adotar medidas de aumento da eficiência energética.

Os resultados apresentados permitem concluir que as intervenções/reabilitações realizadas nos equipamentos mais antigos, capacitaram estes edifícios para dar uma resposta com condições. Existem ainda edifícios que não beneficiaram destas intervenções, sendo que nestes casos existe uma relação importante entre a vetustez dos equipamentos e o seu estado de conservação.

Relativamente ao meio envolvente é genericamente avaliado de forma positiva (3 avaliações "excelentes", 5 "boas" e 1 "razoável"). Já no que diz respeito às acessibilidades, as 4 dimensões avaliadas, nomeadamente, o acesso geral, o acesso pedonal, o acesso para pessoas com mobilidade condicionada e os transportes públicos revelam a existência de algumas assimetrias entre os equipamentos.

Estabelecimento	JI nº 1 de Grândola	JI da Escola Básica de Melides	JI da Escola Básica de Carvalhal	JI da Escola Básica de Ameiras de Cima	JI da Escola Básica de Aldeia Nova São Lourenço	JI da Escola Básica de Aldeia do Futuro	JI da Escola Básica de Água Derramada	JI nº 2 de Grândola	Creche e Jardim de Infância de Grândola
Acesso geral	Bom	Excelente	Excelente	Razoável	Bom	Excelente	Bom	Bom	Bom
Acesso pedonal	Bom	Razoável	Excelente	Deficiente	Razoável	Excelente	Deficiente	Bom	Bom
Acessos para pessoas com mobilidade condicionada	Bom	Bom	Excelente	Razoável	Deficiente	Excelente	Razoável	Bom	Razoável
Transportes Públicos	Razoável	Bom	Excelente	Razoável	Deficiente	Bom	Bom	Inexistente	Razoável

TABELA 15: APRECIAÇÃO SOBRE AS ACESSIBILIDADES DOS ESTABELECIMENTOS DO PRÉ-ESCOLAR EM GRÂNDOLA, NO ANO LETIVO 2020-2021.

FONTE: ESTABELECIMENTOS DO PRÉ-ESCOLAR DO CONCELHO DE GRÂNDOLA (INQUÉRITO PRÓPRIO)

As diferenças identificadas ao nível das apreciações realizadas pelos vários responsáveis concorrem para os constrangimentos sinalizados, que apontam para a necessidade de intervenções, especialmente nos edifícios mais antigos. Entre as necessidades apontadas sublinham-se as relacionadas com infiltrações.

Mais uma vez ficam evidenciadas apreciações com um certo grau de diferenciação, o que merece ponderação sobre a necessidades de melhoria infraestrutural tendo em vista o reequilíbrio e equidade das condições oferecidas nos vários equipamentos do concelho, ao nível do pré-escolar.

3.2.2. ESPAÇOS, SERVIÇOS E RECURSOS HUMANOS

Nos 9 equipamentos do pré-escolar identificam-se um total de 17 salas disponíveis, das quais 3 no equipamento da rede solidária. Das 14 salas existentes nos equipamentos da rede pública, todas se encontram ocupadas (com turma). As 3 da rede solidária estão ocupadas.

O número de salas do Jardim de Infância da Escola Básica de Carvalhal é oscilante, uma vez que têm sempre um número próximo das 25 crianças. Assim, por vezes têm dois grupos e por vezes apenas 1 grupo. No ano letivo 2023/24 foi apenas um grupo, em 2024/25 também só está previsto um grupo, mas a situação pode alterar-se com o encerrar do processo de transferências e novas matrículas de crianças para aquela escola.

Estabelecimento	JI nº 1 de Grândola	JI da Escola Básica de Melides	JI da Escola Básica de Carvalhal	JI da Escola Básica de Ameiras de Cima	JI da Escola Básica de Aldeia Nova São Lourenço	JI da Escola Básica de Aldeia do Futuro	JI da Escola Básica de Água Derramada	JI nº 2 de Grândola	Creche e Jardim de Infância de Grândola
Total de Salas	4	2	2	1	1	1	1	2	3
Salas ocupadas	4	2	2	1	1	1	1	2	3
Carências de salas	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não

TABELA 16: SALAS DOS ESTABELECIMENTOS DO PRÉ-ESCOLAR EM GRÂNDOLA, NO ANO LETIVO 2020-2021.

FONTE: ESTABELECIMENTOS DO PRÉ-ESCOLAR DO CONCELHO DE GRÂNDOLA (INQUÉRITO PRÓPRIO)

Nenhum dos equipamentos identificou carência de salas e todos indicaram disponibilizar serviço de refeições, asseguradas por unidades de confeção de refeições próprias (5) e unidades de confeção de refeições exteriores (4).

Em matéria de recursos humanos, identificavam-se um total de 61 pessoas afetas à atividade dos 9 equipamentos no ano letivo de 2020-2021. Destas, 10 encontrava-se na Creche e Jardim de Infância de Grândola, sendo que todos pertenciam aos quadros da instituição. No que respeita à natureza das suas funções, identificavam-se um total de 17 educadores de infância, 16 assistentes técnicos, 14 assistentes operacionais e 16 recursos humanos de outra natureza. Deste universo, apenas 6 pessoas não pertencem aos quadros dos equipamentos, 2 educadores de infância e 4 recursos humanos de outra natureza.

Estabelecimento	Total	Educadores de infância		Assistentes técnicos		Assistentes operacionais		Outros recursos humanos	
		Quadro	Outros	Quadro	Outros	Quadro	Outros	Quadro	Outros
JI nº 1 de Grândola	**14**	2	2	4	0	2	0	0	4
JI da Escola Básica de Melides	**6**	2	0	2	0	2	0	0	0
JI da Escola Básica de Carvalhal	**7**	2	0	2	0	2	0	1	0
JI da Escola Básica de Ameiras de Cima	**5**	1	0	1	0	2	0	1	0
JI da Escola Básica de Aldeia Nova São Lourenço	**4**	1	0	1	0	1	0	1	0
JI da Escola Básica de Aldeia do Futuro	**3**	1	0	1	0	1	0	0	0
JI da Escola Básica de Água Derramada	**4**	1	0	1	0	1	0	1	0
JI nº 2 de Grândola	**8**	2	0	2	0	3	0	1	0
Creche e Jardim de Infância de Grândola	**10**	3	0	0	0	0	0	7	0
Total	**61**	**15**	**2**	**14**	**0**	**14**	**0**	**12**	**4**

TABELA 17: RECURSOS HUMANOS NOS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR EM GRÂNDOLA, NO ANO LETIVO 2020-2021.

FONTE: ESTABELECIMENTOS DO PRÉ-ESCOLAR DO CONCELHO DE GRÂNDOLA (INQUÉRITO PRÓPRIO)

3.3. 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO

3.3.1. EQUIPAMENTOS

O processo de inquirição contemplou os 8 estabelecimento do 1.º Ciclo do Ensino Básico existentes no concelho, todos integrados na rede pública de ensino. Destes, 1 encontra-se na freguesia de Melides, 1 na freguesia de Carvalhal, 1 na freguesia de Azinheira dos Barros e São Mamede do Sádão e 5 na UF de Grândola e Santa Margarida da Serra. A oferta escolar disponibilizada por estes 8 estabelecimentos é desenvolvida no regime "normal".

Estabelecimento	Escola Básica de Melides	Escola Básica de Ameiras de Cima	Escola Básica de Aldeia Nova de São Lourenço	Escola Básica de Aldeia do Futuro	Escola Básica de Água Derramada	Escola Básica de Carvalhal	Escola Básica de Lousal	Escola Básica de Grândola
Freguesia	Melides	União das freguesias de Grândola e Santa Margarida da Serra				Carvalhal	Azinheira dos Barros e São Mamede do Sádão	União das freguesias de Grândola e Santa Margarida da Serra
Data de construção original do edifício	2011	1963	1963	1964	1964	2011	1957	1964

Estabelecimento		Escola Básica de Melides	Escola Básica de Ameiras de Cima	Escola Básica de Aldeia Nova de São Lourenço	Escola Básica de Aldeia do Futuro	Escola Básica de Água Derramada	Escola Básica de Carvalhal	Escola Básica de Lousal	Escola Básica de Grândola
Edifício construído de raiz para o fim atual		Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
Edifício de uso exclusivamente educativo		Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Ano da última intervenção			2019		2019	2001		2009	2018
Valências partilhadas		Sim (JI)	Sim (JI)	Sim (JI)	Sim (JI)	Sim (JI)	Sim (JI)	Não	Não
Estado de Conservação Geral	Edifícios	Bom	Bom	Razoável	Bom	Razoável	Bom	Razoável	Excelente
	Espaço exterior	Bom	Bom	Razoável	Bom	Razoável	Bom	Razoável	Excelente

TABELA 18: CARACTERÍSTICAS GERAIS DOS ESTABELECIMENTOS DO 1.º CEB EM GRÂNDOLA, NO ANO LETIVO 2020-2021.

FONTE: ESTABELECIMENTOS DO 1.º CEB DO CONCELHO GRÂNDOLA (INQUÉRITO PRÓPRIO)

Destes equipamentos, 6 partilham instalações com equipamentos dedicados ao pré-escolar, sendo que as datas de construção dos edifícios em que se situam varia entre os anos 1963/1964 e 2011.

Dos 6 equipamentos construídos em meados da década de 60, apenas 1 ainda não foi alvo de qualquer intervenção (Escola Básica da Aldeia Nova de São Lourenço), ainda assim o estado de conservação dos edifícios, bem como do seu espaço exterior são considerados "razoáveis". Dos estabelecimentos do 1ºCEB no concelho de Grândola, o estado de conservação dos edifícios é considerado "excelente" em 1, "bom" em 4 e "razoável" em 2. Assim, a realização de intervenções nestes equipamentos permitiu mitigar a relação entre a vetustez do edificado e o seu estado de conservação.

As avaliações estendem-se à apreciação realizada em matéria de espaços de apoio (refeitório, sala polivalente, centro de recursos / biblioteca, recreio coberto, recreio descoberto, parque infantil, sanitários, campo de jogos e campo de jogos exterior), sendo também notórias diferenças na existência destas valências entre as 8 escolas analisadas.

Uma análise mais detalhada das componentes que integram os edifícios destes equipamentos permite concluir que existem alguns desequilíbrios entre as condições disponibilizadas. Nos casos da Escola Básica da Aldeia Nova de São Lourenço e Escola Básica de Lousal, a generalidade das classificações atribuídas é "razoável", sendo que nos restantes estabelecimentos predominam classificações "boas". Destas 6, a Escola Básica do Carvalhal é o que apresenta as avaliações mais positivas, assim como a dotação de mais espaços de apoio, correspondendo também a uma das construções mais recentes (2011).

Estabelecimento	Escola Básica de Melides	Escola Básica de Ameiras de Cima	Escola Básica de Aldeia Nova de São Lourenço	Escola Básica de Aldeia do Futuro	Escola Básica de Água Derramada	Escola Básica de Carvalhal	Escola Básica de Lousal	Escola Básica de Grândola
Estado de conservação do(s) edifício(s)								
Estrutura	Bom	Bom	Razoável	Bom	Bom	Bom	Razoável	Excelente
Cobertura	Razoável	Bom	Razoável	Bom	Bom	Bom	Razoável	Bom
Salas	Bom	Bom	Razoável	Bom	Bom	Bom	Razoável	Bom
Paredes exteriores	Bom	Bom	Razoável	Bom	Bom	Bom	Razoável	Bom
Paredes interiores	Bom	Bom	Razoável	Bom	Bom	Bom	Razoável	Bom
Revestimentos de pavimentos exteriores	Razoável	Bom	Razoável	Bom	Bom	Bom	Razoável	Bom
Revestimentos de pavimentos interiores	Bom	Bom	Razoável	Bom	Bom	Bom	Razoável	Bom
Tetos	Bom	Bom	Razoável	Bom	Bom	Bom	Razoável	Bom
Escadas	Bom	Inexistente	Inexistente	Bom	Inexistente	Bom	Razoável	Bom
Ascensores	Deficiente	Inexistente	Inexistente	Bom	Inexistente	Inexistente	Razoável	Razoável
Caixilharia e portas exteriores	Bom	Bom	Razoável	Bom	Bom	Bom	Razoável	Excelente
Caixilharia e portas interiores	Bom	Bom	Razoável	Bom	Bom	Bom	Razoável	Excelente
Dispositivos de proteção contra queda	Bom	Inexistente	Inexistente	Bom	Inexistente	Bom	Razoável	Razoável
Dispositivos de proteção de vãos exteriores	Inexistente	Inexistente	Inexistente	Bom	Inexistente	Bom	Razoável	Razoável
Estado de conservação dos espaços de apoio								
Refeitório	Bom	Bom	Inexistente	Inexistente	Inexistente	Excelente	Inexistente	Bom

Estabelecimento	Escola Básica de Melides	Escola Básica de Ameiras de Cima	Escola Básica de Aldeia Nova de São Lourenço	Escola Básica de Aldeia do Futuro	Escola Básica de Água Derramada	Escola Básica de Carvalhal	Escola Básica de Lousal	Escola Básica de Grândola
Sala polivalente	Inexistente	Bom	Inexistente	Bom	Inexistente	Excelente	Bom	Inexistente
Centro recursos / Biblioteca	Razoável	Razoável	Inexistente	Inexistente	Inexistente	Bom	Inexistente	Bom
Recreio coberto	Inexistente	Inexistente	Inexistente	Inexistente	Inexistente	Bom	Razoável	Razoável
Recreio descoberto	Bom	Bom	Razoável	Bom	Bom	Excelente	Bom	Bom
Parque infantil	Bom	Bom	Razoável	Bom	Razoável	Bom	Inexistente	Bom
Sanitários	Razoável	Bom	Razoável	Bom	Razoável	Bom	Razoável	Bom
Campo de jogos	Inexistente	Inexistente	Razoável	Bom	Inexistente	Bom	Inexistente	Inexistente
Campo de jogos exterior	Bom	Inexistente	Razoável	Bom	Inexistente	Bom	Razoável	Bom

TABELA 19: APRECIAÇÃO SOBRE O ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS VÁRIAS COMPONENTES DOS ESTABELECIMENTOS DO 1.º CEB EM GRÂNDOLA, NO ANO LETIVO 2020-2021.

FONTE: ESTABELECIMENTOS DO 1.º CEB DO CONCELHO DE GRÂNDOLA (INQUÉRITO PRÓPRIO)

No sentido oposto, a Escola Básica da Aldeia da Água Derramada constitui o estabelecimento com a menor dotação de espaços de apoio, não dispondo de refeitório, sala polivalente, centro de recursos / biblioteca, recreio descoberto, campo de jogos e campo de jogos exterior. Os sanitários, assim como o parque infantil, considera-se estarem num estado de conservação "razoável".

No caso da Escola Básica de Grândola, embora a sua edificação original ser datada de 1964, ao nível dos espaços de apoio, este estabelecimento apenas não possui sala polivalente e campo de jogos, sendo que a avaliação do seu estado de conservação é, na generalidade, bastante positiva.

Assim, tonar-se possível identificar algumas diferenças não só na qualidade, como também na disponibilidade de valências entre as várias escolas do concelho, contribuindo para o acentuar das assimetrias dentro do sistema educativo municipal.

Relativamente ao enquadramento na área envolvente, os estabelecimentos avaliaram, positivamente o meio envolvente, de um modo geral, sendo que 2 dos estabelecimentos classificou este elemento como "excelente", 3 como "bom" e 3 como "razoável".

Ao nível das acessibilidades, é importante considerar que 3 das 8 Escolas Básicas de Grândola possuem acessos para pessoas de mobilidade condicionada "razoáveis" ou "deficientes", o que poderá impactar negativamente na coesão social deste território.

Estabelecimento	Escola Básica de Melides	Escola Básica de Ameiras de Cima	Escola Básica de Aldeia Nova de São Lourenço	Escola Básica de Aldeia do Futuro	Escola Básica de Água Derramada	Escola Básica de Carvalhal	Escola Básica de Lousal	Escola Básica de Grândola
Acesso geral	Excelente	Bom	Razoável	Bom	Bom	Bom	Razoável	Bom
Acessibilidade pedonal	Excelente	Bom	Razoável	Razoável	Bom	Bom	Razoável	Bom
Acessos para pessoas com mobilidade condicionada	Bom	Razoável	Deficiente	Bom	Bom	Bom	Razoável	Bom
Transportes Públicos	Razoável	Razoável	Razoável	Bom	Bom	Bom	Razoável	Inexistente

TABELA 20: APRECIAÇÃO SOBRE AS ACESSIBILIDADES DOS ESTABELECIMENTOS DO 1.º CEB EM GRÂNDOLA, NO ANO LETIVO 2020-2021.

FONTE: ESTABELECIMENTOS DO 1.º CEB DO CONCELHO DE GRÂNDOLA (INQUÉRITO PRÓPRIO)

Em matéria de consumo energético, quase todos os equipamentos apresentam uma estabilização dos seus consumos, não tendo adotado qualquer estratégia de redução dos mesmos. Apenas a Escola Básica de Grândola apresentou uma evolução positiva, registando um decréscimo do consumo energético ao longo dos últimos 3 anos, resultado da instalação de um sistema de painéis solares para aquecimento das águas, fornecimento da cozinha e aquecimento central.

Em termos de conservação, o balanço final permite concluir que:

- A maior parte das escolas sinaliza que o seu edificado se encontra em bom estado de conservação. A Escola Básica de Aldeia do Futuro e Escola Básica de Água Derramada reforçaram a necessidade de serem alvo de algumas obras de conservação e requalificação. Embora estes equipamentos já tenham sido alvo de algumas obras no início do milénio, há que reconhecer a vetustez do edificado, cuja construção já data de 1963/64.
- A Escola Básica de Lousal é composta por dois edifícios, um dos quais adaptado para os fins educativos que atualmente desempenha. O edifício adaptado sofre, por isso, de algumas carências, não cumprindo todos os requisitos fundamentais do processo ensino aprendizagem.
- Entre os estabelecimentos de ensino do 1ºCEB, apenas a Escola Básica de Grândola revelou uma carência de salas, alegando que este equipamento necessita de 5 novas salas, uma vez que a escola funciona no limite da sua capacidade máxima. Estas salas permitiriam a criação de apoios educativos e de atividades de complemento do currículo.
- Ao nível dos espaços exteriores foram também identificadas algumas carências, nomeadamente nas Escolas Básicas de Ameiras de Cima, de Aldeia Nova de São Lourenço, de Aldeia do Futuro, de Água Derramada e do Lousal que, entre outras necessidades, identificaram a instalação/construção de coberturas para o recreio exterior.
- A Escola Básica de Lousal carece ainda de um espaço para a prática de educação física e a Escola Básica de Grândola, de um campo de jogos coberto.

3.3.2. ESPAÇOS, SERVIÇOS E RECURSOS HUMANOS

As 8 escolas que integram a oferta do 1.º CEB disponibilizam um total de 49 salas, das quais 17 na Escola Básica de Grândola, 8 nas Escolas Básicas de Melides e do Carvalhal, 6 na Escola Básica de Ameiras de Cima, 3 nas Escolas Básicas da Aldeia Nova de São Lourenço e Escola Básica de Lousal e 2 nas Escolas Básicas da Aldeia do Futuro e Escola Básica de Água Derramada. Apenas a Escola Básica de Grândola

indica estar numa situação de carência de salas, referindo que atualmente funciona no limite da sua capacidade máxima (necessidade de criar espaços para apoios educativos e atividades de complemento do currículo).

Apenas 50% das escolas estão equipadas com uma sala de educação física/polivalente e nenhuma é dotada de uma sala de informática. A existência de pelo menos uma sala inutilizada nestes equipamentos poderá constituir parte da solução, uma fez que a sua adaptação com as valências em falta poderá colmatar estas lacunas. Apenas a Escola Básica de Grândola não beneficia desta oportunidade, uma vez que não tem qualquer sala disponível.

Estabelecimento	Escola Básica de Melides	Escola Básica de Ameiras de Cima	Escola Básica de Aldeia Nova de São Lourenço	Escola Básica de Aldeia do Futuro	Escola Básica de Água Derramada	Escola Básica de Carvalhal	Escola Básica de Lousal	Escola Básica de Grândola
Total de salas	4	3	2	1	1	4	2	16
Salas ocupadas	3	2	1	1	1	3	1	0
Salas de educação física/polivalente	1	1	0	0	0	1	0	1
Sala de informática	0	0	0	0	0	0	0	0
Carência de salas para funcionamento em horário normal	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim

TABELA 21: SALAS DOS ESTABELECIMENTOS DO 1.º CEB EM GRÂNDOLA, NO ANO LETIVO 2020-2021, NO ANO LETIVO 2020-2021.

FONTE: ESTABELECIMENTOS DO 1.º CEB DO CONCELHO GRÂNDOLA (INQUÉRITO PRÓPRIO).

Todas as escolas disponibilizam serviço de refeições. Em quatro dos casos o serviço é prestado através de uma unidade de confeção externa (Escola Básica da Aldeia Nova de São Lourenço, Escola Básica da Aldeia do Futuro, Escola Básica de Água Derramada e Escola Básica de Lousal), e nos restantes mediante unidades de confeção própria.

À exceção da Escola Básica de Aldeia Nova de São Lourenço, os equipamentos dispõem de acessibilidades para alunos com necessidade educativas especiais, tal como determinado pela legislação dedicada à educação inclusiva (Decreto–Lei n.º 3/2008, de 7 de janeiro e Decreto–Lei n.º 54/2018, de 6 de julho). Neste âmbito, note-se que apenas a Escola Básica de Melides disponibilizava unidade de apoio de intervenção precoce na infância, sendo que nenhuma dispunha de unidades de ensino estruturado para a educação de alunos com perturbações do espectro do autismo, de educação para alunos cegos e com baixa visão, de educação bilingue para alunos surdos, nem de unidades de apoio especializado para a educação de alunos com multideficiência e surdocegueira congénita.

Todas as escolas dispõem de Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC), no entanto, nenhuma dispõe da Componente de Apoio à Família (CAF). O município deliberou a abertura da CAF do 1º ciclo apenas no prolongamento da manhã dado que existem na comunidade outras valências e alternativas que dão resposta a esta questão.

Para o desenvolvimento das suas atividades, as 8 escolas dispõem de um total de 68 pessoas, cerca de 57% destas (39) afetas à EB de Grândola. No ano letivo 2020-2021, no total, 54 estavam nos quadros das instituições, sendo que os restantes tinham outro tipo de vínculo contratual. Os docentes eram a tipologia de recurso mais numerosa (33), seguindo-se os assistentes operacionais (16). Os assistentes técnicos totalizavam apenas 2.

Escola	Total	Docentes		Assistentes técnicos		Assistentes operacionais		Outros recursos humanos	
		Quadro	Outros	Quadro	Outros	Quadro	Outros	Quadro	Outros
Escola Básica de Melides	**10**	4	0	2	0	4	0	0	0
Escola Básica de Ameiras de Cima	**4**	2	0	0	0	2	0	0	0
Escola Básica de Aldeia Nova de São Lourenço	**3**	1	0	0	0	2	0	0	0
Escola Básica de Aldeia do Futuro	**2**	1	0	0	0	0	0	1	0
Escola Básica de Água Derramada	**2**	1	0	0	0	0	0	1	0
Escola Básica de Carvalhal	**6**	3	0	0	0	2	0	1	0
Escola Básica de Lousal	**2**	1	0	0	0	0	1		0
Escola Básica de Grândola	**39**	20	3	0	0	6	**7**	0	**3**
Total	**68**	**33**	**3**	**2**	**0**	**16**	**8**	**3**	**3**

TABELA 22: RECURSOS HUMANOS NOS ESTABELECIMENTOS DO 1.º CEB EM GRÂNDOLA, NO ANO LETIVO 2020-2021.

FONTE: ESCOLAS DO 1.º CEB DO CONCELHO DE GRÂNDOLA (INQUÉRITO PRÓPRIO)

3.4. 2.º E 3.º CICLOS DO ENSINO BÁSICO E ENSINO SECUNDÁRIO

3.4.1. EQUIPAMENTOS

A oferta educativa dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário em Grândola é assegurada por dois estabelecimentos de ensino. A Escola Básica D. Jorge de Lencastre que assegura o ensino dos níveis de ensino do 2º e 3º CEB e a Escola Secundária António Inácio da Cruz, que assegura o 3º CEB e ensino secundário, ambas localizadas na UF de Grândola e Santa Margarida da Serra.

A Escola Básica D. Jorge de Lencastre, contruída em 1975, de tipologia T59, é composta por 4 edifícios, todos construídos de raiz para o fim que atualmente desempenham. O estado de conservação geral dos edifícios e espaços exteriores é considerado "razoável".

A Escola Secundária António Inácio da Cruz, construída em 1962, de tipologia T78, é composta por 2 edifícios construídos de raiz para o fim que atualmente desempenha. O estado de conservação geral dos edifícios é avaliado como "deficiente" e dos espaços exteriores é considerado "razoável".

Estabelecimento		Escola Básica D. Jorge de Lencastre	Escola Secundária António Inácio da Cruz
Freguesia		União das freguesias de Grândola e Santa Margarida da Serra	
Data de construção original do edifício		1975	1962
Edifício construído de raiz para o fim atual		Sim	Sim
Edifício de uso exclusivamente educativo		Sim	Sim
Ano da última intervenção		-	-
Estado de Conservação Geral	Edifícios	Razoável	Deficiente
	Espaço exterior	Razoável	Razoável

TABELA 23: CARACTERÍSTICAS GERAIS DOS ESTABELECIMENTOS DO 2.º, 3.ºCEB E ENSINO SECUNDÁRIO EM GRÂNDOLA, NO ANO LETIVO 2020-2021.

FONTE: ESCOLAS DO 2º E 3º CEB E ENSINO SECUNDÁRIO DO CONCELHO DE GRÂNDOLA (INQUÉRITO PRÓPRIO)

Uma análise pormenorizada das várias componentes que integram os edifícios destes estabelecimentos revelam que grande parte dos elementos se encontram num estado de conservação "deficiente", nomeadamente na Escola Secundária António Inácio da Cruz, o que justifica a avaliação dada ao estado geral de conservação do edificado. No sentido oposto, a Escola Básica D. Jorge de Lencastre, sinaliza que os elementos do edificado e respetivos espaços de apoio se encontram num estado de conservação "razoável".

Relativamente aos espaços de apoio existentes, os dois equipamentos dispõem de ofertas distintas. A Escola Básica D. Jorge de Lencastre possui um refeitório e uma sala de convívio para os seus estudantes (estes espaços não se encontram disponíveis na Escola Secundária António Inácio da Cruz). No sentido oposto, a Escola Secundária encontra-se equipada com uma sala polivalente, uma mediateca e um pavilhão desportivo que, embora se encontrem em mau estado de conservação, são espaços que não existem na Escola Básica D. Jorge de Lencastre.

Estabelecimentos	Escola Básica D. Jorge de Lencastre	Escola Secundária António Inácio da Cruz
Estado de conservação do(s) edifício(s)		
Estrutura	Razoável	Deficiente
Cobertura	Razoável	Deficiente
Salas)	Razoável	Deficiente
Laboratórios)	Razoável	Deficiente

Estabelecimentos	Escola Básica D. Jorge de Lencastre	Escola Secundária António Inácio da Cruz
Oficinas	Inexistente	Deficiente
Paredes exteriores	Razoável	Deficiente
Paredes interiores	Razoável	Deficiente
Revestimentos de pavimentos exteriores	Razoável	Deficiente
Revestimentos de pavimentos interiores	Razoável	Deficiente
Tetos	Razoável	Deficiente
Escadas	Bom	Inexistente
Ascensores	Inexistente	Inexistente
Caixilharia e portas exteriores	Razoável	Deficiente
Caixilharia e portas interiores	Razoável	Deficiente
Dispositivos de proteção contra queda	Inexistente	Deficiente
Dispositivos de proteção de vãos exteriores	Razoável	Inexistente
Estado de conservação dos espaços de apoio		
Refeitório	Razoável	Inexistente
Sala de convívio	Razoável	Inexistente
Sala polivalente	Inexistente	Deficiente
Recreio coberto	Inexistente	Inexistente
Recreio descoberto	Razoável	Deficiente
Centro de recursos / Biblioteca	Razoável	Razoável
Mediateca	Inexistente	Razoável
Pavilhão desportivo	Inexistente	Deficiente

Estabelecimentos	Escola Básica D. Jorge de Lencastre	Escola Secundária António Inácio da Cruz
Campo de jogos exterior	Razoável	Deficiente
Balneários	Deficiente	Deficiente
Sanitários	Deficiente	Deficiente

TABELA 24: APRECIAÇÃO SOBRE O ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS VÁRIAS COMPONENTES DOS ESTABELECIMENTOS DO 2.º, 3.º CEB E ENSINO SECUNDÁRIO EM GRÂNDOLA, NO ANO LETIVO 2020-2021.

FONTE: ESCOLAS DO 2º E 3º CEB E ENSINO SECUNDÁRIO DO CONCELHO DE GRÂNDOLA (INQUÉRITO PRÓPRIO)

Ambos os equipamentos descrevem o seu meio envolvente como sendo "razoável", na medida em que possuem acessos gerais e pedonais satisfatórios, carecendo que de uma melhoria dos seus acessos para pessoas de mobilidade reduzida.

Estabelecimentos	Escola Básica D. Jorge de Lencastre	Escola Secundária António Inácio da Cruz
Acesso geral	Bom	Razoável
Acessibilidade pedonal	Bom	Razoável
Acessos para pessoas com mobilidade condicionada	Deficiente	Razoável
Transportes Públicos	Razoável	Razoável

TABELA 25: APRECIAÇÃO SOBRE O ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS VÁRIAS COMPONENTES DOS ESTABELECIMENTOS DO 2.º, 3.º CEB E ENSINO SECUNDÁRIO EM GRÂNDOLA, NO ANO LETIVO 2020-2021.

FONTE: ESCOLAS DO 2º E 3º CEB E ENSINO SECUNDÁRIO DO CONCELHO DE GRÂNDOLA (INQUÉRITO PRÓPRIO)

Relativamente ao consumo energético, ambos os equipamentos apresentaram uma manutenção dos seus consumos ao longo dos últimos 3 anos, embora a Escola Secundária António Inácio da Cruz tenha adotado medidas específicas de aumento da eficiência energética, através da substituição de lâmpadas fluorescente por lâmpadas LED.

Entre as necessidades específicas dos equipamentos surgem, no caso da Escola Básica D. Jorge de Lencastre, a renovação do sistema elétrico e da canalização de todo o edifício, a introdução de equipamentos de climatização nas salas de aula, a resolução de algumas infiltrações, a renovação das instalações e equipamentos dos balneários, assim como do refeitório, e a reabilitação dos corredores e salas de aula, que apresentam uma iluminação deficiente.

Relativamente aos espaços exteriores, foram também identificadas algumas limitações e carências específicas, nomeadamente a melhoria da iluminação exterior (inclusiva a do campo de jogos), a pintura do edifício, a renovação do piso do campo de jogos, assim como a construção de uma cobertura para este espaço, de modo a possibilitar a prática de Educação Física em época de inverno. Existe ainda uma

necessidade de alcatroar a entrada de serviço, construir uma rampa de acesso para a Unidade de Multideficiência, bem como uma cobertura para este espaço.

O equipamento com mais necessidades de obras de conservação é, de facto, a Escola Secundária António Inácio da Cruz, que identifica carências ao nível da instalação sanitária sem ligação à rede de esgotos, reparação da cancela automática e substituição dos portões. São apontadas também as reabilitações da rede de água, esgotos e elétrica. O arranjo de algumas infiltrações, assim como a substituição das coberturas em telha zincada com sinais exteriores de deterioração, bem como a requalificação do espaço das oficinas com substituição de toda a caixilharia e reorganização do espaço. À semelhança da Escola Básica D. Jorge de Lencastre, o edifício carece de uma nova pintura. É necessário um espaço onde se possam servir refeições. Os corredores possuem iluminação deficiente. Existem ainda deficiências com a climatização e a necessidade de atualizar o equipamento informático com 15 anos (*software* e *hardware*). De um modo geral, os equipamentos das salas de aula carecem de uma remodelação relevante (mesas, cadeiras e quadros), assim como os sanitários.

3.4.2. Espaços, Serviços e Recursos Humanos

As escolas dispõem de um total de 56 salas com condições para a componente letiva, encontrando-se todas ocupadas com turma. Existem ainda 4 salas de informática, 2 de educação física/polivalente, 5 de educação visual e tecnológica e 8 laboratórios. No âmbito do inquérito realizado, foram indicadas carências de salas em ambos os equipamentos. No caso da Escola Básica D. Jorge de Lencastre foi identificada uma carência de 6 salas e no caso da escola secundária 7. A dotação destas salas iria permitir a atribuição de sala, individualmente a cada turma, libertando os laboratórios e as salas de Educação Visual e Tecnológica, para as aulas específicas.

Ambos os equipamentos cedem salas ou partes do seu espaço à comunidade exterior. No caso da Escola Básica D. Jorge de Lencastre, à associação de pais e encarregados de educação e no caso da Escola Secundária ao Centro de Formação da Associação de Escolas do Alentejo Litoral.

Destaque para a Escola Básica D. Jorge de Lencastre, que disponibiliza ainda as atividades complementares de guitarra (6 alunos inscritos), leitura (8 alunos inscritos) e desporto (56 alunos inscritos).

Apenas a Escola Básica D. Jorge de Lencastre disponibiliza serviço de refeições, mediante unidade de confeção própria, sem confeção para o exterior. Este estabelecimento dispõe ainda de uma unidade de educação de alunos cegos e com baixa visão, unidade de ensino estruturado para a educação de alunos com perturbações do espectro do autismo e de uma unidade de apoio especializado para a educação de alunos com multideficiência e surdocegueira congénita para o 2ºCEB e 3ºCEB.

O desenvolvimento das atividades escolares é assegurado por um universo total de 201 pessoas, sendo mais de 50% docente, num total de 137, dos quais 104 pertencentes aos quadros. A Escola Básica D. Jorge de Lencastre constitui o estabelecimento com mais pessoas ao serviço, totalizando 107.

Escola	Total	Docentes		Assistentes técnicos		Assistentes operacionais		Outros recursos humanos	
		Quadro	Outros	Quadro	Outros	Quadro	Outros	Quadro	Outros
Escola Básica D. Jorge de Lencastre	**107**	54	23	2	0	12	0	0	16
Escola Secundária António Inácio da Cruz	**94**	50	10	9	0	13	8	1	3
Total	**201**	**104**	**33**	**11**	**0**	**25**	**8**	**1**	**19**

TABELA 26: RECURSOS HUMANOS DOS ESTABELECIMENTOS DO 2.º, 3.º CEB E ENSINO SECUNDÁRIO EM GRÂNDOLA, NO ANO LETIVO 2020-2021.

FONTE: ESCOLAS DO 2º E 3º CEB E ENSINO SECUNDÁRIO DO CONCELHO DE GRÂNDOLA (INQUÉRITO PRÓPRIO)

Efetivamente, mais de metade do pessoal ao serviço estava ligado aos quadros da escola, sendo que 60 pessoas (correspondente a cerca de 30% do total de recursos) tinham outro tipo de vínculo. A segunda tipologia de recurso mais comum eram os assistentes operacionais (33 pessoas), seguindo-se outros recursos humanos (20) e, por último, os assistentes técnicos (11).

A Escola Secundária não disponibiliza oferta formativa ao nível de cursos profissionais, sendo que este nível se encontra disponível na Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Grândola.

3.4. ENSINO PROFISSIONAL

A Escola profissional de Desenvolvimento Rural de Grândola (EPDRG), criada pela Portaria n.º 269/2000, de 18 de maio, criada por contrato-programa ao abrigo do Decreto-Lei n.º 26/89, de 21 de Janeiro, é uma escola profissional pública com oferta de cursos profissionais de nível IV, equivalentes ao ensino secundário regular, e de cursos CEF tipo II, adequados ao desenvolvimento de uma região de marcada ruralidade, cuja formação tem particular incidência na agricultura mas também no turismo e lazer. Está sob a tutela do Ministério da Educação e foi criada na base do Decreto-Lei nº 4/98.

O Decreto-Lei nº 92/2014, de 20 de junho, estabelece que as Escolas profissionais privadas e públicas prestam serviço público de educação e integram a rede de entidades formadoras do Sistema Nacional de Qualificações, nos termos do n.º 1 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 396/2007.

Estabelecimento	EPDRG
Freguesia	UF de Grândola e Santa Margarida da Serra
Data de construção original do edifício	1966
Data de construção do edifício mais recente	1996
N-º de edifícios	4 (1 de raiz+3 adaptados)

Estabelecimento		EPDRG
Ano da última intervenção		-
Estado de Conservação Geral	Edifícios	Deficiente
	Espaço exterior	Razoável

TABELA 27: ESTADO DE CONSERVAÇÃO GERAL

FONTE: ESCOLA PROFISSIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE GRÂNDOLA (INQUÉRITO PRÓPRIO)

Os edifícios que integram este estabelecimento encontram-se num estado de conservação "deficiente", uma vez que não foram alvo de nenhuma intervenção nas últimas duas décadas.

Existem 4 edifícios distintos, apenas um dos quais construído de raiz para o ensino. O espaço exterior é considerado razoável pela entidade gestora.

A EPDRG dispõe de 16 salas de atividade com condições para a componente letiva. A entidade gestora refere a necessidade de 6 salas, que seriam afetas a: gabinetes de trabalho, salas de atendimento, sala de informática, laboratório de aprendizagem e sala de transformação.

O desenvolvimento das atividades escolares é assegurado por várias dezenas de docentes e assistentes, conforme quadro abaixo, num total de 55 recursos humanos.

Recursos humanos	Total	Quadro	Outros
Docentes	**32**	14	18
Assistentes técnicos	**5**	5	0
Assistentes operacionais	**16**	13	3
Outros recursos humanos	**2**	0	2

TABELA 28: RECURSOS HUMANOS DA EPDRG, NO ANO LETIVO 2020/2021

FONTE: INQUÉRITO PRÓPRIO

(página propositadamente deixada em branco)

4. CARACTERIZAÇÃO DA PROCURA ATUAL

4.1. Procura Atual por Tipologia de equipamento / Nível de Ensino

4.1.1. Enquadramento

A evolução do número de crianças e alunos matriculados nas escolas do concelho tem registado uma trajetória de ligeiro decréscimo, apresentando-se em consonância com a tendência nacional, que se caracteriza por uma diminuição do número de crianças e alunos matriculados no sistema educativo.

Tanto a educação pré-escolar, como 3ºCEB registaram um incremento das matrículas ao longo dos últimos anos, apresentando variações de 4,1% e 3,6%, respetivamente. No sentido oposto, o 2ºCEB passou das 276 matrículas, no ano letivo de 2017/2018, para as 252 em 2020/2021, registando uma variação de -8,7%. Nos demais níveis de ensino também se verificou uma diminuição do número de matrículas, destacando-se o ensino secundário, com um decréscimo de 39,5% face a 2017/2018.

Nível de ensino	Anos letivos				Variação 2017/18 e 2020/21	Variação 2017/18 e 2020/21
	2017 / 2018	2018 / 2019	2019 / 2020	2020 / 2021	(n.º)	(%)
Educação pré-escolar *	269	272	275	280	11	4,1
1.º Ciclo do ensino básico	528	463	469	509	-19	-3,6
2.º Ciclo do ensino básico	276	280	288	252	-24	-8,7
3.º Ciclo do ensino básico	501	552	533	519	18	3,6
Ensino secundário	448	267	247	271	-177	-39,5
TOTAL	2022	1834	1812	1831	-191	-9,4

Tabela 29: Crianças e Alunos Matriculados em Estabelecimento de Ensino no Concelho de Grândola Por Ano Letivo e Nível De Ensino.

Fonte: Agrupamento de escolas do concelho de Grândola (inquérito próprio), exceto para o ano letivo 2017-18, para o qual os dados foram obtidos no INE.

* Apenas rede pública

4.1.2. Pré-Escolar

Dados do INE apontam para uma tendência de aumento do número de crianças inscritas no pré-escolar desde 2000/2001 até ao ano letivo 2005/2006, em que se atingiu um total de 437 matrículas. Após uma quebra no ano seguinte, os valores têm vindo a apresentar uma estabilização, mantendo-se entre as 344 e as 376 crianças. No ano letivo de 2020/2021 365 crianças foram matriculadas nos estabelecimentos da rede pública e solidária, no pré-escolar.

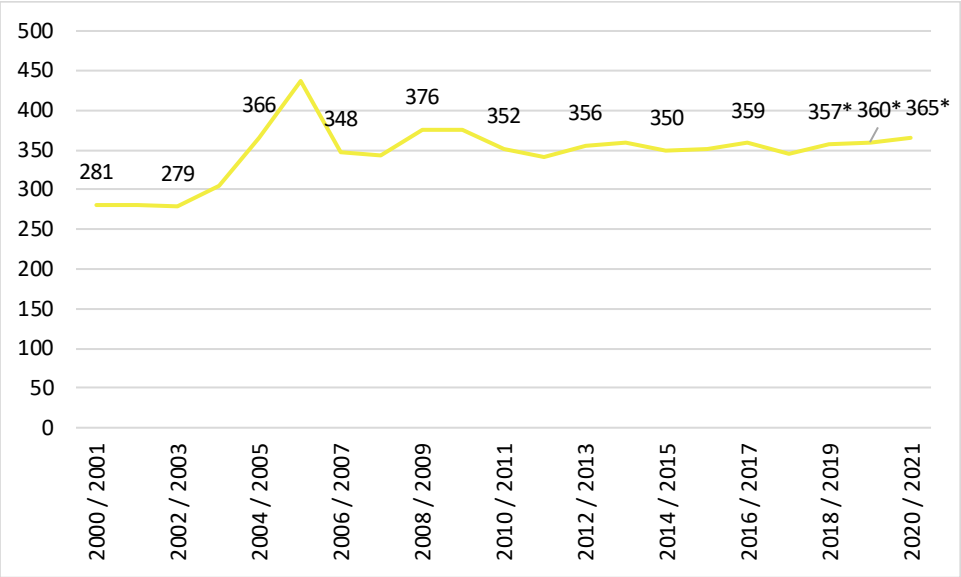


FIGURA 48: EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE CRIANÇAS MATRICULADAS NO PRÉ-ESCOLAR EM GRÂNDOLA.

FONTE: INE E ESTABELECIMENTOS DO PRÉ-ESCOLAR DO CONCELHO DE GRÂNDOLA (INQUÉRITO PRÓPRIO PARA OS DADOS DE 2018/2019 A 2020/2021)

* Apenas equipamentos que responderam ao inquérito

Esta evolução apresenta-se algo diferenciada em função da natureza das entidades. No caso das entidades públicas verificou-se um ligeiro aumento no número de matrículas, pelo que a rede solidária manteve o número de matrículas, ao longo dos últimos três anos.

Anos letivos	Total	Rede		% do total de matrículas na rede pública
		Pública	Solidária	
2018 / 2019	357	272	85	76,2
2019 / 2020	360	275	85	76,4
2020 / 2021	365	280	85	76,7

TABELA 30: EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE CRIANÇAS MATRICULADAS EM ESTABELECIMENTOS DO PRÉ-ESCOLAR DA REDE PÚBLICA E SOLIDÁRIA, NO CONCELHO DE GRÂNDOLA.

FONTE: ESTABELECIMENTOS DO PRÉ-ESCOLAR DO CONCELHO DE GRÂNDOLA (INQUÉRITO PRÓPRIO)

Destaque-se o facto de a entidade da rede solidária que respondeu ao inquérito ter uma expressão muito significativa nas matrículas registadas no ensino pré-escolar, no ano letivo de 2020/2021, pelo que se constitui como parte importante da dinâmica de oferta e procura existente.

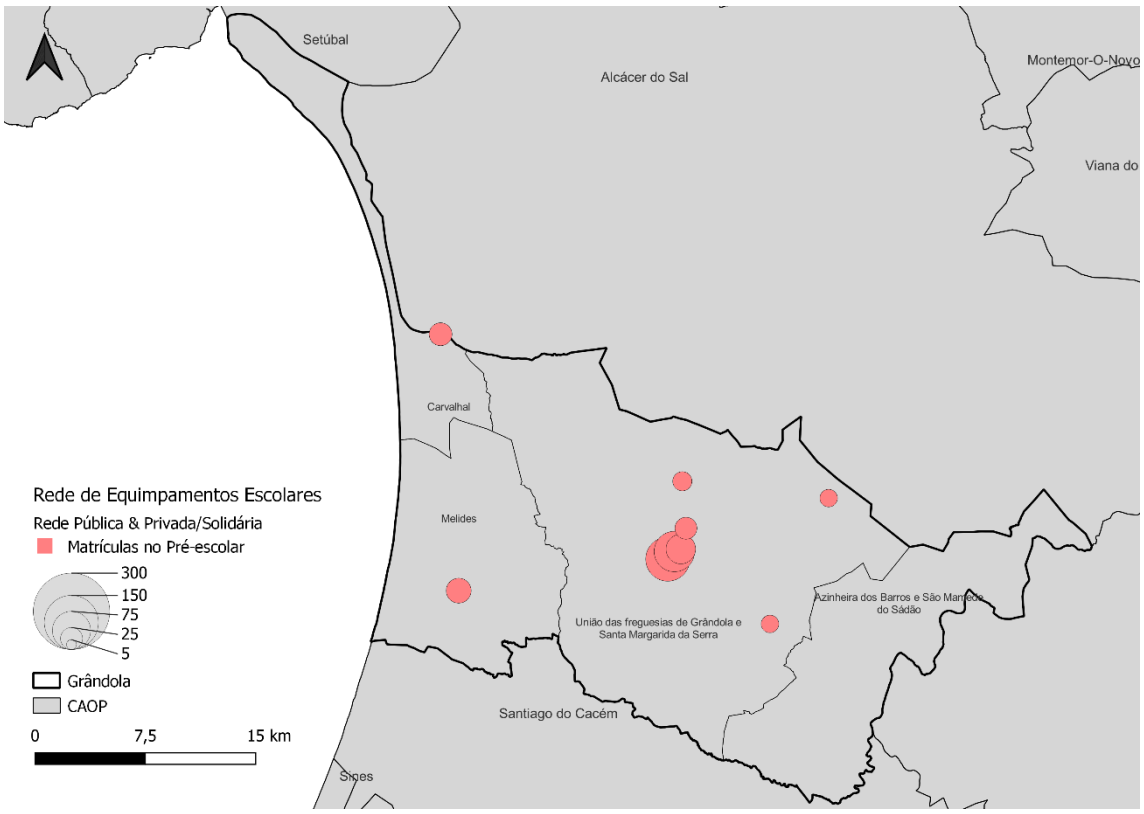


FIGURA 49: CRIANÇAS INSCRITAS NOS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR NO CONCELHO DE GRÂNDOLA, EM 2020/2021.

FONTE: ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR DO CONCELHO DE GRÂNDOLA (INQUÉRITO PRÓPRIO)

Considerado apenas o ano letivo 2020-2021, constata-se que o Jardim de Infância nº 1 de Grândola era o que tinha maior número de crianças matriculadas (100), seguida da Creche e Jardim de Infância de Grândola (rede solidária), com 85 matrículas, e o Jardim de Infância nº 2 de Grândola, com 45 matrículas.

Rede	Freguesia	Estabelecimento	Matrículas (2020-2021)
Pública	Melides	JI da Escola Básica de Melides	32
	Carvalhal	JI da Escola Básica de Carvalhal	27
	União das freguesias de Grândola e Santa Margarida da Serra	JI nº 1 de Grândola	100
		JI da Escola Básica de Ameiras de Cima	19
		JI da Escola Básica de Aldeia Nova São Lourenço	16
		JI da Escola Básica de Aldeia do Futuro	25
		JI da Escola Básica de Água Derramada	16
		JI nº 2 de Grândola	45
Solidária		Creche e Jardim de Infância de Grândola	85

TABELA 31: CRIANÇAS MATRICULADAS EM ESTABELECIMENTOS DO PRÉ-ESCOLAR DA REDE PÚBLICA E SOLIDÁRIA, NO CONCELHO DE GRÂNDOLA, EM 2020/2021.

FONTE: ESTABELECIMENTOS DO PRÉ-ESCOLAR DO CONCELHO DE GRÂNDOLA (INQUÉRITO PRÓPRIO)

Numa análise por freguesia, em 2020-2021, nos estabelecimentos situados em Grândola encontravam-se inscritas 306 crianças, seguindo-se a freguesia de Melides com 32 crianças e a freguesia de Carvalhal, com 27 matrículas.

Esta situação reflete as tendências demográficas e socioprofissionais do concelho, uma vez que a UF de Grândola e Santa Margarida da Serra correspondia à freguesia onde a proporção de população que residia e trabalhava era mais elevada, permitindo desenvolver as suas atividades num contexto de maior proximidade. Por outro lado, podem também verificar-se situações de encarregados de educação que, com a localização do seu local de trabalho na UF de Grândola e Santa Margarida da Serra, optaram por matricular as suas crianças nas instituições aí localizadas.

Quanto à origem das crianças matriculadas no ensino pré-escolar de Grândola, é importante ter em consideração que apenas uma das inscritas não residia no próprio concelho, sendo que esta se encontrava matriculada no equipamento da rede solidária.

As Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF) eram disponibilizadas em todas estas instituições, quer antes, quer depois da atividade letiva. As AAAF antes da componente letiva tinham 262 crianças inscritas (correspondendo a 71,8% do total de crianças matriculadas), sendo que as AAAF depois da componente letiva reuniam 293 crianças (80,3% do total), o que reflete a importância destas atividades no apoio às famílias, não só de manhã, como principalmente na parte da tarde, após a atividade letiva.

Em matéria de necessidades educativas especiais, enquadradas pelo Decreto-Lei nº 3/2008, de 7 de janeiro e pelo Decreto–Lei nº 54/2018, de 6 de julho, existiam um total de 10 crianças, distribuídas por vários equipamentos, o que representa 2,7% do universo de crianças inscritas. O equipamento com mais crianças com necessidades educativas especiais pertence à rede solidária, com 3 crianças matriculadas.

Todas as crianças enquadradas neste domínio estavam inseridas na tipologia de necessidade educativas acompanhadas ao nível da intervenção precoce. Note-se que nem todos os equipamentos pertencentes à rede pública tinham disponível esta resposta de educação específica (única tipologia disponível no concelho ao nível do pré-escolar).

4.1.3. 1.º Ciclo do Ensino Básico

De acordo com dados do INE, a evolução do número de alunos matriculados no 1.º Ciclo do Ensino Básico em Grândola, cuja oferta é assegurada apenas por instituições da rede pública, registou um crescimento ao longo dos últimos dois anos, embora se encontre abaixo dos valores do início do milénio.

Após um ligeiro decréscimo entre 2000/2001 e 2006/2007, o número de alunos inscritos no 1ºCEB em Grândola manifestou um aumento e estabilização entre 2007/2008 e 2011/2012. O número de matrículas no 1ºCEB voltou a diminuir a partir desse mesmo ano e esta tendência só se viria a reverter em 2017/2018, ano em que se registaram 528 matrículas. No ano letivo de 2020/2021, 509 alunos matricularam-se nos estabelecimentos de ensino de Grândola, no 1ºCEB, verificando-se uma variação de -20,6% face ao início do presente milénio.

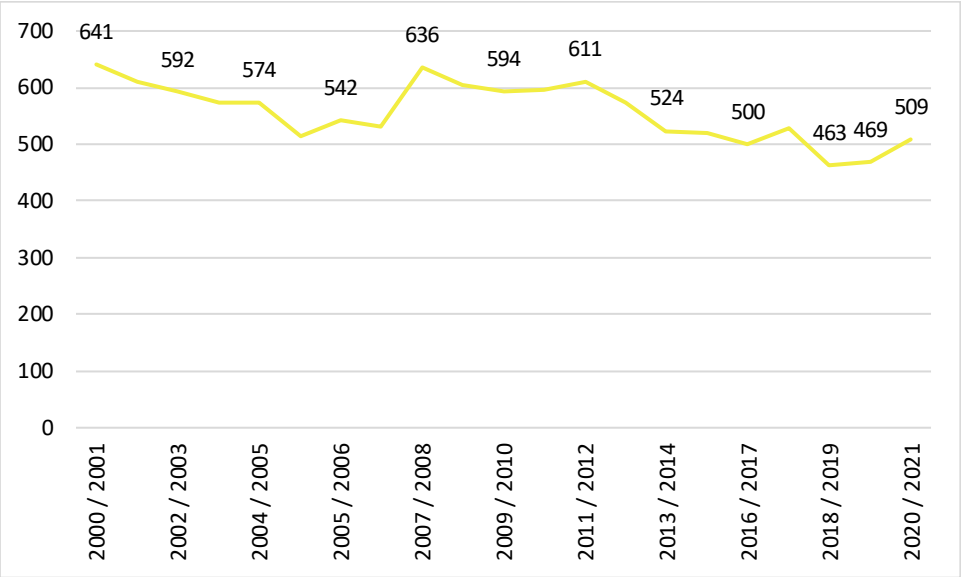


FIGURA 50: EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE CRIANÇAS MATRICULADAS NO 1.º CEB EM GRÂNDOLA.

FONTE: INE E ESTABELECIMENTOS DO 1.º CEB DO CONCELHO DE GRÂNDOLA (INQUÉRITO PRÓPRIO PARA OS DADOS DE 2018/2019 A 2020/2021)

Embora ao longo dos dois anos mais recentes, o número de matrículas tenha vindo a aumentar, o ano letivo de 2018/2019 constituiu o ano com o valor de matrículas mais baixo dos últimos 20 anos (463), refletindo a tendência de diminuição da natalidade.

Anos letivos	Total	Escola							
		Escola Básica de Melides	Escola Básica de Ameiras de Cima	Escola Básica de Aldeia Nova de São Lourenço	Escola Básica de Aldeia do Futuro	Escola Básica de Água Derramada	Escola Básica de Carvalhal	Escola Básica de Lousal	Escola Básica de Grândola
2018 / 2019	463	36	34	13	18	14	42	8	298
2019 / 2020	469	43	34	13	15	14	38	8	304
2020 / 2021	509	48	35	11	18	13	48	8	328

TABELA 32: EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS EM ESTABELECIMENTOS DO 1.º CEB, NO CONCELHO DE GRÂNDOLA.

FONTE: ESTABELECIMENTOS DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO DO CONCELHO DE GRÂNDOLA (INQUÉRITO PRÓPRIO)

Considerando os dados relativos ao número de inscritos por estabelecimento de ensino, é notória a maior dimensão das comunidades escolares da Escola Básica de Grândola que, em 2020/2021, apresentou os números mais elevados de alunos matriculados nos estabelecimentos do 1ºCEB no concelho, correspondendo a cerca de 64,4% do total de matrículas.

No sentido oposto, as Escolas Básicas de Lousal, da Aldeia Nova de São Lourenço e de Água Derramada, são as que apresentam menor número de alunos, tendo passado dos 8, 13 e 14, em 2018/2019, para os, respetivamente, 8, 11 e 13, em 2021/201. O estabelecimento de ensino que registou o maior decréscimo

de matrículas ao longo dos últimos três anos foi a Escola Básica de Aldeia Nova de São Lourenço, que registou uma variação de -2 alunos. Note-se que as escolas com mais alunos matriculados reforçaram o seu peso na rede educativa, registando um incremento do número de matrículas nos últimos anos.

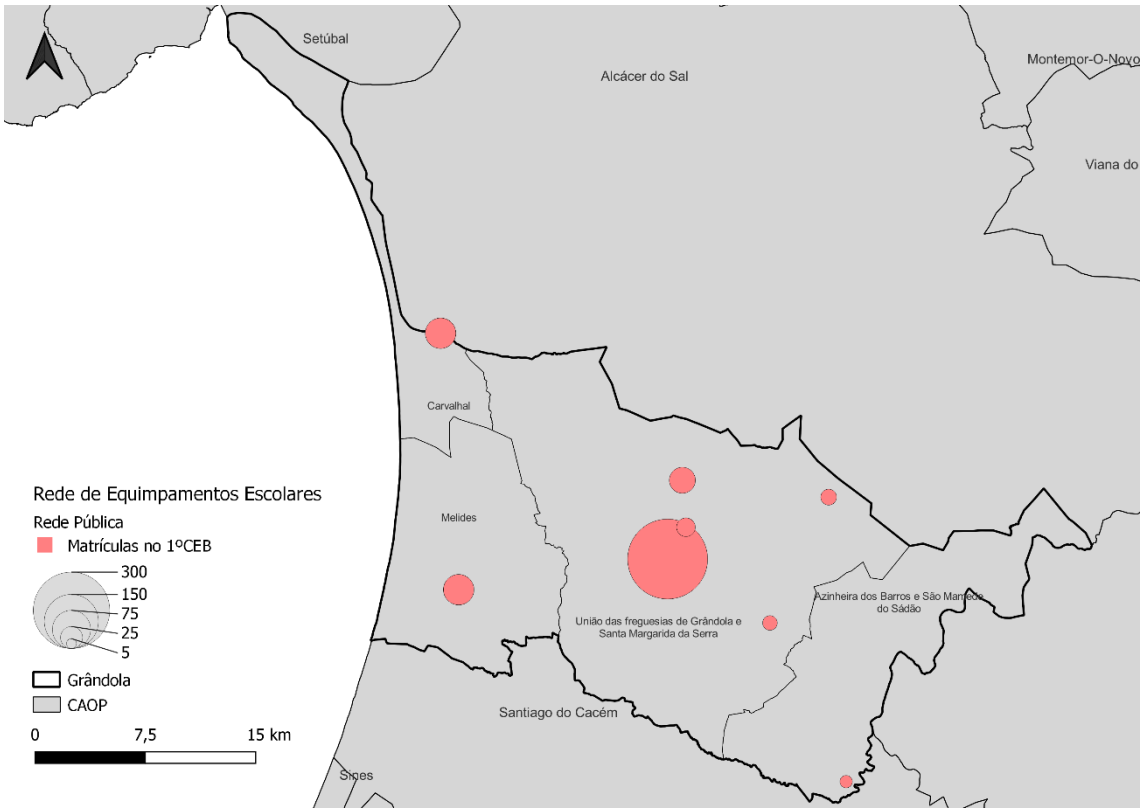


FIGURA 51: ALUNOS INSCRITOS NOS ESTABELECIMENTOS DO 1.º CEB NO CONCELHO DE GRÂNDOLA, EM 2020/2021.

FONTE: ESTABELECIMENTOS DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO DO CONCELHO DE GRÂNDOLA (INQUÉRITO PRÓPRIO)

À semelhança do ensino pré-escolar, apenas 1 dos alunos matriculados no 1ºCEB em 2020/2021 não residia no concelho de Grândola.

A UF de Grândola e Santa Margarida da Serra é a freguesia que regista o maior número de matrículas (405), concentrando 79,6% do total. Além da elevada concentração demográfica nesta freguesia, o facto de esta concentrar os locais de trabalho de muitos encarregados de educação poderá levar a que estes optem por matricular os seus filhos nos estabelecimentos educativos da UF de Grândola e Santa Margarida da Serra.

Rede	Freguesia	Estabelecimento	Matrículas (2020-2021)
Pública	Melides	Escola Básica de Melides	48
	Carvalhal	Escola Básica de Carvalhal	48
	Azinheira dos Barros e São Mamede do Sádão	Escola Básica de Lousal	8
	União das freguesias de Grândola e Santa Margarida da Serra	Escola Básica de Ameiras de Cima	35
		Escola Básica de Aldeia Nova de São Lourenço	11
		Escola Básica de Aldeia do Futuro	18
		Escola Básica de Água Derramada	13

Rede	Freguesia	Estabelecimento	Matrículas (2020-2021)
		Escola Básica de Grândola	328

TABELA 33: CRIANÇAS MATRICULADAS EM ESTABELECIMENTOS DO 1ºCEB DA REDE PÚBLICA, NO CONCELHO DE GRÂNDOLA, EM 2020/2021.

FONTE: ESTABELECIMENTOS DO PRÉ-ESCOLAR DO CONCELHO DE GRÂNDOLA (INQUÉRITO PRÓPRIO)

Também relevante para esta análise são os serviços prestados pelos estabelecimentos do 1.º CEB, destacando-se o facto de todos eles disponibilizarem Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC).

Este serviço assume um papel de relevo no contexto educativo municipal. Cerca de 49,3% dos alunos do 1ºCEB frequentavam uma AEC, no último ano letivo. O estabelecimento em que o maior número de alunos frequentava uma AEC era a EB1 de Grândola, com 100, o que corresponde a 30,5% (proporção mais reduzida do agrupamento).

Estabelecimentos	Total de alunos	A frequentar AEC		A frequentar CAF	
		n.º	%	n.º	%
Escola Básica de Melides	48	18	37,5	0	0,0
Escola Básica de Ameiras de Cima	35	35	100,0	0	0,0
Escola Básica de Aldeia Nova de São Lourenço	11	11	100,0	0	0,0
Escola Básica de Aldeia do Futuro	18	18	100,0	0	0,0
Escola Básica de Água Derramada	13	13	100,0	0	0,0
Escola Básica de Carvalhal	48	48	100,0	0	0,0
Escola Básica de Lousal	8	8	100,0	0	0,0
Escola Básica de Grândola	328	100	30,5	0	0,0

TABELA 34: NÚMERO DE ALUNOS QUE FREQUENTAM AEC E CAF NOS ESTABELECIMENTOS DO 1.º CEB, NO CONCELHO DE GRÂNDOLA, EM 2020/2021.

FONTE: ESTABELECIMENTOS DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO DO CONCELHO DE GRÂNDOLA (INQUÉRITO PRÓPRIO)

Em matéria de NEE, enquadradas pelo Decreto–Lei nº 3/2008, de 7 de janeiro e pelo Decreto–Lei nº 54/2018, de 6 de julho, em 2020/2021, contabilizavam-se um total de 29 alunos. Em termos proporcionais era na Escola Básica de Aldeia do Futuro que crianças com esta necessidade tinham maior significado, com 22% do total. No entanto, em termos absolutos, esse universo era de 4 crianças, valor bastante mais baixo dos 21 identificados na EB1 de Grândola, que correspondem a 6,4% do total. A tipologia de NEE identificada ao abrigo da legislação vigente, foi a Unidade de Intervenção precoce na infância, na Escola Básica de Melides.

No que diz respeito às retenções, o universo de estabelecimentos em causa registou, no ano letivo de 2019/2020, um total de 9 retenções, o que corresponde a uma proporção de 1,9%. No ano letivo de 2019/2020 apenas dois estabelecimentos educativos registaram retenções, a Escola Básica de Grândola (7) e a Escola Básica de Melides (2). Neste sentido, verificou-se uma melhoria face ao ano letivo de 2017/2018, ano em que se registaram 13 retenções.

Estabelecimentos	Total de alunos	Retenções	
		n.º	%
Escola Básica de Melides	43	2	4,7
Escola Básica de Ameiras de Cima	34	0	0,0
Escola Básica de Aldeia Nova de São Lourenço	13	0	0,0
Escola Básica de Aldeia do Futuro	15	0	0,0
Escola Básica de Água Derramada	14	0	0,0
Escola Básica de Carvalhal	38	0	0,0
Escola Básica de Lousal	8	0	0,0
Escola Básica de Grândola	304	7	2,3
Total	**469**	**9**	**1,9**

TABELA 35: ALUNOS RETIDOS NOS ESTABELECIMENTOS DO 1.º CEB, NO CONCELHO DE GRÂNDOLA, EM 2019/2020.

FONTE: ESTABELECIMENTOS DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO DO CONCELHO DE GRÂNDOLA (INQUÉRITO PRÓPRIO)

Finalmente, realce-se o facto de, entre os anos letivos de 2017/2018 e 2019/2020, não se ter verificado qualquer abandono da frequência escolar no 1.º CEB, o que constitui um aspeto positivo no contexto das políticas educativas municipais e que estará relacionado com o trabalho das instituições educativas na prevenção e combate ao fenómeno do abandono escolar precoce ao nível local.

4.1.4. 2.º E 3.º CICLOS DO ENSINO BÁSICO

De acordo com dados do INE, os alunos matriculados nos 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico no concelho de Grândola, cuja oferta é assegurada por dois instituições da rede pública (Escola Básica D. Jorge de Lencastre e Escola Secundária António Inácio da Cruz), têm vindo a apresentar comportamentos algo semelhantes ao longo das duas últimas décadas.

Embora os dois níveis de ensino tenham apresentado uma evolução decrescente face 2000, o 3º CEB registou um comportamento mais irregular, assistindo a sucessivos aumentos e diminuições do número de matrículas. O 2º CEB, por sua vez, apresentou uma evolução mais suave, sendo que nos últimos 3 anos acabou mesmo por verificar um decréscimo acentuado do número de matrículas, aumentando o seu distanciamento face ao 3º CEB.

Ao longo das duas últimas décadas, os valores mais elevados de matrículas foram 372, no caso do 2ºECB e 558, no caso do 3ºCEB, ambos no ano letivo de 2000/2001. No ano letivo de 2020/2021, o número de matrículas no 2ºCEB totalizou 252 (-32,3% face a 2000/2001) e no 3ºCEB 519 (-7% face a 2000/2001).

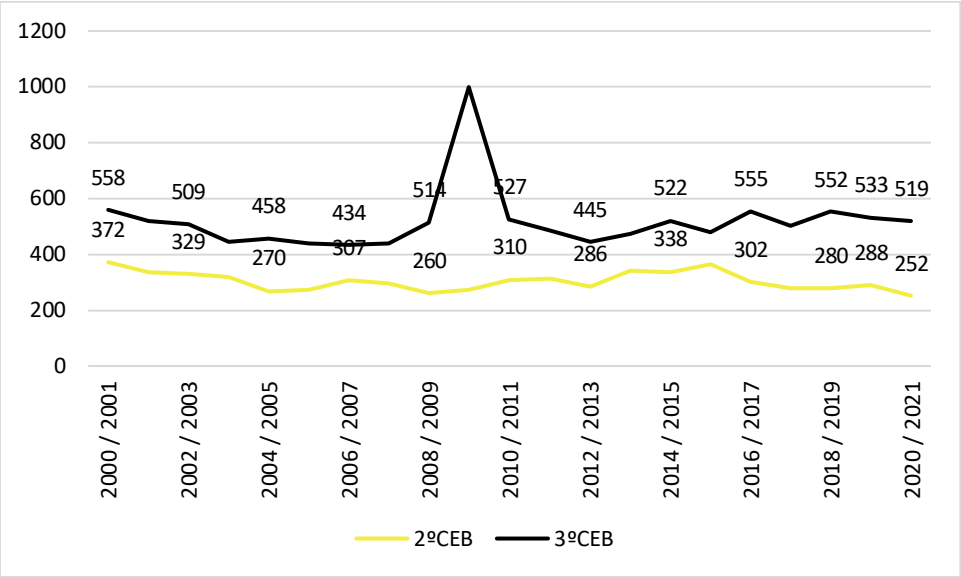


FIGURA 52: EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE CRIANÇAS MATRICULADAS NOS 2.º E 3.º CEB EM GRÂNDOLA.

FONTE: INE E ESTABELECIMENTOS DO 2.º E 3.º CEB DO CONCELHO DE GRÂNDOLA (INQUÉRITO PRÓPRIO PARA OS DADOS DE 2018/2019 A 2020/2021)

Como já mencionado, os 2º e 3º CEB são assegurados no concelho de Grândola por dois equipamentos: a Escola Básica D. Jorge de Lencastre e a Escola Secundária António Inácio da Cruz, que integram o Agrupamento de Escolas de Grândola.

Ano letivo	Total 2ºCEB	Total 3ºCEB	Escola		
			Escola Básica D. Jorge de Lencastre		Escola Secundária António Inácio da Cruz
			2.º CEB	3.º CEB	3.º CEB
2018 / 2019	280	552	280	412	140
2019 / 2020	288	533	288	412	121
2020 / 2021	252	519	252	413	106

TABELA 36: EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS NO 2.º E 3.º CEB, NO CONCELHO DE GRÂNDOLA.

FONTE: ESTABELECIMENTOS DO 2º E/OU 3.º CICLO DO ENSINO BÁSICO DO CONCELHO DE GRÂNDOLA (INQUÉRITO PRÓPRIO)

Note-se que os equipamentos do Agrupamento de Escolas de Grândola apresentam uma concentração evidente na UF de Grândola e Santa Margarida da Serra, à semelhança dos níveis de ensino já analisados. Este fenómeno está relacionado com a distribuição da população residente no concelho, assim como a localização dos empregos, uma vez que alguns munícipes poderão optar por matricular os seus filhos nas escolas mais próximas dos seus locais de trabalho.

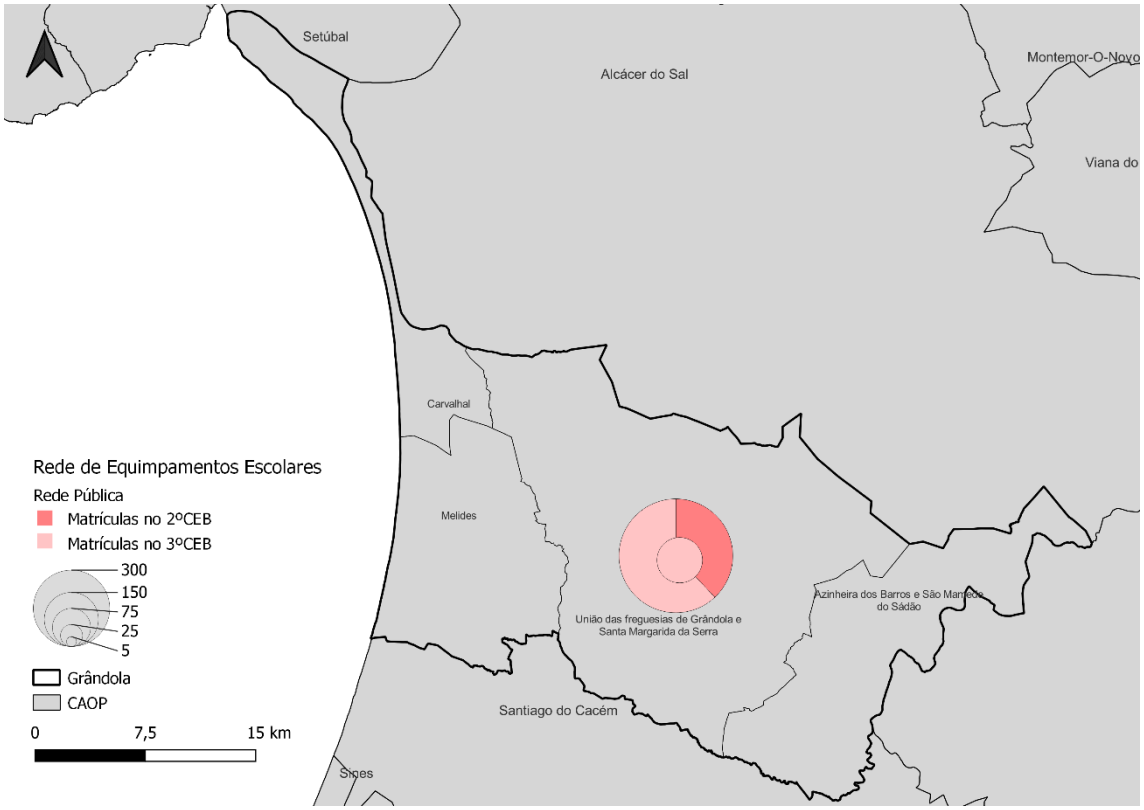


FIGURA 53: ALUNOS INSCRITOS NO ESTABELECIMENTO DO 2.º E 3.º CEB NO CONCELHO DE GRÂNDOLA, EM 2020/2021.

FONTE: ESTABELECIMENTO DO 2.º E 3.º CICLOS DO ENSINO BÁSICO DO CONCELHO DE GRÂNDOLA (INQUÉRITO PRÓPRIO)

Considerando o número de alunos do 2º e 3º CEB, é possível observar que o número de alunos que residem fora do concelho é bastante reduzido. Dos 27 alunos que residem fora do concelho de Grândola, 8 encontram-se matriculados no 2º CEB, na Escola Básica D. Jorge de Lencastre, e os restantes 19 dividem-se pelos dois equipamentos do 3ºCEB. Assim, com base na proporção total de alunos matriculados nos 2º e 3º CEB, conclui-se que cerca de 3,2% dos alunos do 2ºCEB e 3,7% do 3ºCEB residem fora do concelho de Grândola.

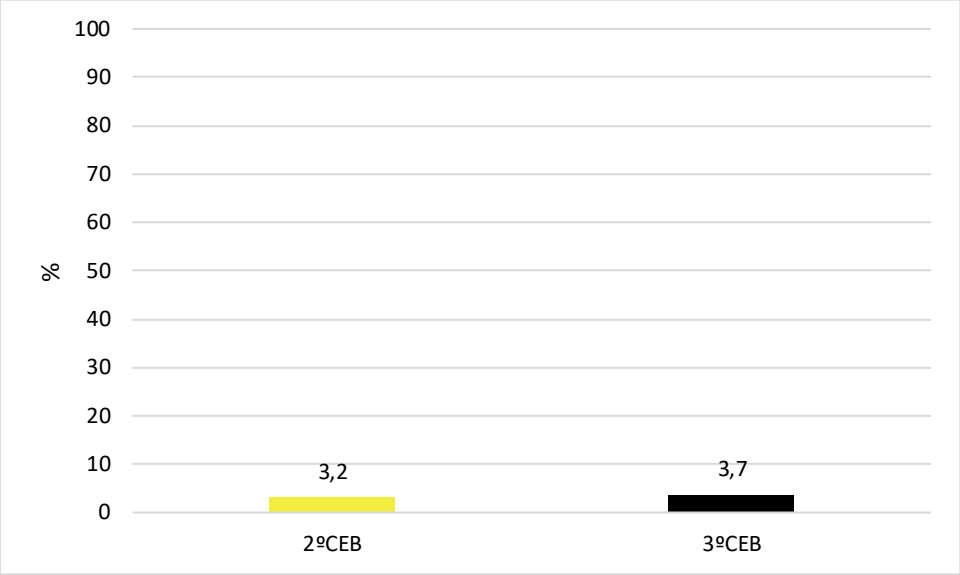


FIGURA 54: PROPORÇÃO DE CRIANÇAS RESIDENTES FORA DO CONCELHO INSCRITAS NO 2.º E 3.º CEB, NO CONCELHO DE GRÂNDOLA, NO ANO LETIVO 2020-2021.

FONTE: ESTABELECIMENTOS DO 2º E/OU 3.º CICLO DO ENSINO BÁSICO DO CONCELHO DE GRÂNDOLA (INQUÉRITO PRÓPRIO)

Aos alunos do 2º e 3º CEB, na Escola Básica D. Jorge de Lencastre, são também disponibilizados outros serviços e atividades complementares que refletem, sobretudo, a valorização da prática de atividades extralectivas enquanto fator promotor do desenvolvimento e aprendizagem.

O facto de os serviços prestados serem também diversos, dentro das limitações do equipamento, reflete o empenho deste estabelecimento em motivar e capacitar os alunos no seu desenvolvimento de conhecimentos e práticas artísticas, nomeadamente através dos clubes de guitarra e de leitura, assim como o incentivo à adoção de estilos de vida mais saudáveis, através da prática desportiva.

Atividades	Alunos inscritos
Clube de Guitarra	6
Clube de leitura	8
Desporto escolar	56

TABELA 37: ATIVIDADES COMPLEMENTARES EXISTENTES NO 2.º E 3.º CEB, NO ANO LETIVO 2020/2021.

FONTE: ESTABELECIMENTOS DO 2º E/OU 3.º CICLO DO ENSINO BÁSICO DO CONCELHO DE GRÂNDOLA (INQUÉRITO PRÓPRIO)

Relativamente aos alunos com NEE, no ano letivo de 2020/2021, existia um total de 33 alunos no 2.º CEB e de 53 no 3.º CEB (39 na Escola Básica D. Jorge de Lencastre e 14 na Escola Secundária António Inácio da Cruz), o que corresponde a proporções de 13,1%, no caso de 2ºCEB e 10,2%, no caso do 3ºCEB.

Na Escola Básica D. Jorge de Lencastre estavam disponíveis uma unidade de educação de alunos cegos e com baixa visão, uma unidade de ensino estruturado para a educação de alunos com perturbações do espectro do autismo e uma unidade de apoio especializado para a educação de alunos com multideficiência e surdocegueira congénita. No sentido oposto, a Escola Secundária António Inácio da Cruz, não se encontrava dotada de nenhum destes elementos. Note-se que a rede de unidades de apoio especializado em escolas visa concentrar meios humanos e materiais para oferecer uma resposta educativa de qualidade a estes alunos.

Em matéria de retenções, no 2.º CEB, no ano letivo de 2019/2020 registaram-se 9 retenções. Este valor constitui uma melhoria face ao ano anterior, em que se registaram 11 retenções neste nível de ensino.

Relativamente ao 3.º CEB, registaram-se 28 retenções, 25 na Escola Básica D. Jorge de Lencastre e 3 na Escola Secundária António Inácio da Cruz. Em termos proporcionais, estes valores correspondem, respetivamente, a 6,1% e 2,1% face aos números totais de alunos inscritos nesses estabelecimentos.

Ano letivo	2.º CEB			3.º CEB		
	Total de alunos	Retenções n.º	Retenções %	Total de alunos	Retenções n.º	Retenções %
Escola Básica D. Jorge de Lencastre	288	9	3,1	412	25	6,1
Escola Secundária António Inácio da Cruz	-	-	-	140	3	2,1

TABELA 38: RETENÇÕES NOS 2.º E 3.º CEB, NO CONCELHO DE GRÂNDOLA, NO ANO LETIVO DE 2019/2020.

FONTE: ESTABELECIMENTOS DO 2º E/OU 3.º CICLO DO ENSINO BÁSICO DO CONCELHO DE GRÂNDOLA (INQUÉRITO PRÓPRIO)

Relativamente ao número de abandonos, no ano letivo de 2019/2020 não se registou qualquer ocorrência, o que reflete o trabalho desenvolvido pelos diversos responsáveis da comunidade educativa para manter os alunos no sistema educativo, reduzindo assim potenciais situações de risco relativamente à consolidação das suas competências e níveis de habilitação.

4.1.5. ENSINO SECUNDÁRIO

Em Grândola a oferta ao nível do ensino secundário é assegurada apenas por dois equipamentos, a Escola Secundária António Inácio da Cruz e a Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Grândola.

A evolução do número de alunos na Escola Secundária desde o início do século, pode ser dividida em 2 fases:

- De 2000/2001 a 2007/2008, a tendência geral foi de decréscimo de alunos do ensino secundário. No ano de 2007/2008 atingiu-se o valor mais baixo de alunos matriculados no ensino secundário, da primeira década deste decénio, com um total de 388;
- A partir de 2008/2009, observou-se uma evolução extremamente irregular deste indicador, verificando-se oscilações ao longo dos anos até 2016/2017, ano em que se registou o segundo valor mais elevado das duas últimas décadas.

Em 2020/2021 registaram-se 271 matrículas no ensino secundário, constituindo o valor mais elevado dos últimos 3 anos. Todas estas matrículas ocorreram em cursos gerais/científico-humanísticos.

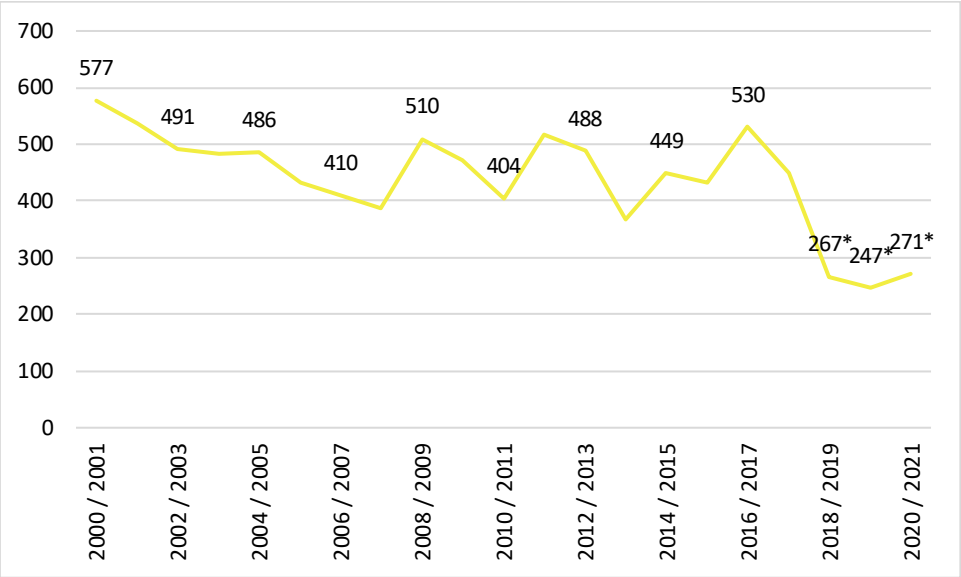


FIGURA 55: EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS NO ENSINO SECUNDÁRIO EM GRÂNDOLA.

FONTE: INE E ESCOLA SECUNDÁRIA ANTÓNIO INÁCIO DA CRUZ (INQUÉRITO PRÓPRIO PARA OS DADOS DE 2018/2019 A 2020/2021)

* Apenas ensino convencional

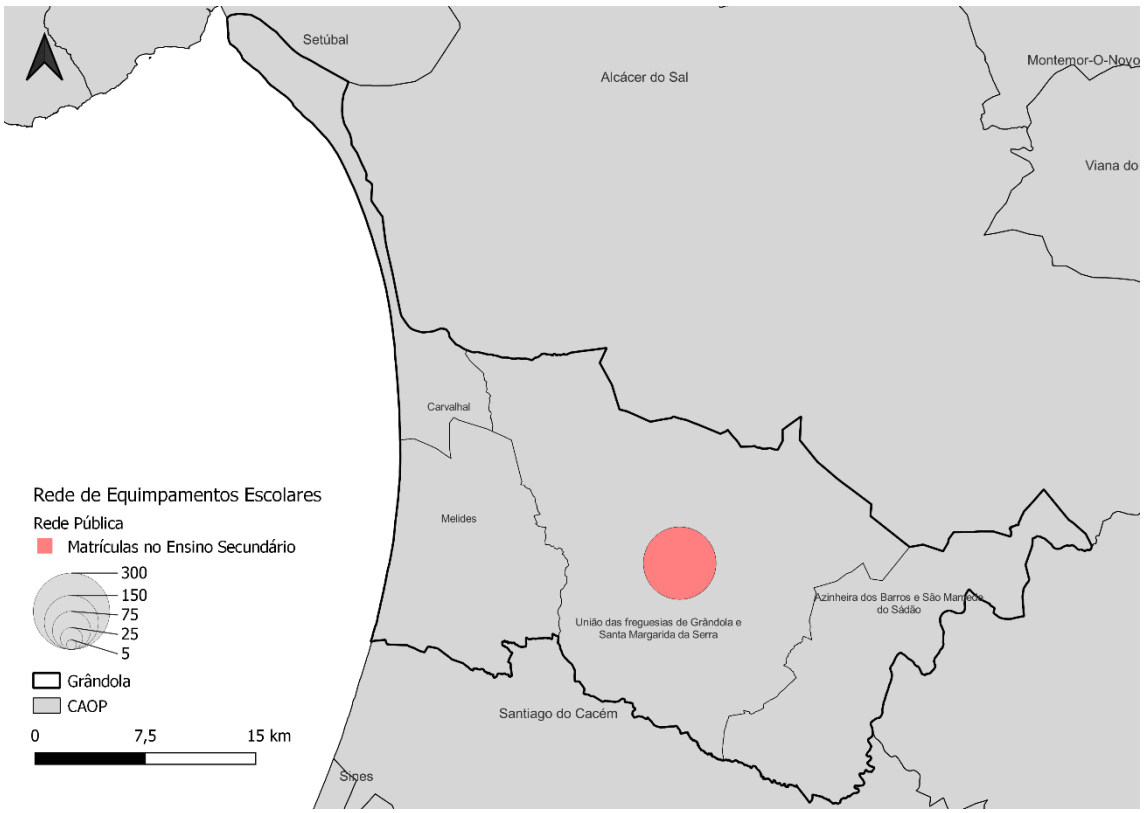


FIGURA 56: ALUNOS INSCRITOS NO ESTABELECIMENTO DO ENSINO SECUNDÁRIO NO CONCELHO DE GRÂNDOLA, EM 2020/2021.

FONTE: ESCOLA SECUNDÁRIA ANTÓNIO INÁCIO DA CRUZ (INQUÉRITO PRÓPRIO)

Do total de alunos matriculados no ano letivo 2020/2021, 262 residiam no município de Grândola, o que significa que a proporção de alunos residentes noutro concelho era de apenas 3,3%, valor ligeiramente abaixo dos observados no 3.º CEB (3,7%).

Relativamente às NEE, para o ano letivo em causa, identificaram-se 6 alunos no ensino secundário enquadrados nesta tipologia, o que representa 4,4% do total.

Ano letivo	Total de alunos	Retenções	
		n.º	%
2018/2019	267	56	21,0
2019/2020	247	21	8,5

TABELA 39: RETENÇÕES NO ENSINO SECUNDÁRIO, ESCOLA SECUNDÁRIA ANTÓNIO INÁCIO CRUZ, EM VÁRIOS ANOS LETIVOS.

FONTE: ESCOLA SECUNDÁRIA ANTÓNIO INÁCIO DA CRUZ (INQUÉRITO PRÓPRIO)

Em matéria de sucesso escolar, destaque-se a evolução positiva no número de retenções registadas entre os anos letivos de 2018/2019 e 2019/2020, que baixou de 56 para 21. Mesmo com a diminuição do número de alunos face ao ano anterior, a percentagem de retenções transitou dos 21% para os 8,5%.

Finalmente, destaque-se a ausência de situações de abandono escolar, refletindo a capacidade da instituição em manter os alunos na esfera educacional, impedindo-os de terminarem o seu percurso formativo de forma precoce.

4.1.5. ENSINO PROFISSIONAL

No concelho de Grândola, o ensino profissional está a cargo de um único equipamento, a Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Grândola, que disponibiliza Cursos Profissionais de Nível IV e cursos CEF Tipo II.

Em 2020/21 eram disponibilizados os cursos de Técnico de Produção Agropecuária, Técnico de Turismo, Técnico de Turismo Ambiental e Rural e de Técnico de Informação e Animação Turística.

No ano letivo 2024/25 estão previstos 3 cursos CEF Tipo II (operador agrícola, operador de máquinas agrícolas, empregado restaurante/bar) e 4 cursos profissionais de nível IV: Técnico de Produção Agropecuária, Técnico de Turismo Ambiental e Rural, Técnico de Turismo, e Técnico de Restaurante/Bar.

Em 2020/2021, 166 alunos matricularam-se na Escola Profissional, 123 dos quais residente no concelho de Grândola.

Ano letivo	Total de alunos
2018/2019	162
2019/2020	164
2020/ 2021	166
Residentes no concelho em 2020/21	123

TABELA 40: ALUNOS NA ESCOLA PROFISSIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE GRÂNDOLA, EM VÁRIOS ANOS LETIVOS.

FONTE: ESCOLA PROFISSIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE GRÂNDOLA (INQUÉRITO PRÓPRIO)

Ano letivo	Total de alunos	Retenções	
		Retenções	Abandonos
2017/2018		4	14
2018/2019	162	4	15
2019/2020	164	1	6

TABELA 41: RETENÇÕES E ABANDONOS NO ENSINO PROFISSIONAL, NO CONCELHO DE GRÂNDOLA, EM VÁRIOS ANOS LETIVOS.

Fonte: Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Grândola (inquérito próprio)

Em matéria de sucesso escolar, em 2019-2020, registou-se 1 retenção e 6 abandonos (a percentagem de retenções tem vindo a diminuir de forma consolidada ao longo dos últimos anos) refletindo, de certo modo, a capacidade da instituição de manter os alunos na esfera educacional, impedindo-os de terminarem o seu percurso formativo de forma precoce.

4.2. PROJEÇÕES DA POPULAÇÃO ESCOLAR

4.2.1. NOTA INTRODUTÓRIA

Segundo o Decreto-Lei nº 21/2019 de 30 de janeiro, nomeadamente no que concerne aos objetivos, a Carta Educativa visa promover a adequação da rede de estabelecimentos, de modo que, em cada momento, as ofertas educativas respondam à procura efetiva que se manifeste em cada um dos níveis de ensino. Neste quadro, a melhor utilização dos recursos educativos só poderá ser efetivamente concretizada se, no início de cada ano letivo, a oferta conseguir dar uma resposta adequada às necessidades da procura.

Com base na interpretação da evolução demográfica recente e das tendências de urbanização local é possível desenvolver algumas conclusões sobre tendências e impactes da demografia na evolução da procura educativa no Concelho de Grândola. Acresce que, em qualquer processo de planeamento municipal, a componente demográfica deverá ser destacada, na medida em que se assume como um dos pilares de sustentação e vertebração do desenvolvimento territorial, geradora de fluxos espaciais e de novas necessidades e conceitos, cujos impactes se refletem na organização e modelação do espaço, nomeadamente no que concerne à programação de equipamentos e infraestruturas.

Torna-se assim evidente a necessidade de prospetivar os quantitativos populacionais futuros para se identificarem, atempadamente, algumas carências e problemas que daí advenham, nomeadamente na programação de equipamentos escolares, para satisfazer as necessidades dos habitantes que previsivelmente se virão instalar no concelho num futuro próximo e/ou para colmatar/resolver as necessidades já sentidas pelas populações atualmente. O modelo a adotar na Carta Educativa destina-se a esse fim, pois consegue estimar a estrutura etária da população, em momentos posteriores.

Deste modo, foram realizadas projeções demográficas para 2025 e 2030, utilizando o modelo cohort survival aberto.

O modelo cohort survival aberto corresponde a um modelo que se baseia na capacidade de sobrevivência de um grupo de indivíduos que sofre o mesmo tipo de acontecimentos demográficos, no decorrer de uma determinada unidade temporal. Existem dois pressupostos de base, no modelo: i) a existência de um grupo etário e um período de projeção, sendo que este deve corresponder à amplitude do primeiro; ii) a probabilidade que um grupo etário tem, num dado momento, de sobreviver e passar a constituir o grupo etário seguinte, num momento posterior. Aqui está subjacente uma equação de concordância onde a população final é igual à população inicial, a que se adicionam os nascimentos e as imigrações, e se subtraem os óbitos e as emigrações (traduz o efeito do crescimento natural e da variação migratória, na evolução da população, durante um determinado período).

Nesta projeção, espacialmente centrada nas diversas freguesias do concelho, considerou-se a evolução temporal da população, por grupos etários, no período de 2001 - 2011, para se prospetivar a sua evolução para o horizonte temporal de 2011 – 2021, 2011-2025 e 2011-2030. Dadas as características do concelho, localizado num território com alguma dinâmica e capacidade atrativa, mas em perda demográfica, bem como da política de desenvolvimento territorial preconizada no âmbito da Revisão do PDM de Grândola, as projeções demográficas, incluindo o crescimento natural e as taxas migratórias, foram desenvolvidas segundo dois cenários prospetivos (tendencial e voluntarista moderado). Com base nestes dados de

projeção demográfica, construíram-se dois cenários prospetivos de procura educativa por nível de ensino, nomeadamente no que se refere à Rede Pública.

4.2.2. CENARIZAÇÃO DEMOGRÁFICA (2025 E 2030)

Num primeiro momento, foram realizadas projeções demográficas para 2025 e 2031, utilizando o modelo cohort survival. Nesta projeção, espacialmente centrada nas diversas freguesias do concelho, considerou-se a evolução temporal da população, por grupos etários, no período de 2001 - 2011, para se prospetivar a sua evolução para o horizonte temporal de 2011-2025 e para 2011-2031. Dadas as caraterísticas do concelho, o impacte previsível gerado pela crise pandémica, e o timing de realização (com a publicação dos primeiros resultados do Recenseamento Geral da População de 2021), as projeções demográficas, incluindo o crescimento natural e as taxas migratórias, foram, numa fase posterior, desenvolvidas segundo dois cenários prospetivos.

A aplicação do modelo, com o objetivo de prospetivar a população residente no concelho, no ano de 2025 e 2031, a partir da evolução demográfica patenteada durante a década 2000, processou-se a vários níveis: estrutura etária, taxas brutas e específicas de mortalidade e natalidade, e saldo migratório.

O primeiro passo metodológico centrou-se na recolha estatística das variáveis necessárias:

- População residente para todas as freguesias do concelho, por grupo etário, em 2011 e em 2021;
- Nados-vivos por grupos etários das mães (grupos etários decenais férteis: dos 10 aos 59 anos), para todas as freguesias, entre 2011 e 2020;
- Óbitos, por grupo etário, para todos os anos entre 2011 e 2020;
- Óbitos com menos de 1 anos entre 2011 e 2020;
- Taxa de mortalidade infantil média do último quinquénio;
- Taxa de natalidade e mortalidade para as freguesias, o concelho, o Alentejo Litoral e o Continente, em 2011 e 2020;
- Taxa de crescimento migratório para o Continente e o Alentejo Litoral, entre 2010 e 2020.

Com a população residente em 2011, com o saldo fisiológico (crescimento natural) durante o período 2011-2020 e com a população recenseada em 2021, foi encontrado o saldo migratório (à população recenseada em 2021 subtraiu-se o saldo fisiológico) e a respetiva taxa.

Elaboraram-se, depois, as taxas de natalidade específicas ((nados-vivos por grupo etário / população residente por grupo etário)*Taxa de sobrevivência infantil) e as taxas de sobrevivência associadas a cada grupo etário (1-(óbitos por grupo etário/ população residente média do grupo etário na década)). Para se encontrarem as taxas de sobrevivência a aplicar na década de projeção, consideraram-se os nados-vivos registados ao longo da década de 2010. As taxas de natalidade específicas que foram consideradas para o período em projeção foram as registadas em 2020, aplicando-se, depois, a probabilidade de sobrevivência (1- taxa mortalidade infantil). Esta operação permite quantificar o número de nados-vivos que sobrevivem, sendo importante pelo facto de neste período da vida a mortalidade ser relativamente elevada.

As taxas de migração utilizadas foram as obtidas na década anterior, mas aplicadas à população residente em 2021, pois considerou-se que a tendência se iria manter (partiu-se do pressuposto de que na década

seguinte - 2021 / 2031 -, o saldo migratório iria ser semelhante, sendo por isso aplicado este saldo à população de 2021).

Para projetar a população do primeiro escalão (0 - 9 anos), multiplicaram-se os produtos das taxas de natalidade específicas, pela população residente no grupo etário respetivo, em 2021. Os escalões etários seguintes, correspondem ao produto da população residente em 2021, pelas taxas de sobrevivência e de migração, dos grupos etários anteriores. Para o último escalão, a operação tem a mesma lógica, mas entra-se em linha de conta com os grupos etários anterior (60 - 69 anos) e o último (70 e mais anos) que engloba o resto da população, dado que é um grupo etário aberto.

Grupo etário	2021	Cenário Tendencial		Cenário Alternativo (Voluntarista)	
		2025	2031	2025	2031
0-9	1080	1020	960	1118	1201
10-19	1282	1317	1353	1434	1470
20-29	1196	1050	904	958	949
30-39	1598	1396	1193	1265	1253
40-49	2091	2176	2262	2398	2375
50-59	1793	1710	1627	1725	1708
60-69	1862	1857	1852	1963	1945
+70	2920	2934	2948	3125	3096
Total	13822	13460	13099	13985	13997
Var. face a 2021	**-**	**-2,6**	**-5,2**	**0,5**	**0,9**

TABELA 42 – EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA DO CONCELHO, 2025 E 2031 (A - CENÁRIO TENDENCIAL E B – CENÁRIO ALTERNATIVO VOLUNTARISTA)

Fonte: INE (2021) e elaboração própria (2025 e 2031)

Conforme se conclui da análise do quadro anterior, a população tenderá, no cenário tendencial (Cenário A), a manter um cenário de regressão demográfica, contabilizando-se um ligeiro decréscimo, em 2025, em torno dos 2,6% (menos 362 residentes, aproximadamente). Este cenário é possível que se possa concretizar, face à evolução recente das principais variáveis demográficas, e a alguns indicadores do Recenseamento Geral da População de 2021. Não obstante, o Cenário B (voluntarista), num contexto de reforço da capacidade de atração de população migrante e o impacte dos grandes projetos no Alentejo Litoral, na atração e fixação de novos residentes para o concelho deverá refletir uma maior aproximação à realidade demográfica perspetivada para os próximos anos.

Com base neste cenário B, em 2025, a população residente no concelho será 13.985 e, em 2031, de 13.997 habitantes, traduzindo neste último um acréscimo de cerca de 1% face ao valor contabilizado em 2021.

4.2.3. CENARIZAÇÃO DA POPULAÇÃO A ESCOLARIZAR (2025 E 2030)

No caso dos equipamentos educativos, procurou-se proceder à repartição da população estimada para os dois primeiros grupos etários decenais, que são aqueles que agregam a população potencialmente a escolarizar, pela idade, ano a ano, que os compõem. Assim, optou-se por, em primeiro lugar, verificar qual o peso relativo que, em 2001 e 2011, cada ano representava no total do grupo decenal e, em segundo lugar, aplicar a mesma proporção (média ponderada) aos valores estimados para 2025 e 2031, em cada cenário. De tal opção resulta que, por exemplo, todas as crianças que em 2021 possuíam 1 ano, terão

previsivelmente 11 anos em 2031, a manterem-se, como preconiza o modelo, as suas probabilidades de sobrevivência e migração em cada um dos cenários equacionados.

	Cenário Tendencial		Cenário Alternativo (Voluntarista)	
	2025	2031	2025	2031
Pré-escolar	296	278	299	348
1.º ciclo	500	470	508	518
2.º ciclo	306	265	326	335
3.º ciclo	537	509	571	596
Ensino secundário	438	398	477	491

TABELA 43 – EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA DA POPULAÇÃO EM IDADE ESCOLAR, 2025 E 2031 (A - CENÁRIO TENDENCIAL E B – CENÁRIO ALTERNATIVO VOLUNTARISTA)

Fonte: Elaboração própria (2025 e 2031)

Relativamente aos jardins-de-infância, estima-se que a "população-alvo" (crianças com 3 a 5 anos), em 2031, se situe próxima das 278 crianças (no Cenário A) ou das 348 crianças (no Cenário B). No que respeita ao 1º ciclo, estima-se que a "população-alvo" (crianças com idade compreendida entre os 6 e os 9 anos), em 2031, ronde as 470 crianças (no Cenário A) ou as 518 crianças (no Cenário B).

No 2º ciclo, o número de efetivos populacionais apresenta-se mais reduzido (nível de ensino compreende, potencialmente, apenas crianças com 10 e 11 anos). Em 2031, no Cenário A perspetivam-se 265 crianças e, no Cenário B, esse valor ronda as 335 crianças. No que respeita ao 3º ciclo, estima-se que a população-alvo (crianças com idade compreendida entre os 12 e os 14 anos), em 2031, ronde as 509 crianças (no Cenário A) ou as 596 crianças (no Cenário B).

No ensino secundário, o número de efetivos populacionais é mais expressivo (nível de ensino compreende, potencialmente, crianças com 15 e 17 anos, mas face ao acumular das taxas de repetência nos anos anteriores deve incorporar/deve ponderar a inclusão da população com 18 e 19 anos). Em 2031, no Cenário A perspetivam-se 398 crianças e, no Cenário B, esse valor ronda as 491 crianças.

No caso dos equipamentos (educativos), em todos os níveis de ensino, deve ressalvar-se que os valores apresentados representam a estimativa de população residente com idade "normal" para frequentar esse nível, não correspondendo à população efetivamente a "escolarizar".

Esta discrepância potencial afigura-se relevante por exemplo no ensino básico (2º e 3º ciclos) onde as taxas de retenção, podem contribuir para a presença de alunos com idade superior em níveis de ensino mais baixos, ou no ensino secundário onde existem maiores taxas de repetência. Por outro lado, sobretudo neste último nível é importante ter em conta que os valores podem ser mais elevados, refletindo também, em parte, a capacidade de atração relativamente a alunos provenientes de outros concelhos.

Neste quadro, existem diversas dinâmicas e caraterísticas territoriais e setoriais que importa ter presente e que implicaram um exercício de ponderação gerador de reajustamento dos valores, de modo a garantir uma melhor adequação e elevar o grau de confiança relativamente às projeções da população a escolarizar em 2025 e 2031. Dos descritores com maior relevância, aponta-se a representatividade da população em idade escolar residente noutros concelhos limítrofes, mas que frequenta os estabelecimentos localizados no concelho e, por outro lado, a importância que o insucesso escolar possui em alguns níveis de ensino, gerando taxas de repetência importantes e consequentemente provocando a manutenção dos alunos com idades mais "avançadas" face ao expectável para esse nível. Finalmente, importa ainda ter presente a importância que a Rede Privada e Solidária assume no Concelho, nomeadamente detendo um número relevante de crianças no pré-escolar.

Assim, metodologicamente optou-se por: i) num primeiro momento, verificar a representatividade dos alunos residentes em Grândola, por freguesia de localização dos estabelecimentos escolares (com base nos valores médios registados nas escolas localizadas nessas freguesias); ii) num segundo momento, aplicar esses valores às estimativas de população em idade de frequentar os diversos níveis de ensino (neste contexto, os valores foram acrescidos em função da população oriunda de outros concelhos que virá frequentar as escolas de Grândola); iii) num terceiro momento, ponderar o peso que a população que trabalha ou estuda noutro concelho e o seu potencial impacte nos diversos níveis de ensino; iv) considerar as taxas de repetência e abandono, nos estabelecimentos escolares da Rede Pública sediados em cada freguesia, aplicando esses valores à população escolar estimada.

	Cenário Tendencial		Cenário Alternativo (Voluntarista)	
	2025	2031	2025	2031
Pré-escolar	306	293	311	365
1.º ciclo	510	485	520	535
2.º ciclo	316	280	338	352
3.º ciclo	552	529	586	616
Ensino secundário	453	418	492	511

TABELA 44 – EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA DA POPULAÇÃO ESCOLAR, 2025 E 2031 (A - CENÁRIO TENDENCIAL E B – CENÁRIO ALTERNATIVO VOLUNTARISTA)

Fonte: Elaboração própria (2025 e 2031)

Independentemente da incerteza e constrangimentos inerentes à realização de qualquer exercício de estimativas demográficas/escolares (num quadro de múltiplas e complexas variáveis/ fenómenos, de previsibilidade incerta), a aplicação desta metodologia, de passos sequenciais, ajustados às caraterísticas atuais do Sistema Educativo no concelho de Grândola, permite projetar com maior confiança a população que irá integrar as Escolas da Rede Pública (e rede privada e solidária, no caso do pré-escolar), nos próximos anos.

Estabelecendo uma comparação entre a população presente atualmente no Sistema (Rede Pública e privada) em cada um dos níveis de ensino, e os cenários criados para 2025 e 2031, observa-se que existem diferenças a registar, nomeadamente um acréscimo do número de alunos em todos os níveis de ensino. Deve assinalar-se que o acréscimo que potencialmente irá ocorrer no 2.º e 3.º ciclo e no pré-escolar (em termos globais) deverá merecer uma atenção especial e capacidade de adaptação da rede, nos próximos anos.

Ciclos	2020/2021 (Público)	2031		Variação 2020/2021-2031	
		Cenário tendencial	Cenário alternativo voluntarista	Cenário tendencial	Cenário alternativo voluntarista
Pré-escolar*	280	293	365	4,7	30,3
1º Ciclo	509	485	535	-4,7	5,1
2º Ciclo	252	280	352	11,1	39,7
3º Ciclo	519	529	616	1,9	18,7
Secundário**	271	418	511	54,2	88,6
Total	1831	2005	2379	9,5	29,9

TABELA 45 – REDE PÚBLICA (N.º DE ALUNOS; DIFERENCIAL FACE AO ANO LETIVO 2020/2021)

Fonte: Equipa Técnica (2022) * inclui a rede privada/solidária ** inclui a rede profissional

Matriz estratégica de Diagnóstico

Forças	Fraquezas
▪ Importância da vila sede de concelho no sistema urbano e estrutura funcional concelhia; ▪ Tendência decrescente das taxas de retenção e desistência no 1º, 2º e 3º CEB; ▪ Taxa de abandono escolar reduzida é demonstrativo de um resultado positivo das políticas educativas municipais e do sistema de ensino e desenvolvimento social no concelho; ▪ Existência de uma oferta diversificada de atividades complementares de ensino é revelador de uma crescente valorização de outras abordagens para o desenvolvimento das crianças e dos jovens.	▪ Diminuição da população residente do concelho entre 2011 e 2021; ▪ Aumento da população com mais de 65 anos no concelho; ▪ Percentagem significativa de população residente com baixos níveis de instrução (iguais ou inferiores ao ensino básico); ▪ As projeções da população escolar apontam para uma evolução positiva na próxima década. O acréscimo que potencialmente irá ocorrer no 2.º e 3.º ciclo e no pré-escolar deverá ser impactante na rede.
Oportunidades	**Ameaças**
▪ Período de forte investimento na inovação e digitalização com potencial de alavancagem de novas abordagens nas metodologias de ensino, mais dinâmicas e atrativas para os alunos; ▪ Existência de programas de âmbito europeu capazes de dinamizar o ensino e a partilha de experiências com outros países, como o programa Erasmus+; ▪ A Lei da Transferência de Competências para as Autarquias (Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto e Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro) promove o planeamento a uma escala local e intermunicipal e, consequentemente, uma intervenção adaptada a cada contexto territorial e socioeconómico; ▪ Mobilização concertada de várias fontes de financiamento, europeias e nacionais, nomeadamente, o novo período comunitário de apoio (PT2030) e do mecanismo de recuperação e resiliência (PRR), favorável para medidas em linha com a dimensão "Transição Digital" (C20 Escola Digital) mas também em linha com a dimensão "Transição Climática" (C13 Eficiência Energética em Edifícios).	▪ Poli-crises representam fator de risco acrescido para o ensino, com impacte no desenvolvimento de competências sociais das crianças; ▪ Falta de atratividade da profissão de docente coloca em causa a renovação do corpo docente para os próximos anos; ▪ Acentuar das debilidades infraestruturais e do estado de conservação dos equipamentos escolares, na ausência de investimento público relevante; ▪ Falta de recursos humanos não docentes nas escolas é um entrave ao pleno funcionamento dos equipamentos escolares.

(página propositadamente deixada em branco)

5. Estratégia de intervenção

5.1. Princípios orientadores

5.1.1. Equipamentos escolares: instrumentos de qualificação e valorização dos espaços urbanos

Atualmente, o desenvolvimento integrado e sustentável constitui um dos principais objetivos e desafios, seja ao nível nacional, seja, sobretudo, ao nível local. Os equipamentos coletivos desempenham um papel relevante na medida em que contribuem para a qualificação do quadro de vida das populações em domínios considerados estratégicos para a prossecução do desenvolvimento integrado. A educação assume-se como um dos principais domínios estruturadores desse processo de desenvolvimento.

Atuando como plataformas de sustentação das políticas públicas, assumem outra relevância instrumental conferida pelos impactes que têm no território e no quotidiano dos cidadãos. Assim, os equipamentos coletivos constituem a um tempo, instrumentos de qualificação e valorização dos espaços urbanos, e, num segundo tempo, formas de estruturação do sistema urbano, influindo na afirmação de centralidades e no protagonismo funcional dos espaços, contribuindo para um correto ordenamento do território, a diferentes escalas.

Neste contexto, o exercício de programação e planeamento de equipamentos escolares assume uma dupla relevância:

- A um tempo, diagnosticando as necessidades quantitativas e qualitativas, e identificando os investimentos que serão necessários realizar, de forma a suprir as necessidades atuais e futuras, no quadro de uma política de desenvolvimento integrado e sustentável, onde emerge a Educação com um papel aglutinador e central na prossecução de diversas políticas públicas;
- A outro tempo, contribuindo para o planeamento urbanístico e para a concretização de um modelo de desenvolvimento sustentável harmonioso, multidimensional, contemplado noutros instrumentos de ordenamento e gestão territorial, nomeadamente o Plano Diretor Municipal (PDM).

5.1.2. Equipamentos escolares: instrumentos de integração social

No Concelho de Grândola, a programação e planeamento dos equipamentos escolares reveste-se de uma importância elevada, dadas as especificidades que caraterizam este território, resultantes da sua inserção no Alentejo Litoral, na periferia imediata da Área Metropolitana de Lisboa/Península de Setúbal e dos eixos de ligação Lisboa-Algarve, e de assumir cada vez mais como um importante polo turístico. Esta situação, este posicionamento regional, gera um conjunto de problemáticas que colocam importantes desafios à programação e planeamento dos equipamentos escolares. É o caso de fenómenos como:

- A previsível pressão demográfica e ganho potencial de efetivos nas primeiras classes da pirâmide etária. O acréscimo demográfico perspetivado para os próximos anos é impactante na procura escolar pelos estabelecimentos existentes;
- A necessidade de assumir a Escola, enquanto estrutura de apoio e de acolhimento, enquanto elemento identitário e âncora da vivência e proximidade à Comunidade;
- A acentuada procura de respostas para ocupação das crianças fora do horário letivo, fruto da recomposição das estruturas familiares, de uma participação mais ativa das mulheres no mercado de emprego;

- A presença de população migrante com elevados défices de conhecimento da língua portuguesa, de integração social e económica, com potencial impacte nos resultados escolares (níveis de insucesso escolar).

5.1.3. A TERRITORIALIDADE DA REDE ESCOLAR

A partir da concertação dos desafios com que a Carta Educativa de Grândola se depara, foram definidos quatro grandes princípios de sustentação do padrão territorial da Rede:

- A prossecução de uma lógica de equidade, de modo que seja assegurada uma distribuição que possibilite a todas as crianças/alunos a igualdade de oportunidades no acesso à Escola;
- A prossecução de uma lógica de proximidade, uma vez que a distribuição espacial deverá garantir que as escolas (nos primeiros níveis: pré-escolar e 1º ciclo) se localizem próximo das áreas de residência das crianças/alunos, privilegiando um quadro de vida local e evitando extensos movimentos pendulares;
- A preocupação em contribuir para a estruturação do território assente num modelo policêntrico, em que a localização/distribuição dos equipamentos permita reforçar as centralidades locais;
- O cumprimento dos princípios de racionalidade e eficiência, promovendo uma espacialização e afetação de recursos que maximize os resultados a gerar (melhorar o sucesso escolar, promover uma maior integração social, reforçar o protagonismo e atratividade de algumas centralidades).

5.2. MATRIZ ESTRATÉGICA

5.2.1. VISÃO ESTRATÉGICA

Considerando a situação atual da Rede Escolar no Concelho de Grândola, bem como os objetivos definidos para a Carta Educativa, a estratégia de intervenção visa:

- Orientar a ação municipal em termos de planeamento e ordenamento do território e de uma maior integração das políticas públicas, concedendo à Educação um papel central na prossecução do desenvolvimento integrado e sustentável do Concelho de Grândola;
- Orientar a ação municipal, sinalizando as orientações, necessidades e prioridades de investimento, na ótica da qualificação das condições físicas e humanas da oferta existente, melhorando as condições de aprendizagem e contribuindo para a melhoria global do sistema de ensino no concelho;
- Orientar a ação municipal, procurando estabelecer sinergias e desenvolver parcerias colaborativas à escala intermunicipal, que reforcem a atratividade sub-regional, garantam ganhos de eficácia e eficiência multi-escalar e permitam encontrar as melhores respostas para problemas e/ou necessidades transversais ao Alentejo Litoral.

Assim, a Estratégia de Intervenção desenhada pretende contribuir para a materialização de uma ambição para o concelho de Grândola, sintetizada na mensagem:

Um Concelho social e territorialmente coeso, que dispõe de uma rede escolar qualificada, adaptada às necessidades atuais e futuras e que garante uma resposta adequada aos novos desafios do ensino e das aprendizagens.

5.2.2. PRINCÍPIOS E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Conforme consagra o Decreto-Lei 21/2019, de 30 de janeiro, este deve ser o instrumento referencial de planeamento e ordenamento prospetivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no concelho de Grândola, de acordo com as ofertas de educação a satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico e socioeconómico do Concelho.

Trata-se assim de uma visão para a programação da rede de equipamentos educativos, que procura incorporar os princípios do planeamento estratégico ao setor da Educação. Neste quadro, a um tempo, trata-se de um produto, temporalmente concretizado, que procura consubstanciar a política educativa num dado território (o concelho de Grândola). A outro tempo, deve ser encarada como um processo, em permanente avaliação e atualização, no quadro das transformações territoriais e socioeconómicas do território municipal e sub-regional assim como das próprias transformações da política educativa local e nacional (aspeto particularmente pertinente e atual, dado o contexto de reforço das transferências de competências e responsabilidades do Estado para os Municípios). Por conseguinte, pretende articular uma vertente de carácter pedagógico e outra de ordenamento territorial.

Na vertente pedagógica, procura-se favorecer a existência de recursos físicos e pedagógicos de qualidade, diferenciadores e diversificados, através do funcionamento em rede dos estabelecimentos (conceito de escola nuclear – sede - que inclui recursos físicos e humanos especializados). Neste contexto, emerge com significado a necessidade de consolidação e afirmação do Agrupamento de Escolas, pela qualidade do ensino ministrado e pela diferenciação das ofertas disponibilizadas. Relativamente à vertente de ordenamento do território, a Carta deverá procurar responder às tendências de organização do território e à política de desenvolvimento multidimensional em curso, levando em consideração o sistema territorial e urbano existente ou a consolidar, bem como as dinâmicas evolutivas e linhas de intervenção que estruturam a política de emprego, de habitação, cultural, desportiva ou social no Concelho de Grândola.

Nesta perspetiva, as propostas de reconfiguração da rede educativa devem ser efetuadas de um modo relacional, entendendo os estabelecimentos de ensino como organizações que fazem parte de redes de equipamentos coletivos que procuram prestar um serviço de qualidade às populações. Assim, nenhum estabelecimento de educação ou ensino deverá ser considerado isoladamente, mas sim integrado em redes de equipamentos concebidos como organizações integradas e integradoras, tanto no plano interno como no das relações com a comunidade.

Neste contexto, o Sistema de Ensino (rede pública), deverá pautar a sua atuação com base nos seguintes Princípios Estratégicos:

- desenvolvimento harmonioso de uma aprendizagem sequencial programada e acompanhada, que promova o sucesso escolar das crianças/alunos;
- racionalização, rentabilização e melhoria da qualidade dos recursos físicos, através de um sistema de administração e de gestão integrado, adequado às caraterísticas da rede e às necessidades da procura;
- facilitação dos contatos e trocas de experiência entre os diversos agentes educativos, reforçando as respostas/soluções integradas e de parceria, incluindo à escala sub-regional.

A escola-sede de Agrupamento, nuclear nesta perspetiva, deve congregar recursos materiais e imateriais mais qualificados e especializados, procurando ser o centro de dinamização e de apoio, quer quanto a instalações quer quanto à dinamização pedagógica. Neste contexto, a Carta Educativa deve contribuir para criar as condições mais favoráveis ao desenvolvimento deste centro de excelência e de competências educativas, bem como apontar caminhos para melhorar as condições para uma gestão mais eficiente e eficaz dos recursos educativos disponíveis.

A Carta Educativa de Grândola constitui um instrumento fundamental para sustentar a política educativa para o Concelho nos próximos anos, procurando dar uma visão territorializada a essa política (integrada, em estreita articulação com a politica socioeconómica, de emprego, de habitação, cultural e desportiva), favorecendo um ensino de qualidade e pedagogicamente enriquecedor e, ao mesmo tempo, promovendo a qualificação do território, através do fortalecimento dos fatores estratégicos de competitividade do concelho, à escala sub-regional, bem como permitindo uma maior integração da comunidade migrante e das jovens famílias que escolhem o Concelho como local de residência.

Este referencial estratégico estrutura-se numa multiplicidade de Objetivos Estratégicos, que devem sustentar o quadro operacional associado à Carta Educativa:

- Melhorar os níveis de educação e formação escolar, através de um ensino de qualidade e diferenciador, consagrando o ensino secundário como referencial mínimo em termos de qualificação;
- Reforçar as capacidades pedagógicas dos estabelecimentos e a disponibilidade de recursos humanos (não docentes) que integram o Agrupamento, de modo a garantir uma gestão adequada dos espaços e de integração/acompanhamento dos alunos;
- Reforçar a componente profissionalizante da formação de recursos humanos, através da rede de escolas existentes (incluindo á escala sub-regional) e de uma oferta formativa adequada e ajustada ao mercado de trabalho;
- Promover um maior apetrechamento técnico-pedagógico dos diferentes estabelecimentos de ensino, nomeadamente em termos tecnológicos, e fomentar iniciativas e atividades que promovam uma maior abertura à Comunidade;
- Requalificar o parque escolar, de forma a promover uma melhoria das condições de vivência escolar e uma progressão positiva dos resultados escolares;
- Melhorar as condições e qualidade de ensino, reforçando a atratividade e diversificando as soluções de aprendizagem, com especial atenção às comunidades migrantes;
- Criar as condições para garantir o acesso de todos à educação e à formação, como dimensão central de coesão social;
- Desenvolver programas e projetos de combate ao abandono, absentismo, saídas antecipadas e insucesso escolar.

Escola do século XXI: uma escola mais sustentável

As cidades devem desempenhar um papel central na redução das emissões de CO^2 e na luta contra as alterações climáticas. A transição para uma economia de baixo carbono atribui por isso um papel central às áreas urbanas, nomeadamente através da melhoria da eficiência energética dos equipamentos coletivos. As medidas de eficiência energética e a utilização das energias renováveis vinham sendo lentamente adotadas, devido aos custos de investimento e à fraca relevância atribuída às vantagens económicas, ambientais, de saúde e de conforto que podiam resultar de melhores práticas em termos de eficiência energética.

Nos últimos anos, a administração pública tem desenvolvido um número significativo e diversificado de projetos com vista a diminuir a energia consumida na sua esfera de atuação, bem como promovendo normas obrigatórias de aumento da eficiência energética dos edifícios ou atribuindo incentivos à adoção de energias renováveis. Contudo, persiste um défice estrutural muito acentuado nestes domínios. As intervenções executadas associavam-se sobretudo à instalação de sistemas solares térmicos, em piscinas e recintos desportivos, à instalação de reguladores de fluxo como garante da melhoria de eficiência energética na iluminação pública, e à substituição das fontes luminosas nos sistemas de controlo de tráfego e peões (tecnologia LED).

Empenhada num processo de mudança em prol da sustentabilidade ambiental, a Câmara Municipal de Grândola tem investido na redução dos consumos energéticos nos edifícios municipais maiores consumidores. A requalificação e modernização do parque escolar, criando melhores condições para toda a comunidade escolar e melhorando o desempenho energético nas escolas continua a ser uma prioridade.

Os trabalhos realizados nos últimos anos contemplaram várias medidas como a substituição da iluminação existente por soluções LED mais eficientes, a alteração de caixilharias, envidraçados e a substituição de coberturas, a instalação de sistemas solares fotovoltaicos e de sistemas de monitorização do consumo de energia.

A alteração do paradigma energético, possibilitando o surgimento de soluções inovadoras, potenciadoras da eficiência energética, e um maior empenho e esforço na redução do consumo de eletricidade, promovendo melhorias de eficiência energética e incrementando a produção de energias renováveis (aproveitamento do potencial solar em termos da produção de energias renováveis, nomeadamente a micro produção para autoconsumo), será decisiva para melhorar as condições de conforto térmico nas escolas e reduzir o seu consumo energético. Assim, de modo a alterar os padrões de consumo energético na rede de equipamentos escolares, assim como reduzir os custos associados e incrementar o conforto térmico, pretende-se aumentar a eficiência energética e a produção para autoconsumo, contribuindo para a redução de despesa, para o uso eficiente de recursos, e para a redução de emissões e para a alteração comportamental da comunidade escolar. A criação de uma Comunidade de Energia Renovável, à escala local ou sub-regional, enquanto modelo de organização local/sub-regional de autoprodução de energia poderá ser ponderada.

Escola do século XXI: uma escola mais tecnológica

O século XXI veio redefinir conceitos e reequacionar quais as condições para promover a qualidade da educação, do ensino e da aprendizagem. Os ambientes educacionais estão cada vez mais focados nas Tecnologias da Informação, seja porque ampliam o sentido de educação/aprendizagem, seja porque existe um novo quadro de exigência no processo de aprendizagem dos alunos (potenciado pelo contexto pandémico), seja pela influência no desempenho dos alunos e da gestão do ambiente educativo.

As escolas estão a ser transformadas, dando espaço a novos mecanismos e formas de funcionamento e de relacionamento, conferindo primazia a ferramentas tecnológicas no processo de aprendizagem. Os processos de receção e adaptação às novas tecnologias, e a sua utilização enquanto ferramentas para dinamizar e potencializar a função ensino/aprendizagem é cada vez mais uma realidade.

Considerando-se um recurso auxiliar na prática pedagógica do professor, a inserção das tecnologias em sala de aula (computadores portáteis, quadros interativos, manuais virtuais, …) deve ser acompanhada por uma metodologia adequada às necessidades dos alunos, utilizando-se de maneira adequada e ajustada ao processo ensino – aprendizagem. As possibilidades metodológicas que as tecnologias trazem para trabalhar os conteúdos a lecionar, através de atividades criativas, mais apelativas e interessantes para os alunos, estão a transformar a aprendizagem escolar. Mas não basta que a escola se aproprie dos recursos tecnológicos, dinamizando o processo de aprendizagem. É fundamental criar todas as condições de suporte a montante, nomeadamente em termos de redes (elétricas, de cobertura e velocidade de internet, …).

Cada vez mais a tecnologia está presente nas escolas de Grândola e no processo de aprendizagem do aluno, seja pela disponibilização e uso de equipamentos tecnológicos seja pelo desenvolvimento de projetos envolvendo educação e tecnologia. A prioridade, para além do reforço da aposta no hardware e software (recursos das TIC) passará por garantir as condições de operação dos meios virtuais/tecnológicos disponíveis.

Escola do século XXI: uma escola mais funcional

Atualmente, existe uma cultura audiovisual eletrónica que se tem generalizado, que proporciona aos jovens informações, valores, saberes e outros modos de ler e perceber o conhecimento. Contudo, progressivamente tem vindo a gerar uma diminuição acentuada do tempo dedicado à brincadeira, à prática desportiva, da própria apetência para sair da sala de aula e utilizar espaços formais ou informais de recreio.

Os períodos de recreio têm de ter equipamentos que não sejam padronizados ou aborrecidos, têm de ser desafiantes. O analfabetismo motor, o comprometimento do desenvolvimento físico e cognitivo deve evitar-se, pelo que a disponibilização de equipamentos lúdico-desportivos na maior parte dos estabelecimentos escolares é fundamental para a formação de crianças saudáveis e funcionais.

6. Programa de Ação

6.1. Estruturação do Plano de Intervenção

As conclusões e análises anteriores à rede escolar, permitiram evidenciar, em termos gerais, a adequação do parque escolar instalado, face à procura existente e face às perspetivas de evolução da procura escolar. Contudo, na vila sede de concelho, atualmente, começam a notar-se alguns constrangimentos ao nível da capacidade de resposta, que se poderão acentuar como resultado do processo de desenvolvimento económico em curso (fortes investimentos no turismo e na aeronáutica). Por outro lado, demonstrou-se da existência de escolas que, pelo seu estado de conservação, não dispõem/oferecem as condições adequadas para garantir os padrões de qualidade que devem regrar a Escola Pública. Finalmente, a crescente aposta na prossecução de projetos e métodos de aprendizagem diferenciadores e inovadores, que o Município tem desenvolvido, em estreita articulação com o Agrupamento de Escolas, impõem novas condições aos equipamentos.

Estes são os principais desafios do processo de Revisão da Carta Educativa, mas surge também como uma oportunidade para reforçar a função e vocação educativa dos equipamentos escolares, conferindo-lhe outras valências e respostas complementares que potenciem a sua centralidade enquanto polos educativo-culturais estruturantes do concelho e, sobretudo, das comunidades onde se inserem. Nesta perspetiva, cada vez mais deverão procurar-se soluções que gerem ambientes escolares abertos, promotores do sucesso escolar e da inclusão social (integração de migrantes) e que permitam robustecer os fatores diferenciadores da oferta pública, tornando-a mais atrativa e competitiva, seja à escala local, seja sub-regional.

Uma atuação pensada e concertada, com ambição e impacte, deve ultrapassar as fronteiras "da Educação" e integrar-se numa visão mais ampla de desenvolvimento harmonioso e sustentado do concelho. Num contexto de aprofundamento da descentralização/transferência de competências e responsabilidades do Estado para o Município (processo em curso, desde 2008), importa que este referencial suporte e enquadre o processo e permita informar a tomada de decisão e de priorização no próximo período de programação de apoios comunitários, que confiram suporte financeiro às principais intervenções estruturantes a realizar.

Neste contexto, as propostas de reordenamento da Rede, sustentam-se em 4 Eixos de Intervenção e num conjunto amplo de objetivos operacionais, que estruturam as intervenções a executar:

- Eixo I - Requalificar/ampliar o parque escolar instalado;
- Eixo II - Melhorar as condições e qualidade de ensino;
- Eixo III - Melhorar as condições de gestão dos recursos humanos;
- Eixo IV - Reforçar a ligação à Comunidade, fomentando soluções de abertura das escolas ao exterior.

6.2. Eixo I – Requalificar/ampliar o parque escolar instalado

Este eixo estratégico pretende dar continuidade, por um lado, à consolidação do conceito de centro/ núcleo escolar, promovendo/ consolidando a capacidade de oferta integrada, por outro lado, dando resposta e procurando resolver alguns problemas existentes na rede, nomeadamente resultantes das deficitárias condições infraestruturais de alguns estabelecimentos e da incapacidade de resposta do parque instalado aos métodos e projetos de aprendizagem em curso no Concelho, inovadores e diferenciadores. Acresce a necessidade de antecipar potenciais disfunções e desadequação da rede face às perspetivas de desenvolvimento em curso, com impacte na procura escolar nos próximos anos.

As intervenções a desenvolver neste eixo estratégico contemplam quarto linhas de atuação fundamentais:

- Medida 1.1. Criação de novas salas/espaços letivos e de apoio: pré-escolar e 1º ciclo;
- Medida 1.2. Programa de modernização e manutenção do parque escolar;
- Medida 1.3. Programa de reforço de equipamentos de apoio desportivo e lúdico – recreio;
- Medida 1.4. Programa de melhoria da eficiência energética no parque escolar.

Medida 1.1. Criação de novas salas/espaços letivos e de apoio: pré-escolar e 1º ciclo

A educação pré-escolar, assumida enquanto primeira etapa do processo educativo e progressivamente reconhecida como uma fase importante para garantir o gosto pelo ensino e pelo futuro sucesso escolar, é uma prioridade nacional e municipal. Essa prioridade confere uma importância acrescida ao investimento dos poderes públicos na qualificação da rede. Atualmente a rede pública de educação pré-escolar no concelho de Grândola, apresenta uma densificação da oferta significativa, mas que pode e deve ser qualificada. Acresce a pressão que se já verifica sobre os estabelecimentos presentes na vila sede de concelho e que tendencialmente será reforçada, num contexto de desenvolvimento económico.

Por outro lado, nos últimos anos, em função da participação mais ativa das mulheres no mercado de emprego, da recomposição das estruturas familiares (filhos a cargo de um único elemento parental), de uma maior pressão do mercado de trabalho (horários mais extensos, menor flexibilidade das entidades empregadoras, …), as famílias confrontam-se com maiores dificuldades no apoio e na ocupação das crianças fora do período letivo. Neste contexto, tem vindo a acentuar-se a procura dos pais por respostas, em condições de qualidade, que permitam prolongar a estadia das crianças nos espaços escolares. Em parte, a presença da rede privada e da rede solidária na procura pela educação pré-escolar, resulta dessa capacidade de oferecer condições adequadas/ajustadas às necessidades em causa.

Anualmente, deverá ser efetuada uma leitura global da rede e da procura existente, por alguns estabelecimentos (no âmbito do exercício de monitorização e avaliação regular da Carta), de modo a ponderar da possibilidade/sustentabilidade de ampliação e/ou adaptação de alguns estabelecimentos. Não obstante, podem ser sinalizadas intervenções a realizar no curto prazo, na rede de educação pré-escolar, assumidas como estruturantes e prioritárias no contexto de ampliação e qualificação da rede, nomeadamente a "Construção do Centro Escolar de Grândola n.º 2", contemplando 2 salas para JI e 4 salas para 1.º ciclo. A esta opção junta-se a necessidade de transferir o 1.º ciclo da Escola Básica da Aldeia do Futuro, para este novo centro, ficando o estabelecimento exclusivamente afeto à educação pré-escolar (duas salas). Neste quadro, deverá proceder-se à adaptação da atual EB apenas para a resposta de Jardim-de-Infância. No caso da Escola Básica de Água Derramada, tendo em vista uma resposta eficaz da rede aos investimentos previstos para os próximos anos, deverá equacionar-se a ampliação do estabelecimento (com mais uma sala JI e duas salas de 1.º ciclo).

DESIGNAÇÃO DA AÇÃO / PROJETO	
Centro Escolar de Grândola n.º 2	
ELEMENTOS GERAIS DO PROJETO	
Níveis de Ensino:	Ensino Pré-escolar e 1.º Ciclo de Ensino Básico
Localização:	Grândola
Promotores:	Câmara Municipal de Grândola
Tipologia:	Criação de um novo estabelecimento (2 salas JI e 4 salas 1.º Ciclo)
JUSTIFICAÇÃO / OBJETIVOS DO PROJETO	
O principal objetivo do projeto consiste em evitar no curto prazo uma disfunção/desadequação da rede, face à incapacidade da rede atual responder ao acréscimo de população a escolarizar, que se perspetiva para os próximos anos, na vila sede de concelho. Por outro lado, deverá ocorrer a transferência do 1.º ciclo da Escola Básica de Aldeia do Futuro, para este novo centro, ficando o estabelecimento exclusivamente afeto à educação pré-escolar (duas salas). Assim, pretende-se com a presente ação criar um outro centro escolar em Grândola, com 2 salas de pré-escolar e 4 salas de 1.º ciclo e, deste modo, responder à pressão demográfica/procura escolar e melhorar as condições de ensino e aprendizagem para a comunidade educativa, ao nível do ensino pré-escolar e do 1.º ciclo, na vila e na Aldeia do Futuro. Neste quadro, procura-se melhorar a capacidade de resposta do parque escolar instalado em Grândola e a qualidade do serviço educativo prestado à comunidade educativa, através da ampliação e modernização do parque escolar, gerando as melhores condições para o processo de aprendizagem e para a qualidade do ensino ministrado.	
DESCRIÇÃO / COMPONENTES DO PROJETO	
A ação contempla a construção de um novo equipamento (2 salas de pré-escolar e 4 salas de 1.º ciclo), de raiz, em Grândola, cuja características construtivas e de inserção na malha urbana o tornem atrativo e diferenciador à escola local. A construção deverá garantir elevados níveis de conforto ambiental do estabelecimento, dando particular ênfase às questões de eficiência térmica/ energética dos edifícios e à microprodução para autoconsumo. A dimensão das salas para a componente letiva e das salas especificas para as atividades extracurriculares (AAAF e AEC) deverá ser adequada para garantir excelentes espaços de ensino e trabalho. Também as melhores condições ao nível da rede elétrica, dos sistemas e redes tecnológicas e de cobertura da rede de internet devem ser asseguradas. Nos espaços exteriores envolventes promover-se-á criação de espaços ajardinados e de espaços para a prática desportiva e lúdico-recreativos.	

PROGRAMAÇÃO TEMPORAL					
2023	2024	2025	2026	2027	2028-2032
		X	X	X	

NÍVEL DE PRIORIDADE	CUSTO APROXIMADO (X 1.000 €)
Elevado	5.000

TABELA 46 – FICHA DE AÇÃO: CRIAÇÃO DE CENTRO ESCOLAR DE GRÂNDOLA

Fonte: Equipa Técnica (2022)

Medida 1.2. Programa municipal de modernização e manutenção do parque escolar

Deve prever-se um conjunto de intervenções, essenciais à obtenção de uma rede de equipamentos educativos eficaz e de qualidade. Trata-se de intervenções que procuram, fundamentalmente, intervir na rede de estabelecimentos de ensino existentes, designadamente no que se refere à sua requalificação e modernização. As intervenções a realizar centram-se em diversos domínios de intervenção, tais como a

melhoria das coberturas, a pintura de edifícios, a requalificação dos espaços interiores, exteriores e de lazer, entre outras. Neste quadro, o Município deverá criar um "programa de modernização e manutenção do parque escolar" que permita, em função da capacidade financeira existente e da premência dos constrangimentos a resolver, garantir uma resposta adequada, atempada e eficaz.

DESIGNAÇÃO DA AÇÃO / PROJETO					
Requalificação da Escola Básica D. Jorge Lencastre					
ELEMENTOS GERAIS DO PROJETO					
Níveis de Ensino:	2.º Ciclo de Ensino Básico e 3.º Ciclo de Ensino Básico				
Localização:	UF de Grândola e Santa Margarida da Serra				
Promotores:	Ministério da Educação				
Tipologia:	Requalificação e modernização				
JUSTIFICAÇÃO / OBJETIVOS DO PROJETO					
Pretende-se com a presente ação valorizar o estabelecimento existente, de modo que possa dispor de boas condições de conforto e de aprendizagem para as crianças do 2º e 3º Ciclo do Ensino Básico e a melhoria da qualidade do serviço educativo prestado à comunidade educativa. As intervenções de qualificação e modernização serão impactantes para o processo de aprendizagem e para a qualidade do ensino ministrado.					
DESCRIÇÃO / COMPONENTES DO PROJETO					
A ação contempla intervenções fundamentais, designadamente nos balneários e sanitários, na rede elétrica, bem como no refeitório. A melhoria das infraestruturas e intervenções de reabilitação carecem de uma resposta de curto prazo. Deverão ser efetuadas intervenções associadas ao reforço da capacidade das redes (elétrica, internet, …) e de ampliação/densificação do número de tomadas por sala, para carregamento de bateria dos computadores.					
PROGRAMAÇÃO TEMPORAL					
2023	2024	2025	2026	2027	2028-2032
		X	X	X	
NÍVEL DE PRIORIDADE			CUSTO APROXIMADO (X 1.000 €)		
Elevado			11.745		

TABELA 47 – FICHA DE AÇÃO: REQUALIFICAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA D. JORGE LENCASTRE

Fonte: Equipa Técnica (2022)

DESIGNAÇÃO DA AÇÃO / PROJETO					
Requalificação da Escola Secundária António Inácio da Cruz					
ELEMENTOS GERAIS DO PROJETO					
Níveis de Ensino:	3.º Ciclo de Ensino Básico e Secundário				
Localização:	UF de Grândola e Santa Margarida da Serra				
Promotores:	Ministério da Educação				
Tipologia:	Requalificação e modernização				
JUSTIFICAÇÃO / OBJETIVOS DO PROJETO					
Pretende-se com a presente ação valorizar o estabelecimento existente, de modo que possa dispor de boas condições de conforto e de aprendizagem para as crianças e jovens do 3º Ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário a melhoria da qualidade do serviço educativo prestado à comunidade educativa. As intervenções de qualificação e modernização serão impactantes para o processo de aprendizagem e para a qualidade do ensino ministrado.					
DESCRIÇÃO / COMPONENTES DO PROJETO					
A ação contempla intervenções fundamentais, designadamente na cobertura, estrutura e revestimentos de pavimento. Atualmente, a qualidade do equipamento é bastante impactante das aprendizagens desenvolvidas e no sucesso educativo; Deverão ser efetuadas intervenções associadas ao reforço da capacidade das redes (elétrica, internet, …) e de ampliação/densificação do número de tomadas por sala, para carregamento de bateria dos computadores.					
PROGRAMAÇÃO TEMPORAL					
2023	2024	2025	2026	2027	2028-2032
		X	X	X	
NÍVEL DE PRIORIDADE			CUSTO APROXIMADO (X 1.000 €)		
Elevado			13.732		

TABELA 48 – FICHA DE AÇÃO: REQUALIFICAÇÃO DA ESCOLA SECUNDÁRIA ANTÓNIO INÁCIO DA CRUZ

Fonte: Equipa Técnica (2022)

DESIGNAÇÃO DA AÇÃO / PROJETO	
Programa Municipal de modernização e manutenção do parque escolar	
ELEMENTOS GERAIS DO PROJETO	
Níveis de Ensino:	Todos os níveis de ensino
Localização:	Diversos estabelecimentos escolares
Promotores:	Câmara Municipal de Grândola
Tipologia:	Requalificação e modernização
JUSTIFICAÇÃO / OBJETIVOS DO PROJETO	
Pretende-se com a presente ação valorizar os estabelecimentos existentes, de modo que possam dispor de boas condições de conforto e de aprendizagem para as crianças do pré-escolar ao ensino secundário e a melhoria da qualidade do serviço educativo prestado à comunidade educativa, através de diversas intervenções de qualificação e modernização do parque escolar, nomeadamente nos estabelecimentos onde existem constrangimentos, impactantes para o processo de aprendizagem e para a qualidade do ensino ministrado.	
DESCRIÇÃO / COMPONENTES DO PROJETO	
A ação contempla intervenções fundamentais nos edifícios, designadamente no que se refere à melhoria das infraestruturas e intervenções de reabilitação do edificado. Como exemplos paradigmáticos e que carecem de uma resposta de curto prazo, apontam-se: ▸ Requalificação da Escola Básica da Aldeia Nova de São Lourenço, nomeadamente em termos de cobertura, estrutura e revestimentos de pavimento. Atualmente, a qualidade do equipamento condiciona, em parte, as aprendizagens desenvolvidas e no sucesso educativo; ▸ Requalificação da Escola Básica de Melides, nomeadamente em termos de cobertura, paredes e revestimentos de pavimento, ascensores e sanitários. Atualmente, a qualidade do equipamento condiciona, em parte, as aprendizagens desenvolvidas e no sucesso educativo; ▸ Requalificação da Escola Básica de Carvalhal; ▸ Requalificação da Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Grândola, ao nível da eficiência energética e das estruturas de apoio (bar, refeitório). Em todos os estabelecimentos deverão ser efetuadas intervenções associadas ao reforço da capacidade das redes (elétrica, internet, …) e de ampliação/densificação do número de tomadas por sala, para carregamento de bateria dos computadores.	

PROGRAMAÇÃO TEMPORAL					
2023	2024	2025	2026	2027	2028-2032
		X	X	X	

NÍVEL DE PRIORIDADE	CUSTO APROXIMADO (X 1.000 €)
Elevado	8.000

TABELA 49 – FICHA DE AÇÃO: PROGRAMA MUNICIPAL DE MODERNIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DO PARQUE ESCOLAR

Fonte: Equipa Técnica (2022)

A oferta de ensino profissional existente no concelho assume-se como um importante fator de atração de alunos. Cada vez mais, uma parte significativa dos alunos que concluem o 9º ano em escolas de Grândola e muitos alunos dos concelhos vizinhos, optam por ingressar no ensino profissional. A Escola Profissional, localizada entre a Escola Básica D. Jorge Lencastre e a escola Secundária, é uma referência no Alentejo para as áreas agrícolas e turísticas. Para além dos cursos terem uma elevada procura (taxa de atratividade elevada para jovens de fora do concelho), observa-se uma grande dinâmica e ligação ao tecido empresarial (elevada taxa de empregabilidade).

Para além da importância de continuar a desenvolver um modelo de articulação entre a escola a o tecido empresarial, quer para responder às necessidades do mercado, quer às expetativas e anseios dos jovens, é fundamental reforçar as condições e a qualificação do estabelecimento.

A requalificação da Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Grândola é, neste quadro, de uma importância acrescida. As intervenções ao nível da eficiência energética e das estruturas de apoio (bar, refeitório), devem ser priorizadas.

Medida 1.3. Programa municipal de reforço de equipamentos de apoio desportivo e lúdico – recreio

A necessidade de requalificação dos espaços exteriores em algumas escolas, com poucas condições para a prática de atividades lúdicas e desportivas e metodologias de maior sucesso, deve ser priorizada. Por outro lado, é fundamental melhorar os níveis de educação e formação escolar, através de um ensino de qualidade e diferenciador, assumindo os espaços escolares enquanto verdadeiras centralidades e polos educativo-culturais, onde as atividades lúdicas e desportivas contribuem para a melhoria das condições de vivência escolar e para a diversificação das soluções de aprendizagem e de acesso ao desporto. A criação de um "Programa municipal de reforço de equipamentos de apoio desportivo e lúdico – recreio" é determinante.

DESIGNAÇÃO DA AÇÃO / PROJETO	
Programa municipal de reforço de equipamentos de apoio desportivo e lúdico – recreio	
ELEMENTOS GERAIS DO PROJETO	
Níveis de Ensino:	Todos os níveis de ensino
Localização:	Diversos estabelecimentos escolares
Promotores:	Câmara Municipal de Grândola
Tipologia:	Reforço de equipamentos de apoio desportivo e lúdico
JUSTIFICAÇÃO / OBJETIVOS DO PROJETO	
Pretende-se com a presente ação valorizar os estabelecimentos existentes, de modo que possa dispor de boas condições de aprendizagem e de estada do perímetro escolar, sobretudo reforçando a condições de vivência escolar e diversificando as soluções de aprendizagem e de acesso ao desporto. Os períodos fora do contexto de sala de aula, sobretudo lúdicos, recreativos e desportivos devem ser valorizados, garantindo as melhores condições às crianças/aos alunos para usufruírem dos mesmos Deste modo, procura-se melhorar a qualidade do serviço educativo prestado à comunidade educativa, reforçando os meios e equipamentos disponíveis no perímetro escolar.	
DESCRIÇÃO / COMPONENTES DO PROJETO	
A ação contempla diversas componentes de intervenção fundamentais no perímetro escolar, designadamente no que se refere à modernização/requalificação de recreios, parques infantis e campos de jogos, devendo igualmente contemplar a cobertura arbórea dos espaços exteriores. Como exemplos paradigmáticos e que carecem de uma resposta de curto prazo, apontam-se na: ► Requalificação/modernização dos balneários e sanitários, na Escola Secundária e na Escola Básica D. Jorge Lencastre; ► Requalificação/modernização das infraestruturas desportivas na Escola Secundária (Pavilhão e campo de jogos); ► Instalação de parque infantil e/ou sombreamento dos brinquedos exteriores, em diversas escolas.	

PROGRAMAÇÃO TEMPORAL					
2023	2024	2025	2026	2027	2028-2032
	X	X			

NÍVEL DE PRIORIDADE	CUSTO APROXIMADO (X 1.000 €)
Médio	800

TABELA 50 – FICHA DE AÇÃO: PROGRAMA MUNICIPAL DE REFORÇO DE EQUIPAMENTOS DE APOIO DESPORTIVO E LÚDICO – RECREIO

Fonte: Equipa Técnica (2022)

Medida 1.4. Programa de melhoria da eficiência energética no parque escolar

Dos principais problemas e desafios do parque escolar existente no 2.º e 3.º ciclo e no ensino secundário emerge a insuficiente qualidade em termos de conforto térmico, gerada, em parte, pelas próprias limitações construtivas desse parque escolar. Neste contexto, para os estabelecimentos onde se preveem requalificações, deverão igualmente ser contempladas soluções adequadas, privilegiando o próprio processo construtivo (adequado em termos técnicos e ambientais), prevendo, entre outras medidas, paredes e vidros duplos, isolamento térmico de paredes e da cobertura, orientação solar, ventilação e a caixilharia ecotérmica.

A melhoria do conforto térmico aliada a uma maior eficiência energética, contribuirá para a redução da fatura energética e para uma maior qualidade da prática educativa. Neste quadro, as intervenções a desenvolver deverão conjugar dois tipos de ações: i) reabilitação térmica dos edifícios (substituição da caixilharia e dos vidros, requalificação da cobertura e respetivos isolamentos e instalação de sistemas de painéis solares); ii) instalação de sistemas de climatização (aquecimento central e sistemas de ar condicionado eficientes).

Por outro lado, é importante fomentar a produção de energias renováveis (aproveitamento do potencial solar em termos da produção de energias renováveis). A criação de uma Comunidade de Energia Renovável, à escala local ou sub-regional, enquanto modelo de organização local/sub-regional de autoprodução de energia poderá ser ponderada.

Esta dimensão deve merecer sobretudo atenção no âmbito dos estabelecimentos do 2º e 3º ciclo e do ensino secundário, nomeadamente onde as condições de conforto térmico são mais débeis e onde a eficiência energética é menor (com impacte significativo na fatura energética). Sublinhe-se que no inquérito realizado, se apontou para uma evolução neutra (estabilização do consumo energético). Ao contrário dos investimentos recentes efetuados na melhoria da eficiência energética nas escolas de 1.º ciclo e nos JI, no caso dos 2 estabelecimentos do 2.º e 3.º ciclo e de ensino secundário, não foram adotadas quaisquer medidas especificas de aumento da eficiência nos últimos anos o que concorre para uma faturação elevada em termos de consumo energético.

Neste quadro, deverão priorizar-se intervenções centradas na colocação de caixilharia com corte térmico e vidro duplo nas salas dos estabelecimentos escolares, a realizar com a brevidade possível e em função da capacidade de investimento do Município (no processo de transferência de competências para o Município, deverão ser acautelados os montantes financeiros necessários para a concretização destas intervenções).

DESIGNAÇÃO DA AÇÃO / PROJETO	
Programa de melhoria da eficiência energética do parque escolar	
ELEMENTOS GERAIS DO PROJETO	
Níveis de Ensino:	Todos os níveis de ensino
Localização:	Diversos estabelecimentos escolares
Promotores:	Câmara Municipal de Grândola
Tipologia:	Eficiência Energética
JUSTIFICAÇÃO / OBJETIVOS DO PROJETO	
Pretende-se com a presente ação valorizar os estabelecimentos existentes (e a criar), de modo que possa dispor de boas condições de conforto e de aprendizagem para os alunos. As intervenções a desenvolver procuram proceder à correção de problemas existentes ao nível da construção e à melhoria das condições de habitabilidade e de conforto ambiental do estabelecimento, dando particular ênfase às questões de eficiência térmica/ energética dos edifícios, de modo a melhorar a qualidade do serviço educativo prestado à comunidade educativa.	
DESCRIÇÃO / COMPONENTES DO PROJETO	
A ação contempla diversas componentes de intervenção fundamentais, na dimensão da eficiência energética. Primeiramente, pretende-se desenvolver um conjunto de intervenções nos edifícios, apontando-se para que na maioria dos casos, as janelas necessitarão de uma nova caixilharia ecotérmica, com vidros duplos, devendo as paredes exteriores beneficiar de intervenções de isolamento exteriores com sistemas "ETICS". Como exemplos paradigmáticos e que carecem de uma resposta de curto prazo, apontam-se intervenções centradas na colocação de caixilharia com corte térmico e vidro duplo nas salas, nomeadamente na: ▸ Escola Básica D. Jorge Lencastre; ▸ Escola Secundária António Inácio da Cruz.	

PROGRAMAÇÃO TEMPORAL					
2023	2024	2025	2026	2027	2028-2032
	X	X	X	X	X

NÍVEL DE PRIORIDADE	CUSTO APROXIMADO (X 1.000 €)
Médio	400

TABELA 51 – FICHA DE AÇÃO: PROGRAMA DE MELHORIA DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA DO PARQUE ESCOLAR

Fonte: Equipa Técnica (2022)

6.3. EIXO II - MELHORAR AS CONDIÇÕES E QUALIDADE DE ENSINO

Medida II.1. Reforço da atratividade e diversificação das soluções de aprendizagem

O diagnóstico revelou constrangimentos, nomeadamente a conservação deficiente de algum edificado nos 2 estabelecimentos do 2.º e 3.º ciclo e ensino secundário, condicionadora da sua atratividade e limitadora do desenvolvimento de outras atividades complementares.

Acresce que, não obstante não sejam preocupantes os níveis de insucesso escolar, a importância da Escola enquanto elemento identitário e de integração das comunidades residentes/migrantes é cada vez

mais determinante. Assim, deverão ser qualificadas e reforçadas as condições do ensino e aprendizagens ministradas, afirmando a escola como espaço de vivência, mais apelativa e reconhecida por alunos e encarregados de educação.

Neste quadro, o reforço da atratividade e diversificação das soluções de aprendizagem, passa pela criação/ponderação de soluções inovadoras para aproveitamento e adaptação de alguns estabelecimentos concorrendo para o desenvolvimento de múltiplas atividades e para a consolidação dos clubes (e sua progressiva ampliação). Sublinhe-se que atualmente, os estabelecimentos do 2º e 3º ciclo e do ensino secundário, já disponibilizam diversos serviços, relevando alguma diversidade, possibilitando assim abranger os múltiplos interesses e motivações dos alunos. Não obstante, é importante que os estabelecimentos possam disponibilizar espaços específicos, com boas condições e bem apetrechados, que permitam o desenvolvimento por exemplo, de clubes de teatro e de expressão dramática, clubes de artes, clubes de ciência e de física, clubes de línguas e de escrita criativa, entre outros.

A atualização e modernização dos laboratórios, a criação de salas de informática, a criação de centros de ciências experimentais, contemplando laboratórios /espaços para a ciência, espaços e respetiva equipamentação afetos às tecnologias (Laboratórios para Tecnologias) são dimensões centrais no processo de melhoria das condições e diferenciação das aprendizagens que devem merecer uma atenção especial.

Esta estratégia materializa-se em diversas linhas orientadoras de atuação/intervenção a privilegiar:

- Repensar o espaço escolar, potenciando a sua função e vocação multidimensional (reforçar as respostas/soluções/atividades complementares de aprendizagem e fomentar as ciências experimentais e as novas tecnologias);
- Fomentar a integração e inclusão de populações migrantes;

Assim, os estabelecimentos do 2º e 3º ciclo e do ensino secundário (Escola Básica D. Jorge Lencastre e Escola Secundária António Inácio da Cruz), deverão assumir-se como verdadeiros polos/centralidades educativo-culturais, acarinhando e desenvolvendo projetos, atividades e iniciativas complementares das aprendizagens, que concorram para a prossecução destas linhas orientadoras de atuação.

Medida II.2. Reforço das condições e qualidade da educação inclusiva, diferenciadora e mais bem-adaptada às necessidades específicas das unidades estruturadas de apoio

As unidades de ensino estruturado e apoio a alunos com necessidades educativas especiais, com elevada qualidade e que disponibilizem as melhores condições às crianças, promovendo a sua integração e aprendizagem especializada, concorre para a obtenção de melhores resultados e reforça o sentimento de segurança dos pais/família relativamente à igualdade de oportunidades dos seus educandos.

A necessidade de apoio e acompanhamento especializado (muitas vezes individualizado), implica o reforço das condições físicas e humanas disponibilizadas nos equipamentos escolares. Neste quadro alguns equipamentos escolares, apesar de possuírem salas de ensino diferenciado, devem melhorar as condições de resposta às necessidades de grupos específicos (dotar as salas de outros equipamentos e mobiliário, para apender a fazer). Assim, desde logo, deverão ser melhoradas as condições disponibilizadas pelos estabelecimentos, que possuem intervenção precoce na infância (centro escolar de Melides) e onde estão instaladas as unidades de apoio especializado (a Escola Básica D. Jorge Lencastre dispõe de uma unidade de educação de alunos cegos e com baixa visão, unidade de ensino estruturado para a educação de alunos com perturbações do espectro do autismo e de uma unidade de apoio especializado para a educação de alunos com multideficiência e surdocegueira congénita para o 2ºCEB e 3ºCEB).

Acresce, no caso da Escola Básica D. Jorge Lencastre, a necessidade de se encontrar uma solução (elevador) que garanta a possibilidade de frequência da biblioteca (instalada no 1.º andar) pelos alunos com mobilidade condicionada.

Finalmente, num contexto de progressivo aumento do número de alunos com necessidades educativas espaciais à escala municipal e regional, importa desenvolver uma aposta consistente na ampliação/qualificação da capacidade de resposta. Neste quadro, deverá ponderar- se a criação de uma unidade de apoio à multideficiência de abrangência regional.

Medida II.3. Apetrechamento com mobiliário e material didático, de qualidade e diferenciador

O mobiliário e material didático utilizado pelos alunos deve ser adequado à sua função e dimensionado de acordo com o grupo etário respetivo. Na Escola Básica D. Jorge Lencastre há, sobretudo, que dotar o centro de recursos e as salas específicas de melhores e mais diversificados equipamentos. Na Escola Secundária as ações devem incidir na componente laboratorial, facilitando o ensino experimental das ciências e das tecnologias (Laboratórios de Física, Química, Biologia, Geologia e Informática).

Nos estabelecimentos de educação pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico a prioridade deverá ser para a manutenção do reapetrechamento de mobiliário (realizado regularmente pela autarquia nos últimos anos) e para o reapetrechamento de material didático (privilegiando a criação de centros de recursos, incluindo salas de informática).

Também a criação de salas de aula do futuro deve ser equacionada em alguns estabelecimentos. Estes espaços educativos deverão estar equipados com material tecnológico de última geração, incluindo painéis tácteis de grandes dimensões que funcionam como o "cérebro" da sala, podendo ficheiros, fotografias, e vídeos utilizar o mais moderno e atual software educativo. As metodologias a desenvolver deverão contribuir para que alunos sejam o ator principal/o protagonista do processo de ensino e aprendizagem, criando estratégias de aprendizagem mais amigas da tecnologia e aproximando as salas e as aulas do que é o gosto, expectativa e quotidiano dos jovens do século XXI.

Por outro lado, a dotação dos estabelecimentos de ensino de material informático atualizado (computadores, projetores, quadros interativos, …), bem como garantir a cobertura e o acesso livre à rede WiFi, deverão ser dimensões a priorizar, permitindo desenvolver metodologias de ensino de maior qualidade e diferenciadoras. Ou seja, não basta que a escola se aproprie dos recursos tecnológicos. É fundamental criar todas as condições de suporte a montante, nomeadamente em termos de redes (elétricas, incluindo múltiplas tomadas em todas as salas, de cobertura e velocidade de internet, …).

Medida II.4. Qualificar a oferta profissional e as condições de ensino

A oferta de ensino profissional existente no concelho assume-se como um importante fator de atração de alunos. Cada vez mais, uma parte significativa dos alunos que concluem o 9º ano nas escolas de Grândola e muitos alunos dos concelhos vizinhos, optam por ingressar no ensino profissional.

Para além da importância de desenvolver um modelo de articulação entre as várias entidades/escolas regionais, garantindo a complementaridade e diversidade de ofertas, quer para responder às necessidades do mercado, quer às expetativas e anseios dos jovens, é fundamental continuar a reforçar as condições e a qualificação da Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Grândola (por exemplo, ao nível da eficiência energética e das estruturas de apoio - bar, refeitório).

A criação pelo Estado de condições de maior estabilidade ao financiamento da rede de escolas profissionais, por exemplo através do recurso a programas plurianuais de financiamento (associado ao

mérito dos seus projetos educativos) e o estabelecimento de dinâmicas de cooperação das escolas com os parceiros sociais e os conselhos empresariais locais/regionais será determinante.

Será também importante realizar anualmente um "*open day*" do ensino profissional. Este dia será dedicado à discussão das oportunidades que o ensino profissional proporciona, à apresentação da oferta formativa existente, à apresentação de empresas, ao testemunho de antigos alunos, entre outras iniciativas.

6.4. Eixo III - Melhorar as condições de gestão dos recursos humanos

Medida III.1 Criação de residências de docentes

A criação de duas residências de docentes no Alentejo Litoral com o objetivo de criar condições para apoiar os profissionais que precisam de alojamento durante o tempo de serviço na região, poderá contribuir para diluir a dificuldade de contratação em algumas áreas disciplinares.

Por outro lado, dada a contratação de professores por via de horários incompletos o que, em junção com as dificuldades de mobilidade e de alojamento, acarreta problemas ao nível da elevada rotatividade entre docentes e prejudica a continuidade dos projetos escolares, poderá ser obviado com a criação de residências de docentes e consequente redução dos custos com alojamento, que impede muitos professores de aceitar os horários.

Assim, deverá ser ponderada a construção de duas residências de docentes no território do Alentejo Litoral. Em processo de concertação entre os diversos Municípios, deverá ser equacionada a viabilidade e oportunidade de criação destas duas estruturas e a seleção da sua localização, de modo a otimizar distâncias e aproveitar equipamentos/edifícios potencialmente disponíveis para esse fim.

6.5. Eixo IV - Reforçar a ligação à Comunidade, fomentando soluções de abertura das escolas ao exterior

Medida IV.1 Projetos e iniciativas que concorram para uma maior valorização da escola na Comunidade

A cedência de salas/espaços à comunidade exterior é uma prática que deve ser incentivada. Concomitantemente, assumindo que as escolas representam o elemento identitário e integrador das vivências locais, deverão fomentar-se iniciativas e atividades que promovam uma maior abertura à Comunidade. A promoção de projetos, atividades e iniciativas de trabalho cooperativo, colaborativo e participativo, contribuirão para uma maior valorização da escola e reforçarão o sentimento de pertença pela comunidade.

Destaque para a necessidade de criar alguns espaços, nomeadamente na Escola Secundária (modernização/qualificação da sala polivalente) e na Escola Básica D. Jorge Lencastre (criação de sala polivalente/auditório), melhor adaptados, com boas condições de conforto, que estimule a vinda da comunidade às escolas. Estes espaços são fundamentais para disponibilizar novas valências, acolher iniciativas com maior dimensão (espaços dignos e atrativos, por exemplo para desenvolver atividades culturais).

6.6. QUADRO-SÍNTESE DE FINANCIAMENTO

Eixo	Medida	Estimativa de investimento (X 1.000 €)
Eixo I – Requalificar/ampliar o parque escolar instalado	Medida 1.1. Criação de novas salas/espaços letivos e de apoio: pré-escolar e 1.º ciclo	5.000
	Medida 1.2. Programa de modernização e manutenção do parque escolar	33.477
	Medida 1.3. Programa de reforço de equipamentos de apoio desportivo e lúdico – recreio	800
	Medida 1.4. Programa de melhoria da eficiência energética no parque escolar	400
Eixo II - Melhorar as condições e qualidade de ensino	Medida II.1. Reforço da atratividade e diversificação das soluções de aprendizagem	100
	Medida II.2. Reforço das condições e qualidade da educação inclusiva, diferenciadora e mais bem-adaptada às necessidades específicas das unidades de apoio	100
	Medida II.3. Apetrechamento com mobiliário e material didático, de qualidade e diferenciador	100
	Medida II.4. Qualificar a oferta profissional e as condições de ensino	100
Eixo III - Melhorar as condições de gestão dos recursos humanos	Medida III.1. Criação de residência de docentes	300
Eixo IV - Reforçar a ligação à Comunidade, fomentando soluções de abertura das escolas ao exterior	Medida IV.1 Projetos e iniciativas que concorram para uma maior valorização da escola na Comunidade	100
Total de investimento (estimativa)		**40.477**

TABELA 52 – SÍNTESE DE FINANCIAMENTO DO PROGRAMA DE AÇÃO

Fonte: Equipa Técnica (2022)

Conforme referenciado anteriormente, num contexto de aprofundamento da descentralização/transferência de competências e responsabilidades do Estado para o Município de Grândola e da programação dos apoios comunitários para o próximo período de apoio (Programas Operacionais do Portugal 2030), importa que este referencial informe as negociações, de modo a garantir a exequibilidade financeira das principais intervenções estruturantes a realizar.

(página propositadamente deixada em branco)

7. Modelo de monitorização, avaliação e disseminação

7.1. UM CONTEXTO DE PARTIDA

Para além da sua dimensão de planeamento e ordenamento, a Carta Educativa do Município de Grândola (Revisão) é um instrumento de orientação estratégica com um horizonte temporal determinado (2032/2033, 10 anos letivos). Neste quadro temporal, alargado, não poderá ser assumido como um documento "fechado", devendo ser apreciado por todos os atores e agentes educativos como um instrumento flexível, cuja complexidade e multidimensionalidade de variáveis e pressupostos em presença, poderão levar a reajustamentos no futuro para uma resposta eficaz, adequada e atempada a novos enquadramentos: reorientações do sistema educativo, novo contexto de responsabilidades e competências municipais, disponibilidade financeira, dinâmicas demográficas, económicas, sociais, entre outras.

Esta perspetiva e abordagem têm assumido uma relevância e protagonismo crescente nos últimos anos, face às mutações aceleradas observadas na Sociedades mais avançadas, sobretudo resultado da emergência de contextos demográficos recessivos e da necessidade de readaptar/reaproveitar espaços para novas funções e usos. Como refere Guy Odie (Conselheiro do Programa sobre as construções escolares da OCDE): "Ainda que seja importante implantar os equipamentos num bom lugar, a experiência mostra que esse lugar não será bom para sempre (...). A localização de um edifício escolar nunca está definitivamente correta; ela depende de um processo permanente de reimplantação ou de transformação que responde à evolução da coletividade".

Neste quadro, a implementação da Carta Educativa do Município de Grândola (Revisão) deve contemplar um adequado processo de monitorização e avaliação, de forma a estabelecerem-se as necessárias inflexões e reorientações, de acordo com as novas dinâmicas do território e novas orientações do sistema educativo. Este processo de monitorização e avaliação deve ser efetuado com a mobilização dos diversos agentes envolvidos no próprio sistema educativo local, com ênfase para o Conselho Municipal de Educação. O papel ativo e empreendedor, sobretudo do Diretor do Agrupamento e da autarquia é fundamental para garantir eficácia ao processo e para que os resultados sejam consequentes na tomada de decisões informadas.

Este exercício será tanto mais útil e relevante para uma resposta adequada e atempada às necessidades da Rede e para se procederem a reajustamentos na Carta Educativa, quanto melhores os instrumentos criados para o desenvolvimento do processo. Assim, simultaneamente, importa criar um sistema adequado de monitorização e avaliação que inclua uma bateria de indicadores que permita efetuar a validação das opções tomadas, bateria essa que deve incluir uma vertente macro (indicadores de contextualização) e uma vertente micro (indicadores de acompanhamento, nomeadamente sustentados na relação entre a oferta e a procura).

O principal objetivo passa por dotar o Conselho Municipal de Educação de um quadro de indicadores de monitorização e avaliação que permita efetuar um acompanhamento regular da execução da Carta Educativa. Assim, mais do que identificar uma lista exaustiva de indicadores, importa criar um sistema de monitorização composto por um conjunto pertinente de indicadores e por um quadro claro e exequível de rotinas de recolha, tratamento e organização da informação. Neste contexto foram adotados, sobretudo, indicadores cuja recolha sistemática de informação é exequível de realizar pelo Município e Agrupamentos de Escolas. Por outro lado, a organização temporal das rotinas de recolha de informação prevê uma periodicidade realista, ajustada às dinâmicas desta política pública, às carências de recursos e de meios técnicos possíveis de afetar a estas tarefas.

Conforme refere Édio Martins (DAPP- ME): "O processo de monitorização/ avaliação da Carta Educativa permitirá uma permanente e continuada aferição da clarividência e eficácia das propostas formuladas, para

que seja possível a deteção precoce de eventuais desajustamentos e que atempadamente se configurem as soluções mais adequadas. A monitorização é, assim, a continuidade natural da Carta Educativa, a sustentação ao longo de anos subsequentes dos conteúdos da mesma; é um dos seus aspetos essenciais".

7.2. ÂMBITO

A par do reforço e sofisticação das políticas públicas, tem vindo a registar-se um crescimento da importância dos processos de monitorização das mesmas, nomeadamente no acompanhamento dos planos, programas e das ações que as corporizam. A União Europeia (UE) tem dado um forte contributo para este processo, nomeadamente por via da Política de Coesão, a qual permitiu a consolidação de conceitos e de metodologias de monitorização e a generalização das práticas de avaliação suportadas em sistemas de indicadores.

A estruturação dos sistemas de monitorização suporta-se, em geral, em três questões de partida:

- O que monitorizar?
- Como monitorizar?
- Para quem monitorizar?

Paralelamente, a crescente necessidade de aumentar a eficácia e a eficiência da intervenção pública, exigiu o desenvolvimento de sistemas de monitorização que permitam sistematizar a informação relativa à execução das políticas públicas, com a finalidade de conhecer os resultados alcançados, apoiar os processos de tomada decisão e de planeamento estratégico e suportar a prestação de contas, a mobilização dos parceiros e a sensibilização das sociedades.

Neste quadro, são reconhecidas importantes vantagens na adoção de sistemas de monitorização, nomeadamente:

- Verificar se a ação pública responde às necessidades e ao quadro de prioridades;
- Melhorar a eficácia e a eficiência das intervenções públicas;
- Aumentar a transparência na utilização dos recursos públicos;
- Fomentar a ação dos diversos parceiros.

A construção dos sistemas relaciona-se com alguns critérios-chave, aos quais se articulam diferentes tipos de indicadores:

- Relevância – critério que verifica a adequabilidade dos objetivos do instrumento em relação aos problemas e necessidades do domínio em análise;
- Eficácia – critério que reporta em que medida os objetivos definidos estão a ser atingidos;
- Eficiência – critério que procura verificar a importância dos resultados /efeitos conseguidos em relação aos recursos mobilizados;
- Utilidade – critério que julga os efeitos obtidos em relação às necessidades e problemas de partida (como os efeitos alteram a realidade contextual);
- Sustentabilidade – critério que proporciona uma reflexão sobre a "durabilidade" da utilidade.

As funções de monitorização previstas neste instrumento (Carta Educativa) visam assegurar o seu regular acompanhamento, nomeadamente em cinco dimensões chave:

- Conhecer o grau de concretização e a pertinência/atualidade das propostas;
- Apreciar o desempenho da Carta, identificando as dimensões em que este revele um sucesso/insucesso;
- Avaliar a conformidade entre os objetivos estratégicos da política pública municipal e os resultados/efeitos obtidos com a implementação da Carta;
- Avaliar a adequação das propostas da Carta face a novas dinâmicas territoriais e orientações setoriais;
- Garantir, anualmente, um forte alinhamento e adequação da rede à procura existente.

Assim, o processo de Monitorização e Avaliação deverá dispor de um sistema de indicadores que avalia e monitoriza a eficácia da Carta Educativa (Revisão), através da verificação regular das ações planeadas e da apreciação das dinâmicas territoriais e setoriais em curso, que possam suscitar reajustamentos e reorientações.

Os diversos indicadores produzidos/a produzir, sustentados em múltiplas fontes de informação, são vetores fundamentais neste processo e garantem uma abrangência e alcance superior ao próprio instrumento (Carta), contribuindo para informar, com maior rigor e profundidade, o desempenho da política pública no âmbito da Educação e da sua ligação/articulação com outras dimensões centrais da política pública.

7.3. MODELO DE MONITORIZAÇÃO

A monitorização caracteriza-se por uma observação sistemática da ação, de forma a acompanhar as mudanças verificadas ao longo de um dado período, permitindo oferecer um quadro atualizado sobre o grau de cumprimento dos objetivos que justificam determinada intervenção. A função monitorização assume assim uma importância fundamental para alcançar uma maior eficácia na execução das políticas públicas, ou seja, uma melhor adequação destas à sua finalidade.

O exercício da monitorização pressupõe não apenas a recolha regular de dados, mas também o seu tratamento e análise, com vista à incorporação dessa informação no processo de planeamento e apoiar/informar o decisor. Assim, um programa de monitorização devidamente estruturado providencia um ciclo contínuo de avaliação de resultados.

Os modelos concetuais que suportam os programas de monitorização (a título de exemplo apontem-se os desenvolvidos por Batista e Silva et al, 2009; US Forest Service, 2010) têm por base, fundamentalmente, o objetivo de acompanhar a implementação dos Instrumentos/Planos/Programas/da política pública e avaliar os efeitos associados à sua concretização recorrendo a duas tipologias de indicadores:

- Indicadores de resultado/contextualização – cujo objetivo passa por apreciar o grau de concretização dos objetivos definidos e do contributo para as metas. Trata-se de indicadores de contexto que se revelem coerentes com os objetivos da política pública;
- Indicadores de realização – têm como principal objetivo avaliar o grau de concretização do Instrumento/Plano/Programa. A sua função é de acompanhar a execução ao nível estratégico e operacional (indicadores criados a partir da análise do Instrumento/Plano/Programa estando associados a cada uma das ações previstas). São indicadores particularmente relevantes para a(s) entidade(s) responsável pela implementação, procurando assinalar o grau de concretização das ações plasmadas no Instrumento/Plano/Programa.

Dado que o Programa de Monitorização deve ser um instrumento eficaz de monitorização da Carta Educativa e dos seus efeitos, os indicadores selecionados cumprem três critérios essenciais:

- Avaliação – permitem efetuar uma apreciação contínua da Carta, do que vai ocorrendo/sendo executado (avaliação sistemática de resultados face aos objetivos) e do grau de concretização das metas preconizadas;
- Relevância – permitem efetuar uma clara associação com as principais questões estratégicas (objetivos estratégicos da Carta Educativa) e concorrem para uma maior facilidade de comunicação da informação;
- Exequibilidade – permitem proceder à recolha de informação de forma simplificada, pouco onerosa e facilmente operacionalizável, em termos de obtenção, processamento e análise. A função primordial deverá ser de simplificar, de quantificar e de comunicar.

A coerência e integração do processo de monitorização é fundamental para garantir a sua eficácia. Neste quadro, releva com significado a adoção de uma arquitetura "verticalizada", que assume como ponto de partida os Eixos estruturantes da Carta Educativa e cujos indicadores de monitorização (de realização), provêm e/ou têm por base de suporte diversas fontes de informação. Por outro lado, é fundamental que este sistema esteja integrado (seja compatível ou aí esteja alojado) numa plataforma municipal mais abrangente, que permita a partilha de informação e o acesso e cruzamento com variáveis-chave para uma melhor compreensão das causas/dinâmicas em curso noutras dimensões de política municipal, impactantes para o desempenho da Carta Educativa.

A gestão da monitorização da Carta Educativa de Grândola deve ser da responsabilidade de uma estrutura organizativa que tenha uma visão simultaneamente global sobre o sistema educativo e todo o território regional e, em particular, tendo em consideração a realidade local específica. A mobilização do Conselho Municipal de Educação será fundamental neste processo.

O Município de Grândola, entidade "líder" no processo de monitorização da Carta Educativa, deverá por um lado, articular todos os seus serviços/departamentos, de modo a "alimentar" de forma regular a plataforma com informação relevante, por outro lado, deverá estabelecer parcerias com outras entidades intervenientes, nomeadamente com os elementos do Conselho Municipal de Educação, com vista a angariar informação necessária à construção dos indicadores, segundo a periodicidade estabelecida.

7.4. METODOLOGIA DE RECOLHA, TRATAMENTO E DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO

A implementação da Carta Educativa de Grândola (Revisão) deverá estar suportada num encadeado regular de procedimentos que permitam:

- Assegurar a recolha da informação de base à construção dos indicadores;
- Proceder ao tratamento da informação com destaque para a construção de outros indicadores complementares (sobretudo de resultado);
- Assegurar a produção de outputs, ou seja, de produção de conteúdos para formatos de divulgação.

Estes procedimentos, sendo fundamentais para o sucesso do processo de monitorização, deverão envolver diversos intervenientes, sob a coordenação da Divisão de Educação e Qualificação (DEQ), enquanto entidade responsável principal pelo acompanhamento e monitorização da Carta Educativa.

Para o sucesso do processo de recolha de informação, afigura-se determinante assinalar responsabilidades, momentos-chave e tarefas a desenvolver.

Relativamente aos indicadores de realização e resultado, a estrutura do sistema monitorização deverá ser definida, por um lado, com base na capacidade de compilação de informação de base que permita, posteriormente, calcular indicadores diretamente associados à execução da Carta Educativa. Por outro lado, em função de outras bases de dados internas do Município é fundamental garantir mecanismos de articulação (construção de indicadores de resultado/contextualização).

No caso dos indicadores de realização, atendendo à informação de base estar maioritariamente ligada à execução da Carta Educativa de Grândola, serão carregados diretamente pela DEQ, em articulação com as entidades que integram o Conselho Municipal de Educação (deverá ser criada uma ficha-modelo a disponibilizar pela DEQ e a preencher e disponibilizar pelo Diretor de Agrupamento, …). As fichas-modelo deverão estar dotadas com os conteúdos de informação de base ao Sistema de Monitorização, mas também de informação complementar que permita evidenciar lições de experiência, boas praticas e constrangimentos que possam servir de orientação para futuras intervenções similares, bem como de informação que possa ser vertida facilmente nas diversas ferramentas de comunicação a produzir.

Posteriormente, será criada uma base de dados que apresentará uma leitura de síntese global de todas as realizações (garantido o envio atempado da informação pelas entidades) e resultado (definidos e calculados pela DEQ).

Na recolha dos indicadores de realização, importa num primeiro momento que a DEQ defina uma ficha-modelo a disponibilizar aos parceiros, apontando orientações metodológicas e uma primeira aproximação aos indicadores de realização a disponibilizar. A informação deverá ser disponibilizada anualmente. No caso das ações a desenvolver pela DEQ, deverá criar-se uma bateria alargada de indicadores específicos de projeto, uniforme para intervenções similares, que permita uma rápida e fácil compilação pelos serviços.

A recolha da informação de base aos indicadores de resultado deverá ser feita anualmente. Este processo deverá ser efetuado a partir dos seguintes procedimentos:

- A recolha a partir de informação própria – alguns dos indicadores estão suportados em informação sistematizada pela DEQ e que resulta da execução de intervenções da sua responsabilidade ou de entidades parceiras (Ministério da Educação/DGEstE, …);
- A recolha a partir de outras fontes de informação, nomeadamente na informação integrada nas bases de dados municipais ou sistematizada em publicações do INE – alguns indicadores estão suportados em informação a compilar e disponibilizar por outros serviços/departamento ou por fontes oficiais que produzem/sistematizam informação relevante.

Assim, o processo compreende três fases essenciais: Recolha/ Tratamento/Organização da Informação, Instrumentos de Ação e Avaliação dos Resultados.

1. Recolha/ Tratamento/Organização da Informação

O conteúdo dos instrumentos de monitorização da Carta Educativa de Grândola deve, naturalmente, estar ajustados à metodologia e conteúdo da Carta Educativa. Por conseguinte devem contemplar os seguintes domínios: i) Envolvente Territorial (transformações demográficas e socioeconómicas); ii) Oferta e Procura de Ensino; iii) Propostas de intervenção.

Relativamente aos indicadores de contextualização, apontam-se alguns exemplos como base de partida, para a criação de uma bateria alargada de indicadores:

Indicadores de contexto	Periodicidade	Entidade responsável pela recolha
– População residente no Concelho, nas freguesias e à subsecção estatística – Taxa de crescimento natural e da taxa de crescimento efetivo – Taxa bruta de natalidade – Saldo natural e saldo migratório – População imigrante	Anual	DEQ (parceria/protocolo com o INE)
– Número de desempregados inscritos no centro de emprego	Semestral	DEQ (parceria/protocolo com o IEFP)
– Alunos matriculados no ensino pré-escolar, por escola e agrupamento – Alunos matriculados no ensino básico (por ciclo), por escola e agrupamento – Alunos matriculados no ensino secundário, por escola e agrupamento – Alunos residentes em Grândola inscritos, por escola e agrupamento – Alunos com necessidades educativas especiais, por escola e agrupamento – Salas de atividade ocupadas (com turma) – Taxa de retenção e desistência, por escola e agrupamento – Recursos humanos, por categoria, escola e agrupamento	Anual	DEQ / Agrupamento de Escolas

TABELA 53 – INDICADORES DE CONTEXTO (PLANO DE MONITORIZAÇÃO)

Fonte: Equipa Técnica (2022)

O processo de recolha dos indicadores de realização (propostas de intervenção) encontra-se sistematizado no quadro seguinte (exemplificação).

Eixo	Indicador de realização	Meta	Periodicidade	Entidade responsável pela recolha
Eixo I - Requalificar/ampliar o parque escolar instalado	N. de salas criadas (JI e 1.º ciclo)	**6**	Anual	DEQ
	N.º de escolas alvo de intervenções de modernização e manutenção (2º, 3º ciclo e secundário)	**2**	Anual	DEQ
	N.º de equipamentos de apoio desportivo e lúdicos modernizados/requalificados (2º, 3º ciclo e secundário)	**3**	Anual	DEQ
	N.º de escolas alvo de intervenções de melhoria da eficiência energética (2º, 3º ciclo e secundário)	**2**	Anual	DEQ
Eixo II - Melhorar as condições e qualidade de ensino	N.º de escolas alvo de intervenções (espaços de educação especial)	**2**	Anual	DEQ
Eixo III - Melhorar as condições de gestão dos recursos humanos	N.º de intervenções executadas	**1**	Anual	DEQ
Eixo IV - Reforçar a ligação à Comunidade, fomentando soluções de abertura das escolas ao exterior	N.º de intervenções executadas (salas polivalentes/salas de alunos)	**2**	Anual	DEQ

TABELA 54 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO (PLANO DE MONITORIZAÇÃO)

Fonte: Equipa Técnica (2022)

Com base nas parcerias a estabelecer entre o Município/ DEQ e as restantes entidades intervenientes, deverá criar-se um mecanismo expedito de envio-receção anual da ficha-síntese de apoio ao cálculo dos indicadores que compõem o Sistema de Monitorização.

O mecanismo a criar/procedimentos a adotar, deverão ter na génese a possibilidade de aceder e depositar informação (ficha), numa base de dados central, simplificada, a criar pela DEQ com esse objetivo. Deverá ainda prever-se que os processos de atualização da base de dados central sejam dinâmicos e automáticos.

Com base na informação constante na ficha, a DEQ deverá, num primeiro momento, sistematizar e analisar, de modo agregado, os diversos indicadores de realização produzidos e disponibilizados pelas restantes entidades. Num segundo momento, com base em informação complementar, igualmente disponibilizada nas fichas, deverá definir e calcular uma bateria de indicadores de resultado. Concomitantemente, a DEQ deverá compilar e sistematizar a informação associada às intervenções em que se assume como entidade-executora (semestralmente), gerando indicadores coerentes e suscetíveis de integração com os produzidos/disponibilizados pelas restantes entidades.

2. Instrumentos de Ação

Os indicadores de resultado e de realização constantes da base de dado deverão ser assim utilizados sob diversas formas para produzir informação analítica acessível a todos.

Anualmente, a DEQ, dispondo de toda a informação em causa, procederá ao seu tratamento e análise, produzindo conteúdos específicos. Com base na informação recolhida e organizada procede-se à elaboração de pequenos planos de ação (anuais) que permitam definir objetivos e recursos a utilizar anualmente, que vão de encontro às linhas de orientação da Carta Educativa ou que, em alguns casos, impliquem a sua reformulação. Este documento de base, será o suporte principal para a disponibilização de informação através de outras ferramentas (website, …).

3. Avaliação dos Resultados e disseminação da informação

No final de cada ano letivo (ou, eventualmente, de dois em dois anos letivos) deverão ser produzidos pequenos relatórios de avaliação da própria Carta Educativa (Revisão) e dos Instrumentos de ação, que poderão levar à mobilização de novos recursos (físicos, humanos ou institucionais) e a ajustamentos estratégicos considerados pertinentes.

A divulgação da informação sistematizada assume grande importância, com vista a criar uma cultura de avaliação, relativamente à Educação no Concelho. Esta informação deverá ser disponibilizada periodicamente a todas as entidades e atores responsáveis pela concretização da política pública nesta dimensão.

Os relatórios de monitorização e avaliação, irão informar a produção de Boletins de Monitorização Anual, que serão o instrumento principal de suporte aos conteúdos a disponibilizar nas diversas ferramentas de disseminação. Em termos de outros outputs, deverão ser equacionadas diversas formas de partilha da informação (ferramentas de comunicação): boletins, flyers, website, newsletters online.

Ferramenta de Comunicação	Tipo de Informação	Forma de Apresentação	Regularidade
Boletim de Monitorização	– Informação de natureza analítica onde se sistematiza a informação oferecida pela base de dados e se analisa a evolução verificada na execução da Carta Educativa e na política pública; – Documento essencialmente gráfico e sustentado nos indicadores de realização, que permita oferecer uma perspetiva sintética sobre as dinâmicas ocorridas e sobre o desempenho da Carta Educativa.	Em papel. A disponibilizar nas instalações do Município/ DEQ e em eventos/iniciativas específicas associadas à Educação	Anual
Brochuras e Flyers	– Apresentação das principais conclusões, com especial relevo para os indicadores de resultado, com recurso a infografia apropriada e gráficos dinâmicos da evolução da Carta Educativa; – Disponibilização de indicadores, que estarão suportados no tratamento da informação e em conteúdos dinâmicos.		Anual
Website CMG	– Síntese analítica da evolução das principais realizações e resultados, verificadas na Carta Educativa e na política pública; – Disponibilização de infografia apropriada e gráficos dinâmicos da evolução da Carta Educativa.	Online. A disponibilizar nas ferramentas online existentes/a criar (separador a alojar no website/conteúdos específicos da newsletter)	Semestral
Newsletters online	– Informação de natureza analítica onde se sistematiza a informação oferecida pela base de dados e se analisa a evolução verificada na Carta Educativa e na política pública; – Conteúdos essencialmente gráficos, que permitam oferecer uma perspetiva sintética sobre as dinâmicas ocorridas e sobre o desempenho da Carta Educativa.		Semestral

TABELA 55 – FERRAMENTAS DE COMUNICAÇÃO: FORMAS E REGULARIDADE DE APRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO-CHAVE

Fonte: Equipa Técnica (2022)

8. PRINCIPAIS REFERÊNCIAS BILBIOGRAFICAS E ELETRÓNICAS

Quadro Legislativo:

- Constituição da República Portuguesa
- Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro
- Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro
- Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE)
- Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar
- Lei n.º 159/99, de 14 de setembro
- Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro
- Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto
- Portaria n.º 18/2024, de 25 de janeiro

Documentação europeia e nacional:

- Acordo de Parceria Portugal 2020
- Carta Educativa de Grândola, Junho de 2005
- Carta das Cidades Educadoras
- Conselho Europeu, de março de 2001
- Departamento de Avaliação Prospetiva e Planeamento – Ministério da Educação
- Estratégia Europa 2020
- Estratégia Portugal 2030
- Europa 2020: Recomendações específicas para Portugal
- Europa 2020: Indicadores macroeconómicos
- EUROSTAT
- Guião para a elaboração das Cartas Educativas, DGEEC, DGEstE; IGeFE, maio de 2021
- Iniciativas Emblemáticas da Estratégia Europa 2020
- Modelos de Monitorização, Batista e Silva et al, 2009; US Forest Service, 2010
- Plano de Ação "Objetivos de Desenvolvimento Sustentável"
- Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), 2008 e 2018
- Programa Nacional de Reformas (PNR)
- Programa Operacional Regional do Alentejo2014-2020
- Plano de Recuperação Económica de Portugal 2020-2030
- Programa do XXII Governo Constitucional 2019-2023
- Programa do XXIII Governo Constitucional 2022-2026
- Programa Aproximar Educação, 2015

− Rede das Cidades de Aprendizagem da UNESCO

− Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras

− Reflexões desenvolvidas pelo Conselho Nacional de Educação, 2016

− PDM de Grândola

− Resolução das Nações Unidas "Transformar o nosso mundo: Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável", 2015

− A utilização das Nova TIC em contexto de sala de aula; José Ribeiro da Silva, 2016

− A comunicação no processo de ensino aprendizagem. Patrícia Carvalho, 2014

Informação quantitativa (fontes):

− Carta Social do MTSSS: indicadores da rede privada e solidária de pré-escolar

− CM de Grândola

− INE: indicadores demográficos, sociais e educativos

− Inquérito a todos os estabelecimentos educativos da rede pública

− OCDE: indicadores para a edução e formação

Referenciais eletrónicos:

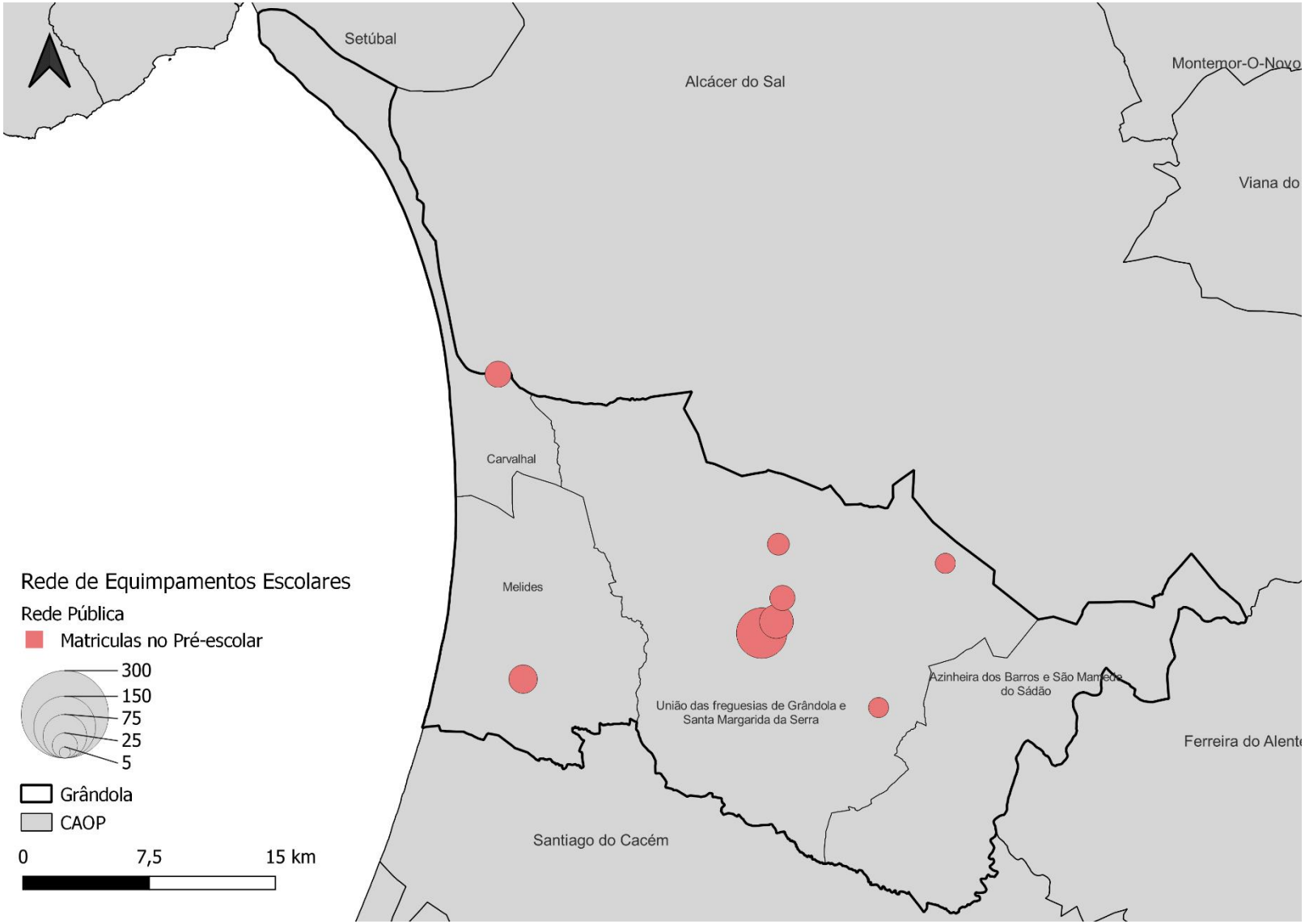
− https://ec.europa.eu/eurostat/databrowser/view/sdg_04_10/default/table?lang=en

− https://epdrgrandola.pt/wp/

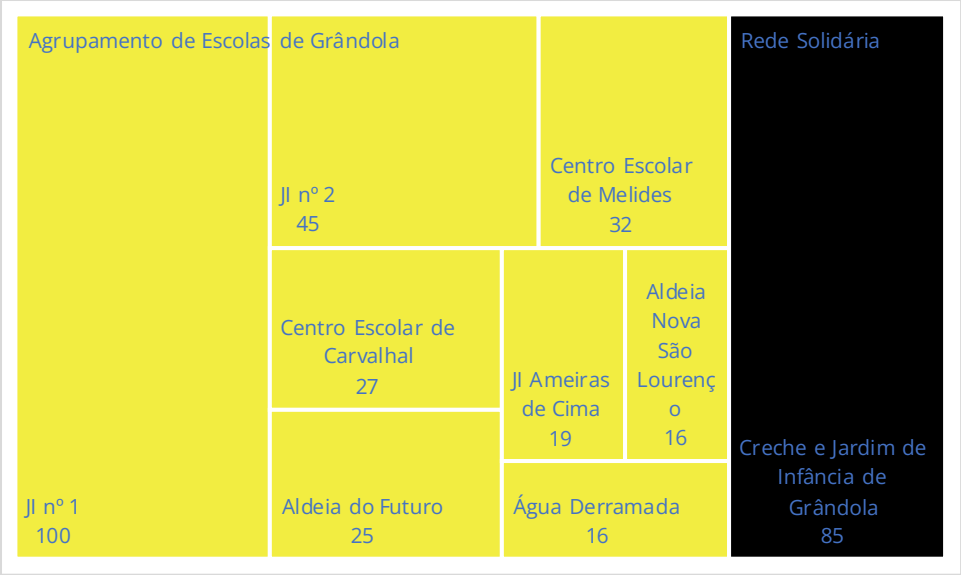
− https://www.cm-grandola.pt/

Anexos

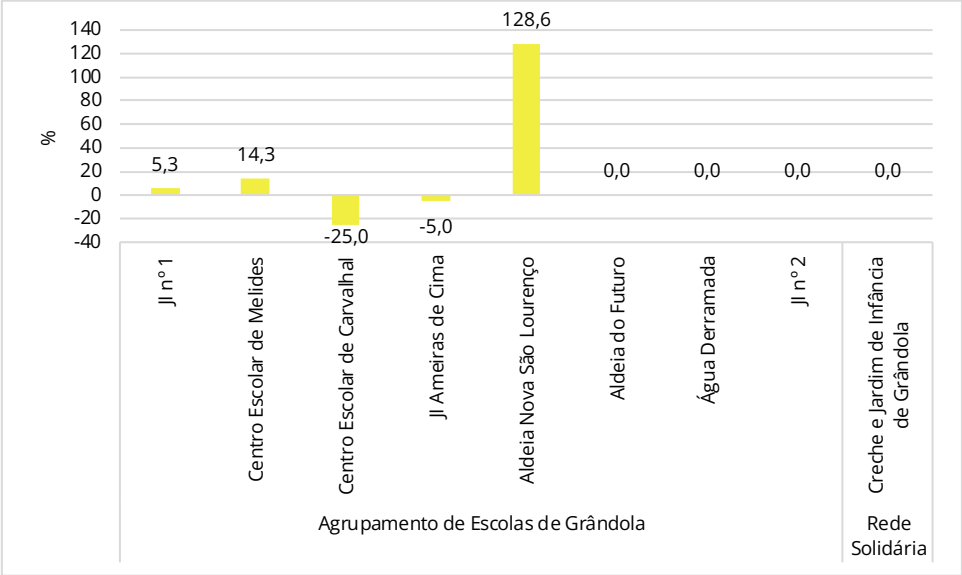
PRÉ-ESCOLAR


Setúbal
Alcácer do Sal
Montemor-O-Novo
Viana do
Carvalhal
Melides
União das freguesias de Grândola e Santa Margarida da Serra
Azinheira dos Barros e São Mamede do Sádão
Ferreira do Alent
Santiago do Cacém
Rede de Equimpamentos Escolares
Rede Pública
Matriculas no Pré-escolar
300
150
75
25
5
Grândola
CAOP
0
7,5
15 km

Agrupamento de Escolas	-	Estabelecimento de Ensino	Creche e Jardim de Infância de Grândola	Freguesia	União das freguesias de Grândola e Santa Margarida da Serra



Número de alunos, em 2020/2021

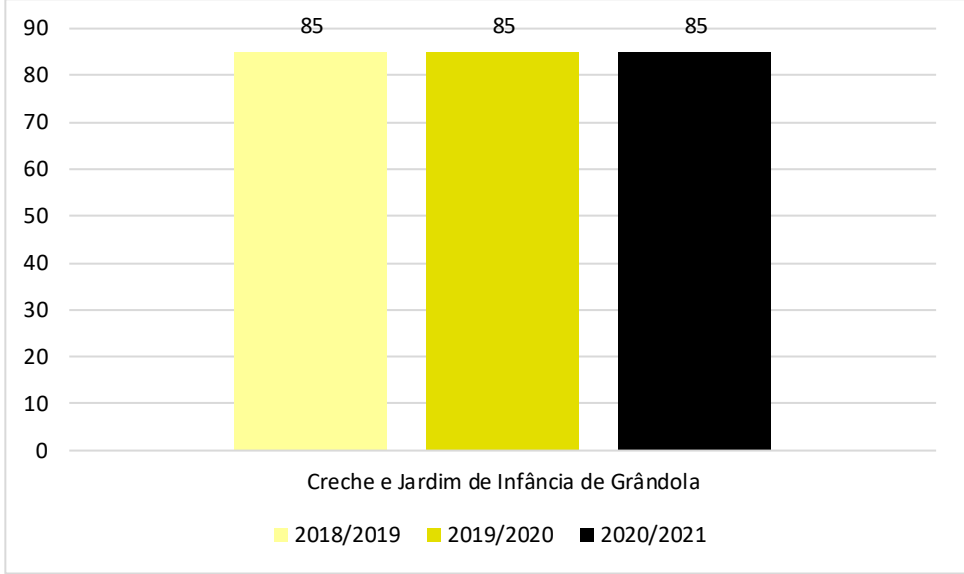


Variação do número de alunos 2018/2019-2020/2021

CARACTERIZAÇÃO GERAL							
Total de Edifícios	1	Ano de Construção (Edifício original)	1978	Ano de Construção (Edifício mais recente)	1982	Ano da Última Reabilitação/Intervenção (> 50% do Edifício)	2003
Edifícios Construídos de Raiz	1	Edifícios Adaptados	0	Situação Mista	0	Edifício de Uso Exclusivamente Educativo (Se Não, Que Funções)	Sim
Estado de Conservação Geral (edifícios)	Razoável	Estado de Conservação Geral (Espaços Exteriores)	Razoável	Salas de Atividade com Condições para a Componente Letiva (total)	3	Salas de Atividade Ocupadas com Turma	3
Carência de Salas (N.º)	0	Carência de Salas (Finalidade)	-	Cedência de Salas/Espaços - Entidades/Associações	Não	Acessibilidades para Crianças com NEE	Sim
Serviço de Almoço (Refeições)	Sim	Tipo de Unidade de Confeção de Refeições	Unidade de confeção de refeições própria, sem confeção para o exterior				

ALUNOS								
N.º de crianças	2018/2019	85	2019/2020	85	2020/2021	85	Residentes no concelho (2020/2021)	84
AAAF	Antes da Componente Letiva (N.º)			22	Depois da Componente Letiva (N.º)			53
N.º de Crianças com Necessidades Educativas Específicas[4]			3	Unidades de ensino estruturado para a educação de alunos com perturbações do espectro do autismo				Não
Educação bilingue de alunos surdos			Não	Unidades de apoio especializado para a educação de alunos com multideficiência e surdocegueira congénita				Não

[4] Decreto-lei n.º 54/2018 de 6 de julho - Educação inclusiva

Educação de Alunos Cegos e com Baixa Visão	Não	Intervenção Precoce na Infância	Sim	 Evolução do n.º de Crianças

RECURSOS HUMANOS							
Educadores de Infância (Quadro)	3	Assistentes Técnicos (Quadro)	0	Assistentes Operacionais (Quadro)	0	Outros Recursos Humanos (Quadro)	7
Educadores de Infância (Outros)	0	Assistentes Técnicos (Outros)	0	Assistentes Operacionais (Outros)	0	Outros Recursos Humanos (Outros)	0

AVALIAÇÃO DO EDIFICADO, REDES E MEIO ENVOLVENTE							
Caracterização do Meio Envolvente		Bom	Estado de Conservação do(s) Edifício(s)	Estrutura	Razoável	Tetos	Razoável
Acessibilidades	Acesso Geral	Bom		Cobertura	Razoável	Escadas	Inexistente
	Pedonais	Bom		Salas	Bom	Ascensores	Inexistente
	Acessos para Pessoas com Mobilidade Condicionada	Razoável		Paredes Exteriores	Razoável	Caixilharia e Portas Exteriores	Razoável
	Transportes Públicos	Razoável		Paredes Interiores	Razoável	Caixilharia e Portas Interiores	Razoável
				Revestimentos de Pavimentos Exteriores	Bom	Dispositivos de Proteção Contra Queda	Razoável
				Revestimentos de Pavimentos Interiores	Bom	Dispositivos de Proteção de Vãos Exteriores	Inexistente

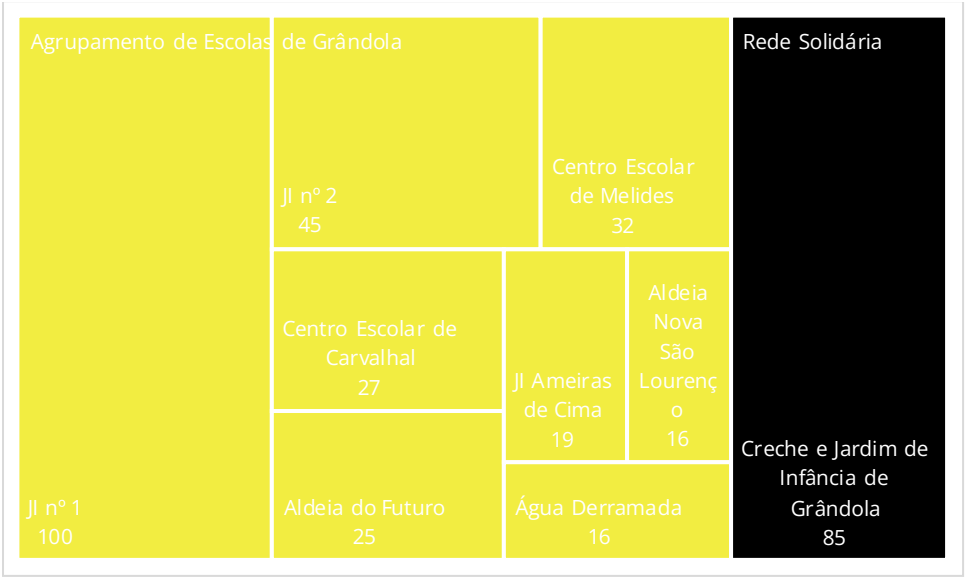
AVALIAÇÃO DO EDIFICADO, REDES E MEIO ENVOLVENTE							
Estado de Conservação dos Espaços de Apoio	Refeitório	Bom	Estado de Conservação das Redes e Instalações	Instalação de Distribuição de Água	Bom	Equipamento de Cozinha (Unidade de Confeção)	Bom
	Sala Polivalente	Bom		Instalação de Gás Natural	Inexistente	Instalação de Ventilação	Bom
	Sanitários	Razoável		Instalação Elétrica e de Iluminação	Razoável	Instalação de Climatização	Bom
				Instalações de Telecomunicações e Contra Intrusão	Razoável	Wi-Fi	Razoável
	Recreio Coberto	Bom		Instalação de Segurança Contra Incêndio	Bom	Instalação de Drenagem de Águas Residuais	Inexistente
	Recreio Descoberto	Bom		Instalação de Evacuação de Lixo	Razoável	Instalação de Meios e Cuidados de Saúde	Inexistente
	Parque Infantil	Razoável		Esgotos	Bom		
	Campo de Jogos Exterior	Inexistente	Energia	Evolução do Consumo Energético nos Últimos 3 Anos	Positiva (Redução do consumo)	Adoção de Medidas Específicas de Aumento da Eficiência Energética	Sim (Instalação de painéis solares e lâmpadas LED)

PROBLEMAS DE CONSERVAÇÃO – APRECIAÇÃO GERAL E NECESSIDADES ESPECÍFICAS URGENTES	
Edifício(s)	Infiltrações no teto e problemas de humidade no espaço interior
Espaços Exteriores	Necessidade de renovação do piso exterior
Comentários Adicionais	-

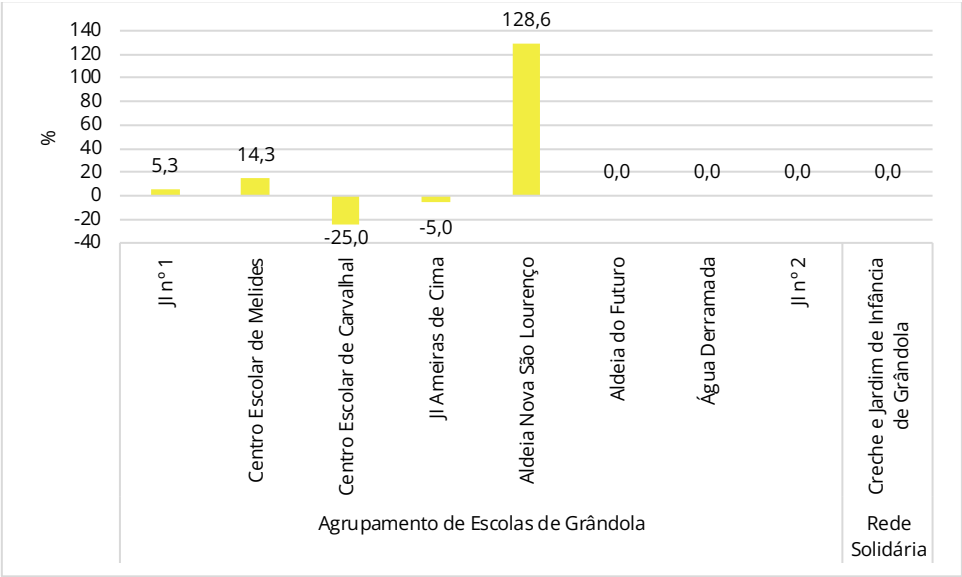
LEGENDA:

Excelente	Bom	Razoável	Deficiente	Inexistente

Agrupamento de Escolas	Agrupamento de Escolas de Grândola	Estabelecimento de Ensino	Jardim de Infância n.º 1 de Grândola	Freguesia	União das freguesias de Grândola e Santa Margarida da Serra



Número de alunos, em 2020/2021



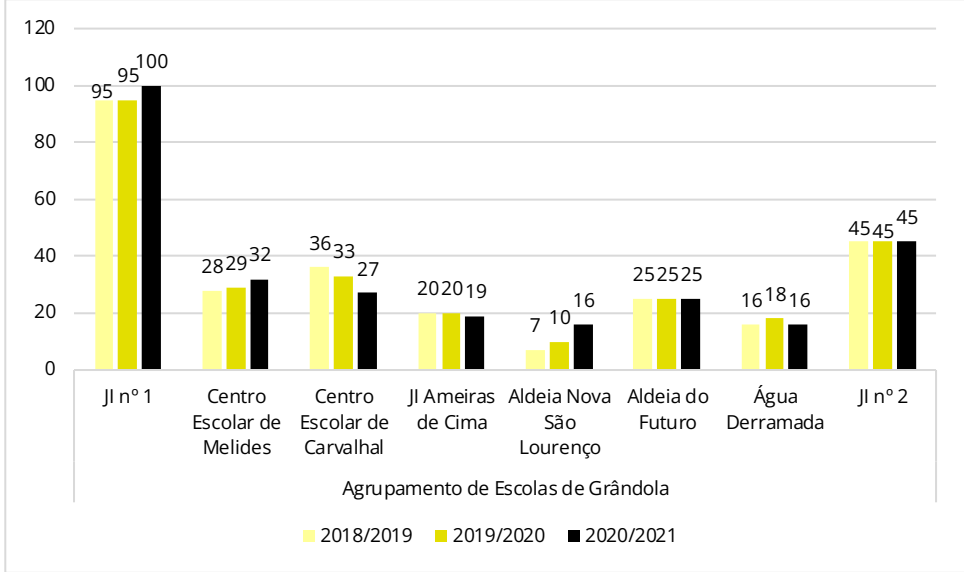
Variação do número de alunos 2018/2019-2020/2021

CARACTERIZAÇÃO GERAL							
Total de Edifícios	1	Ano de Construção (Edifício original)	1991	Ano de Construção (Edifício mais recente)	-	Ano da Última Reabilitação/Intervenção (> 50% do Edifício)	2019
Edifícios Construídos de Raiz	1	Edifícios Adaptados	0	Situação Mista	0	Edifício de Uso Exclusivamente Educativo (Se Não, Que Funções)	Sim
Estado de Conservação Geral (edifícios)	Bom	Estado de Conservação Geral (Espaços Exteriores)	Bom	Salas de Atividade com Condições para a Componente Letiva (total)	4	Salas de Atividade Ocupadas com Turma	4
Carência de Salas (N.º)	0	Carência de Salas (Finalidade)	-	Cedência de Salas/Espaços - Entidades/Associações	Não	Acessibilidades para Crianças com NEE	Sim
Serviço de Almoço (Refeições)	Sim	Tipo de Unidade de Confeção de Refeições	Unidade de confeção de refeições externa				

ALUNOS								
N.º de crianças	2018/2019	95	2019/2020	95	2020/2021	100	Residentes no concelho (2020/2021)	100
AAAF	Antes da Componente Letiva (N.º)			79	Depois da Componente Letiva (N.º)			79
N.º de Crianças com Necessidades Educativas Específicas[5]			0	Unidades de ensino estruturado para a educação de alunos com perturbações do espectro do autismo				Não
Educação bilingue de alunos surdos			Não	Unidades de apoio especializado para a educação de alunos com multideficiência e surdocegueira congénita				Não

[5] Decreto-lei n.º 54/2018 de 6 de julho - Educação inclusiva

Educação de Alunos Cegos e com Baixa Visão	Não	Intervenção Precoce na Infância	Sim



Evolução do n.º de Crianças

RECURSOS HUMANOS							
Educadores de Infância (Quadro)	2	Assistentes Técnicos (Quadro)	4	Assistentes Operacionais (Quadro)	2	Outros Recursos Humanos (Quadro)	0
Educadores de Infância (Outros)	2	Assistentes Técnicos (Outros)	0	Assistentes Operacionais (Outros)	0	Outros Recursos Humanos (Outros)	4

AVALIAÇÃO DO EDIFICADO, REDES E MEIO ENVOLVENTE							
Caracterização do Meio Envolvente		Bom	Estado de Conservação do(s) Edifício(s)	Estrutura	Razoável	Tetos	Deficiente
Acessibilidades	Acesso Geral	Bom		Cobertura	Razoável	Escadas	Inexistente
	Pedonais	Bom		Salas	Razoável	Ascensores	Inexistente
	Acessos para Pessoas com Mobilidade Condicionada	Bom		Paredes Exteriores	Bom	Caixilharia e Portas Exteriores	Razoável
	Transportes Públicos	Razoável		Paredes Interiores	Razoável	Caixilharia e Portas Interiores	Bom
				Revestimentos de Pavimentos Exteriores	Razoável	Dispositivos de Proteção Contra Queda	Inexistente
				Revestimentos de Pavimentos Interiores	Razoável	Dispositivos de Proteção de Vãos Exteriores	Inexistente

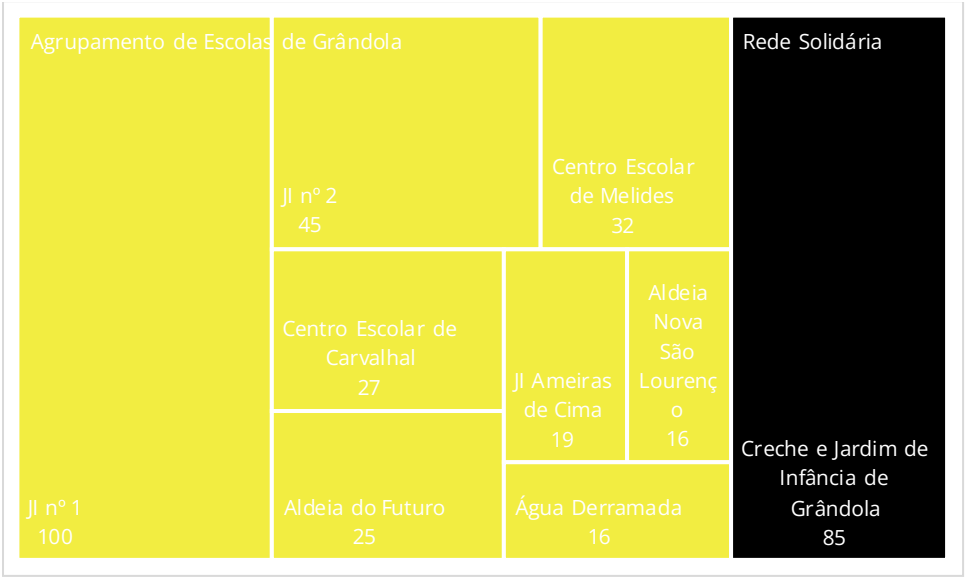
AVALIAÇÃO DO EDIFICADO, REDES E MEIO ENVOLVENTE							
Estado de Conservação dos Espaços de Apoio	Refeitório	Razoável	Estado de Conservação das Redes e Instalações	Instalação de Distribuição de Água	Bom	Equipamento de Cozinha (Unidade de Confeção)	Inexistente
	Sala Polivalente	Bom		Instalação de Gás Natural	Inexistente	Instalação de Ventilação	Bom
	Sanitários	Deficiente		Instalação Elétrica e de Iluminação	Bom	Instalação de Climatização	Bom
				Instalações de Telecomunicações e Contra Intrusão	Inexistente	Wi-Fi	Deficiente
	Recreio Coberto	Inexistente		Instalação de Segurança Contra Incêndio	Razoável	Instalação de Drenagem de Águas Residuais	Deficiente
	Recreio Descoberto	Bom		Instalação de Evacuação de Lixo	Inexistente	Instalação de Meios e Cuidados de Saúde	Razoável
	Parque Infantil	Razoável		Esgotos	Razoável		
	Campo de Jogos Exterior	Inexistente	Energia	Evolução do Consumo Energético nos Últimos 3 Anos	Neutra (Manutenção do consumo)	Adoção de Medidas Específicas de Aumento da Eficiência Energética	Não

PROBLEMAS DE CONSERVAÇÃO – APRECIAÇÃO GERAL E NECESSIDADES ESPECÍFICAS URGENTES	
Edifício(s)	Este espaço educativo apresenta um bom estado de conservação geral, apresentado apenas as necessidades decorrentes do uso do espaço. Apenas de salientar a existência de infiltrações no I.S adultos
Espaços Exteriores	O maior constrangimento deste espaço educativo está, efetivamente, ao nível do espaço exterior pois é um espaço adaptado numa zona pública, não sendo possível garantir a absoluta exclusividade das crianças da escola ao espaço existente.

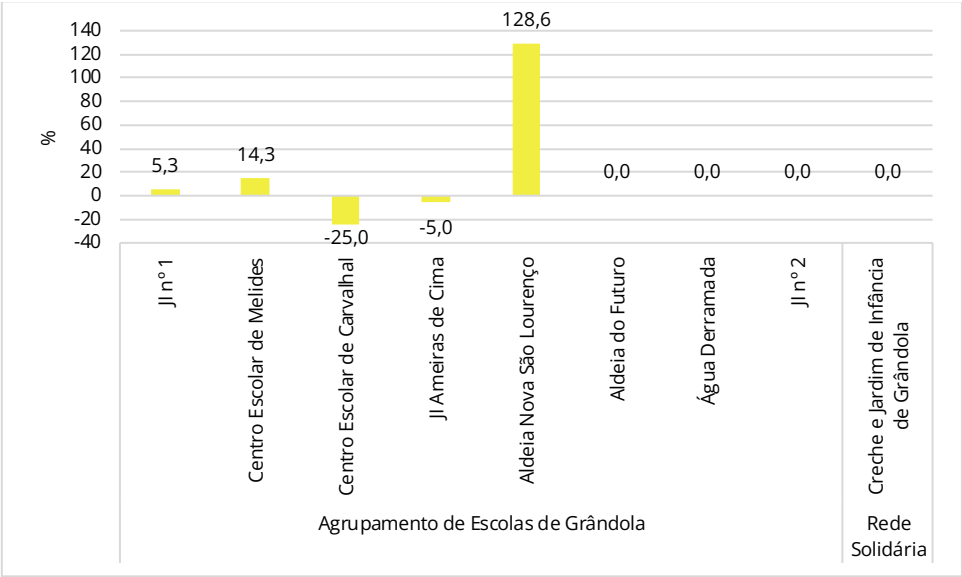
LEGENDA:

Excelente	Bom	Razoável	Deficiente	Inexistente

Agrupamento de Escolas	Agrupamento de Escolas de Grândola	Estabelecimento de Ensino	Centro Escolar de Melides	Freguesia	Melides



Número de alunos, em 2020/2021

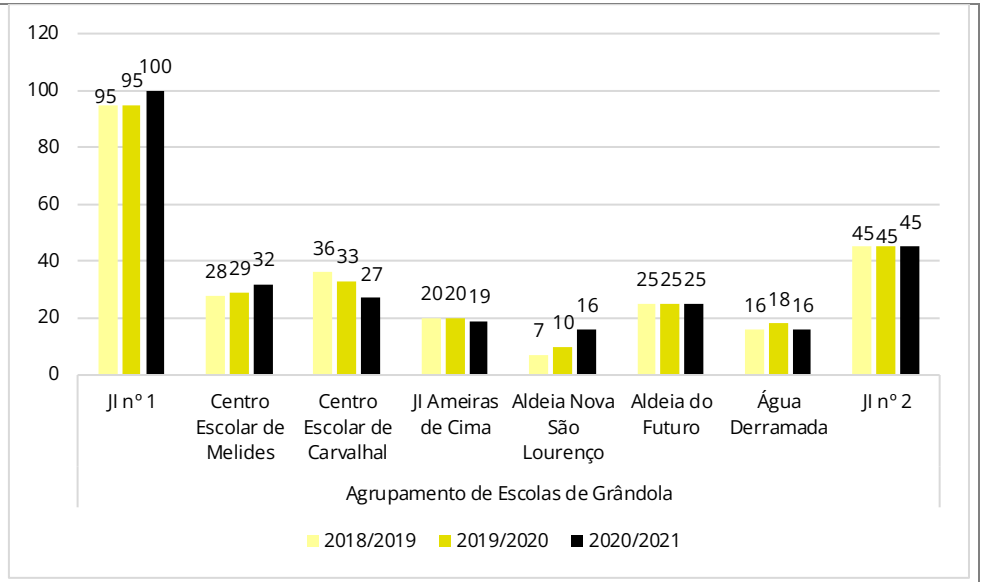


Variação do número de alunos 2018/2019-2020/2021

CARACTERIZAÇÃO GERAL							
Total de Edifícios	3	Ano de Construção (Edifício original)	2011	Ano de Construção (Edifício mais recente)	-	Ano da Última Reabilitação/Intervenção (> 50% do Edifício)	-
Edifícios Construídos de Raiz	3	Edifícios Adaptados	0	Situação Mista	0	Edifício de Uso Exclusivamente Educativo (Se Não, Que Funções)	Sim
Estado de Conservação Geral (edifícios)	Bom	Estado de Conservação Geral (Espaços Exteriores)	Bom	Salas de Atividade com Condições para a Componente Letiva (total)	2	Salas de Atividade Ocupadas com Turma	2
Carência de Salas (N.º)	0	Carência de Salas (Finalidade)	-	Cedência de Salas/Espaços - Entidades/Associações	Não	Acessibilidades para Crianças com NEE	Sim
Serviço de Almoço (Refeições)	Sim	Tipo de Unidade de Confeção de Refeições	Unidade de confeção de refeições própria, Sem confeção para o exterior				

ALUNOS								
N.º de crianças	2018/2019	28	2019/2020	29	2020/2021	32	Residentes no concelho (2020/2021)	32
AAAF	Antes da Componente Letiva (N.º)			25	Depois da Componente Letiva (N.º)			25
N.º de Crianças com Necessidades Educativas Específicas[6]			0	Unidades de ensino estruturado para a educação de alunos com perturbações do espectro do autismo				Não
Educação bilingue de alunos surdos			Não	Unidades de apoio especializado para a educação de alunos com multideficiência e surdocegueira congénita				Não

[6] Decreto-lei n.º 54/2018 de 6 de julho - Educação inclusiva

Educação de Alunos Cegos e com Baixa Visão	Não	Intervenção Precoce na Infância	Não	 Evolução do n.º de Crianças

RECURSOS HUMANOS							
Educadores de Infância (Quadro)	2	Assistentes Técnicos (Quadro)	2	Assistentes Operacionais (Quadro)	2	Outros Recursos Humanos (Quadro)	0
Educadores de Infância (Outros)	0	Assistentes Técnicos (Outros)	0	Assistentes Operacionais (Outros)	0	Outros Recursos Humanos (Outros)	0

AVALIAÇÃO DO EDIFICADO, REDES E MEIO ENVOLVENTE							
Caracterização do Meio Envolvente		Excelente	Estado de Conservação do(s) Edifício(s)	Estrutura	Razoável	Tetos	Bom
Acessibilidades	Acesso Geral	Excelente		Cobertura	Bom	Escadas	Bom
	Pedonais	Razoável		Salas	Bom	Ascensores	Inexistente
	Acessos para Pessoas com Mobilidade Condicionada	Bom		Paredes Exteriores	Bom	Caixilharia e Portas Exteriores	Bom
	Transportes Públicos	Bom		Paredes Interiores	Razoável	Caixilharia e Portas Interiores	Bom
				Revestimentos de Pavimentos Exteriores	Bom	Dispositivos de Proteção Contra Queda	Bom
				Revestimentos de Pavimentos Interiores	Razoável	Dispositivos de Proteção de Vãos Exteriores	Bom

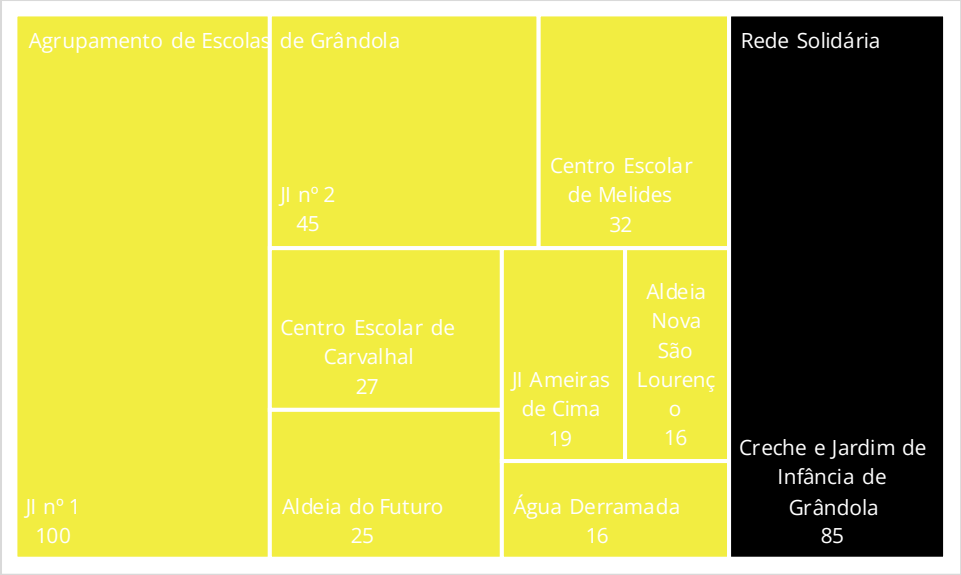
AVALIAÇÃO DO EDIFICADO, REDES E MEIO ENVOLVENTE							
Estado de Conservação dos Espaços de Apoio	Refeitório	Bom	Estado de Conservação das Redes e Instalações	Instalação de Distribuição de Água	Bom	Equipamento de Cozinha (Unidade de Confeção)	Bom
	Sala Polivalente	Bom		Instalação de Gás Natural	Bom	Instalação de Ventilação	Bom
	Sanitários	Bom		Instalação Elétrica e de Iluminação	Bom	Instalação de Climatização	Bom
				Instalações de Telecomunicações e Contra Intrusão	Bom	Wi-Fi	Razoável
	Recreio Coberto	Inexistente		Instalação de Segurança Contra Incêndio	Bom	Instalação de Drenagem de Águas Residuais	Bom
	Recreio Descoberto	Bom		Instalação de Evacuação de Lixo	Bom	Instalação de Meios e Cuidados de Saúde	Bom
	Parque Infantil	Bom		Esgotos	Bom		
	Campo de Jogos Exterior	Excelente	Energia	Evolução do Consumo Energético nos Últimos 3 Anos	Neutra (Manutenção do consumo)	Adoção de Medidas Específicas de Aumento da Eficiência Energética	Não

PROBLEMAS DE CONSERVAÇÃO – APRECIAÇÃO GERAL E NECESSIDADES ESPECÍFICAS URGENTES	
Edifício(s)	Sendo um edifício recentemente construído de raiz, o cento escolar de Melides apresenta poucas deficiências, apenas algumas infiltrações decorrentes de problemas durante a construção do mesmo.
Espaços Exteriores	O espaço exterior é bom, sendo que há a possibilidade dos alunos utilizarem o campo de jogos da comunidade que é contíguo ao centro escolar.

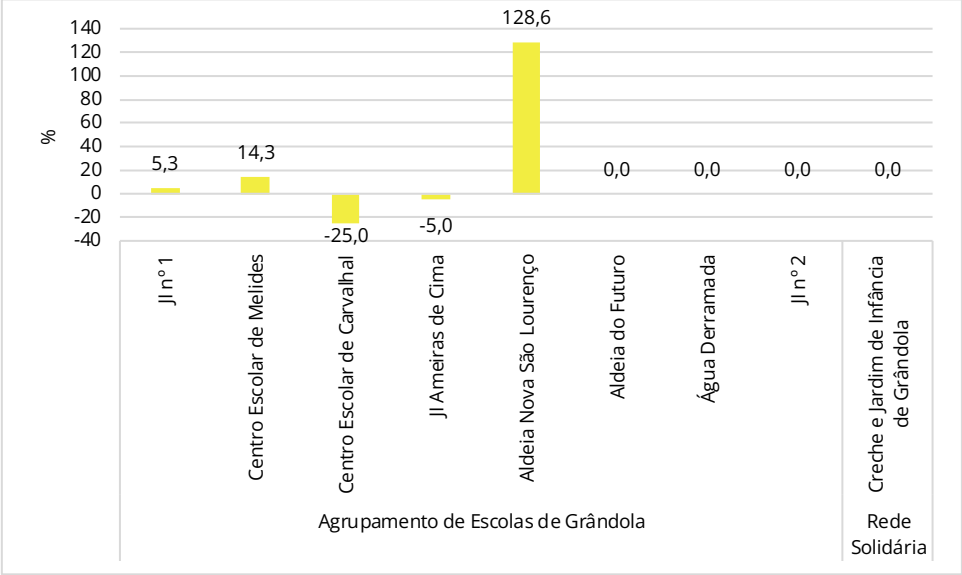
LEGENDA:

Excelente	Bom	Razoável	Deficiente	Inexistente

Agrupamento de Escolas	Agrupamento de Escolas de Grândola	Estabelecimento de Ensino	Centro Escolar de Carvalhal	Freguesia	Carvalhal



Número de alunos, em 2020/2021

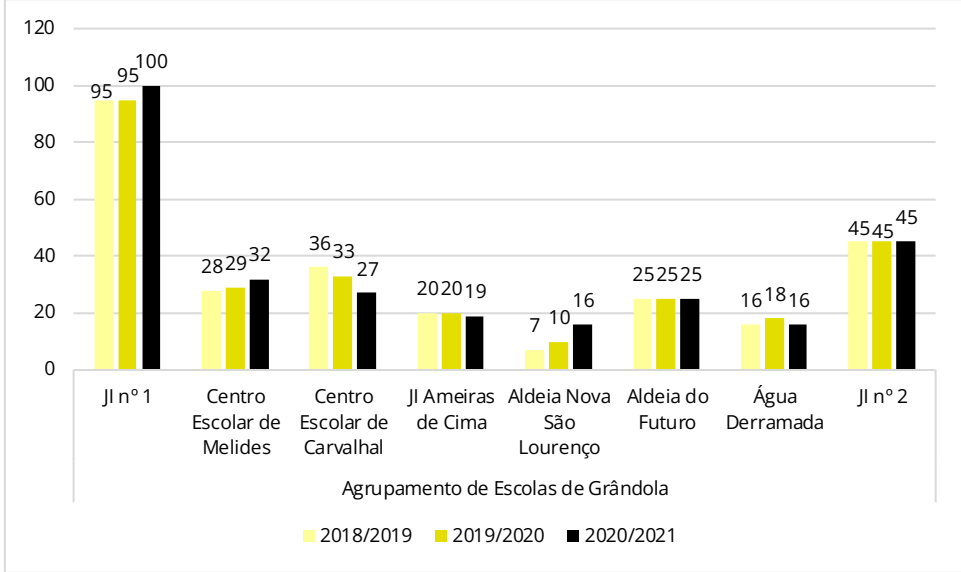


Variação do número de alunos 2018/2019-2020/2021

CARACTERIZAÇÃO GERAL							
Total de Edifícios	3	Ano de Construção (Edifício original)	2011	Ano de Construção (Edifício mais recente)	-	Ano da Última Reabilitação/Intervenção (> 50% do Edifício)	-
Edifícios Construídos de Raiz	3	Edifícios Adaptados	0	Situação Mista	0	Edifício de Uso Exclusivamente Educativo (Se Não, Que Funções)	Sim
Estado de Conservação Geral (edifícios)	Excelente	Estado de Conservação Geral (Espaços Exteriores)	Excelente	Salas de Atividade com Condições para a Componente Letiva (total)	2	Salas de Atividade Ocupadas com Turma	2
Carência de Salas (N.º)	0	Carência de Salas (Finalidade)	-	Cedência de Salas/Espaços - Entidades/Associações	Não	Acessibilidades para Crianças com NEE	Sim
Serviço de Almoço (Refeições)	Sim	Tipo de Unidade de Confeção de Refeições	Unidade de confeção de refeições própria, sem confeção para o exterior				

ALUNOS								
N.º de crianças	2018/2019	36	2019/2020	33	2020/2021	27	Residentes no concelho (2020/2021)	27
AAAF	Antes da Componente Letiva (N.º)			26	Depois da Componente Letiva (N.º)			26
N.º de Crianças com Necessidades Educativas Específicas[7]			1	Unidades de ensino estruturado para a educação de alunos com perturbações do espectro do autismo				Não
Educação bilingue de alunos surdos			Não	Unidades de apoio especializado para a educação de alunos com multideficiência e surdocegueira congénita				Não

[7] Decreto-lei n.º 54/2018 de 6 de julho - Educação inclusiva

Educação de Alunos Cegos e com Baixa Visão	Não	Intervenção Precoce na Infância	Sim	 Evolução do n.º de Crianças

RECURSOS HUMANOS							
Educadores de Infância (Quadro)	2	Assistentes Técnicos (Quadro)	2	Assistentes Operacionais (Quadro)	2	Outros Recursos Humanos (Quadro)	1
Educadores de Infância (Outros)	0	Assistentes Técnicos (Outros)	0	Assistentes Operacionais (Outros)	0	Outros Recursos Humanos (Outros)	0

AVALIAÇÃO DO EDIFICADO, REDES E MEIO ENVOLVENTE							
Caracterização do Meio Envolvente		Excelente	Estado de Conservação do(s) Edifício(s)	Estrutura	Excelente	Tetos	Excelente
Acessibilidades	Acesso Geral	Excelente		Cobertura	Excelente	Escadas	Inexistente
	Pedonais	Excelente		Salas	Excelente	Ascensores	Inexistente
	Acessos para Pessoas com Mobilidade Condicionada	Excelente		Paredes Exteriores	Excelente	Caixilharia e Portas Exteriores	Bom
	Transportes Públicos	Excelente		Paredes Interiores	Excelente	Caixilharia e Portas Interiores	Bom
				Revestimentos de Pavimentos Exteriores	Bom	Dispositivos de Proteção Contra Queda	Bom
				Revestimentos de Pavimentos Interiores	Bom	Dispositivos de Proteção de Vãos Exteriores	Bom

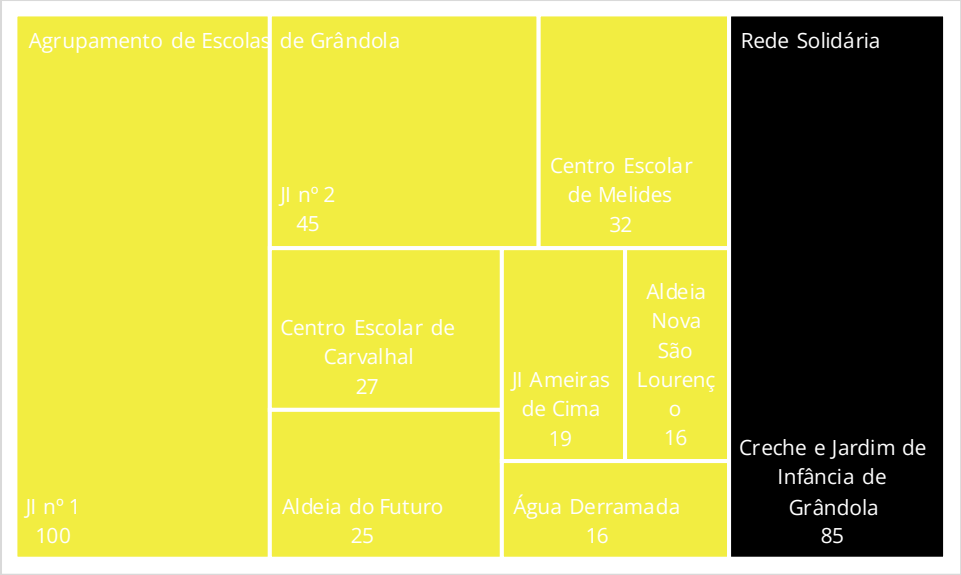
AVALIAÇÃO DO EDIFICADO, REDES E MEIO ENVOLVENTE							
Estado de Conservação dos Espaços de Apoio	Refeitório	Excelente	Estado de Conservação das Redes e Instalações	Instalação de Distribuição de Água	Bom	Equipamento de Cozinha (Unidade de Confeção)	Bom
	Sala Polivalente	Excelente		Instalação de Gás Natural	Bom	Instalação de Ventilação	Bom
	Sanitários	Bom		Instalação Elétrica e de Iluminação	Bom	Instalação de Climatização	Inexistente
				Instalações de Telecomunicações e Contra Intrusão	Bom	Wi-Fi	Bom
	Recreio Coberto	Bom		Instalação de Segurança Contra Incêndio	Bom	Instalação de Drenagem de Águas Residuais	Bom
	Recreio Descoberto	Excelente		Instalação de Evacuação de Lixo	Bom	Instalação de Meios e Cuidados de Saúde	Bom
	Parque Infantil	Bom		Esgotos	Bom		
	Campo de Jogos Exterior	Bom	Energia	Evolução do Consumo Energético nos Últimos 3 Anos	Neutra (Manutenção do consumo)	Adoção de Medidas Específicas de Aumento da Eficiência Energética	Não

PROBLEMAS DE CONSERVAÇÃO – APRECIAÇÃO GERAL E NECESSIDADES ESPECÍFICAS URGENTES	
Edifício(s)	O Centro Escolar de Carvalhal apresenta boas condições gerais.
Espaços Exteriores	O Centro Escolar de Carvalhal apresenta boas condições gerais.

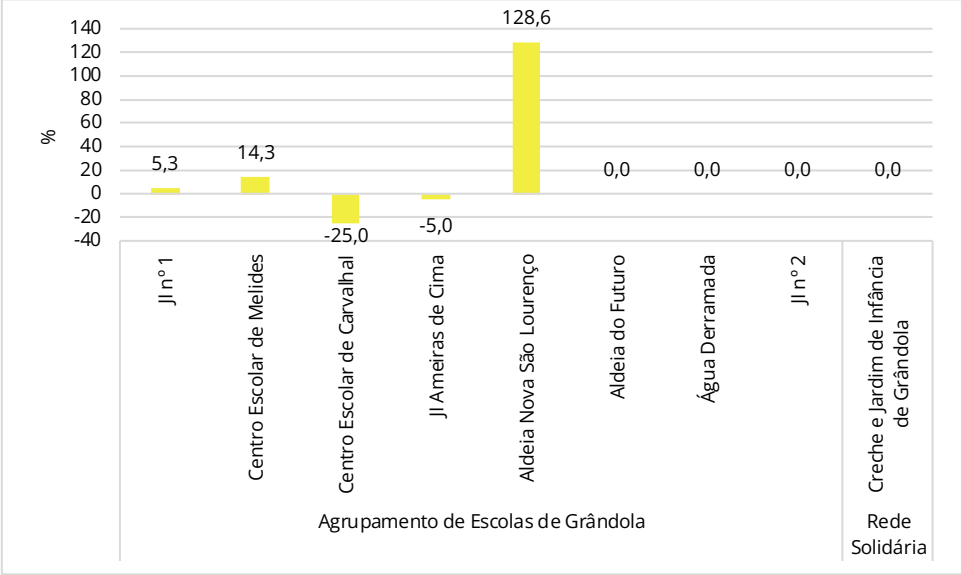
LEGENDA:

Excelente	Bom	Razoável	Deficiente	Inexistente

Agrupamento de Escolas	Agrupamento de Escolas de Grândola	Estabelecimento de Ensino	JI Ameiras de Cima	Freguesia	União das freguesias de Grândola e Santa Margarida da Serra



Número de alunos, em 2020/2021



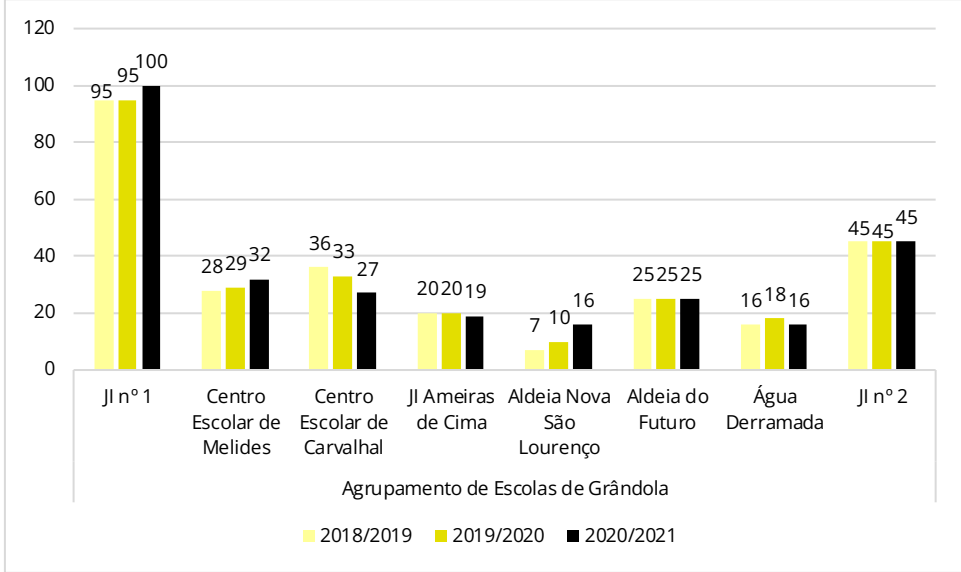
Variação do número de alunos 2018/2019-2020/2021

CARACTERIZAÇÃO GERAL							
Total de Edifícios	3	Ano de Construção (Edifício original)	1963	Ano de Construção (Edifício mais recente)	2004	Ano da Última Reabilitação/Intervenção (> 50% do Edifício)	2019
Edifícios Construídos de Raiz	3	Edifícios Adaptados	0	Situação Mista	0	Edifício de Uso Exclusivamente Educativo (Se Não, Que Funções)	Sim
Estado de Conservação Geral (edifícios)	Bom	Estado de Conservação Geral (Espaços Exteriores)	Bom	Salas de Atividade com Condições para a Componente Letiva (total)	1	Salas de Atividade Ocupadas com Turma	1
Carência de Salas (N.º)	0	Carência de Salas (Finalidade)	-	Cedência de Salas/Espaços - Entidades/Associações	Não	Acessibilidades para Crianças com NEE	Sim
Serviço de Almoço (Refeições)	Sim	Tipo de Unidade de Confeção de Refeições	Unidade de confeção de refeições própria, com confeção para o exterior				

ALUNOS								
N.º de crianças	2018/2019	20	2019/2020	20	2020/2021	19	Residentes no concelho (2020/2021)	19
AAAF	Antes da Componente Letiva (N.º)			17	Depois da Componente Letiva (N.º)			17
N.º de Crianças com Necessidades Educativas Específicas[8]			2	Unidades de ensino estruturado para a educação de alunos com perturbações do espectro do autismo				Não
Educação bilingue de alunos surdos			Não	Unidades de apoio especializado para a educação de alunos com multideficiência e surdocegueira congénita				Não

[8] Decreto-lei n.º 54/2018 de 6 de julho - Educação inclusiva

Educação de Alunos Cegos e com Baixa Visão	Não	Intervenção Precoce na Infância	Sim



Evolução do n.º de Crianças

RECURSOS HUMANOS							
Educadores de Infância (Quadro)	1	Assistentes Técnicos (Quadro)	1	Assistentes Operacionais (Quadro)	2	Outros Recursos Humanos (Quadro)	1
Educadores de Infância (Outros)	0	Assistentes Técnicos (Outros)	0	Assistentes Operacionais (Outros)	0	Outros Recursos Humanos (Outros)	0

AVALIAÇÃO DO EDIFICADO, REDES E MEIO ENVOLVENTE							
Caracterização do Meio Envolvente		Bom	Estado de Conservação do(s) Edifício(s)	Estrutura	Bom	Tetos	Bom
Acessibilidades	Acesso Geral	Razoável		Cobertura	Bom	Escadas	Inexistente
	Pedonais	Deficiente		Salas	Bom	Ascensores	Inexistente
	Acessos para Pessoas com Mobilidade Condicionada	Razoável		Paredes Exteriores	Bom	Caixilharia e Portas Exteriores	Bom
	Transportes Públicos	Razoável		Paredes Interiores	Bom	Caixilharia e Portas Interiores	Bom
				Revestimentos de Pavimentos Exteriores	Bom	Dispositivos de Proteção Contra Queda	Bom
				Revestimentos de Pavimentos Interiores	Bom	Dispositivos de Proteção de Vãos Exteriores	Bom

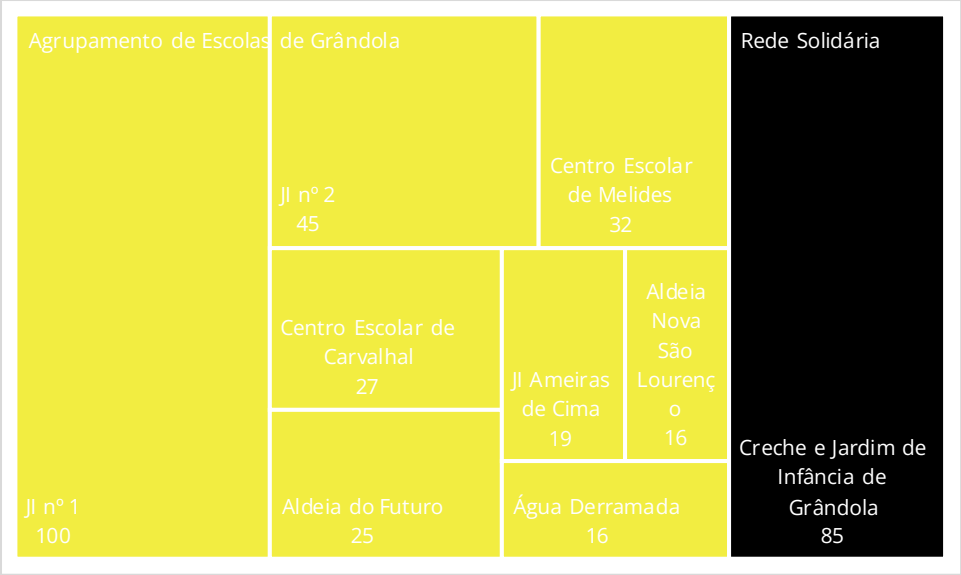
AVALIAÇÃO DO EDIFICADO, REDES E MEIO ENVOLVENTE							
Estado de Conservação dos Espaços de Apoio	Refeitório	Bom	Estado de Conservação das Redes e Instalações	Instalação de Distribuição de Água	Bom	Equipamento de Cozinha (Unidade de Confeção)	Bom
	Sala Polivalente	Bom		Instalação de Gás Natural	Bom	Instalação de Ventilação	Bom
	Sanitários	Excelente		Instalação Elétrica e de Iluminação	Bom	Instalação de Climatização	Bom
				Instalações de Telecomunicações e Contra Intrusão	Bom	Wi-Fi	Inexistente
	Recreio Coberto	Inexistente		Instalação de Segurança Contra Incêndio	Bom	Instalação de Drenagem de Águas Residuais	Bom
	Recreio Descoberto	Bom		Instalação de Evacuação de Lixo	Bom	Instalação de Meios e Cuidados de Saúde	Bom
	Parque Infantil	Bom		Esgotos	Bom		
	Campo de Jogos Exterior	Bom	Energia	Evolução do Consumo Energético nos Últimos 3 Anos	Neutra (Manutenção do consumo)	Adoção de Medidas Específicas de Aumento da Eficiência Energética	Não

PROBLEMAS DE CONSERVAÇÃO – APRECIAÇÃO GERAL E NECESSIDADES ESPECÍFICAS URGENTES	
Edifício(s)	Apesar de ser um edifício do plano de centenários, este espaço educativo sofreu obras de requalificação profundas em 2004 - altura em que foi construído o espaço polivalente- e mais recentemente, em 2019, obras de requalificação dos pátios exteriores e instalações sanitária, encontrando-se agora com boas condições
Espaços Exteriores	O espaço exterior apresenta boas condições, sendo apenas necessário o sombreamento do brinquedo exterior ou a criação de uma zona coberta.

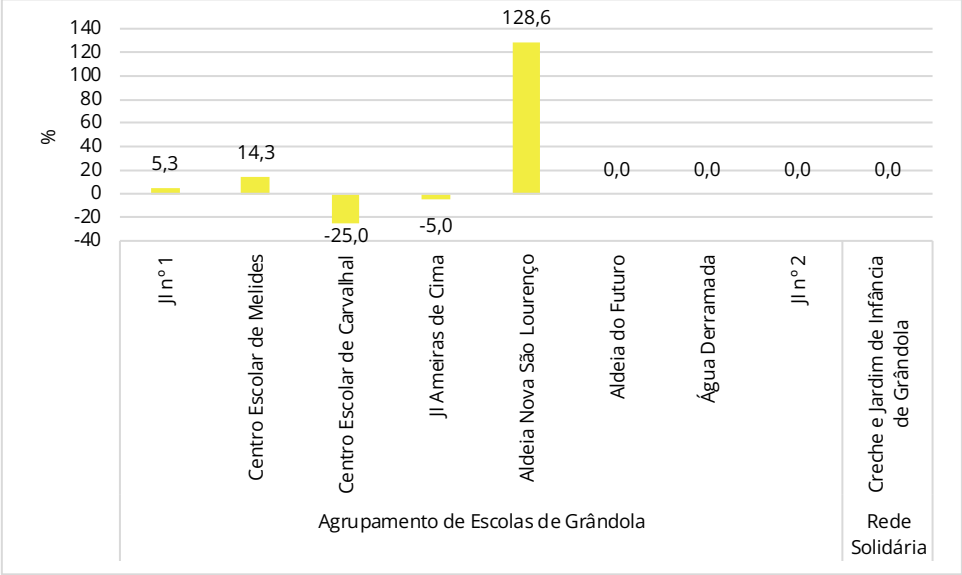
LEGENDA:

Excelente	Bom	Razoável	Deficiente	Inexistente

Agrupamento de Escolas	Agrupamento de Escolas de Grândola	Estabelecimento de Ensino	JI de Aldeia Nova São Lourenço	Freguesia	União das freguesias de Grândola e Santa Margarida da Serra



Número de alunos, em 2020/2021



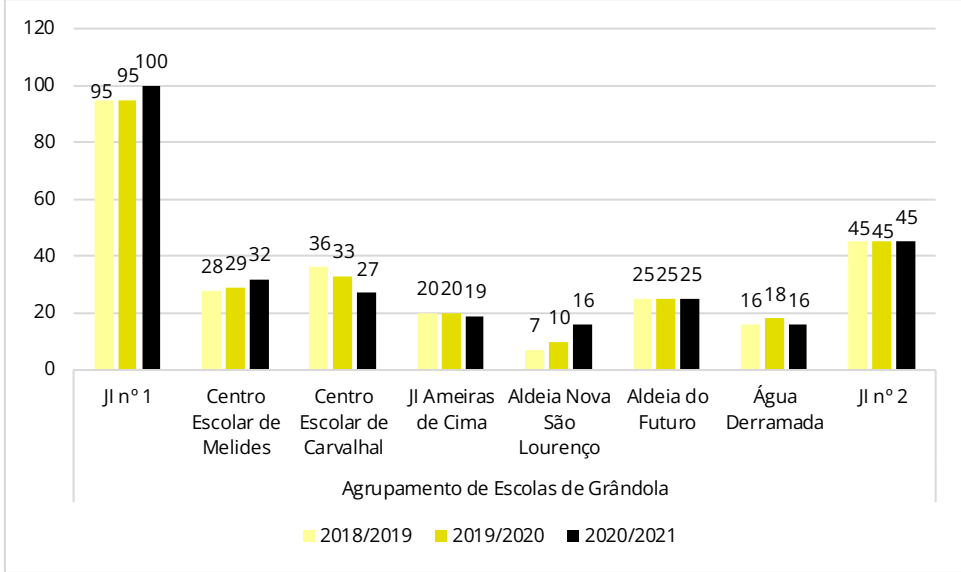
Variação do número de alunos 2018/2019-2020/2021

CARACTERIZAÇÃO GERAL							
Total de Edifícios	2	Ano de Construção (Edifício original)	1963	Ano de Construção (Edifício mais recente)	1998	Ano da Última Reabilitação/Intervenção (> 50% do Edifício)	-
Edifícios Construídos de Raiz	2	Edifícios Adaptados	0	Situação Mista	0	Edifício de Uso Exclusivamente Educativo (Se Não, Que Funções)	Sim
Estado de Conservação Geral (edifícios)	Razoável	Estado de Conservação Geral (Espaços Exteriores)	Razoável	Salas de Atividade com Condições para a Componente Letiva (total)	1	Salas de Atividade Ocupadas com Turma	1
Carência de Salas (N.º)	0	Carência de Salas (Finalidade)	-	Cedência de Salas/Espaços - Entidades/Associações	Não	Acessibilidades para Crianças com NEE	Sim
Serviço de Almoço (Refeições)	Sim	Tipo de Unidade de Confeção de Refeições	Unidade de confeção de refeições externa				

ALUNOS								
N.º de crianças	2018/2019	07	2019/2020	10	2020/2021	16	Residentes no concelho (2020/2021)	16
AAAF	Antes da Componente Letiva (N.º)			16	Depois da Componente Letiva (N.º)			16
N.º de Crianças com Necessidades Educativas Específicas[9]			2	Unidades de ensino estruturado para a educação de alunos com perturbações do espectro do autismo				Não
Educação bilingue de alunos surdos			Não	Unidades de apoio especializado para a educação de alunos com multideficiência e surdocegueira congénita				Não

[9] Decreto-lei n.º 54/2018 de 6 de julho - Educação inclusiva

Educação de Alunos Cegos e com Baixa Visão	Não	Intervenção Precoce na Infância	Sim



Evolução do n.º de Crianças

RECURSOS HUMANOS							
Educadores de Infância (Quadro)	1	Assistentes Técnicos (Quadro)	1	Assistentes Operacionais (Quadro)	1	Outros Recursos Humanos (Quadro)	1
Educadores de Infância (Outros)	0	Assistentes Técnicos (Outros)	0	Assistentes Operacionais (Outros)	0	Outros Recursos Humanos (Outros)	0

AVALIAÇÃO DO EDIFICADO, REDES E MEIO ENVOLVENTE							
Caracterização do Meio Envolvente		Bom	Estado de Conservação do(s) Edifício(s)	Estrutura	Razoável	Tetos	Razoável
Acessibilidades	Acesso Geral	Bom		Cobertura	Razoável	Escadas	Razoável
	Pedonais	Razoável		Salas	Razoável	Ascensores	Inexistente
	Acessos para Pessoas com Mobilidade Condicionada	Deficiente		Paredes Exteriores	Razoável	Caixilharia e Portas Exteriores	Razoável
	Transportes Públicos	Deficiente		Paredes Interiores	Razoável	Caixilharia e Portas Interiores	Razoável
				Revestimentos de Pavimentos Exteriores	Razoável	Dispositivos de Proteção Contra Queda	Razoável
				Revestimentos de Pavimentos Interiores	Razoável	Dispositivos de Proteção de Vãos Exteriores	Razoável

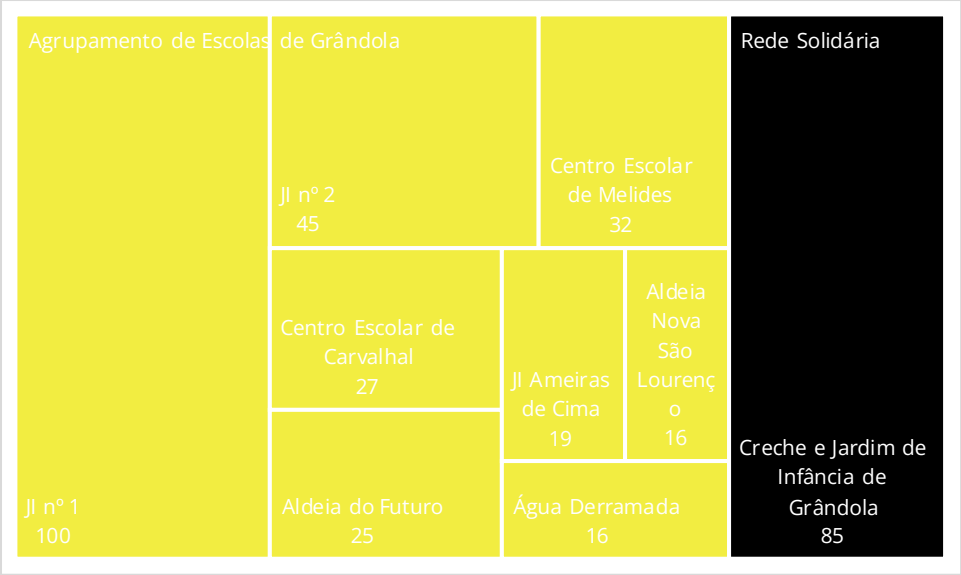
VALIAÇÃO DO EDIFICADO, REDES E MEIO ENVOLVENTE							
Estado de Conservação dos Espaços de Apoio	Refeitório	Inexistente	Estado de Conservação das Redes e Instalações	Instalação de Distribuição de Água	Razoável	Equipamento de Cozinha (Unidade de Confeção)	Razoável
	Sala Polivalente	Inexistente		Instalação de Gás Natural	Razoável	Instalação de Ventilação	Razoável
	Sanitários	Razoável		Instalação Elétrica e de Iluminação	Razoável	Instalação de Climatização	Razoável
				Instalações de Telecomunicações e Contra Intrusão	Razoável	Wi-Fi	Razoável
	Recreio Coberto	Inexistente		Instalação de Segurança Contra Incêndio	Razoável	Instalação de Drenagem de Águas Residuais	Razoável
	Recreio Descoberto	Deficiente		Instalação de Evacuação de Lixo	Razoável	Instalação de Meios e Cuidados de Saúde	Razoável
	Parque Infantil	Deficiente		Esgotos	Razoável		Razoável
	Campo de Jogos Exterior	Razoável	Energia	Evolução do Consumo Energético nos Últimos 3 Anos	Neutra (Manutenção do consumo)	Adoção de Medidas Específicas de Aumento da Eficiência Energética	Não

PROBLEMAS DE CONSERVAÇÃO – APRECIAÇÃO GERAL E NECESSIDADES ESPECÍFICAS URGENTES	
Edifício(s)	O edifício sofreu obras de conservação em 2004, entretanto foram também trocadas as janelas, estando já a necessitar de nova intervenção.
Espaços Exteriores	Há uma enorme necessidade de intervenção no espaço exterior, nomeadamente na substituição do brinquedo exterior, na criação de uma zona sombreada/coberta

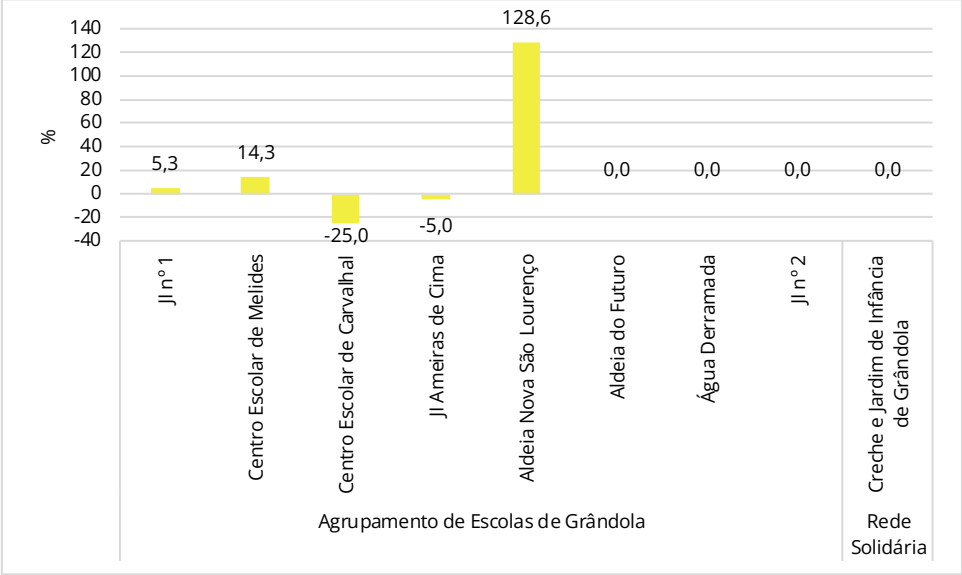
LEGENDA:

Excelente	Bom	Razoável	Deficiente	Inexistente

Agrupamento de Escolas	Agrupamento de Escolas de Grândola	Estabelecimento de Ensino	JI de Aldeia do Futuro	Freguesia	União das freguesias de Grândola e Santa Margarida da Serra



Número de alunos, em 2020/2021



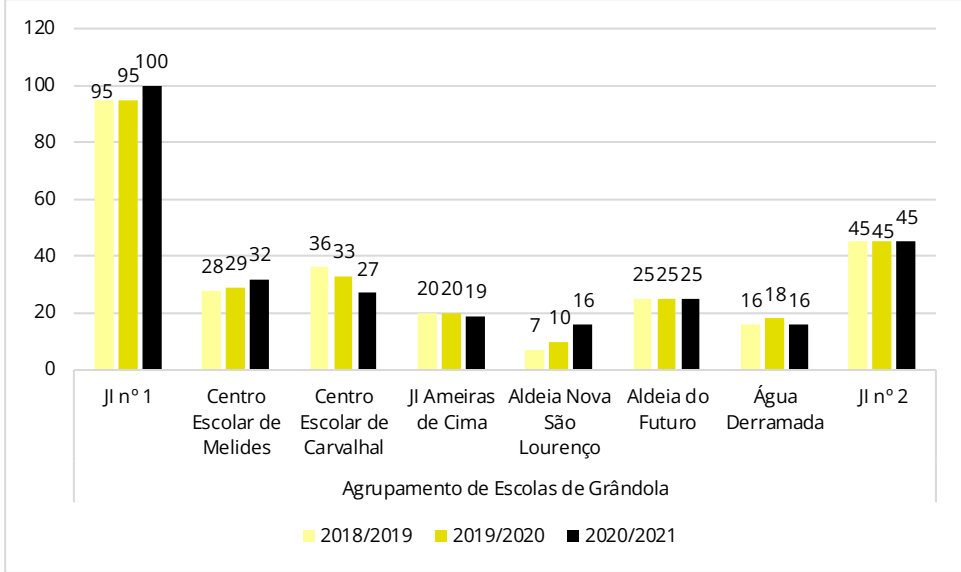
Variação do número de alunos 2018/2019-2020/2021

CARACTERIZAÇÃO GERAL							
Total de Edifícios	2	Ano de Construção (Edifício original)	1964	Ano de Construção (Edifício mais recente)	2004	Ano da Última Reabilitação/Intervenção (> 50% do Edifício)	2019
Edifícios Construídos de Raiz	2	Edifícios Adaptados	0	Situação Mista	0	Edifício de Uso Exclusivamente Educativo (Se Não, Que Funções)	Sim
Estado de Conservação Geral (edifícios)	Excelente	Estado de Conservação Geral (Espaços Exteriores)	Bom	Salas de Atividade com Condições para a Componente Letiva (total)	1	Salas de Atividade Ocupadas com Turma	1
Carência de Salas (N.º)	0	Carência de Salas (Finalidade)	-	Cedência de Salas/Espaços - Entidades/Associações	Não	Acessibilidades para Crianças com NEE	Sim
Serviço de Almoço (Refeições)	Sim	Tipo de Unidade de Confeção de Refeições	Unidade de confeção de refeições externa				

ALUNOS								
N.º de crianças	2018/2019	25	2019/2020	25	2020/2021	25	Residentes no concelho (2020/2021)	25
AAAF	Antes da Componente Letiva (N.º)			23	Depois da Componente Letiva (N.º)			23
N.º de Crianças com Necessidades Educativas Específicas[10]			0	Unidades de ensino estruturado para a educação de alunos com perturbações do espectro do autismo				Não
Educação bilingue de alunos surdos			Não	Unidades de apoio especializado para a educação de alunos com multideficiência e surdocegueira congénita				Não

[10] Decreto-lei n.º 54/2018 de 6 de julho - Educação inclusiva

Educação de Alunos Cegos e com Baixa Visão	Não	Intervenção Precoce na Infância	Não



Evolução do n.º de Crianças

RECURSOS HUMANOS							
Educadores de Infância (Quadro)	1	Assistentes Técnicos (Quadro)	1	Assistentes Operacionais (Quadro)	1	Outros Recursos Humanos (Quadro)	0
Educadores de Infância (Outros)	0	Assistentes Técnicos (Outros)	0	Assistentes Operacionais (Outros)	0	Outros Recursos Humanos (Outros)	0

AVALIAÇÃO DO EDIFICADO, REDES E MEIO ENVOLVENTE							
Caracterização do Meio Envolvente		Excelente	Estado de Conservação do(s) Edifício(s)	Estrutura	Excelente	Tetos	Excelente
Acessibilidades	Acesso Geral	Excelente		Cobertura	Excelente	Escadas	Inexistente
	Pedonais	Excelente		Salas	Bom	Ascensores	Inexistente
	Acessos para Pessoas com Mobilidade Condicionada	Excelente		Paredes Exteriores	Excelente	Caixilharia e Portas Exteriores	Excelente
	Transportes Públicos	Bom		Paredes Interiores	Bom	Caixilharia e Portas Interiores	Excelente
				Revestimentos de Pavimentos Exteriores	Bom	Dispositivos de Proteção Contra Queda	Bom
				Revestimentos de Pavimentos Interiores	Bom	Dispositivos de Proteção de Vãos Exteriores	Bom

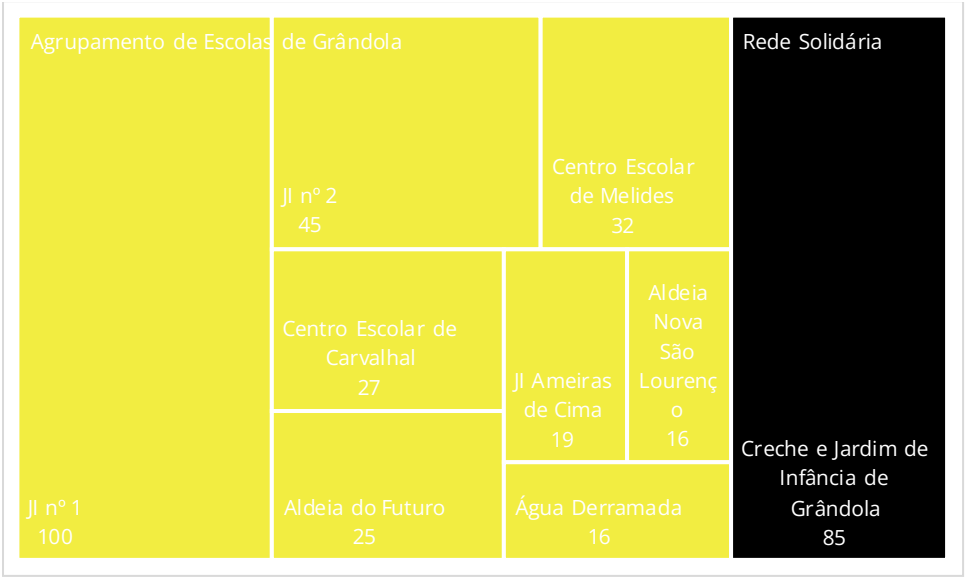
Estado de Conservação dos Espaços de Apoio	Refeitório	Inexistente	Estado de Conservação das Redes e Instalações	Instalação de Distribuição de Água	Bom	Equipamento de Cozinha (Unidade de Confeção)	Bom
	Sala Polivalente	Bom		Instalação de Gás Natural	Bom	Instalação de Ventilação	Bom
	Sanitários	Bom		Instalação Elétrica e de Iluminação	Bom	Instalação de Climatização	Bom
				Instalações de Telecomunicações e Contra Intrusão	Bom	Wi-Fi	Bom
	Recreio Coberto	Inexistente		Instalação de Segurança Contra Incêndio	Bom	Instalação de Drenagem de Águas Residuais	Bom
	Recreio Descoberto	Bom		Instalação de Evacuação de Lixo	Bom	Instalação de Meios e Cuidados de Saúde	Bom
	Parque Infantil	Bom		Esgotos	Bom		
	Campo de Jogos Exterior	Bom	Energia	Evolução do Consumo Energético nos Últimos 3 Anos	Neutra (Manutenção do consumo)	Adoção de Medidas Específicas de Aumento da Eficiência Energética	Não

PROBLEMAS DE CONSERVAÇÃO – APRECIAÇÃO GERAL E NECESSIDADES ESPECÍFICAS URGENTES	
Edifício(s)	Bom estado de conservação geral
Espaços Exteriores	Necessidade de criação de receio coberto

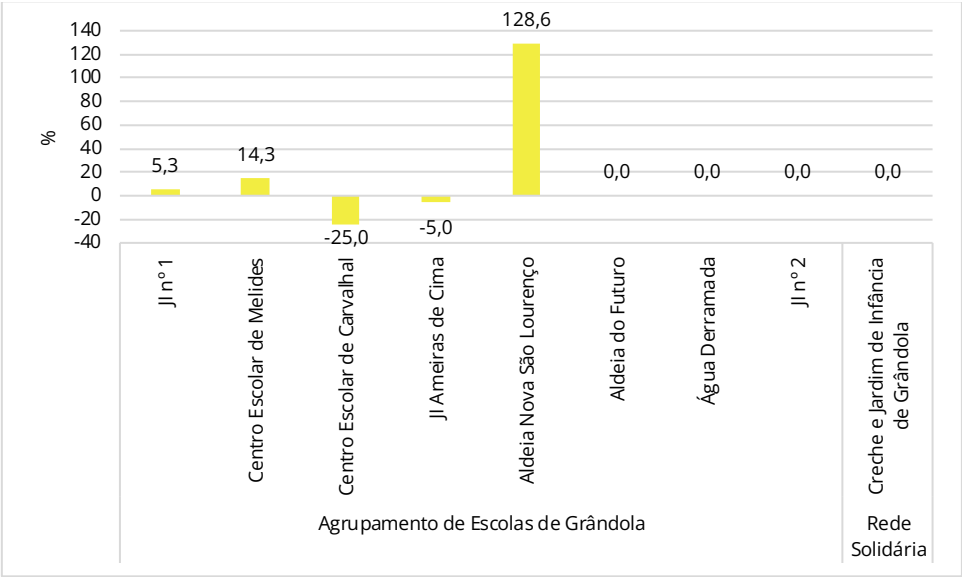
LEGENDA:

Excelente	Bom	Razoável	Deficiente	Inexistente

Agrupamento de Escolas	Agrupamento de Escolas de Grândola	Estabelecimento de Ensino	JI de Água Derramada	Freguesia	União das freguesias de Grândola e Santa Margarida da Serra



Número de alunos, em 2020/2021

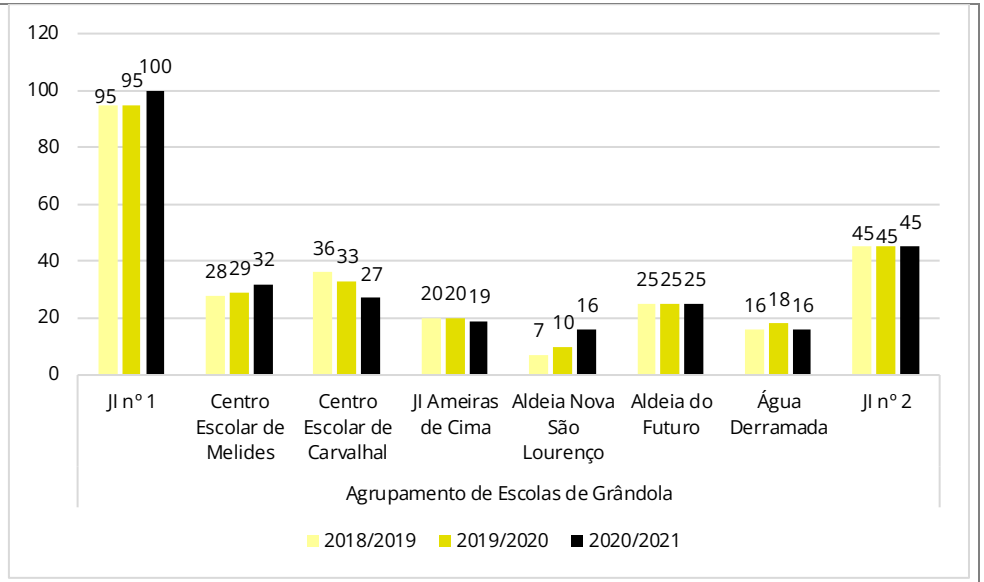


Variação do número de alunos 2018/2019-2020/2021

CARACTERIZAÇÃO GERAL							
Total de Edifícios	2	Ano de Construção (Edifício original)	1964	Ano de Construção (Edifício mais recente)	2001	Ano da Última Reabilitação/Intervenção (> 50% do Edifício)	-
Edifícios Construídos de Raiz	2	Edifícios Adaptados	0	Situação Mista	0	Edifício de Uso Exclusivamente Educativo (Se Não, Que Funções)	Sim
Estado de Conservação Geral (edifícios)	Razoável	Estado de Conservação Geral (Espaços Exteriores)	Razoável	Salas de Atividade com Condições para a Componente Letiva (total)	1	Salas de Atividade Ocupadas com Turma	1
Carência de Salas (N.º)	0	Carência de Salas (Finalidade)	-	Cedência de Salas/Espaços - Entidades/Associações	Não	Acessibilidades para Crianças com NEE	Sim
Serviço de Almoço (Refeições)	Sim	Tipo de Unidade de Confeção de Refeições	Unidade de confeção de refeições externa				

ALUNOS								
N.º de crianças	2018/2019	16	2019/2020	18	2020/2021	16	Residentes no concelho (2020/2021)	16
AAAF	Antes da Componente Letiva (N.º)			13	Depois da Componente Letiva (N.º)			13
N.º de Crianças com Necessidades Educativas Específicas[11]			1	Unidades de ensino estruturado para a educação de alunos com perturbações do espectro do autismo				Não
Educação bilingue de alunos surdos			Não	Unidades de apoio especializado para a educação de alunos com multideficiência e surdocegueira congénita				Não

[11] Decreto-lei n.º 54/2018 de 6 de julho - Educação inclusiva

Educação de Alunos Cegos e com Baixa Visão	Não	Intervenção Precoce na Infância	Sim	 Evolução do n.º de Crianças

RECURSOS HUMANOS							
Educadores de Infância (Quadro)	1	Assistentes Técnicos (Quadro)	1	Assistentes Operacionais (Quadro)	1	Outros Recursos Humanos (Quadro)	1
Educadores de Infância (Outros)	0	Assistentes Técnicos (Outros)	0	Assistentes Operacionais (Outros)	0	Outros Recursos Humanos (Outros)	0

AVALIAÇÃO DO EDIFICADO, REDES E MEIO ENVOLVENTE							
Caracterização do Meio Envolvente		Bom	Estado de Conservação do(s) Edifício(s)	Estrutura	Bom	Tetos	Bom
Acessibilidades	Acesso Geral	Bom		Cobertura	Bom	Escadas	Inexistente
	Pedonais	Deficiente		Salas	Bom	Ascensores	Inexistente
	Acessos para Pessoas com Mobilidade Condicionada	Razoável		Paredes Exteriores	Bom	Caixilharia e Portas Exteriores	Razoável
	Transportes Públicos	Bom		Paredes Interiores	Razoável	Caixilharia e Portas Interiores	Bom
				Revestimentos de Pavimentos Exteriores	Razoável	Dispositivos de Proteção Contra Queda	Bom
				Revestimentos de Pavimentos Interiores	Razoável	Dispositivos de Proteção de Vãos Exteriores	Bom

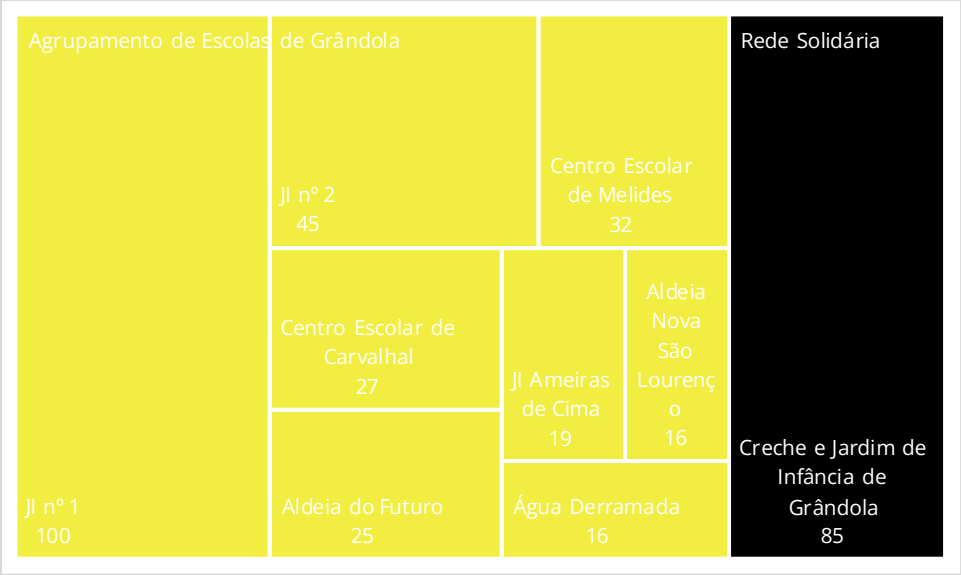
AVALIAÇÃO DO EDIFICADO, REDES E MEIO ENVOLVENTE							
Estado de Conservação dos Espaços de Apoio	Refeitório	Inexistente	Estado de Conservação das Redes e Instalações	Instalação de Distribuição de Água	Bom	Equipamento de Cozinha (Unidade de Confeção)	Inexistente
	Sala Polivalente	Bom		Instalação de Gás Natural	Inexistente	Instalação de Ventilação	Bom
	Sanitários	Bom		Instalação Elétrica e de Iluminação	Bom	Instalação de Climatização	Bom
				Instalações de Telecomunicações e Contra Intrusão	Bom	Wi-Fi	Deficiente
	Recreio Coberto	Inexistente		Instalação de Segurança Contra Incêndio	Razoável	Instalação de Drenagem de Águas Residuais	Bom
	Recreio Descoberto	Bom		Instalação de Evacuação de Lixo	Razoável	Instalação de Meios e Cuidados de Saúde	Bom
	Parque Infantil	Razoável		Esgotos	Bom		
	Campo de Jogos Exterior	Inexistente	Energia	Evolução do Consumo Energético nos Últimos 3 Anos	Neutra (Manutenção do consumo)	Adoção de Medidas Específicas de Aumento da Eficiência Energética	Não

PROBLEMAS DE CONSERVAÇÃO – APRECIAÇÃO GERAL E NECESSIDADES ESPECÍFICAS URGENTES	
Edifício(s)	O espaço educativo necessita de alguma intervenção de requalificação
Espaços Exteriores	necessidade de criação de espaço sombreado/coberto.

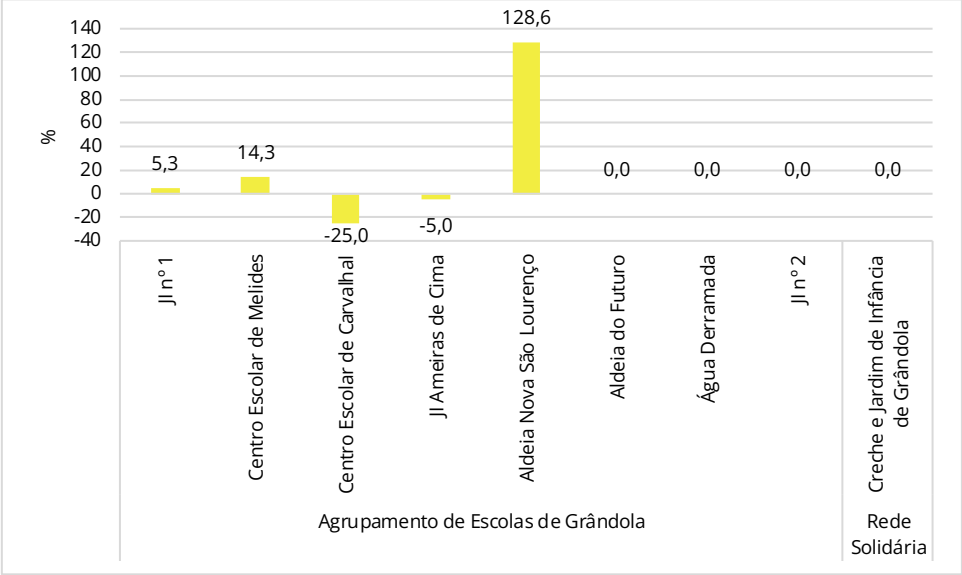
LEGENDA:

Excelente	Bom	Razoável	Deficiente	Inexistente

Agrupamento de Escolas	Agrupamento de Escolas de Grândola	Estabelecimento de Ensino	JI n.º 2 de Grândola	Freguesia	União das freguesias de Grândola e Santa Margarida da Serra



Número de alunos, em 2020/2021

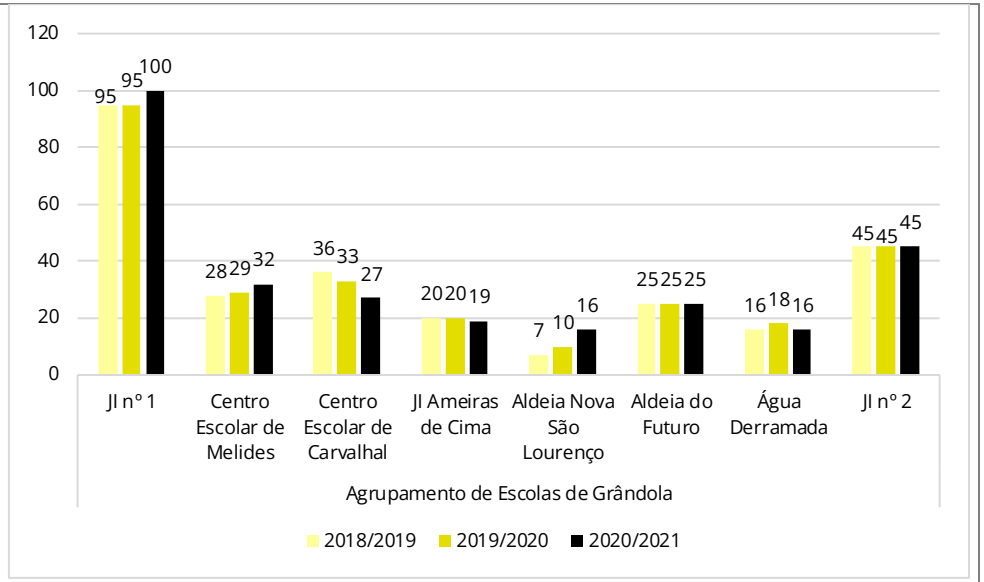


Variação do número de alunos 2018/2019-2020/2021

CARACTERIZAÇÃO GERAL							
Total de Edifícios	1	Ano de Construção (Edifício original)	2010	Ano de Construção (Edifício mais recente)	-	Ano da Última Reabilitação/Intervenção (> 50% do Edifício)	-
Edifícios Construídos de Raiz	0	Edifícios Adaptados	1	Situação Mista	0	Edifício de Uso Exclusivamente Educativo (Se Não, Que Funções)	Sim
Estado de Conservação Geral (edifícios)	Bom	Estado de Conservação Geral (Espaços Exteriores)	Razoável	Salas de Atividade com Condições para a Componente Letiva (total)	2	Salas de Atividade Ocupadas com Turma	-
Carência de Salas (N.º)	0	Carência de Salas (Finalidade)	-	Cedência de Salas/Espaços - Entidades/Associações	Não	Acessibilidades para Crianças com NEE	Sim
Serviço de Almoço (Refeições)	Sim	Tipo de Unidade de Confeção de Refeições	Unidade de confeção de refeições própria, sem confeção para o exterior				

ALUNOS								
N.º de crianças	2018/2019	45	2019/2020	45	2020/2021	45	Residentes no concelho (2020/2021)	45
AAAF	Antes da Componente Letiva (N.º)			41	Depois da Componente Letiva (N.º)			41
N.º de Crianças com Necessidades Educativas Específicas[12]			1	Unidades de ensino estruturado para a educação de alunos com perturbações do espectro do autismo				Não
Educação bilingue de alunos surdos			Não	Unidades de apoio especializado para a educação de alunos com multideficiência e surdocegueira congénita				Não

[12] Decreto-lei n.º 54/2018 de 6 de julho - Educação inclusiva

Educação de Alunos Cegos e com Baixa Visão	Não	Intervenção Precoce na Infância	Não	 Evolução do n.º de Crianças

RECURSOS HUMANOS							
Educadores de Infância (Quadro)	2	Assistentes Técnicos (Quadro)	2	Assistentes Operacionais (Quadro)	3	Outros Recursos Humanos (Quadro)	1
Educadores de Infância (Outros)	0	Assistentes Técnicos (Outros)	0	Assistentes Operacionais (Outros)	0	Outros Recursos Humanos (Outros)	0

AVALIAÇÃO DO EDIFICADO, REDES E MEIO ENVOLVENTE							
Caracterização do Meio Envolvente		Bom	Estado de Conservação do(s) Edifício(s)	Estrutura	Bom	Tetos	Bom
Acessibilidades	Acesso Geral	Bom		Cobertura	Bom	Escadas	Inexistente
	Pedonais	Bom		Salas	Bom	Ascensores	Inexistente
	Acessos para Pessoas com Mobilidade Condicionada	Bom		Paredes Exteriores	Bom	Caixilharia e Portas Exteriores	Bom
	Transportes Públicos	Inexistente		Paredes Interiores	Bom	Caixilharia e Portas Interiores	Bom
				Revestimentos de Pavimentos Exteriores	Razoável	Dispositivos de Proteção Contra Queda	Inexistente
				Revestimentos de Pavimentos Interiores	Razoável	Dispositivos de Proteção de Vãos Exteriores	Inexistente

AVALIAÇÃO DO EDIFICADO, REDES E MEIO ENVOLVENTE							
Estado de Conservação dos Espaços de Apoio	Refeitório	Bom	Estado de Conservação das Redes e Instalações	Instalação de Distribuição de Água	Razoável	Equipamento de Cozinha (Unidade de Confeção)	Inexistente
	Sala Polivalente	Bom		Instalação de Gás Natural	Inexistente	Instalação de Ventilação	Inexistente
	Sanitários	Razoável		Instalação Elétrica e de Iluminação	Razoável	Instalação de Climatização	Bom
				Instalações de Telecomunicações e Contra Intrusão	Inexistente	Wi-Fi	Bom
	Recreio Coberto	Inexistente		Instalação de Segurança Contra Incêndio	Razoável	Instalação de Drenagem de Águas Residuais	Inexistente
	Recreio Descoberto	Razoável		Instalação de Evacuação de Lixo	Inexistente	Instalação de Meios e Cuidados de Saúde	Inexistente
	Parque Infantil	Deficiente		Esgotos	Razoável		
	Campo de Jogos Exterior	Inexistente	Energia	Evolução do Consumo Energético nos Últimos 3 Anos	Neutra (Manutenção do consumo)	Adoção de Medidas Específicas de Aumento da Eficiência Energética	Não

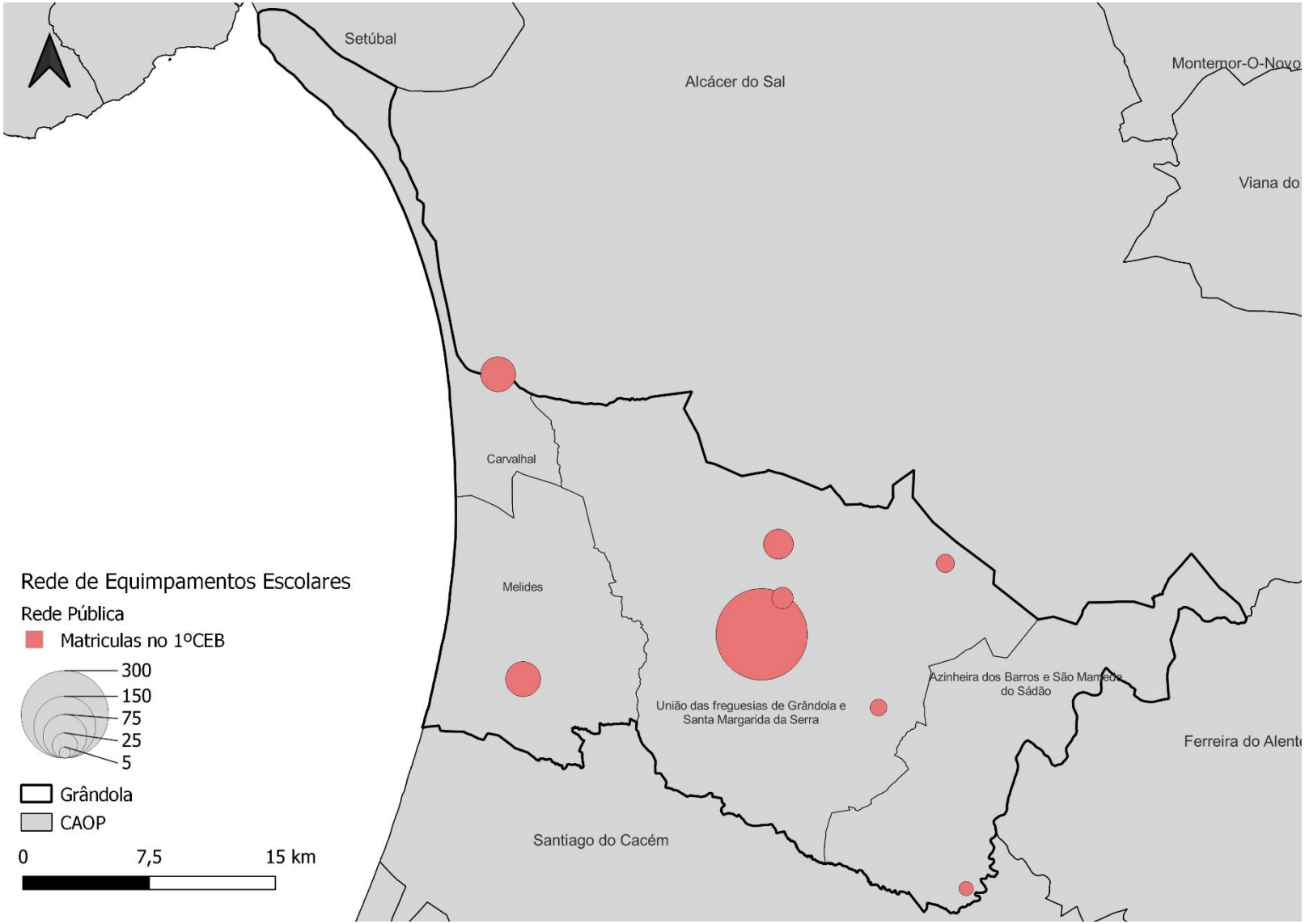
PROBLEMAS DE CONSERVAÇÃO – APRECIAÇÃO GERAL E NECESSIDADES ESPECÍFICAS URGENTES	
Edifício(s)	Bom estado de conservação.
Espaços Exteriores	As instalações são integradas num edifício residencial, o espaço exterior não está adaptado à prática desportiva. A sua atual delimitação seja favorece o espaço de recreio.

LEGENDA:

Excelente	Bom	Razoável	Deficiente	Inexistente

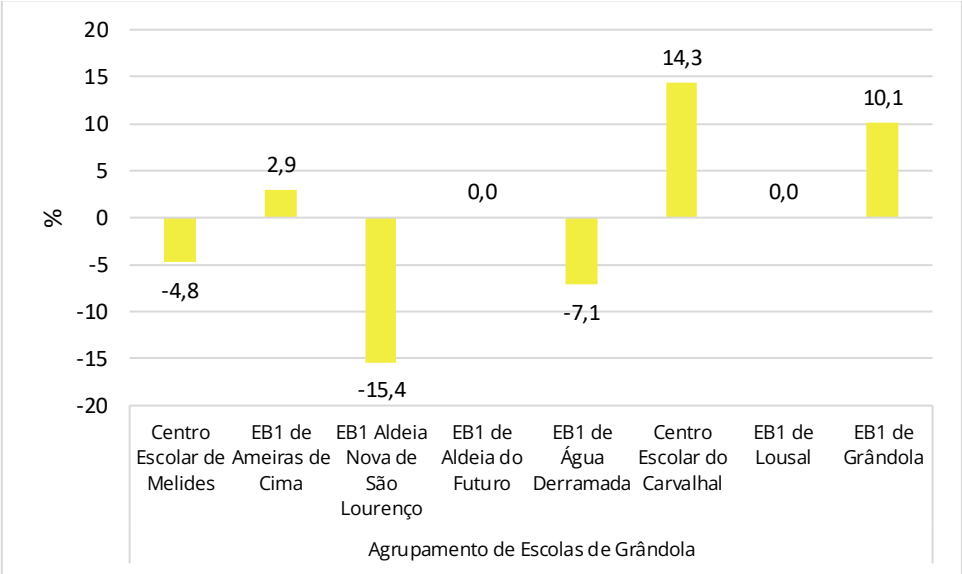
1º CICLO

Agrupamento de Escolas de Grândola
EB1 de Grândola
328
Centro Escolar de Melides
320
Centro Escolar do Carvalhal
48
EB1 de Ameiras de Cima
35
EB1 de Aldeia do Futuro
18
EB1 de Água Derramada
13
EB1 Aldeia Nova de São Lourenço...
EB1 de...


Setúbal
Alcácer do Sal
Montemor-O-Novo
Viana do
Carvalhal
Melides
União das freguesias de Grândola e Santa Margarida da Serra
Azinheira dos Barros e São Mamede do Sádão
Ferreira do Alent
Santiago do Cacém
Rede de Equimpamentos Escolares
Rede Pública
Matriculas no 1ºCEB
300
150
75
25
5
Grândola
CAOP
0
7,5
15 km

Agrupamento de Escolas	Agrupamento de Escolas de Grândola	Estabelecimento de Ensino	Centro Escolar de Melides	Freguesia	Melides

Número de alunos, em 2020/2021



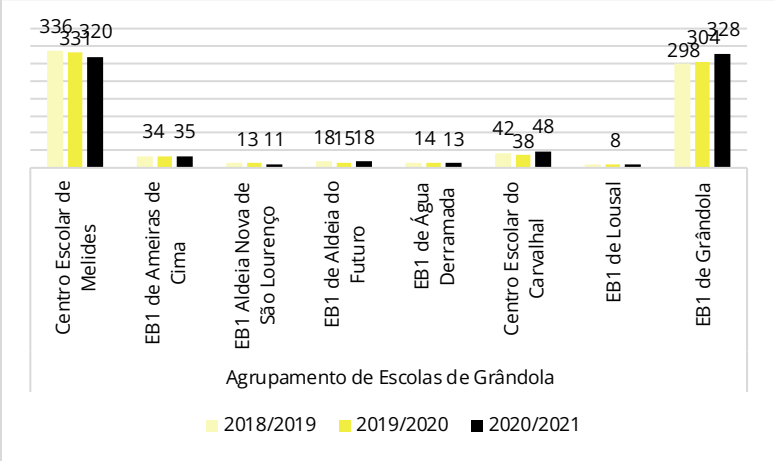
Variação do número de alunos 2018/2019-2020/2021

CARACTERIZAÇÃO GERAL							
Total de Edifícios	3	Ano de Construção (Edifício Original)	2011	Ano de Construção (Edifício Mais Recente)	-	Ano da Última Reabilitação/Intervenção (> 50% do Edifício)	-
Tipo de Construção dos Edifícios		Edifícios Construídos de Raiz	3	Edifícios Adaptados	0	Edifícios de Uso Exclusivamente Educativo (Se Não, Que Funções)	Sim
Estado de Conservação Geral (Edifícios)	Bom	Estado de Conservação Geral (Espaços Exteriores)	Bom	Salas de Atividade com Condições para a Componente Letiva (Total)	4	Salas de Atividade Ocupadas Com Turma	3
Salas: Educação Física/Polivalente	1	Salas: Informática	0	Carência de Salas (N.º)	Não	Carência de Salas (Finalidade)	-
Serviço de Almoço (Refeições)	Sim	Tipo de Unidade de confeção de refeições	Unidade de confeção própria - com confeção para o exterior	Acessibilidades para Crianças com NEE	Sim		

ALUNOS										
Evolução do N.º de Crianças	2018/2019	36	2019/2020	43	2020/2021	48	Residentes no Concelho (2020/2021)	48	Turmas (2020/2021)	2
Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) N.º de Crianças		18	Componente de Apoio à Família (CAF) N.º de Crianças			-				
N.º de Crianças com Necessidades Educativas Específicas[13]		0	Unidades de ensino estruturado para a educação de alunos com perturbações do espectro do autismo			Não				
Educação bilingue de alunos surdos		Não	Unidades de Apoio Especializado para a Educação de Alunos com Multideficiência e Surdo Cegueira Congénita			Não				
Educação de Alunos Cegos e com Baixa Visão		Não	Intervenção Precoce na Infância			Sim				

[13] Decreto-lei n.º 54/2018 de 6 de julho - Educação inclusiva

Alunos Retidos	2017/2018	1	2018/2019	2	2019/2020	2
Alunos que Abandonaram	2017/2018	0	2018/2019	0	2019/2020	0



Evolução do n.º de Crianças

RECURSOS HUMANOS							
Docentes (Quadro)	2	Assistentes Técnicos (Quadro)	0	Assistentes Operacionais (Quadro)	-	Outros Recursos Humanos (Quadro)	-
Docentes (Outros)	0	Assistentes Técnicos (Outros)	0	Assistentes Operacionais (Outros)	0	Outros Recursos Humanos (Outros)	0

AVALIAÇÃO DO EDIFICADO, REDES E MEIO ENVOLVENTE							
Caracterização do Meio Envolvente		Excelente	Estado de Conservação do(s) Edifício(s)	Estrutura	Bom	Tetos	Bom
Acessibilidades	Acesso Geral	Excelente		Cobertura	Razoável	Escadas	Bom
	Pedonais	Excelente		Salas	Bom	Ascensores	Deficiente
	Acessos para Pessoas com Mobilidade Condicionada	Bom		Paredes Exteriores	Bom	Caixilharia e Portas Exteriores	Bom
	Transportes Públicos	Razoável		Paredes Interiores	Bom	Caixilharia e Portas Interiores	Bom
				Revestimentos de Pavimentos Exteriores	Razoável	Dispositivos de Proteção Contra Queda	Bom
				Revestimentos de Pavimentos Interiores	Bom	Dispositivos de Proteção de Vãos Exteriores	Inexistente

AVALIAÇÃO DO EDIFICADO, REDES E MEIO ENVOLVENTE							
Estado de Conservação dos Espaços de Apoio	Refeitório	Bom	Estado de Conservação das Redes e Instalações	Instalação de Distribuição de Água	Bom	Equipamento de Cozinha (Unidade de confeção)	Razoável
	Sala Polivalente	Inexistente		Instalação de Gás Natural	Inexistente	Instalação de Ventilação	Bom
	Centro recursos / Biblioteca	Razoável		Instalação Elétrica e de Iluminação	Bom	Instalação de Climatização	Bom
				Instalações de Telecomunicações e Contra Intrusão	Inexistente	Wi-Fi	Bom
	Recreio Coberto	Inexistente		Instalação de Segurança Contra Incêndio	Bom	Instalação de Drenagem de Águas Residuais	Inexistente
	Recreio Descoberto	Bom		Instalação de Evacuação de Lixo	Inexistente	Instalação de Meios e Cuidados de Saúde	Inexistente
				Esgotos	Deficiente		
	Parque Infantil	Bom	Energia	Evolução do Consumo Energético nos Últimos 3 Anos	Neutra (manutenção do consumo)	Adoção de Medidas Específicas de Aumento da Eficiência Energética	Não
	Sanitários	Razoável					
	Campo de jogos	Inexistente					
	Campo de Jogos Exterior	Bom					

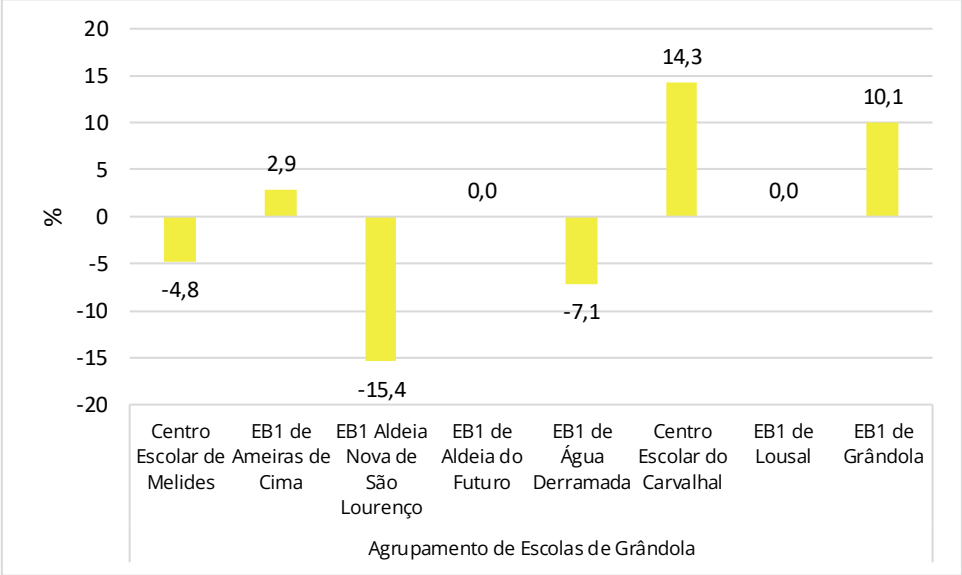
PROBLEMAS DE CONSERVAÇÂO – APRECIAÇÃO GERAL E NECESSIDADES ESPECÍFICAS URGENTES	
Edifício(s)	Bom estado de conservação geral.
Espaços Exteriores	Criação de um sistema de escoamento da água pluvial no acesso à sala da multideficiência.

LEGENDA:

Excelente	Bom	Razoável	Deficiente	Inexistente

Agrupamento de Escolas	Agrupamento de Escolas de Grândola	Estabelecimento de Ensino	EB1 de Ameiras de Cima	Freguesia	União das freguesias de Grândola e Santa Margarida da Serra

Número de alunos, em 2020/2021



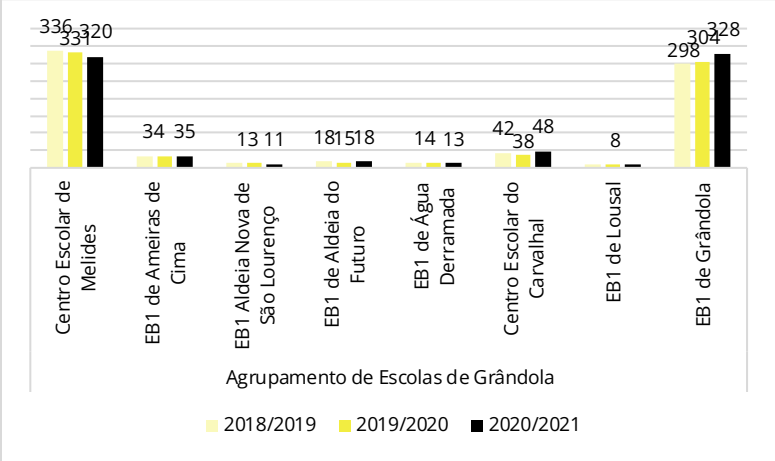
Variação do número de alunos 2018/2019-2020/2021

CARACTERIZAÇÃO GERAL							
Total de Edifícios	3	Ano de Construção (Edifício Original)	1963	Ano de Construção (Edifício Mais Recente)	2004	Ano da Última Reabilitação/Intervenção (> 50% do Edifício)	2019
Tipo de Construção dos Edifícios		Edifícios Construídos de Raiz	3	Edifícios Adaptados	0	Edifícios de Uso Exclusivamente Educativo (Se Não, Que Funções)	Sim
Estado de Conservação Geral (Edifícios)	Bom	Estado de Conservação Geral (Espaços Exteriores)	Bom	Salas de Atividade com Condições para a Componente Letiva (Total)	3	Salas de Atividade Ocupadas Com Turma	2
Salas: Educação Física/Polivalente	1	Salas: Informática	0	Carência de Salas (N.º)	Não	Carência de Salas (Finalidade)	-
Serviço de Almoço (Refeições)	Sim	Tipo de Unidade de confeção de refeições	Unidade de confeção própria - sem confeção para o exterior	Acessibilidades para Crianças com NEE	Sim		

ALUNOS										
Evolução do N.º de Crianças	2018/2019	34	2019/2020	34	2020/2021	35	Residentes no Concelho (2020/2021)	35	Turmas (2020/2021)	2
Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) N.º de Crianças		35	Componente de Apoio à Família (CAF) N.º de Crianças			-				
N.º de Crianças com Necessidades Educativas Específicas[14]		3	Unidades de ensino estruturado para a educação de alunos com perturbações do espectro do autismo			Não				
Educação bilingue de alunos surdos		Não	Unidades de Apoio Especializado para a Educação de Alunos com Multideficiência e Surdo Cegueira Congénita			Não				
Educação de Alunos Cegos e com Baixa Visão		Não	Intervenção Precoce na Infância			Não				

[14] Decreto-lei n.º 54/2018 de 6 de julho - Educação inclusiva

Alunos Retidos	2017/2018	1	2018/2019	2	2019/2020	0
Alunos que Abandonaram	2017/2018	0	2018/2019	0	2019/2020	0



Evolução do n.º de Crianças

RECURSOS HUMANOS							
Docentes (Quadro)	2	Assistentes Técnicos (Quadro)	0	Assistentes Operacionais (Quadro)	2	Outros Recursos Humanos (Quadro)	0
Docentes (Outros)	0	Assistentes Técnicos (Outros)	0	Assistentes Operacionais (Outros)	0	Outros Recursos Humanos (Outros)	0

AVALIAÇÃO DO EDIFICADO, REDES E MEIO ENVOLVENTE							
Caracterização do Meio Envolvente		Bom	Estado de Conservação do(s) Edifício(s)	Estrutura	Bom	Tetos	Bom
Acessibilidades	Acesso Geral	Bom		Cobertura	Bom	Escadas	Inexistente
	Pedonais	Bom		Salas	Bom	Ascensores	Inexistente
	Acessos para Pessoas com Mobilidade Condicionada	Razoável		Paredes Exteriores	Bom	Caixilharia e Portas Exteriores	Bom
	Transportes Públicos	Razoável		Paredes Interiores	Bom	Caixilharia e Portas Interiores	Bom
				Revestimentos de Pavimentos Exteriores	Bom	Dispositivos de Proteção Contra Queda	Inexistente
				Revestimentos de Pavimentos Interiores	Bom	Dispositivos de Proteção de Vãos Exteriores	Inexistente

AVALIAÇÃO DO EDIFICADO, REDES E MEIO ENVOLVENTE							
Estado de Conservação dos Espaços de Apoio	Refeitório	Bom	Estado de Conservação das Redes e Instalações	Instalação de Distribuição de Água	Bom	Equipamento de Cozinha (Unidade de confeção)	Bom
	Sala Polivalente	Bom		Instalação de Gás Natural	Inexistente	Instalação de Ventilação	Inexistente
	Centro recursos / Biblioteca	Razoável		Instalação Elétrica e de Iluminação	Bom	Instalação de Climatização	Bom
				Instalações de Telecomunicações e Contra Intrusão	Inexistente	Wi-Fi	Inexistente
	Recreio Coberto	Inexistente		Instalação de Segurança Contra Incêndio	Bom	Instalação de Drenagem de Águas Residuais	Inexistente
	Recreio Descoberto	Bom		Instalação de Evacuação de Lixo	Inexistente	Instalação de Meios e Cuidados de Saúde	Inexistente
				Esgotos	Bom		
	Parque Infantil	Bom	Energia	Evolução do Consumo Energético nos Últimos 3 Anos	Neutra (manutenção do consumo)	Adoção de Medidas Específicas de Aumento da Eficiência Energética	Não
	Sanitários	Bom					
	Campo de jogos	Inexistente					
	Campo de Jogos Exterior	Inexistente					

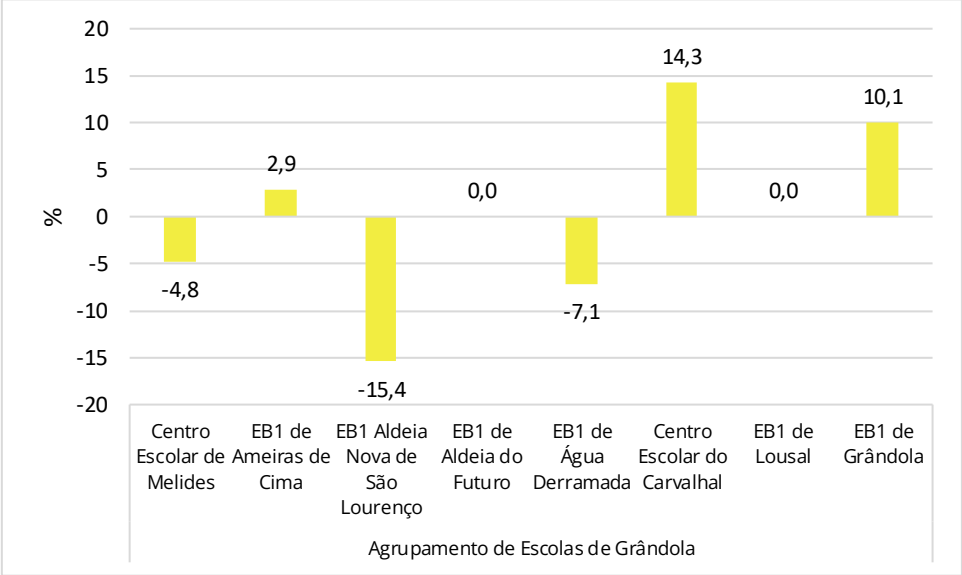
PROBLEMAS DE CONSERVAÇÂO – APRECIAÇÃO GERAL E NECESSIDADES ESPECÍFICAS URGENTES	
Edifício(s)	Edifícios em bom estado de conservação.
Espaços Exteriores	É necessária uma cobertura no recreio exterior.

LEGENDA:

Excelente	Bom	Razoável	Deficiente	Inexistente

Agrupamento de Escolas	Agrupamento de Escolas de Grândola	Estabelecimento de Ensino	EB 1 Aldeia Nova de São Lourenço	Freguesia	União das freguesias de Grândola e Santa Margarida da Serra

Número de alunos, em 2020/2021



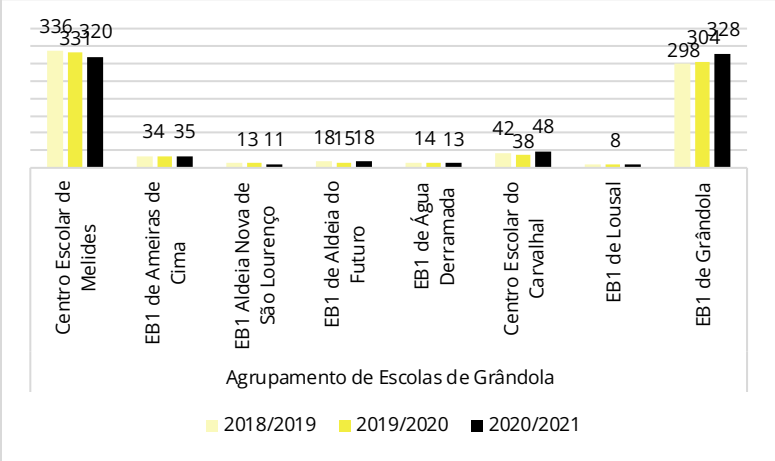
Variação do número de alunos 2018/2019-2020/2021

CARACTERIZAÇÃO GERAL							
Total de Edifícios	2	Ano de Construção (Edifício Original)	1963	Ano de Construção (Edifício Mais Recente)	1998	Ano da Última Reabilitação/Intervenção (> 50% do Edifício)	-
Tipo de Construção dos Edifícios		Edifícios Construídos de Raiz	2	Edifícios Adaptados	0	Edifícios de Uso Exclusivamente Educativo (Se Não, Que Funções)	Sim
Estado de Conservação Geral (Edifícios)	Razoável	Estado de Conservação Geral (Espaços Exteriores)	Razoável	Salas de Atividade com Condições para a Componente Letiva (Total)	2	Salas de Atividade Ocupadas Com Turma	1
Salas: Educação Física/Polivalente	0	Salas: Informática	0	Carência de Salas (N.º)	Não	Carência de Salas (Finalidade)	-
Serviço de Almoço (Refeições)	Sim	Tipo de Unidade de confeção de refeições	Unidade de confeção externa	Acessibilidades para Crianças com NEE	Não		

ALUNOS										
Evolução do N.º de Crianças	2018/2019	13	2019/2020	13	2020/2021	11	Residentes no Concelho (2020/2021)	11	Turmas (2020/2021)	1
Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) N.º de Crianças		11	Componente de Apoio à Família (CAF) N.º de Crianças			-				
N.º de Crianças com Necessidades Educativas Específicas[15]		1	Unidades de ensino estruturado para a educação de alunos com perturbações do espectro do autismo			Não				
Educação bilingue de alunos surdos		Não	Unidades de Apoio Especializado para a Educação de Alunos com Multideficiência e Surdo Cegueira Congénita			Não				
Educação de Alunos Cegos e com Baixa Visão		Não	Intervenção Precoce na Infância			Não				
Alunos Retidos	2017/2018	0	2018/2019	0	2019/2020	0				

[15] Decreto-lei n.º 54/2018 de 6 de julho - Educação inclusiva

Alunos que Abandonaram	2017/2018	0	2018/2019	0	2019/2020	0



Evolução do n.º de Crianças

RECURSOS HUMANOS							
Docentes (Quadro)	1	Assistentes Técnicos (Quadro)	0	Assistentes Operacionais (Quadro)	2	Outros Recursos Humanos (Quadro)	0
Docentes (Outros)	0	Assistentes Técnicos (Outros)	0	Assistentes Operacionais (Outros)	0	Outros Recursos Humanos (Outros)	0

AVALIAÇÃO DO EDIFICADO, REDES E MEIO ENVOLVENTE							
Caracterização do Meio Envolvente		Razoável	Estado de Conservação do(s) Edifício(s)	Estrutura	Razoável	Tetos	Razoável
Acessibilidades	Acesso Geral	Razoável		Cobertura	Razoável	Escadas	Inexistente
	Pedonais	Razoável		Salas	Razoável	Ascensores	Inexistente
	Acessos para Pessoas com Mobilidade Condicionada	Deficiente		Paredes Exteriores	Razoável	Caixilharia e Portas Exteriores	Razoável
	Transportes Públicos	Razoável		Paredes Interiores	Razoável	Caixilharia e Portas Interiores	Razoável
				Revestimentos de Pavimentos Exteriores	Razoável	Dispositivos de Proteção Contra Queda	Inexistente
				Revestimentos de Pavimentos Interiores	Razoável	Dispositivos de Proteção de Vãos Exteriores	Inexistente

AVALIAÇÃO DO EDIFICADO, REDES E MEIO ENVOLVENTE							
Estado de Conservação dos Espaços de Apoio	Refeitório	Inexistente	Estado de Conservação das Redes e Instalações	Instalação de Distribuição de Água	Razoável	Equipamento de Cozinha (Unidade de confeção)	Inexistente
	Sala Polivalente	Inexistente		Instalação de Gás Natural	Inexistente	Instalação de Ventilação	Razoável
	Centro recursos / Biblioteca	Inexistente		Instalação Elétrica e de Iluminação	Razoável	Instalação de Climatização	Razoável
				Instalações de Telecomunicações e Contra Intrusão	Inexistente	Wi-Fi	Inexistente
	Recreio Coberto	Inexistente		Instalação de Segurança Contra Incêndio	Razoável	Instalação de Drenagem de Águas Residuais	Inexistente
	Recreio Descoberto	Razoável		Instalação de Evacuação de Lixo	Inexistente	Instalação de Meios e Cuidados de Saúde	Inexistente
				Esgotos	Razoável		
	Parque Infantil	Razoável	Energia	Evolução do Consumo Energético nos Últimos 3 Anos	Neutra (manutenção do consumo)	Adoção de Medidas Específicas de Aumento da Eficiência Energética	Não
	Sanitários	Razoável					
	Campo de jogos	Razoável					
	Campo de Jogos Exterior	Razoável					

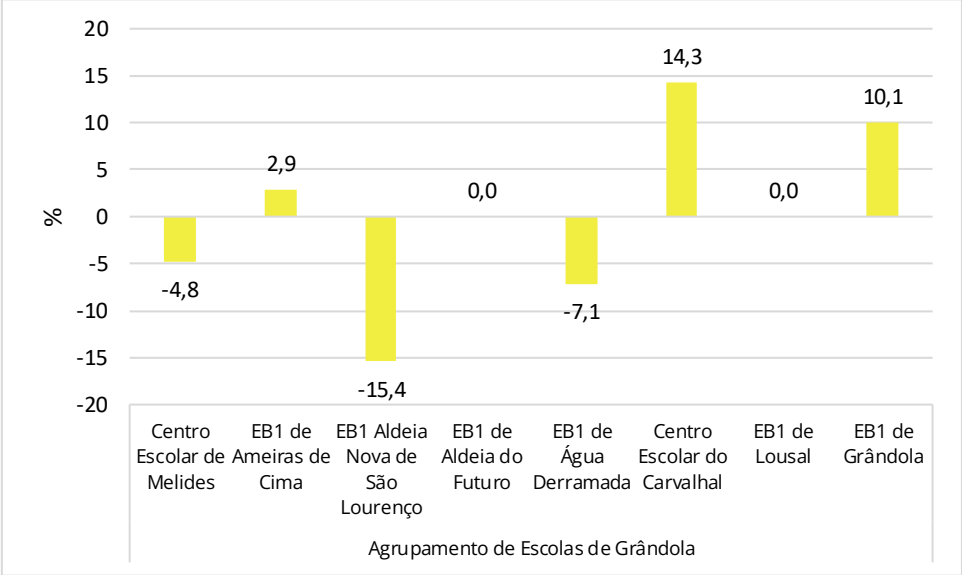
PROBLEMAS DE CONSERVAÇÂO – APRECIAÇÃO GERAL E NECESSIDADES ESPECÍFICAS URGENTES	
Edifício(s)	Embora tenha sofrido obras em 2004, o edifício necessita de melhoramentos.
Espaços Exteriores	O espaço exterior necessita de ser intervencionado, nomeadamente a criação de uma zona exterior coberta.

LEGENDA:

Excelente	Bom	Razoável	Deficiente	Inexistente

Agrupamento de Escolas	Agrupamento de Escolas de Grândola	Estabelecimento de Ensino	EB1 de Aldeia do Futuro	Freguesia	União das freguesias de Grândola e Santa Margarida da Serra

Número de alunos, em 2020/2021



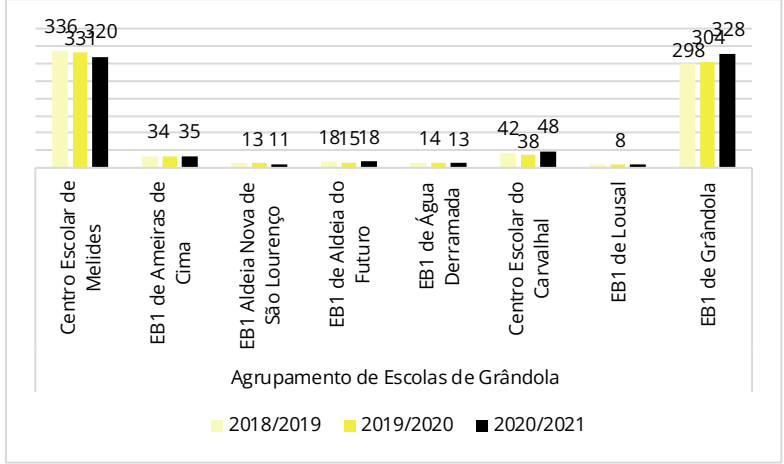
Variação do número de alunos 2018/2019-2020/2021

CARACTERIZAÇÃO GERAL							
Total de Edifícios	2	Ano de Construção (Edifício Original)	1964	Ano de Construção (Edifício Mais Recente)	2004	Ano da Última Reabilitação/Intervenção (> 50% do Edifício)	2019
Tipo de Construção dos Edifícios		Edifícios Construídos de Raiz	2	Edifícios Adaptados	0	Edifícios de Uso Exclusivamente Educativo (Se Não, Que Funções)	Sim
Estado de Conservação Geral (Edifícios)	Bom	Estado de Conservação Geral (Espaços Exteriores)	Bom	Salas de Atividade com Condições para a Componente Letiva (Total)	1	Salas de Atividade Ocupadas Com Turma	1
Salas: Educação Física/Polivalente	0	Salas: Informática	0	Carência de Salas (N.º)	Não	Carência de Salas (Finalidade)	-
Serviço de Almoço (Refeições)	Sim	Tipo de Unidade de confeção de refeições	Unidade de confeção externa	Acessibilidades para Crianças com NEE	Sim		

ALUNOS										
Evolução do N.º de Crianças	2018/2019	18	2019/2020	15	2020/2021	18	Residentes no Concelho (2020/2021)	18	Turmas (2020/2021)	1
Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) N.º de Crianças		18	Componente de Apoio à Família (CAF) N.º de Crianças			-				
N.º de Crianças com Necessidades Educativas Específicas[16]		4	Unidades de ensino estruturado para a educação de alunos com perturbações do espectro do autismo			Não				
Educação bilingue de alunos surdos		Não	Unidades de Apoio Especializado para a Educação de Alunos com Multideficiência e Surdo Cegueira Congénita			Não				
Educação de Alunos Cegos e com Baixa Visão		Não	Intervenção Precoce na Infância			Não				
Alunos Retidos	2017/2018	1	2018/2019	0	2019/2020	0				

[16] Decreto-lei n.º 54/2018 de 6 de julho - Educação inclusiva

Alunos que Abandonaram	2017/2018	0	2018/2019	0	2019/2020	0



Evolução do n.º de Crianças

RECURSOS HUMANOS							
Docentes (Quadro)	1	Assistentes Técnicos (Quadro)	0	Assistentes Operacionais (Quadro)	0	Outros Recursos Humanos (Quadro)	1
Docentes (Outros)	0	Assistentes Técnicos (Outros)	0	Assistentes Operacionais (Outros)	0	Outros Recursos Humanos (Outros)	0

AVALIAÇÃO DO EDIFICADO, REDES E MEIO ENVOLVENTE							
Caracterização do Meio Envolvente		Bom	Estado de Conservação do(s) Edifício(s)	Estrutura	Bom	Tetos	Bom
Acessibilidades	Acesso Geral	Bom		Cobertura	Bom	Escadas	Bom
	Pedonais	Razoável		Salas	Bom	Ascensores	Bom
	Acessos para Pessoas com Mobilidade Condicionada	Bom		Paredes Exteriores	Bom	Caixilharia e Portas Exteriores	Bom
	Transportes Públicos	Bom		Paredes Interiores	Bom	Caixilharia e Portas Interiores	Bom
				Revestimentos de Pavimentos Exteriores	Bom	Dispositivos de Proteção Contra Queda	Bom
				Revestimentos de Pavimentos Interiores	Bom	Dispositivos de Proteção de Vãos Exteriores	Bom

AVALIAÇÃO DO EDIFICADO, REDES E MEIO ENVOLVENTE							
Estado de Conservação dos Espaços de Apoio	Refeitório	Inexistente	Estado de Conservação das Redes e Instalações	Instalação de Distribuição de Água	Bom	Equipamento de Cozinha (Unidade de confeção)	Inexistente
	Sala Polivalente	Bom		Instalação de Gás Natural	Inexistente	Instalação de Ventilação	Inexistente
	Centro recursos / Biblioteca	Inexistente		Instalação Elétrica e de Iluminação	Bom	Instalação de Climatização	Bom
				Instalações de Telecomunicações e Contra Intrusão	Bom	Wi-Fi	Bom
	Recreio Coberto	Inexistente		Instalação de Segurança Contra Incêndio	Bom	Instalação de Drenagem de Águas Residuais	Inexistente
	Recreio Descoberto	Bom		Instalação de Evacuação de Lixo	Bom	Instalação de Meios e Cuidados de Saúde	Inexistente
				Esgotos	Bom		
	Parque Infantil	Bom	Energia	Evolução do Consumo Energético nos Últimos 3 Anos	Neutra (manutenção do consumo)	Adoção de Medidas Específicas de Aumento da Eficiência Energética	Não
	Sanitários	Bom					
	Campo de jogos	Bom					
	Campo de Jogos Exterior	Bom					

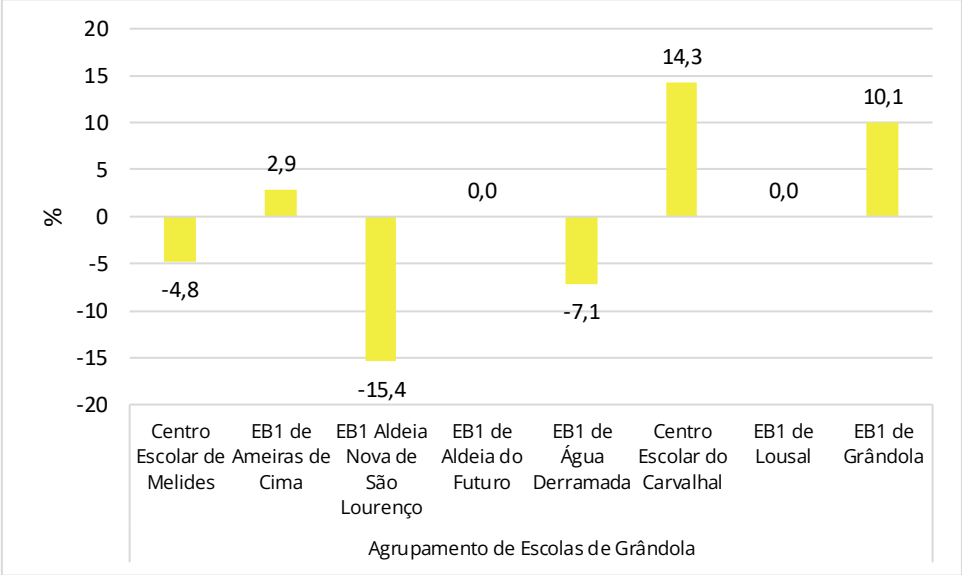
PROBLEMAS DE CONSERVAÇÂO – APRECIAÇÃO GERAL E NECESSIDADES ESPECÍFICAS URGENTES	
Edifício(s)	Bom estado de conservação geral
Espaços Exteriores	Necessidade de criar uma cobertura na zona de recreio.

LEGENDA:

Excelente	Bom	Razoável	Deficiente	Inexistente

Agrupamento de Escolas	Agrupamento de Escolas de Grândola	Estabelecimento de Ensino	EB1 de Água Derramada	Freguesia	União das freguesias de Grândola e Santa Margarida da Serra

Número de alunos, em 2020/2021



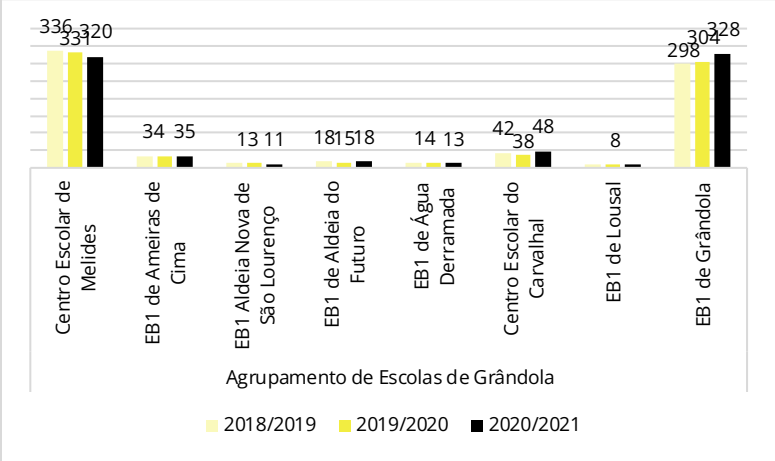
Variação do número de alunos 2018/2019-2020/2021

CARACTERIZAÇÃO GERAL							
Total de Edifícios	2	Ano de Construção (Edifício Original)	1964	Ano de Construção (Edifício Mais Recente)	2001	Ano da Última Reabilitação/Intervenção (> 50% do Edifício)	2001
Tipo de Construção dos Edifícios		Edifícios Construídos de Raiz	2	Edifícios Adaptados	0	Edifícios de Uso Exclusivamente Educativo (Se Não, Que Funções)	Sim
Estado de Conservação Geral (Edifícios)	Razoável	Estado de Conservação Geral (Espaços Exteriores)	Razoável	Salas de Atividade com Condições para a Componente Letiva (Total)	1	Salas de Atividade Ocupadas Com Turma	1
Salas: Educação Física/Polivalente	0	Salas: Informática	0	Carência de Salas (N.º)	Não	Carência de Salas (Finalidade)	-
Serviço de Almoço (Refeições)	Sim	Tipo de Unidade de confeção de refeições	Unidade de confeção externa	Acessibilidades para Crianças com NEE	Sim		

ALUNOS										
Evolução do N.º de Crianças	2018/2019	14	2019/2020	14	2020/2021	13	Residentes no Concelho (2020/2021)	13	Turmas (2020/2021)	1
Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) N.º de Crianças		13	Componente de Apoio à Família (CAF) N.º de Crianças			-				
N.º de Crianças com Necessidades Educativas Específicas[17]		0	Unidades de ensino estruturado para a educação de alunos com perturbações do espectro do autismo			Não				
Educação bilingue de alunos surdos		Não	Unidades de Apoio Especializado para a Educação de Alunos com Multideficiência e Surdo Cegueira Congénita			Não				
Educação de Alunos Cegos e com Baixa Visão		Não	Intervenção Precoce na Infância			Não				
Alunos Retidos	2017/2018	1	2018/2019	0	2019/2020	0				

[17] Decreto-lei n.º 54/2018 de 6 de julho - Educação inclusiva

Alunos que Abandonaram	2017/2018	0	2018/2019	0	2019/2020	0



Evolução do n.º de Crianças

RECURSOS HUMANOS							
Docentes (Quadro)	1	Assistentes Técnicos (Quadro)	0	Assistentes Operacionais (Quadro)	0	Outros Recursos Humanos (Quadro)	1
Docentes (Outros)	0	Assistentes Técnicos (Outros)	0	Assistentes Operacionais (Outros)	0	Outros Recursos Humanos (Outros)	0

AVALIAÇÃO DO EDIFICADO, REDES E MEIO ENVOLVENTE							
Caracterização do Meio Envolvente		Razoável	Estado de Conservação do(s) Edifício(s)	Estrutura	Bom	Tetos	Bom
Acessibilidades	Acesso Geral	Bom		Cobertura	Bom	Escadas	Inexistente
	Pedonais	Bom		Salas	Bom	Ascensores	Inexistente
	Acessos para Pessoas com Mobilidade Condicionada	Bom		Paredes Exteriores	Bom	Caixilharia e Portas Exteriores	Bom
	Transportes Públicos	Bom		Paredes Interiores	Bom	Caixilharia e Portas Interiores	Bom
				Revestimentos de Pavimentos Exteriores	Bom	Dispositivos de Proteção Contra Queda	Inexistente
				Revestimentos de Pavimentos Interiores	Bom	Dispositivos de Proteção de Vãos Exteriores	Inexistente

AVALIAÇÃO DO EDIFICADO, REDES E MEIO ENVOLVENTE							
Estado de Conservação dos Espaços de Apoio	Refeitório	Inexistente	Estado de Conservação das Redes e Instalações	Instalação de Distribuição de Água	Bom	Equipamento de Cozinha (Unidade de confeção)	Bom
	Sala Polivalente	Inexistente		Instalação de Gás Natural	Inexistente	Instalação de Ventilação	Bom
	Centro recursos / Biblioteca	Inexistente		Instalação Elétrica e de Iluminação	Bom	Instalação de Climatização	Bom
				Instalações de Telecomunicações e Contra Intrusão	Inexistente	Wi-Fi	Bom
	Recreio Coberto	Inexistente		Instalação de Segurança Contra Incêndio	Bom	Instalação de Drenagem de Águas Residuais	Inexistente
	Recreio Descoberto	Bom		Instalação de Evacuação de Lixo	Inexistente	Instalação de Meios e Cuidados de Saúde	Inexistente
				Esgotos	Bom		
	Parque Infantil	Razoável	Energia	Evolução do Consumo Energético nos Últimos 3 Anos	Neutra (manutenção do consumo)	Adoção de Medidas Específicas de Aumento da Eficiência Energética	Não
	Sanitários	Razoável					
	Campo de jogos	Inexistente					
	Campo de Jogos Exterior	Inexistente					

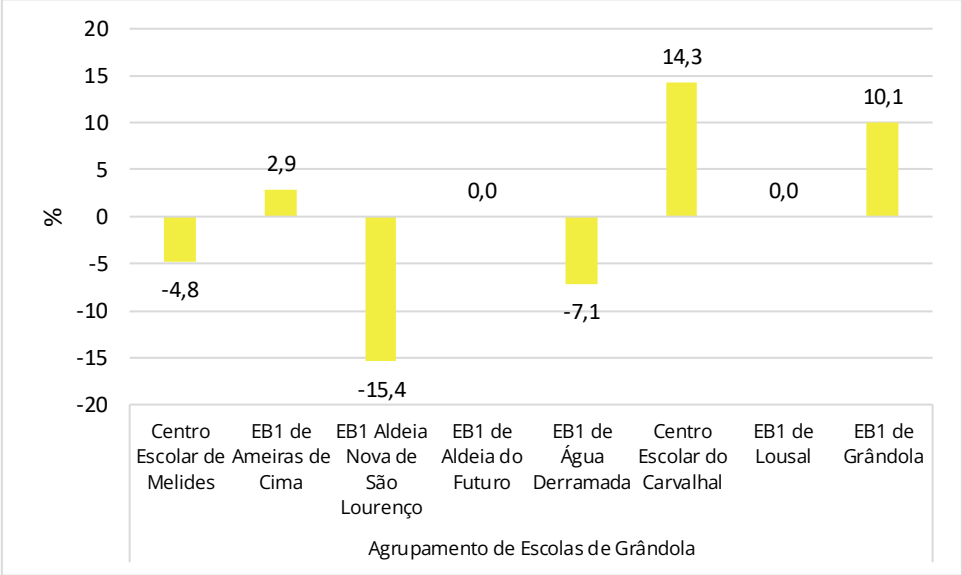
PROBLEMAS DE CONSERVAÇÂO – APRECIAÇÃO GERAL E NECESSIDADES ESPECÍFICAS URGENTES	
Edifício(s)	O espaço educativo necessita de alguma intervenção de requalificação.
Espaços Exteriores	Necessidade de cobertura no recinto exterior.

LEGENDA:

Excelente	Bom	Razoável	Deficiente	Inexistente

Agrupamento de Escolas	Agrupamento de Escolas de Grândola	Estabelecimento de Ensino	Centro Escolar do Carvalhal	Freguesia	Carvalhal

Número de alunos, em 2020/2021



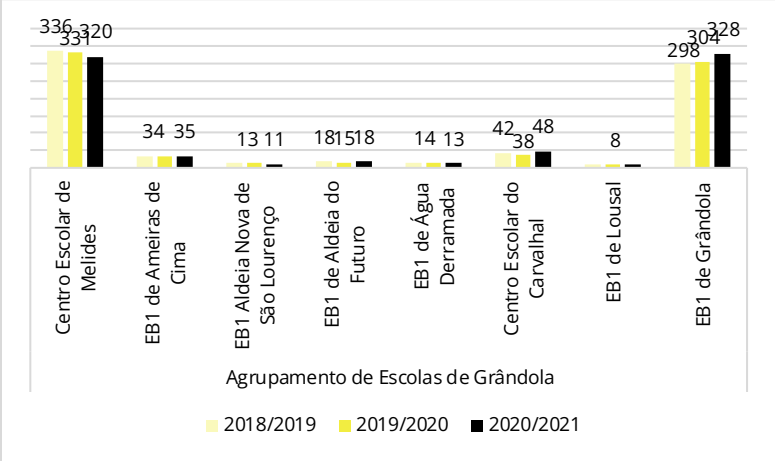
Variação do número de alunos 2018/2019-2020/2021

CARACTERIZAÇÃO GERAL							
Total de Edifícios	3	Ano de Construção (Edifício Original)	2011	Ano de Construção (Edifício Mais Recente)	2011	Ano da Última Reabilitação/Intervenção (> 50% do Edifício)	-
Tipo de Construção dos Edifícios		Edifícios Construídos de Raiz	3	Edifícios Adaptados	0	Edifícios de Uso Exclusivamente Educativo (Se Não, Que Funções)	Sim
Estado de Conservação Geral (Edifícios)	Bom	Estado de Conservação Geral (Espaços Exteriores)	Bom	Salas de Atividade com Condições para a Componente Letiva (Total)	4	Salas de Atividade Ocupadas Com Turma	3
Salas: Educação Física/Polivalente	1	Salas: Informática	0	Carência de Salas (N.º)	Não	Carência de Salas (Finalidade)	-
Serviço de Almoço (Refeições)	Sim	Tipo de Unidade de confeção de refeições	Unidade de confeção própria - Com confeção para o exterior	Acessibilidades para Crianças com NEE	Sim		

ALUNOS										
Evolução do N.º de Crianças	2018/2019	42	2019/2020	38	2020/2021	48	Residentes no Concelho (2020/2021)	47	Turmas (2020/2021)	3
Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) N.º de Crianças		48	Componente de Apoio à Família (CAF) N.º de Crianças			-				
N.º de Crianças com Necessidades Educativas Específicas[18]		0	Unidades de ensino estruturado para a educação de alunos com perturbações do espectro do autismo			Não				
Educação bilingue de alunos surdos		Não	Unidades de Apoio Especializado para a Educação de Alunos com Multideficiência e Surdo Cegueira Congénita			Não				
Educação de Alunos Cegos e com Baixa Visão		Não	Intervenção Precoce na Infância			Não				

[18] Decreto-lei n.º 54/2018 de 6 de julho - Educação inclusiva

Alunos Retidos	2017/2018	2	2018/2019	1	2019/2020	0
Alunos que Abandonaram	2017/2018	0	2018/2019	0	2019/2020	0



Evolução do n.º de Crianças

RECURSOS HUMANOS							
Docentes (Quadro)	3	Assistentes Técnicos (Quadro)	0	Assistentes Operacionais (Quadro)	2	Outros Recursos Humanos (Quadro)	1
Docentes (Outros)	0	Assistentes Técnicos (Outros)	0	Assistentes Operacionais (Outros)	0	Outros Recursos Humanos (Outros)	0

AVALIAÇÃO DO EDIFICADO, REDES E MEIO ENVOLVENTE							
Caracterização do Meio Envolvente		Excelente	Estado de Conservação do(s) Edifício(s)	Estrutura	Bom	Tetos	Bom
Acessibilidades	Acesso Geral	Bom		Cobertura	Bom	Escadas	Bom
	Pedonais	Bom		Salas	Bom	Ascensores	Inexistente
	Acessos para Pessoas com Mobilidade Condicionada	Bom		Paredes Exteriores	Bom	Caixilharia e Portas Exteriores	Bom
	Transportes Públicos	Bom		Paredes Interiores	Bom	Caixilharia e Portas Interiores	Bom
				Revestimentos de Pavimentos Exteriores	Bom	Dispositivos de Proteção Contra Queda	Bom
				Revestimentos de Pavimentos Interiores	Bom	Dispositivos de Proteção de Vãos Exteriores	Bom

AVALIAÇÃO DO EDIFICADO, REDES E MEIO ENVOLVENTE							
Estado de Conservação dos Espaços de Apoio	Refeitório	Excelente	Estado de Conservação das Redes e Instalações	Instalação de Distribuição de Água	Bom	Equipamento de Cozinha (Unidade de confeção)	Bom
	Sala Polivalente	Excelente		Instalação de Gás Natural	Inexistente	Instalação de Ventilação	Inexistente
	Centro recursos / Biblioteca	Bom		Instalação Elétrica e de Iluminação	Bom	Instalação de Climatização	Bom
				Instalações de Telecomunicações e Contra Intrusão	Bom	Wi-Fi	Bom
	Recreio Coberto	Bom		Instalação de Segurança Contra Incêndio	Bom	Instalação de Drenagem de Águas Residuais	Bom
	Recreio Descoberto	Excelente		Instalação de Evacuação de Lixo	Bom	Instalação de Meios e Cuidados de Saúde	Bom
				Esgotos	Bom		
	Parque Infantil	Bom	Energia	Evolução do Consumo Energético nos Últimos 3 Anos	Neutra (manutenção do consumo)	Adoção de Medidas Específicas de Aumento da Eficiência Energética	Não
	Sanitários	Bom					
	Campo de jogos	Bom					
	Campo de Jogos Exterior	Bom					

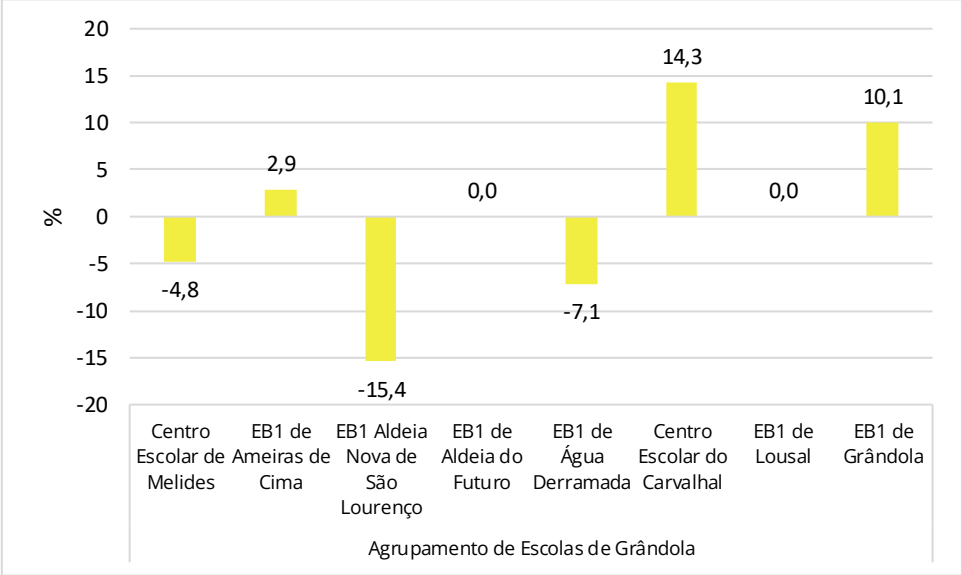
PROBLEMAS DE CONSERVAÇÂO – APRECIAÇÃO GERAL E NECESSIDADES ESPECÍFICAS URGENTES	
Edifício(s)	Os edifícios apresentam bom estado de conservação geral.
Espaços Exteriores	Os edifícios apresentam bom estado de conservação geral.

LEGENDA:

Excelente	Bom	Razoável	Deficiente	Inexistente

Agrupamento de Escolas	Agrupamento de Escolas de Grândola	Estabelecimento de Ensino	EB1 de Lousal	Freguesia	Azinheira dos Barros e São Mamede do Sádão

Número de alunos, em 2020/2021



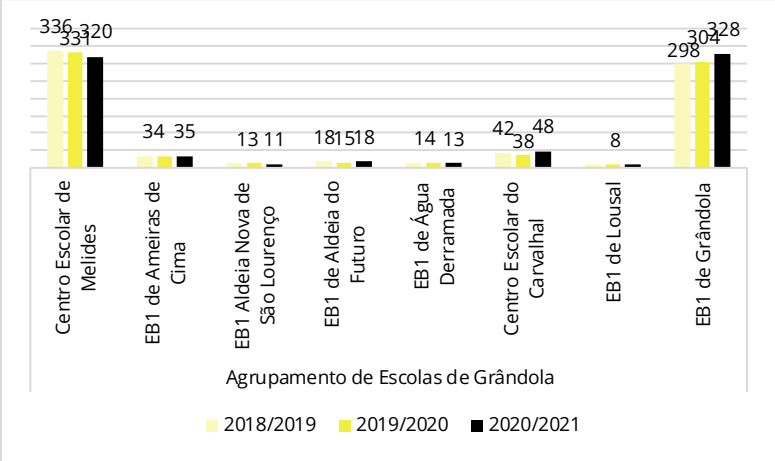
Variação do número de alunos 2018/2019-2020/2021

CARACTERIZAÇÃO GERAL							
Total de Edifícios	1	Ano de Construção (Edifício Original)	1957	Ano de Construção (Edifício Mais Recente)	2009	Ano da Última Reabilitação/Intervenção (> 50% do Edifício)	2009
Tipo de Construção dos Edifícios		Edifícios Construídos de Raiz	-	Edifícios Adaptados	1	Edifícios de Uso Exclusivamente Educativo (Se Não, Que Funções)	Sim
Estado de Conservação Geral (Edifícios)	Razoável	Estado de Conservação Geral (Espaços Exteriores)	Razoável	Salas de Atividade com Condições para a Componente Letiva (Total)	2	Salas de Atividade Ocupadas Com Turma	1
Salas: Educação Física/Polivalente	0	Salas: Informática	0	Carência de Salas (N.º)	Não	Carência de Salas (Finalidade)	-
Serviço de Almoço (Refeições)	Sim	Tipo de Unidade de confeção de refeições	Unidade de confeção externa	Acessibilidades para Crianças com NEE	Sim		

ALUNOS										
Evolução do N.º de Crianças	2018/2019	8	2019/2020	8	2020/2021	8	Residentes no Concelho (2020/2021)	8	Turmas (2020/2021)	1
Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) N.º de Crianças		8	Componente de Apoio à Família (CAF) N.º de Crianças			-				
N.º de Crianças com Necessidades Educativas Específicas[19]		0	Unidades de ensino estruturado para a educação de alunos com perturbações do espectro do autismo			Não				
Educação bilingue de alunos surdos		Não	Unidades de Apoio Especializado para a Educação de Alunos com Multideficiência e Surdo Cegueira Congénita			Não				
Educação de Alunos Cegos e com Baixa Visão		Não	Intervenção Precoce na Infância			Não				
Alunos Retidos	2017/2018	1	2018/2019	0	2019/2020	0				

[19] Decreto-lei n.º 54/2018 de 6 de julho - Educação inclusiva

Alunos que Abandonaram	2017/2018	0	2018/2019	0	2019/2020	0



Evolução do n.º de Crianças

RECURSOS HUMANOS							
Docentes (Quadro)	1	Assistentes Técnicos (Quadro)	0	Assistentes Operacionais (Quadro)	0	Outros Recursos Humanos (Quadro)	0
Docentes (Outros)	0	Assistentes Técnicos (Outros)	0	Assistentes Operacionais (Outros)	1	Outros Recursos Humanos (Outros)	0

AVALIAÇÃO DO EDIFICADO, REDES E MEIO ENVOLVENTE							
Caracterização do Meio Envolvente		Razoável	Estado de Conservação do(s) Edifício(s)	Estrutura	Razoável	Tetos	Razoável
Acessibilidades	Acesso Geral	Razoável		Cobertura	Razoável	Escadas	Razoável
	Pedonais	Razoável		Salas	Razoável	Ascensores	Razoável
	Acessos para Pessoas com Mobilidade Condicionada	Razoável		Paredes Exteriores	Razoável	Caixilharia e Portas Exteriores	Razoável
	Transportes Públicos	Razoável		Paredes Interiores	Razoável	Caixilharia e Portas Interiores	Razoável
				Revestimentos de Pavimentos Exteriores	Razoável	Dispositivos de Proteção Contra Queda	Razoável
				Revestimentos de Pavimentos Interiores	Razoável	Dispositivos de Proteção de Vãos Exteriores	Razoável

AVALIAÇÃO DO EDIFICADO, REDES E MEIO ENVOLVENTE							
Estado de Conservação dos Espaços de Apoio	Refeitório	Inexistente	Estado de Conservação das Redes e Instalações	Instalação de Distribuição de Água	Razoável	Equipamento de Cozinha (Unidade de confeção)	Inexistente
	Sala Polivalente	Bom		Instalação de Gás Natural	Inexistente	Instalação de Ventilação	Razoável
	Centro recursos / Biblioteca	Inexistente		Instalação Elétrica e de Iluminação	Razoável	Instalação de Climatização	Bom
				Instalações de Telecomunicações e Contra Intrusão	Razoável	Wi-Fi	Razoável
	Recreio Coberto	Razoável		Instalação de Segurança Contra Incêndio	Razoável	Instalação de Drenagem de Águas Residuais	Razoável
	Recreio Descoberto	Bom		Instalação de Evacuação de Lixo	Razoável	Instalação de Meios e Cuidados de Saúde	Razoável
				Esgotos	Razoável		
	Parque Infantil	Inexistente	Energia	Evolução do Consumo Energético nos Últimos 3 Anos	Neutra (manutenção do consumo)	Adoção de Medidas Específicas de Aumento da Eficiência Energética	Não
	Sanitários	Razoável					
	Campo de jogos	Inexistente					
	Campo de Jogos Exterior	Razoável					

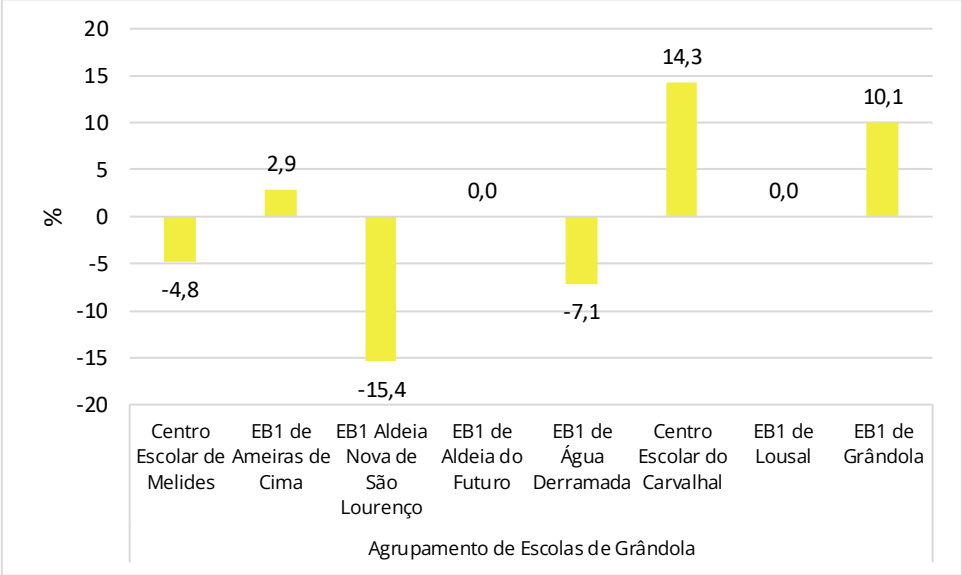
PROBLEMAS DE CONSERVAÇÂO – APRECIAÇÃO GERAL E NECESSIDADES ESPECÍFICAS URGENTES	
Edifício(s)	Sendo uma escola que funciona num edifício adaptado existem desafios acrescidos na adaptação dos espaços e no cumprimento de todos os requisitos fundamentais ao processo ensino aprendizagem.
Espaços Exteriores	Apesar da recente intervenção no espaço exterior, permanece a necessidade de criar um recreio coberto e um espaço para a prática da educação física.

LEGENDA:

Excelente	Bom	Razoável	Deficiente	Inexistente

Agrupamento de Escolas	Agrupamento de Escolas de Grândola	Estabelecimento de Ensino	EB1 de Grândola	Freguesia	União das freguesias de Grândola e Santa Margarida da Serra

Número de alunos, em 2020/2021



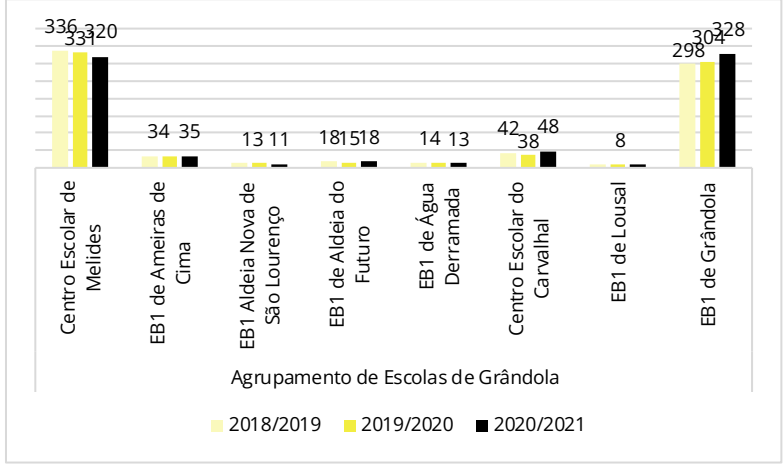
Variação do número de alunos 2018/2019-2020/2021

CARACTERIZAÇÃO GERAL							
Total de Edifícios	4	Ano de Construção (Edifício Original)	1964	Ano de Construção (Edifício Mais Recente)	2018	Ano da Última Reabilitação/Intervenção (> 50% do Edifício)	2018
Tipo de Construção dos Edifícios		Edifícios Construídos de Raiz	3	Edifícios Adaptados	1	Edifícios de Uso Exclusivamente Educativo (Se Não, Que Funções)	Sim
Estado de Conservação Geral (Edifícios)	Excelente	Estado de Conservação Geral (Espaços Exteriores)	Excelente	Salas de Atividade com Condições para a Componente Letiva (Total)	16	Salas de Atividade Ocupadas Com Turma	0
Salas: Educação Física/Polivalente	1	Salas: Informática	0	Carência de Salas (N.º)	Sim (5)	Carência de Salas (Finalidade)	A escola funciona no limite da sua capacidade máxima; faltam espaços para os apoios educativos e atividades de complemento do currículo
Serviço de Almoço (Refeições)	Sim	Tipo de Unidade de confeção de refeições	Unidade de confeção própria - Com confeção para o exterior	Acessibilidades para Crianças com NEE	Sim		

ALUNOS										
Evolução do N.º de Crianças	2018/2019	298	2019/2020	304	2020/2021	328	Residentes no Concelho (2020/2021)	328	Turmas (2020/2021)	16
Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) N.º de Crianças		100	Componente de Apoio à Família (CAF) N.º de Crianças			-				
N.º de Crianças com Necessidades Educativas Específicas[20]		21	Unidades de ensino estruturado para a educação de alunos com perturbações do espectro do autismo			Não				

[20] Decreto-lei n.º 54/2018 de 6 de julho - Educação inclusiva

Educação bilingue de alunos surdos		Não	Unidades de Apoio Especializado para a Educação de Alunos com Multideficiência e Surdo Cegueira Congénita			Não
Educação de Alunos Cegos e com Baixa Visão		Não	Intervenção Precoce na Infância			Não
Alunos Retidos	2017/2018	6	2018/2019	4	2019/2020	7
Alunos que Abandonaram	2017/2018	0	2018/2019	0	2019/2020	0



Evolução do n.º de Crianças

RECURSOS HUMANOS							
Docentes (Quadro)	20	Assistentes Técnicos (Quadro)	0	Assistentes Operacionais (Quadro)	6	Outros Recursos Humanos (Quadro)	0
Docentes (Outros)	3	Assistentes Técnicos (Outros)	0	Assistentes Operacionais (Outros)	7	Outros Recursos Humanos (Outros)	3

AVALIAÇÃO DO EDIFICADO, REDES E MEIO ENVOLVENTE							
Caracterização do Meio Envolvente		Bom	Estado de Conservação do(s) Edifício(s)	Estrutura	Excelente	Tetos	Bom
Acessibilidades	Acesso Geral	Bom		Cobertura	Bom	Escadas	Bom
	Pedonais	Bom		Salas	Bom	Ascensores	Razoável
	Acessos para Pessoas com Mobilidade Condicionada	Bom		Paredes Exteriores	Bom	Caixilharia e Portas Exteriores	Excelente
	Transportes Públicos	Inexistente		Paredes Interiores	Bom	Caixilharia e Portas Interiores	Excelente
				Revestimentos de Pavimentos Exteriores	Bom	Dispositivos de Proteção Contra Queda	Razoável
				Revestimentos de Pavimentos Interiores	Bom	Dispositivos de Proteção de Vãos Exteriores	Razoável

AVALIAÇÃO DO EDIFICADO, REDES E MEIO ENVOLVENTE							
Estado de Conservação dos Espaços de Apoio	Refeitório	Bom	Estado de Conservação das Redes e Instalações	Instalação de Distribuição de Água	Bom	Equipamento de Cozinha (Unidade de confeção)	Bom
	Sala Polivalente	Inexistente		Instalação de Gás Natural	Inexistente	Instalação de Ventilação	Bom
	Centro recursos / Biblioteca	Bom		Instalação Elétrica e de Iluminação	Bom	Instalação de Climatização	Razoável
				Instalações de Telecomunicações e Contra Intrusão	Bom	Wi-Fi	Bom
	Recreio Coberto	Razoável		Instalação de Segurança Contra Incêndio	Bom	Instalação de Drenagem de Águas Residuais	Razoável
	Recreio Descoberto	Bom		Instalação de Evacuação de Lixo	Razoável	Instalação de Meios e Cuidados de Saúde	Bom
				Esgotos	Bom		
	Parque Infantil	Bom	Energia	Evolução do Consumo Energético nos Últimos 3 Anos	Positiva (redução do consumo)	Adoção de Medidas Específicas de Aumento da Eficiência Energética	Sim (Instalação do sistema de painéis solares para aquecimento das águas, fornecimento da cozinha e aquecimento central)
	Sanitários	Bom					
	Campo de jogos	Inexistente					
	Campo de Jogos Exterior	Bom					

PROBLEMAS DE CONSERVAÇÂO – APRECIAÇÃO GERAL E NECESSIDADES ESPECÍFICAS URGENTES	
Edifício(s)	Construção de mais sala de aula, sala de apoio, sala polivalente
Espaços Exteriores	Construção de campo de jogos coberto

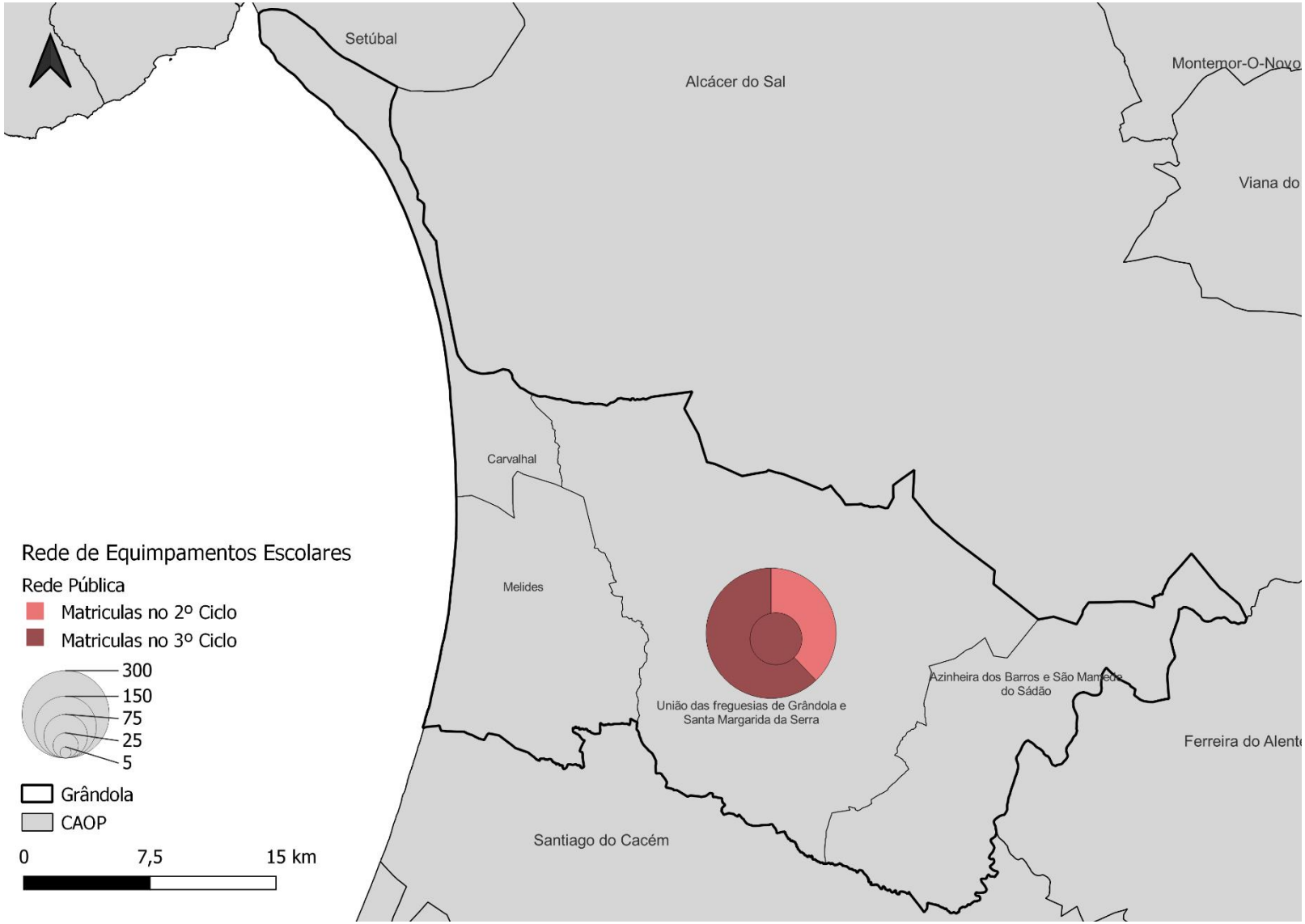
2º/ 3º CICLO E SECUNDÁRIO

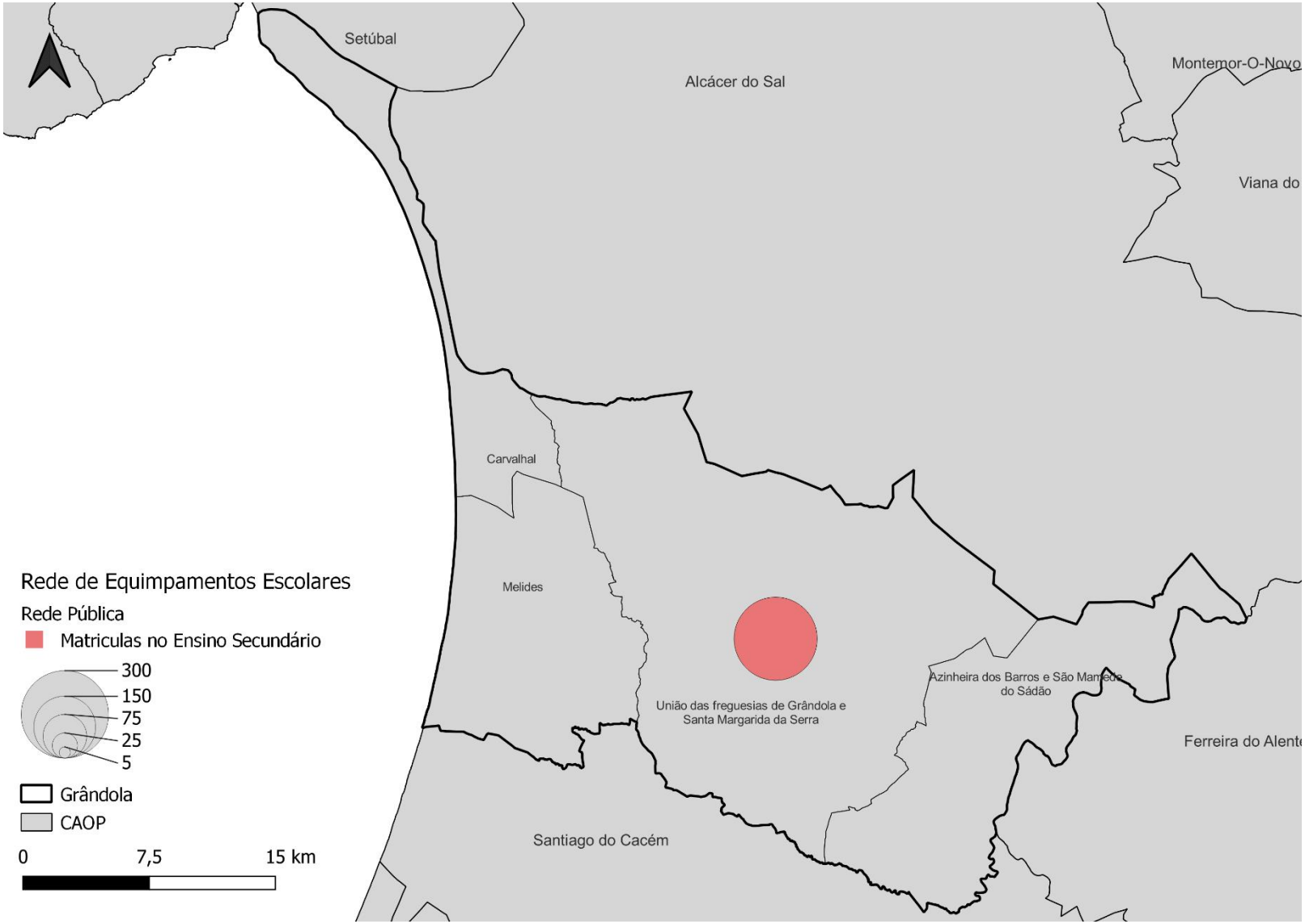
Nº de alunos no 2º Ciclo do Ensino Básico, em 2020/2021

Nº de alunos no 3º Ciclo do Ensino Básico, em 2020/2021

Nº de alunos no Ensino Secundário, em 2020/2021

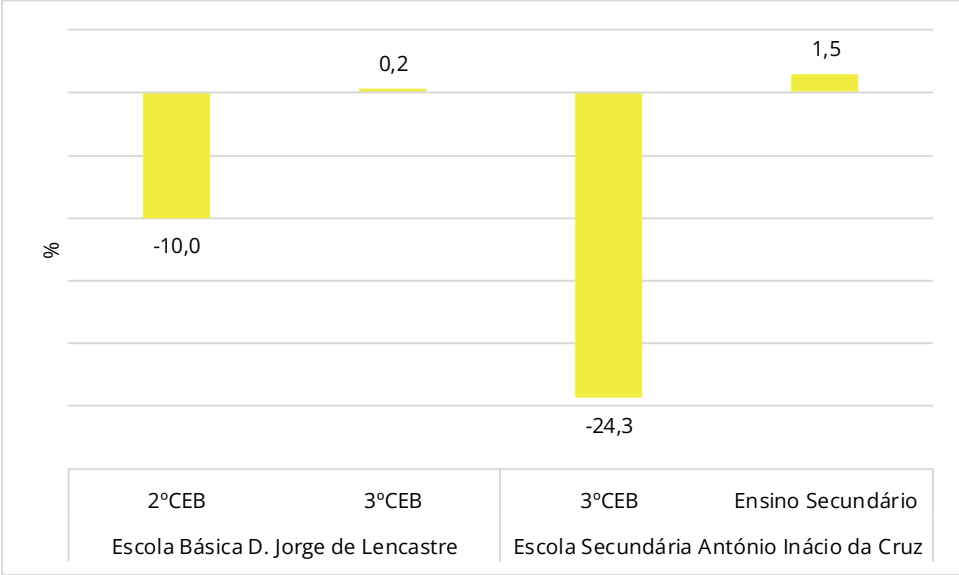
Nº de alunos no 2º e 3º CEB e Ensino Secundário, em 2020/2021


Setúbal
Alcácer do Sal
Montemor-O-Novo
Viana do
Carvalhal
Melides
União das freguesias de Grândola e Santa Margarida da Serra
Azinheira dos Barros e São Manede do Sádão
Ferreira do Alent
Santiago do Cacém
Rede de Equimpamentos Escolares
Rede Pública
Matriculas no 2º Ciclo
Matriculas no 3º Ciclo
300
150
75
25
5
Grândola
CAOP
0
7,5
15 km


Setúbal
Alcácer do Sal
Montemor-O-Novo
Viana do
Carvalhal
Melides
União das freguesias de Grândola e Santa Margarida da Serra
Azinheira dos Barros e São Mamede do Sádão
Ferreira do Alent
Santiago do Cacém
Rede de Equimpamentos Escolares
Rede Pública
Matriculas no Ensino Secundário
300
150
75
25
5
Grândola
CAOP
0
7,5
15 km

Agrupamento de Escolas	Agrupamento de Escolas de Grândola	Estabelecimento de Ensino	Escola Básica D. Jorge de Lencastre
Níveis de Ensino	2º e 3º Ciclo do Ensino Básico	Freguesia	União das freguesias de Grândola e Santa Margarida da Serra

Número de alunos, em 2020/2021



Variação do número de alunos 2018/2019-2020/2021

CARACTERIZAÇÃO GERAL							
Total de Edifícios	2	Ano de Construção (Edifício Original)	1962	Ano de Construção (Edifício Mais Recente)	1989	Ano da Última Reabilitação/Intervenção (> 50% do Edifício)	-

Edifícios Construídos de Raiz (N.º)	2	Edifícios Adaptados (N.º)	0	Situação Mista	0
Estado de Conservação Geral (Edifícios)	Deficiente	Estado de Conservação Geral (Espaços Exteriores)	Razoável	Tipologia	T78
Salas de Atividade com Condições para a Componente Letiva (N.º Total)	22	Salas de Atividade Ocupadas Com Turma (N.º)	22		
Carência de Salas (N.º)	Sim	Carência de Salas (Finalidade)	6 (Atribuição de sala, individualmente a cada turma, libertando as salas de aula específicas como os laboratórios e sala de desenho)		

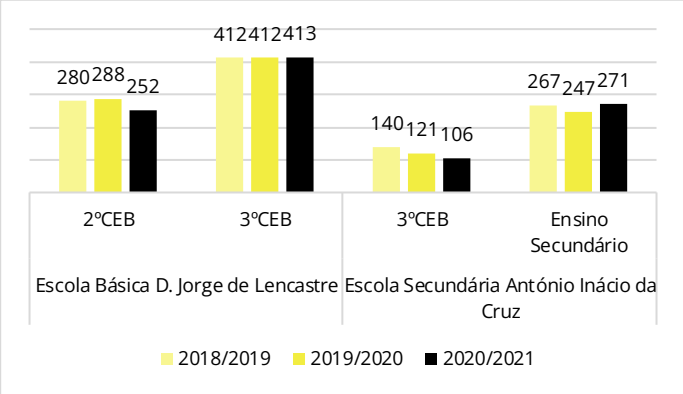
Salas (N.º)									
Informática	2	Educação Física/Polivalente	1	Educação Visual e Tecnológica	1	Laboratórios	4	Oficinas	0

Atividades Complementares (Projetos, Clubes, Outros)										
Designação	N.º de Alunos Inscritos	Capacidade Máxima		Designação	N.º de Alunos Inscritos	Capacidade Máxima		Designação	N.º de Alunos Inscritos	Capacidade Máxima
-	-	-		-	-	-		-	-	-
Designação	N.º de Alunos Inscritos	Capacidade Máxima		Designação	N.º de Alunos Inscritos	Capacidade Máxima		Designação	N.º de Alunos Inscritos	Capacidade Máxima
-	-	-		-	-	-		-	-	-

Serviço de Almoço (Refeições)	Não	Tipo de Unidade de Confeção de Refeições	-	Acessibilidades para Crianças com NEE	Sim

ALUNOS											
Evolução do N.º de Crianças	2.º Ciclo	2018/2019	280	2019/2020	288	2020/2021	252	Residentes no concelho	244	Turmas (2020/2021)	13
	3.º Ciclo		412		412		413		399		20
	Secundário		-		-		-		-		-
2.º Ciclo	Alunos com Necessidades Educativas Especificas	33	Educação Bilingue de Alunos Surdos	-	Educação de Alunos Cegos e com Baixa Visão	Sim	Unidades de Ensino Estruturado para a Educação de Alunos com Perturbações do Espectro do Autismo	Sim	Unidades de Apoio Especializado para a Educação de Alunos com Multideficiência e Surdocegueira Congénita	Sim
3.º Ciclo		39		-		Sim		Sim		Sim
Secundário		-		-		-		-		-

Alunos Retidos	2.º Ciclo	2017/2018	21	Alunos que Abandonaram	2.º Ciclo	2017/2018	0
		2018/2019	11			2018/2019	0
		2019/2020	9			2019/2020	0
	3.º Ciclo	2017/2018	47		3.º Ciclo	2017/2018	0
		2018/2019	54			2018/2019	0
		2019/2020	25			2019/2020	0
	Secundário	2017/2018	-		Secundário	2017/2018	-
		2018/2019	-			2018/2019	-



		2019/2020	-			2019/2020	-	Evolução do n.º de Crianças

RECURSOS HUMANOS								
Docentes (N.º)	Quadro	Outros	Assistentes Técnicos (N.º)	Quadro	Outros	Assistentes Operacionais (N.º)	Quadro	Outros
	54	23		2	0		12	0
Outros Recursos Humanos (N.º)	Quadro	Outros						
	0	16						

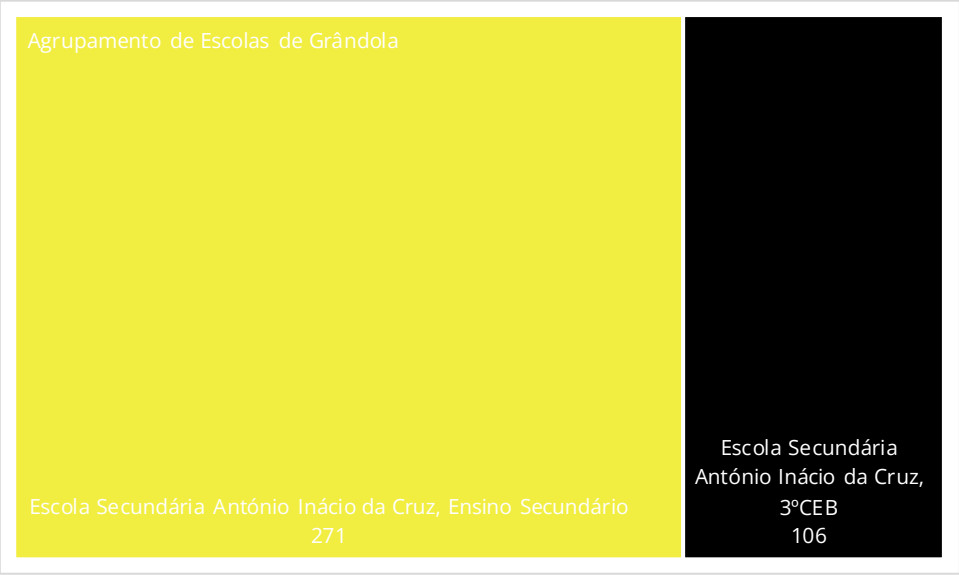
AVALIAÇÃO DO EDIFICADO, REDES E MEIO ENVOLVENTE							
Caracterização do Meio Envolvente		Razoável					
Acessibilidades	Acesso Geral	Bom	Estado de Conservação do(s) Edifício(s)	Estrutura	Razoável	Tetos	Razoável
	Pedonais	Bom		Cobertura	Razoável	Escadas	Bom
	Acessos para Pessoas com Mobilidade Condicionada	Deficiente		Salas	Razoável	Ascensores	Inexistente
				Laboratórios	Razoável	Oficinas	Inexistente
				Paredes Exteriores	Razoável	Caixilharia e Portas Exteriores	Razoável
	Transportes Públicos	Razoável		Paredes Interiores	Razoável	Caixilharia e Portas Interiores	Razoável
				Revestimentos de Pavimentos Exteriores	Razoável	Dispositivos de Proteção Contra Queda	Inexistente
				Revestimentos de Pavimentos Interiores	Razoável	Dispositivos de Proteção de Vãos Exteriores	Razoável

AVALIAÇÃO DO EDIFICADO, REDES E MEIO ENVOLVENTE							
Estado de Conservação dos Espaços de Apoio	Refeitório	Razoável	Estado de Conservação das Redes e Instalações	Instalação de Distribuição de Água	Deficiente	Equipamento de Cozinha (Unidade de Confeção)	Razoável
	Sala de Convívio	Razoável		Instalação de Gás Natural	Razoável	Instalação de Ventilação	Inexistente
	Sala Polivalente	Inexistente		Instalação Elétrica e de Iluminação	Deficiente	Instalação de Climatização	Inexistente
				Instalações de Telecomunicações e Contra Intrusão	Bom	Wi-Fi	Deficiente
	Recreio Coberto	Inexistente		Instalação de Segurança Contra Incêndio	Bom	Instalação de Drenagem de Águas Residuais	Razoável
	Recreio Descoberto	Razoável		Instalação de Evacuação de Lixo	Razoável	Instalação de Meios e Cuidados de Saúde	Deficiente
	Centro de Recursos / Biblioteca	Razoável		Esgotos	Razoável		
	Mediateca	Inexistente	Energia	Evolução do Consumo Energético nos Últimos 3 Anos	Neutra (manutenção do consumo)	Adoção de Medidas Específicas de Aumento da Eficiência Energética	Não
	Pavilhão Desportivo	Inexistente					
	Campo de Jogos Exterior	Razoável					
	Balneários	Deficiente					
	Sanitários	Deficiente					
PROBLEMAS DE CONSERVAÇÃO – APRECIAÇÃO GERAL E NECESSIDADES ESPECÍFICAS URGENTES							
Edifício(s)	Reestruturação/Renovação do sistema elétrico de todo o edifício; Equipamentos de climatização nas salas de aula; Reestruturação/Renovação da canalização da água que abastece todo o edifício; Patologias ao nível da impermeabilização das coberturas (platibandas/ palas com humidades e infiltrações); Renovação das instalações e equipamentos dos balneários; Renovação das instalações e alguns equipamentos do refeitório; Reparação das infiltrações na zona da cúpula e em algumas salas de aula; Elevador de acesso ao 1.º andar; Corredores e salas de aula com iluminação deficiente.						
Espaços Exteriores	Melhoramento da iluminação exterior (luminárias, e lâmpadas fixas no edifício); Pintura do edifício; Colocação de iluminação no campo de jogos: focos; Renovação/melhoramento do piso do campo de jogos; Construção de uma cobertura em parte do campo de jogos, para a prática de Educação Física em época de inverno; Alcatroamento da entrada de serviços (portão esquerdo, lado B); Construção de uma rampa de acesso na porta lateral do Bloco B, de entrada para a Unidade de Multideficiência; Construção de uma cobertura junto à porta lateral do Bloco B, de entrada para a Unidade de Multideficiência; Cobertura de espaços exteriores.						
Comentários adicionais	-						

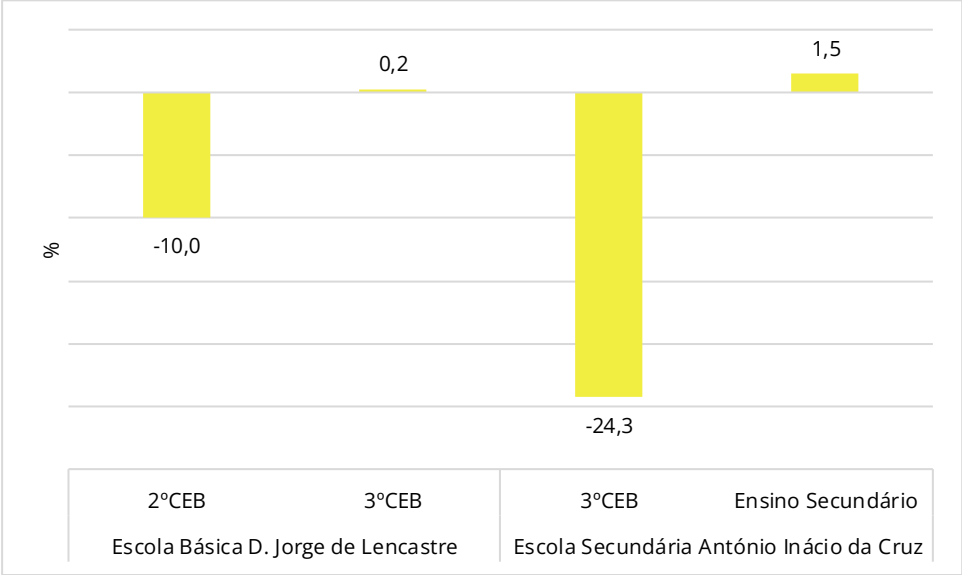
LEGENDA:

Excelente	Bom	Razoável	Deficiente	Inexistente

Agrupamento de Escolas	Agrupamento de Escolas de Grândola	Estabelecimento de Ensino	Escola Secundária António Inácio da Cruz
Níveis de Ensino	3º Ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário	Freguesia	União das freguesias de Grândola e Santa Margarida da Serra



Número de alunos, em 2020/2021



Variação do número de alunos 2018/2019-2020/2021

CARACTERIZAÇÃO GERAL							
Total de Edifícios	2	Ano de Construção (Edifício Original)	1962	Ano de Construção (Edifício Mais Recente)	1989	Ano da Última Reabilitação/Intervenção (> 50% do Edifício)	-
Edifícios Construídos de Raiz (N.º)	2	Edifícios Adaptados (N.º)	0	Situação Mista	0		
Estado de Conservação Geral (Edifícios)	Deficiente	Estado de Conservação Geral (Espaços Exteriores)	Razoável	Tipologia	T78		
Salas de Atividade com Condições para a Componente Letiva (N.º Total)	22	Salas de Atividade Ocupadas Com Turma (N.º)	22				
Carência de Salas (N.º)	Sim	Carência de Salas (Finalidade)	6 (Atribuição de sala, individualmente a cada turma, libertando as salas de aula específicas como os laboratórios e sala de desenho)				

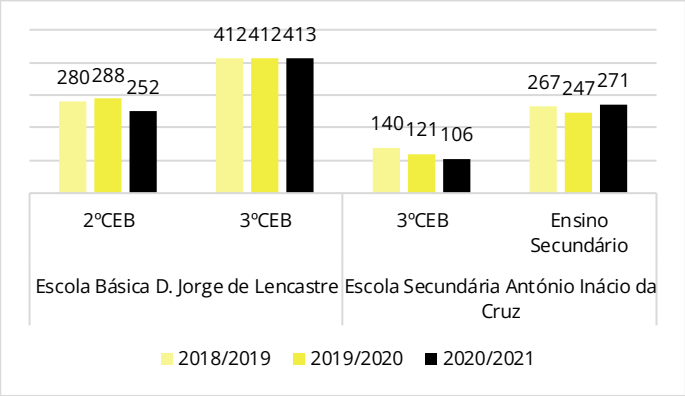
Salas (N.º)									
Informática	2	Educação Física/Polivalente	1	Educação Visual e Tecnológica	1	Laboratórios	4	Oficinas	0

Atividades Complementares (Projetos, Clubes, Outros)										
Designação	N.º de Alunos Inscritos	Capacidade Máxima		Designação	N.º de Alunos Inscritos	Capacidade Máxima		Designação	N.º de Alunos Inscritos	Capacidade Máxima
-	-	-		-	-	-		-	-	-
Designação	N.º de Alunos Inscritos	Capacidade Máxima		Designação	N.º de Alunos Inscritos	Capacidade Máxima		Designação	N.º de Alunos Inscritos	Capacidade Máxima
-	-	-		-	-	-		-	-	-

Serviço de Almoço (Refeições)	Não	Tipo de Unidade de Confeção de Refeições	-	Acessibilidades para Crianças com NEE	Sim

ALUNOS											
Evolução do N.º de Crianças	2.º Ciclo	2018/2019	-	2019/2020	-	2020/2021	-	Residentes no concelho	-	Turmas (2020/2021)	-
	3.º Ciclo		140		121		106		101		6
	Secundário		267		247		271		262		13
2.º Ciclo	Alunos com Necessidades Educativas Especificas	-	Educação Bilingue de Alunos Surdos	-	Educação de Alunos Cegos e com Baixa Visão	-	Unidades de Ensino Estruturado para a Educação de Alunos com Perturbações do Espectro do Autismo	-	Unidades de Apoio Especializado para a Educação de Alunos com Multideficiência e Surdocegueira Congénita		-
3.º Ciclo		14		-		-		-			-
Secundário		6		-		-		-			-

Alunos Retidos				Alunos que Abandonaram			
	2.º Ciclo	2017/2018	-		2.º Ciclo	2017/2018	-
		2018/2019	-			2018/2019	-
		2019/2020	-			2019/2020	-
	3.º Ciclo	2017/2018	15		3.º Ciclo	2017/2018	0
		2018/2019	12			2018/2019	0
		2019/2020	3			2019/2020	0
	Secundário	2017/2018	34		Secundário	2017/2018	1
		2018/2019	56			2018/2019	0
		2019/2020	21			2019/2020	0



Evolução do n.º de Crianças

RECURSOS HUMANOS								
Docentes (N.º)	Quadro	Outros	Assistentes Técnicos (N.º)	Quadro	Outros	Assistentes Operacionais (N.º)	Quadro	Outros
	50	10		9	0		13	8
Outros Recursos Humanos (N.º)	Quadro	Outros						
	1	3						

AVALIAÇÃO DO EDIFICADO, REDES E MEIO ENVOLVENTE							
Caracterização do Meio Envolvente		Razoável					
Acessibilidades	Acesso Geral	Razoável	Estado de Conservação do(s) Edifício(s)	Estrutura	Deficiente	Tetos	Deficiente
	Pedonais	Razoável		Cobertura	Deficiente	Escadas	Inexistente
	Acessos para Pessoas com Mobilidade Condicionada	Razoável		Salas	Deficiente	Ascensores	Inexistente
				Laboratórios	Deficiente	Oficinas	Deficiente
				Paredes Exteriores	Deficiente	Caixilharia e Portas Exteriores	Deficiente
	Transportes Públicos	Razoável		Paredes Interiores	Deficiente	Caixilharia e Portas Interiores	Deficiente
				Revestimentos de Pavimentos Exteriores	Deficiente	Dispositivos de Proteção Contra Queda	Deficiente
				Revestimentos de Pavimentos Interiores	Deficiente	Dispositivos de Proteção de Vãos Exteriores	Inexistente

AVALIAÇÃO DO EDIFICADO, REDES E MEIO ENVOLVENTE							
Estado de Conservação dos Espaços de Apoio	Refeitório	Inexistente	Estado de Conservação das Redes e Instalações	Instalação de Distribuição de Água	Deficiente	Equipamento de Cozinha (Unidade de Confeção)	Inexistente
	Sala de Convívio	Inexistente		Instalação de Gás Natural	Deficiente	Instalação de Ventilação	Inexistente
	Sala Polivalente	Deficiente		Instalação Elétrica e de Iluminação	Deficiente	Instalação de Climatização	Inexistente
				Instalações de Telecomunicações e Contra Intrusão	Bom	Wi-Fi	Razoável
	Recreio Coberto	Inexistente		Instalação de Segurança Contra Incêndio	Bom	Instalação de Drenagem de Águas Residuais	Deficiente
	Recreio Descoberto	Deficiente		Instalação de Evacuação de Lixo	Razoável	Instalação de Meios e Cuidados de Saúde	Deficiente
	Centro de Recursos / Biblioteca	Razoável		Esgotos	Deficiente		
	Mediateca	Razoável	Energia	Evolução do Consumo Energético nos Últimos 3 Anos	Neutra (manutenção do consumo)	Adoção de Medidas Específicas de Aumento da Eficiência Energética	Sim (Substituição de lâmpadas fluorescente por lâmpadas Led)
	Pavilhão Desportivo	Deficiente					
	Campo de Jogos Exterior	Deficiente					
	Balneários	Deficiente					
	Sanitários	Deficiente					
PROBLEMAS DE CONSERVAÇÃO – APRECIAÇÃO GERAL E NECESSIDADES ESPECÍFICAS URGENTES							
Edifício(s)	Portaria: instalação sanitária sem ligação à rede de esgotos, substituição/reparação da cancela automática, substituição dos portões. Rede de águas (substituição); Rede elétrica (revisão da rede e potência fornecida); Rede de saneamento - esgotos e águas pluviais (revisão /substituição); Patologias ao nível da impermeabilização das coberturas (platibandas/ palas com humidades e infiltrações); Coberturas existentes ainda em telha zincada do tipo ondulada e em fibrocimento com sinais exteriores de deterioração. (problema de saúde pública); Requalificação do espaço das oficinas com substituição de toda a caixilharia e retirada dos equipamentos (maioria obsoletos); Caixilharia em madeira (original) com vidro simples, deteriorada; Pintura exterior de todo o edifício. Ausência de um espaço onde se possam servir refeições; Bufete: construção deficiente, com infiltrações, espaço exíguo, necessidade de substituição de equipamentos. Corredores com iluminação deficiente; Corta-ventos/portas de acesso aos corredores em caixilharia de madeira (original), degradada, com abertura para o interior. Pavimento de corredores e átrio (espaço central) que se desprende com facilidade com a elevada amplitude térmica Substituição dos espaldares e reparação /substituição do pavimento do ginásio; Necessidade de substituição do termoacumulador (balneários); Instalações e equipamentos degradados: revestimento (azulejos), pavimento, sanitários, torneiras, duches, bancos de madeira (balneários); Inexistência de climatização, espaços sem conforto térmico (salas de aula); Bloco exterior (salas de aula da10 à 16) de construção mais recente (final dos anos 80), de construção deficiente, com desnivelamento do chão e com fissuras na estrutura, cobertura em fibrocimento; Necessidade de reforçar rede e atualizar o equipamento informático com 15 anos – software e hardware desatualizados; Inexistência de equipamento adequado às necessidades atuais (ex: quadros interativos); Necessidade de concluir a						

	substituição de mesas e cadeiras; Deficiente controlo da luminosidade dentro das salas, em especial das salas de aula da 6 à 16; Instalações e equipamentos degradados Portas de WC em mau estado de conservação e sem controlo (as fechaduras não fecham);
Espaços Exteriores	Pátios exteriores a necessitar de uma intervenção /reabilitação; Ausência de passagens cobertas para alguns blocos de salas; Substituição da rede de proteção e do pavimento do campo de jogos.
Comentários adicionais	-

LEGENDA:

Excelente	Bom	Razoável	Deficiente	Inexistente